



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

MARLUCE FAGOTTI DE PAIVA

**AÇÕES DE POLÍTICAS LINGUÍSTICAS NO PROCESSO DE
INTERNACIONALIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR:
O CASO DO IsF NA UEL**

Londrina
2022

MARLUCE FAGOTTI DE PAIVA

**AÇÕES DE POLÍTICAS LINGUÍSTICAS NO PROCESSO DE
INTERNACIONALIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR:
O CASO DO IsF NA UEL**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Viviane Ap. Bagio Furtoso.

Londrina
2022

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UEL

F156a Fagotti-de-Paiva, Marluce.

Ações de Políticas Linguísticas no Processo de Internacionalização do Ensino Superior: O Caso do IsF na UEL / Marluce Fagotti-de-Paiva. - Londrina, 2022. 256 f.

Orientador: Prof.^a Dr.^a Viviane Aparecida Bagio Furtoso.

Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) - Universidade Estadual de Londrina, Centro de Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, 2022.

Inclui bibliografia.

1. Políticas Linguísticas - Tese. 2. Internacionalização - Tese. 3. Idiomas sem Fronteiras - Tese. 4. Língua Inglesa - Tese. I. Bagio Furtoso, Prof.^a Dr.^a Viviane Aparecida. II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Letras e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem. III. Título.

CDU 8

MARLUCE FAGOTTI DE PAIVA

**AÇÕES DE POLÍTICAS LINGUÍSTICAS NO PROCESSO DE
INTERNACIONALIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR:
O CASO DO IsF NA UEL**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora.

COMISSÃO EXAMINADORA

Orientadora Prof.^a Dr.^a Viviane Ap. Bagio Furtoso
Universidade Estadual de Londrina

Prof.^a Dr.^a Denise de Paula Martins de Abreu e Lima
Universidade Federal de São Carlos

Prof.^a Dr.^a Michele Salles El Kadri
Universidade Estadual de Londrina

Prof.^a Dr.^a Prof.^a Dr.^a Rosângela Aparecida Alves
Universidade Estadual de Maringá

Prof.^a Dr.^a Vera Lúcia Lopes Cristovão
Universidade Estadual de Londrina

Londrina, 7 de abril de 2022.

DEDICATÓRIA

A Deus, toda honra e toda glória, sempre.

A minha falecida mãe, por colocar os estudos sempre em primeiro lugar.

Ao meu sogro querido, que torceu tanto para a conclusão deste estudo, mas não pode estar comigo no momento final.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela saúde, por me conceder a alegria de trabalhar na universidade e por ter provido o tempo de estudo necessário que resultou na conclusão desta tese. Ele sabe de tudo e estar sustentada pela palavra que salva e atraída na cruz por Jesus Cristo, só me permite ser grata.

Ao Departamento de Letras Estrangeiras Modernas pela aprovação da licença a qual me permitiu dedicar dois longos anos para desenvolver este estudo, meus agradecimentos em especial aos professores da área de língua inglesa.

À colega de trabalho e orientadora deste estudo, prof.^a Dr.^a Viviane Ap. Bagio Furtoso, pelos ensinamentos, pelo apoio, por respeitar meu tempo de amadurecimento e por acreditar em mim; essa confiança me permitiu escrever esta tese com base também em minhas crenças e princípios.

Ao Núcleo Gestor do Programa Idiomas sem Fronteiras, principalmente representado pela Prof. Dr.^a Denise de Paula Martins de Abreu-e-Lima, pelo apoio incondicional no fornecimento de dados, de informações e nos direcionamentos para que este trabalho pudesse ser concluído.

Aos amigos Gisele e Rubens Paes pelo apoio e oração.

Ao grupo *My Love* de apoio e pesquisa de orientandos da prof.^a Viviane pelo apoio e estudo; e pelo Clube do Livro, também pelo apoio e oração durante esses anos.

Às professoras Rosângela Alves, Michele El Kadri e Vera Cristovão por aceitarem fazer parte das bancas de qualificação e defesa, além de toda a contribuição fornecida a este estudo.

Ao NuLi IsF-UEL, pelos anos de convivência, amizade e trabalho, pelas discussões sobre internacionalização, especialmente pela parceria da prof.^a Samantha Ramos e pela ajuda nos gráficos e planilhas pelo prof. Henrique Paiva.

Aos alunos e coordenação do curso de Secretariado Executivo da UEL, por confiarem no meu trabalho e no Programa de Viagens Acadêmicas que se revela uma importante ação de internacionalização nesta universidade.

À minha família querida, meus filhos Stella e Stevan pela paciência, apoio, torcida e pelo tempo longe de vocês, e, por fim, e não menos importante, ao meu esposo Hélder Paiva, pelo apoio incondicional e pela oração. Eu te amo.

Programs start with a problem and an opportunity,
not a comprehensive solution.

(WILLIAMSON, 2015)

PAIVA, Marluce Fagotti de. **Ações de Políticas Linguísticas no Processo de Internacionalização do Ensino Superior: O Caso do IsF na UEL**. 2022. 255 f. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2022.

RESUMO

Estudos sobre internacionalização têm se intensificado no Brasil a partir do surgimento de programas que fomentaram a mobilidade acadêmica no país a partir de 2012. Com base no entendimento de que a internacionalização promove cooperação e solidariedade entre nações, melhorando a qualidade e relevância da educação superior contribuindo para o avanço de pesquisas em âmbitos internacionais (KNIGHT, 2008), diversos estudos tiveram como tema ações oriundas desses programas com vistas à internacionalização (PASSONI, 20018; MOLINARI, 2020; AMORIM, 2020; CHAGAS, 2021). Este estudo soma-se a outros estudos que se debruçam sobre a internacionalização e programas que promovam política linguística nas Instituições de Ensino Superior (IES), analisando especificamente a implementação do Programa Idiomas sem Fronteiras (IsF) na Universidade Estadual de Londrina (UEL) durante os vinte meses de atuação, caracterizando-se como estudo de caso. Fundamentada pelo referencial teórico de internacionalização propostos por Hudzik (2011), Sarmiento, Abreu-e-Lima e Moraes Filho (2016); Altbach e Knight (2007) e Finardi (2016) e de políticas públicas e linguística por Lasswell (1950), Lindblom (1980), Ball (2006) e Weber (2016), esta pesquisa teve como objetivo principal investigar a implementação e a gestão do programa IsF na UEL com vistas a identificar as etapas necessárias para a implementação e a gestão de programas que promovam política linguística para a internacionalização do Ensino Superior nas IES brasileiras. Conduzida como estudo de caso (GIL, 2008; COHEN; MANION; MORISON, 2018), de caráter qualitativo e de pesquisa documental, esta investigação foi guiada por dois objetivos secundários: 1) analisar a implementação do programa IsF em uma universidade brasileira à luz dos documentos oficiais da IES e do programa IsF; e 2) discutir e analisar as etapas de implementação do IsF de forma a auxiliar futuros gestores de programas no suporte à internacionalização do Ensino superior nas IES brasileiras. Como subsídios para a realização deste estudo, foram coletados dados a partir dos documentos oficiais da referida instituição e do programa IsF. Os dados foram tratados pelos procedimentos metodológicos da Análise de Conteúdo de Bardin (2006) e da Análise Comparativa de Given (2008), que possibilitaram a divisão de cinco eixos basilares de programa que promovem política linguística em IES, sendo três desses eixos, foco desta tese: 1) a articulação com os centros de línguas das IES; 2) a ausência de uma política linguística e; 3) os agentes da internacionalização. Após separados os dados pela categorização das unidades de contexto seguindo as etapas sugeridas por Bardin (2006) de pré-análise, exploração do material e tratamentos dos resultados obtidos e interpretação dos dados, defendo a tese de que um programa que promove política linguística em IES será profícuo e cumprirá os objetivos propostos se houver um centro de línguas articulado com os propósitos de internacionalização apto a agregar em suas funções os propósitos desses programas; se houver uma política linguística institucional atuante agindo transversalmente na IES gerando dados e mapeamento que conduzam as ações de internacionalização na instituição e uma equipe de agentes da internacionalização atuando pontualmente no mapeamento fornecido pela política linguística por meio de uma divulgação influente e ininterrupta de modo a fortalecer a cultura da internacionalização no campus.

Palavras-chave: Internacionalização. Idiomas sem Fronteiras. Política Linguística. Centro de Línguas. Agentes da internacionalização.

PAIVA, M. de. **Language Policy Actions in the process of Internationalization of Higher Education: the case study IsF at UEL**. 2022. 255 p. Thesis (PhD in Language Studies) – State University of Londrina, Londrina, 2022.

ABSTRACT

Studies on internationalization have increased in Brazil since the emergence of programs that have fostered academic mobility in the country since 2012. Based on the understanding that internationalization promotes cooperation and solidarity between nations, improving the quality and relevance of higher education, contributing to the advancement of research at international levels (KNIGHT, 2008), several studies have focused on actions from these programs with a view to internationalization (PASSONI, 20018; MOLINARI, 2020; AMORIM, 2020; CHAGAS, 2021). This study adds to other studies that focus on internationalization and programs that promote language policy in Higher Education Institutions (HEIs), specifically analyzing the implementation of the Languages without Borders *Program* (IsF) at *Londrina State University* (UEL) during the twenty months of operation, characterizing itself as a case study. Based on the theoretical framework of internationalization proposed by Hudzik (2011), Sarmento, Abreu-e-Lima and Moraes Filho (2016); Altbach and Knight (2007) and Finardi (2016), *of public and language policies* by Lasswell (1950), Lindblom (1980), Ball (2006) and Weber (2016), this research aimed to investigate the implementation and management of the IsF program at UEL with a view to identifying the necessary steps for the implementation and management of programs that promote language policy for the internationalization of Higher Education in Brazilian HEIs. Conducted as a case study (GIL, 2008; COHEN; MANION; MORISON, 2018), qualitative *in nature based on* documentary research, this *research* was guided by two secondary objectives: 1) to analyze the implementation of the IsF program in a Brazilian university in the light of the official documents of the HEI and the IsF program; and 2) discuss and analyze the stages of implementation of the IsF in order to assist future program managers in supporting the internationalization of higher education in Brazilian HEIs. As subsidies for the accomplishment of this study, data were collected from the official documents of the referred institution and the IsF program. The data were treated by the methodological procedures of Bardin's Content Analysis (2006) and Given's Comparative Analysis (2008), which allowed the division of five basic axes of the program that promote language policy in HEIs, three of which are the focus of this thesis: 1) articulation with the language centers of the universities; 2) the lack of an institutional language policy and; 3) agents of internationalization. After treating the data by categorizing them in context units following the steps suggested by Bardin (2006) of pre-analysis, exploration of the material and treatment of the results and interpretation of the data, I defend the thesis that a program that promotes language policy in HEIs will be fruitful and will fulfill the proposed objectives if there is a language center articulated with the purposes of internationalization able to aggregate in its functions the purposes of these programs; if there is an institutional language policy acting across the HEI, generating data and mapping internationalization actions in the institution and agents of internationalization working punctually on the mapping provided by the language policy through an influential and uninterrupted dissemination these actions in order to strengthen the culture of internationalization on campus.

Keywords: Internationalization. Idioms without Borders. Language Policy. Language Centers. Agents of Internationalization.

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - CRITÉRIOS DE ANÁLISE E JULGAMENTO DO EDITAL 59/2017	37
QUADRO 2 - DEFERIMENTO DO NUCLI-ISF UEL PELO ISF-CGAI/SESU/MEC	39
QUADRO 3 - FUNÇÕES DAS COLUNAS DA TABELA OCUPAÇÃO DE CURSOS	54
QUADRO 4 - FUNÇÕES DA TABELA DE APLICAÇÃO DE TOEFL ITP	57
QUADRO 5 - CARGA DE DADOS DISCENTES	60
QUADRO 6 - CARGA DE DADOS DOCENTES	61
QUADRO 7 - DOCUMENTOS ISF E LABORATÓRIO DE LÍNGUAS DA UEL	120
QUADRO 8 - PORTARIA MEC Nº 1.466 SOBRE OS CENTROS DE LÍNGUAS	121
QUADRO 9 - PORTARIA 973 DE 15/11/2014: INSTITUIÇÃO DO ISF NAS IES FEDERAIS	122
QUADRO 10 - EDITAL N 59/2017 DE CHAMADA PÚBLICA DAS ESTADUAIS PARA NUCLI-ISF	124
QUADRO 11 – CADERNO DE METAS E AÇÕES	125
QUADRO 12 - PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL 2016-2021 – EIXO II	127
QUADRO 13 - PDI 2016-2021 – EIXO III - RESPONSABILIDADE SOCIAL DA INSTITUIÇÃO	127
QUADRO 14 - PDI 2016-2021 – EIXO III – LABORATÓRIO DE LÍNGUAS	129
QUADRO 15 - PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL 2016-2021 - ARI	131
QUADRO 16 - PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL 2016-2021 – ANEXO 1	132
QUADRO 17 - PLANO INTERNACIONALIZAÇÃO DA PESQUISA E PG – CONTEXTUALIZAÇÃO	135
QUADRO 18 - INTERNACIONALIZAÇÃO DA PESQUISA E PG - DIAGNÓSTICO SITUACIONAL	136
QUADRO 19 - INTERNACIONALIZAÇÃO DA PESQUISA E PG – EIXO 4 – ANÁLISE S.W.O.T.	137
QUADRO 20 - PLANO DE INTERNACIONALIZAÇÃO DA PESQUISA E PG – EIXO 4 – META 14	138
QUADRO 21 - PLANO DE INTERNACIONALIZAÇÃO DA PESQUISA E PG – EIXO 4 – META 15	140
QUADRO 22 - DECLARAÇÃO DE ARTICULAÇÃO ENTRE O CENTRO DE LÍNGUAS E O NUCLI-ISF	142
QUADRO 23 - MINUTA DE POLÍTICA LINGUÍSTICA PARA A UEL (1)	144
QUADRO 24 - MINUTA DE POLÍTICA LINGUÍSTICA PARA A UEL (2)	146
QUADRO 25 - MINUTA DE POLÍTICA LINGUÍSTICA PARA A UEL (3)	147
QUADRO 26 - MINUTA DE POLÍTICA LINGUÍSTICA PARA A UEL – PRÓXIMOS PASSOS I	148
QUADRO 27 - MINUTA DE POLÍTICA LINGUÍSTICA PARA A UEL – PRÓXIMOS PASSOS II	150
QUADRO 28 - PROPOSTA DE PL PARA APOIO À INTERNACIONALIZAÇÃO DA UEL - CONTEXTUALIZAÇÃO	151
QUADRO 29 - PROPOSTA DE PL PARA APOIO À INTERNACIONALIZAÇÃO DA UEL - PROPOSIÇÃO	152
QUADRO 30 - REGULAMENTO DO LABORATÓRIO DE LÍNGUAS DA UEL – ART. Nº 1	153
QUADRO 31 - REGULAMENTO DO LABORATÓRIO DE LÍNGUAS DA UEL – ART. Nº 3	154

QUADRO 32 - REGULAMENTO DO LABORATÓRIO DE LÍNGUAS DA UEL – ART. Nº 4	158
QUADRO 33 - DOCUMENTOS PARA A ANÁLISE DA PL	166
QUADRO 34 - PORTARIA MEC Nº 1.466 – INSTITUI O INGLÊS SEM FRONTEIRAS (1).....	169
QUADRO 35 - PORTARIA MEC Nº 973 – INSTITUI O IDIOMAS SEM FRONTEIRAS.....	170
QUADRO 36 - EDITAL 29./2017 DE CHAMADA PÚBLICA PARA RECRENCIAMENTO DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS.	172
QUADRO 37 - EDITAL 59./2017 DE CHAMADA PÚBLICA PARA CREDENCIAMENTO DAS UNIVERSIDADES ESTADUAIS E MUNICIPAIS.	173
QUADRO 38 - MINUTA DE POLÍTICA LINGUÍSTICA PARA A UEL	174
QUADRO 39 - PROPOSTA DE POLÍTICA LINGUÍSTICA PARA APOIO À INTERNACIONALIZAÇÃO - CONTEXTUALIZAÇÃO	177
QUADRO 40 - PROPOSTA DE POLÍTICA LINGUÍSTICA PARA APOIO À INTERNACIONALIZAÇÃO - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES	178
QUADRO 41 - PROPOSTA DE POLÍTICA LINGUÍSTICA PARA APOIO À INTERNACIONALIZAÇÃO - OBJETIVOS	179
QUADRO 42 - NÚMERO DE CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO OFERTADOS PELOS CENTROS DE ESTUDOS.	195

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - ABA DE ACESSO AO SISTEMA DE GESTÃO DO ISF (ISF GESTÃO)	48
FIGURA 2 - TABELA DE OCUPAÇÃO DE CURSO - PARTE 1	56
FIGURA 3 - TABELA DE OCUPAÇÃO DE CURSO - PARTE 2	56
FIGURA 4 - TABELA DE OCUPAÇÃO DE CURSO - PARTE 3	57
FIGURA 5 - EXEMPLO DE TABELA APLICAÇÃO DE TOEFL ITP – PARTE 1	58
FIGURA 6 - EXEMPLO DE TABELA APLICAÇÃO DE TOEFL ITP – PARTE 2	59
FIGURA 7 - EXEMPLO DE TABELA DA PLANILHA CARGA DISCENTES	61
FIGURA 8 - EXEMPLO DE TABELA DE CARGA DE DADOS DE DOCENTES	63
FIGURA 9 - CARGA DE DADOS TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS/ PFOL / REDE PÚBLICA	63
FIGURA 10 - DIÁRIO DE CLASSE	64
FIGURA 11 - PEÇA DE DIVULGAÇÃO VINCULADA NO FACEBOOK EM 25/03/2019.....	69
FIGURA 12 - EXEMPLO DE UM GRÁFICO ELABORADO PELO NG.....	70
FIGURA 13 - EIXOS BASILARES DO PROGRAMA ISF.....	71
FIGURA 14 - DESCRIÇÃO DOS QUADROS DE ANÁLISE DOCUMENTAL.....	74
FIGURA 15 - PROPOSTAS DE POLÍTICAS PÚBLICAS.....	105
FIGURA 16 - ÓRGÃOS ENVOLVIDOS NA IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA DE INTERNACIONALIZAÇÃO DA UEL	126
FIGURA 17 - AVALIAÇÃO DA POLÍTICA LINGUÍSTICA DA UEL.....	168
FIGURA 18 - CURSOS ATENDIDOS PELO ISF NA APLICAÇÃO DE TOEFL ITP	192
FIGURA 19 - ESTUDANTES ATIVOS NA UEL – GRADUAÇÃO 2020	202
FIGURA 20 - QUANTIDADE DE ALUNOS GRADUAÇÃO UEL EM ORDEM DECRESCENTE	203
FIGURA 21 - NÚMERO DE PUBLICAÇÕES DA UEL.....	205
FIGURA 22 - NÚMERO DE CITAÇÕES DA UEL.....	206
FIGURA 23 - PARTE DO CALENDÁRIO DE OFERTAS DO PROGRAMA ISF - 2018	215
FIGURA 24 - A VARIÁVEL DA CARGA HORÁRIA DOS CURSOS	216

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - PANORAMA DO NÍVEL DE INGLÊS NACIONAL E LOCAL.....	44
GRÁFICO 2 - PORCENTAGEM DOS ALUNOS QUE FIZERAM O TOEFL ITP DUAS VEZES	185
GRÁFICO 3 - O PROGRAMA ISF NA ASCENSÃO DO NÍVEL QECR	186
GRÁFICO 4 - APLICAÇÃO DO TOEFL ITP: RELAÇÃO COM CURSOS PRESENCIAIS -ISF	187
GRÁFICO 5 - PERFORMANCE DOS ESTUDANTES NO TOEFL ITP	188
GRÁFICO 6 - AUMENTO DA PONTUAÇÃO NO TOEFL E CURSOS ISF	190
GRÁFICO 7 - RELAÇÃO DE CURSOS ENVOLVIDOS NO ISF - CENTRO DE ESTUDOS DA UEL .	194
GRÁFICO 8 - OCUPAÇÃO DOS CURSOS DO PROGRAMA ISF	197
GRÁFICO 9 - RELAÇÃO DO NÚMERO ALUNOS NOS CENTROS INTERESSADOS NO ISF	199
GRÁFICO 10 - MÉDIA DE INSCRITOS POR OFERTA	210
GRÁFICO 11 - REDES SOCIAIS E NÚMERO DE INSCRIÇÕES	211
GRÁFICO 12 - OS CURSOS DE 32H E O NÚMERO DE ALUNOS	217

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANDIFES	Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
ARI	Assessoria de Relações Internacionais
ATI	Assessoria de Tecnologia de Informação
BRAFAGRI	Brasil França Agricultura
CAE	Cambridge English Advanced
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CCA	Centro de Ciências Agrárias
CCB	Centro de Ciências Biológicas
CCE	Centro de Ciências Exatas
CLCH	Centro de Letras de Ciências Humanas
CCS	Centro de Ciência da Saúde
CECA	Centro de Educação, Comunicação e Artes
CEFE	Centro de Educação Física e Esportes
CESA	Centro de Estudos Sociais Aplicados
COM	Setor de Comunicação da UEL
CsF	Ciência sem Fronteiras
CTU	Centro de Tecnologia e Urbanismo
ES	Ensino superior
ETA	English Teaching Assistant
ETS	Educational Testing Service
FCE	First Certificate in English
GT	Grupo de Trabalho
IES	Instituição de Ensino superior
IGE	Intercâmbio de Grupo de Estudos
IsF	Idiomas sem Fronteiras
ETS	Educational Testing Service
MEC	Ministério da Educação
MEO	My English Online
NG	Núcleo Gestor
NuLi	Núcleo de Ensino de Língua Inglesa
NuLi-IsF	Núcleo de Línguas – Idiomas sem Fronteiras

OECD	Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
PI	Política de Internacionalização
PICD	Programa de Incentivo à Capacitação Docente
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PL	Política Linguística
PR	Paraná
PROEX	Pró-reitoria de Extensão
PROGRAD	Pró-reitoria de Graduação
PROPLAN	Pró-reitoria de Planejamento
PROPPG	Pró-reitoria de Pós-graduação
QECR	Quadro Europeu Comum de Referência para Línguas
RF	Receita Federal
SEBEC	Serviço de Bem-estar à Comunidade
SINAES	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
TOEFL IBT	Test of English as a Foreign Language - Internet-based Test
TOEFL ITP	Test of English as a Foreign Language - Institutional Testing Program
TOEIC Bridge	Test of English for International Communication
UEL	Universidade Estadual de Londrina
UNESCO	Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
JUSTIFICATIVA E OBJETIVOS	19
ORGANIZAÇÃO DA TESE	22
1 METODOLOGIA DA PESQUISA.....	24
1.1 NATUREZA DA PESQUISA	24
1.2 TIPO DE PESQUISA	26
1.2.1 <i>Pesquisa Documental</i>	26
1.2.2 <i>Estudo de caso</i>	29
1.3 CONTEXTO DE PESQUISA: O ISF NA UEL	31
1.3.1 <i>Universidade Estadual de Londrina (UEL)</i>	31
1.3.2 <i>O Programa Idiomas sem Fronteiras (IsF)</i>	34
1.3.2.1 <i>Núcleo Gestor</i>	40
1.3.2.2 <i>Os Encontros Presenciais dos Coordenadores dos NuLis no Brasil</i>	40
1.3.2.3 <i>Convênios e Testes Internacionais</i>	42
1.3.2.4 <i>Cursos On-line pelo MEO</i>	44
1.3.2.5 <i>Cursos Presenciais</i>	45
1.3.2.6 <i>O Sistema IsF Gestão</i>	47
1.3.2.7 <i>Formação de Professores</i>	49
1.3.2.8 <i>O Letramento Digital dos participantes do Programa</i>	51
1.4 INSTRUMENTOS DE COLETA DE INFORMAÇÕES	53
1.4.1 <i>As Planilhas e os Diários de Classe</i>	53
1.4.1.1 <i>Planilhas geradas pelo sistema IsF Gestão</i>	54
1.4.1.2 <i>Planilhas geradas pela PROPLAN com a ATI da UEL</i>	59
1.4.2 <i>Documentos Oficiais</i>	65
1.4.3 <i>A frequência da divulgação em um programa de internacionalização como o IsF na UEL e os gráficos IsF Gestão</i>	68
1.5 PROCEDIMENTOS DE TRATAMENTO E ANÁLISE DE DADOS	72
1.5.1 <i>Tratamento dos dados pela Análise de Conteúdo</i>	72
1.5.2 <i>Tratamento dos dados pela Análise Comparativa</i>	76
1.6 A ÉTICA NA PESQUISA DOCUMENTAL.....	77

2 INTERNACIONALIZAÇÃO	78
2.1 ORIGEM E CONCEITOS DE INTERNACIONALIZAÇÃO	78
2.1.1 <i>Internacionalização em Casa</i>	85
2.1.2 <i>Questões acerca da implementação e dos mitos da internacionalização</i>	88
2.2 O PAPEL DAS LÍNGUAS ESTRANGEIRAS NA INTERNACIONALIZAÇÃO	91
3 DE POLÍTICA PÚBLICA À POLÍTICA LINGUÍSTICA: A TRAJETÓRIA DO ISF	96
3.1 POLÍTICAS PÚBLICAS	97
3.1.1 <i>Os resultados (ou a falta deles) em Políticas Públicas</i>	106
3.2 POLÍTICAS EDUCACIONAIS	110
3.3 POLÍTICAS LINGUÍSTICAS	112
3.3.1 <i>O Programa Idiomas sem Fronteiras como Política Linguística Nacional</i>	115
4 ANÁLISE DE DADOS	118
4.1 O PAPEL DO LABORATÓRIO DE LÍNGUAS NO PROCESSO DE INTERNACIONALIZAÇÃO	119
4.2 A AUSÊNCIA DE UMA POLÍTICA LINGUÍSTICA NA INSTITUIÇÃO	164
4.3 OS AGENTES DA INTERNACIONALIZAÇÃO	183
4.3.1 <i>Perfil dos alunos</i>	183
4.3.1.1 <i>O Perfil e a Performance Linguística dos Alunos no TOEFL ITP</i>	184
4.3.1.2 <i>O Perfil dos Alunos nos Centros de Estudos e Cursos</i>	191
4.3.2 A FREQUÊNCIA DA DIVULGAÇÃO	208
4.4 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	218
CONSIDERAÇÕES FINAIS	230
REFERÊNCIAS	234
ANEXOS	249
ANEXO 1 – ORGANOGRAMA DA UNIVERSIDADES ESTADUAL DE LONDRINA	250
ANEXO 2 – MATRIZ MULTIDIMENSIONAL DE (AUTO) AVALIAÇÃO DA INTERNACIONALIZAÇÃO ..	251

INTRODUÇÃO

A internacionalização como é vista por Fleshler (2016), um meio de colaborar para a solução de problemas entre culturas diferentes causados pela globalização, sempre permeou a minha vida. Tive contato com a internacionalização pela primeira vez através do Rotary International no programa de Intercâmbio de Grupo de Estudos (IGE) anunciado na escola de inglês que eu trabalhava em 1994. Antes de tornar-me professora da Universidade Estadual de Londrina, lecionei durante 25 anos no ensino privado e foram essas escolas que, juntamente com a universidade, ajudaram-me na minha formação para ser a professora que sou hoje, oferecendo-me oportunidades e proporcionando-me classes para que pudesse ensinar inglês a inúmeros brasileiros durante todos esses anos. Nesse intercâmbio do Rotary, quatro profissionais brasileiros visitaram a Índia com o objetivo de observar a cultura profissional daquele país em relação a sua profissão. Nesse grupo, eu representava a professora, posteriormente ao nosso retorno, quatro indianos fariam o mesmo no norte do Paraná. Esse programa era patrocinado por clubes Rotários, resultado de ações de uma sociedade civil organizada em prol da paz, do desenvolvimento e do bem-estar de diferentes povos. Durante nossa estada na Índia, observamos tecnologias, modos diferentes de pensar, de agir, ideias na profissão que seriam interessantes implantar no Brasil, outras ideias, nem tanto, imagino que tenha acontecido o mesmo com a delegação de indianos aqui no Brasil.

Enquanto estive trabalhando em instituições privadas, sempre fui levada a perceber a importância da formação profissional contínua e, principalmente, o valor atribuído à excelência linguística e aos testes internacionais, embora os testes nem sempre estavam à disposição de professores e alunos por causa do alto custo.

Quando tive a grata oportunidade de ingressar no corpo docente do Departamento de Letras Estrangeiras Modernas da Universidade Estadual de Londrina (UEL), em 2014, vinte anos depois da minha primeira experiência de internacionalização, também percebi a preocupação com a excelência no ensino e na formação do professor. Os programas de mobilidade acadêmica, por outro lado, não eram promovidos diretamente pela universidade, mas por meio de convênios firmados com outras universidades como o Programa Erasmus, as Bolsas Santander, os programas de mobilidade fomentados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de

Pessoal de Nível Superior (CAPES), o Programa Brasil França Agricultura (BRAFAGRI), e as possibilidades reais de vagas, bem escassas. No ano posterior do meu ingresso à universidade quis trazer a oportunidade de vivência no exterior para nossos alunos, como era oportunizado no setor privado, na crença de que novas culturas fomentam novas ideias e conduzem a soluções inovadoras para velhos problemas. À época, queria trazer um pouco da sociedade civil organizada como parceira da universidade pública.

O termo internacionalização veio ao meu convívio posteriormente, apesar de já dar vida ao conceito na prática há anos – durante a minha carreira no setor privado, foram várias participações em programas que promoviam viagens educacionais e aprimoramento linguístico no exterior – até compreender que o conceito de internacionalização não se limita à mobilidade, mas também à atividades que permitem uma dimensão intercultural às atividades acadêmicas, embora para a maioria das pessoas, o intercâmbio/mobilidade seja um bom começo. Foi então com base nessa experiência que passei a coordenar, juntamente com outra professora do curso de Secretariado Executivo, o Programa de Imersão Cultural e Aprimoramento de Línguas Estrangeiras por meio de Viagens Acadêmicas, em 2015 na UEL. Naquele ano, fizemos nossa primeira viagem internacional pelo programa a um país falante de língua inglesa, a África do Sul, com os alunos do curso de Secretariado Executivo. Posteriormente, levamos os alunos ao Chile, em 2016, a Londres, em 2017, ao Uruguai, em 2018 e à Espanha, em 2019, inserindo também alunos dos cursos de Letras Inglês, Letras Espanhol e Administração. Um dos principais objetivos do programa de viagens acadêmicas é o de mostrar ao estudante de graduação que uma mobilidade acadêmica, apesar de custosa, era possível mesmo para alunos que jamais tiveram tal oportunidade. Esse programa, apesar de ser executado em um curto período de tempo, oferecia contato com outras universidades no exterior e consolidava a necessidade do aprimoramento de uma língua estrangeira para seus participantes.

Concomitantemente a este programa, em 2015, fui convidada a auxiliar na aplicação dos testes TOEFL ITP¹ na universidade, pois a UEL havia se

¹ O TOEFL ITP é um dos exames aplicados pela ETS no Brasil. Seu formato é em papel e ele avalia a compreensão oral e de leitura, e ainda a expressão e estrutura escrita. Este foi o exame escolhido pelo Idiomas sem Fronteiras pela facilidade de aplicá-lo nacionalmente somado à confiabilidade da sua eficácia.

consolidado como centro aplicador desse exame pelo programa Idiomas sem Fronteiras². Para mim, essa parceria no âmbito do Idiomas sem Fronteiras (IsF), de um parceiro internacional como a Educational Testing Service (ETS), representada nacionalmente pela Mastertest e a UEL, representava uma oportunidade única de oferecer aqueles testes caros do início da minha carreira aos alunos gratuitamente. Essa era uma oportunidade que jamais tive enquanto eu estava na iniciativa privada. Naquela época, os testes representavam quase um ato de nobreza àqueles que conseguiam se inscrever, permitindo que poucos, por questões financeiras e de oportunidades reais de mobilidade, pudessem ter acesso.

Durante dois anos, fui assídua aplicadora de testes na UEL, estava aos sábados pela manhã oportunizando aos nossos alunos a possibilidade de obterem seu nível linguístico certificado por meio do teste TOEFL ITP, sem custo. No entanto, o ápice do meu envolvimento com a internacionalização ocorreu em maio de 2017, quando fui indicada pelo reitor, por meio da Assessoria de Relações Internacionais (ARI), para ser a coordenadora geral do Programa Idiomas sem Fronteiras (IsF) na UEL. A inserção da UEL foi permitida devido ao Edital 59/2017, que ampliou o programa para a participação das universidades estaduais não só como Centro Aplicadores do TOEFL ITP, mas também como Núcleo de Línguas (NuLi) do Programa Idiomas sem Fronteiras. Tal indicação implicava na gestão das ações do IsF realizadas nacionalmente com o intuito de fomentar uma política linguística para o país. Além disso, o programa propiciava a formação inicial e continuada de professores de línguas estrangeiras e de professores da rede pública de Educação Básica. Esse programa ampliava a oferta de vagas em cursos de línguas estrangeiras para a comunidade acadêmica brasileira, fortalecendo o ensino de idiomas no país, bem como o de língua portuguesa do Brasil e da cultura brasileira no exterior para estrangeiros que estivessem nas universidades brasileiras (SARMENTO; ABREU-E-LIMA; MORAES FILHO, 2016).

Após todos os esforços para atender às exigências do Edital nº 59/2017, em 27 de julho de 2017, a UEL recebeu o parecer de nº 63/2017/IsF-

² Edital para seleção de universidades federais para atuarem como Centro Aplicadores de Exames de Proficiência e como Núcleos de Línguas para o Programa Inglês sem Fronteiras – NuLi. Para as estaduais, este foi o momento de se cadastrarem apenas como Centro aplicador do exame. http://isf.mec.gov.br/images/2015/Novembro/edital_isf_completo_retificado2.pdf

CGAI/SESu/MEC³ favorável à implantação do Núcleo de Línguas (NuLi) do Programa Idiomas sem Fronteiras e se juntou às 55 universidades federais, a outras 20 universidades estaduais e a 1 universidade municipal, que tinham como um de seus objetivos o de fornecer suporte à política de internacionalização das universidades em parceria com propostas governamentais.

Naquele mesmo ano, mais exatamente no mês de outubro de 2017, a UEL anunciou a elaboração de um documento que estabeleceria uma Política de Internacionalização com o objetivo de orientar as ações futuras nesta área (LIVORATI, 2017). Essa ação foi impulsionada não somente pelos resultados alcançados pelo programa Ciência sem Fronteiras (CsF) na universidade, já extinto à época, mas também pelas ações de programas que tinham como objetivo auxiliar o processo de internacionalização como o Paraná fala Inglês⁴, atualmente intitulado Paraná fala Idiomas (PFI) e o IsF. Importante ressaltar que o IsF exigia um documento de Política Linguística (PL) de todas as universidades participantes e ações como as mencionadas acima eram movimentos para o desenvolvimento e elaboração de uma PL. Tal requisito era necessário para cumprimento do Edital nº 59/2017, permitindo que esta universidade fosse um NuLi do Idiomas sem Fronteiras em Londrina (PR).

No segundo trimestre de 2018, a Assessoria de Relações Internacionais, movida pelas demandas do programa IsF-UEL organizou um grupo composto por representantes dos programas PFI e IsF, um representante do Laboratório de Línguas, um representante de Departamento de Letras Estrangeiras Modernas e um representante da Assessoria de Relações Internacionais da UEL, os quais apresentaram uma primeira versão de Política Linguística para Apoio da Internacionalização da UEL, aprovada pelos componentes do Comitê de apoio à Internacionalização. Tal documento serviria de um plano de ação para o enfrentamento dos desafios postos às sociedades contemporâneas, com o intuito de promover articulações entre o local e o global. Dentro dos objetivos dessa Proposta

³ CGAI Comitê Gestor de Acesso à Informação / SESu Secretaria de Educação Superior / MEC Ministério da Educação

⁴ O Programa Paraná Fala Inglês foi instituído em 2013 no estado do Paraná, à luz das ações do Idiomas sem Fronteiras para que as universidades estaduais pudessem avançar na oferta de inglês para a comunidade acadêmica, já que não puderam se tornar Núcleo de Línguas (NuLi) IsF como as universidades federais desde o início. Esta situação foi alterada com o edital de 59/2017 do MEC. Na mesma linha da primeira fase do IsF, denominada Inglês sem Fronteiras, o Paraná fala Inglês também trazia como objetivo a capacitação de docentes e agentes universitários da IES do Paraná para a realização de exames internacionais de língua inglesa, ampliando as possibilidades de ingressarem em processos de mobilidade internacional (MARSON, 2017).

de Política Linguística (PL) em construção estão alguns de seus objetivos mais pertinentes para este estudo:

- II. apoiar a participação da UEL nos programas de ensino de línguas estrangeiras financiados por agências externas;
- VII. consolidar a UEL como Centro Aplicador do Exame Celpe-Bras e fortalecer o Ensino de Português para Falantes de Outras Línguas;
- VIII. apoiar iniciativas que promovam e valorizem a diversidade linguística e cultural da comunidade acadêmica universitária;
- IX. fortalecer as unidades internas responsáveis pelo ensino-aprendizagem de línguas para a ampliação das oportunidades de acesso a línguas estrangeiras;
- X. contribuir para promover a internacionalização do currículo dos cursos de graduação e de pós-graduação.

No mesmo sentido, o outro documento, intitulado Política de Internacionalização da UEL, já elaborado anteriormente à PL, descreve o entendimento de internacionalização da universidade:

[...] a internacionalização deve ser abrangente e pode contribuir para o desenvolvimento comprometido com a transformação social, econômica, política e cultural, além de ser pautada pelos valores de liberdade, equidade e justiça social, centrais à missão da UEL.
 [...] não se restringe o entendimento da internacionalização como mobilidade no exterior e contempla-se também a possibilidade de desenvolvimento da chamada internacionalização doméstica, “em casa”, ou seja, atividades que possibilitam incluir uma dimensão intercultural às atividades acadêmicas e de formação profissional, de produção, de conhecimento e de compartilhamento com a sociedade (POLÍTICA DE INTERNACIONALIZAÇÃO DA UEL).⁵

Deste modo, com base nas instruções propostas pelo Programa nacionalmente e embasado pelos princípios delineados pelo documento de Política de Internacionalização da UEL e da Proposta de Política linguística para Apoio à Internacionalização da UEL, o NuLi UEL teve seu funcionamento com os idiomas inglês, espanhol, português para estrangeiros e italiano até maio de 2019.

Após esta breve contextualização sobre minha atuação, passo a apresentar a justificativa e os objetivos deste estudo, considerando de onde saí e aonde cheguei até aqui.

⁵ O documento intitulado Política de Internacionalização da UEL compõe a Meta 21 do Plano Diretivo Institucional. Ao ser criado e aprovado no semestre de 2018, ele ainda não foi publicado.

Justificativa e Objetivos

A motivação para a realização deste estudo se dá no campo profissional, no sentido de buscar respostas que conduzirão a uma implementação satisfatória de programas com vistas à internacionalização, tendo como base a experiência obtida através do programa IsF na UEL. A implementação do programa IsF deveria cumprir não somente com os objetivos norteadores da internacionalização no Ensino Superior em nível nacional, mas também com os indicadores propostos pelo órgão de fomento.

No decorrer das atividades do programa, muitas vezes constatado nos encontros semestrais promovidos pelo Núcleo Gestor do IsF, pude perceber que alguns NuCLis conseguiam atingir suas metas e outros não, deixando muitos coordenadores frustrados com o resultado. Aprendemos no processo, mas a falta de conhecimento sobre como organizar, planejar e implementar ações que envolvessem a linguagem como foco do processo era visível no grupo dos coordenadores. Uns se saíram melhor que outros pela própria experiência de vida ou de gestão na universidade (PAIVA; ALVES, 2020; PAIVA, 2020). Mesmo assim, a maioria dessas experiências não puderam ser comparadas à dimensão do que fazíamos no programa IsF. É nesse contexto que se dá a justificativa deste trabalho. É importante que possamos discutir, avaliar e indicar o que pode ser feito para auxiliar linguistas aplicados no processo de gerenciamento de ações que envolvam políticas linguísticas com vistas à internacionalização para que as metas estabelecidas possam ser atingidas.

Como coordenadora geral do programa Idiomas sem Fronteiras desde janeiro de 2017, nesta época sendo a UEL somente um Centro Aplicador de TOEFL e, a partir de setembro de 2017, já como coordenadora geral do NuCLi UEL, pude acompanhar o passo a passo do processo de implementação das ações do programa na universidade, desde a criação da equipe, das turmas, dos cursos e de todas as articulações político-acadêmico-pedagógicas necessárias para que o programa pudesse cumprir com os seus objetivos:

2. DO PROGRAMA IDIOMAS SEM FRONTEIRAS

2.1. O Programa Idiomas sem Fronteiras (IsF) objetiva propiciar a formação inicial e continuada de professores de língua estrangeira e de professores de idiomas da rede pública de Educação Básica, a capacitação em idiomas estrangeiros de estudantes, professores e

corpo técnico-administrativo das Instituições de Ensino Superior (IES), bem como a formação e a capacitação de estrangeiros em língua portuguesa, contribuindo para o desenvolvimento de uma política linguística para o país.

2.2. Visa, ainda, contribuir para a criação, o desenvolvimento e a institucionalização dos Núcleos de Línguas IsF (NuLi-IsF) e articulação desses com os Centros de Idiomas já existentes nas universidades, ampliando a oferta de vagas e fortalecendo o ensino de idiomas no país, bem como o de língua portuguesa do Brasil e cultura brasileira no exterior (BRASIL, 2017a).

Nos vinte meses de atuação do programa na UEL, tivemos dificuldades em atender às exigências do Núcleo Gestor com relação às metas postas pelos órgãos de fomento em relação à abertura das classes. Por outro lado, o programa impulsionou outros aspectos relacionados ao ensino de idiomas não só na UEL, mas por todo o Brasil, como a formação de professores, a qual teve muito êxito em todo o Brasil cujos registros e análise podem ser constatados por vários pesquisadores (MOLINARI, 2020; SANTOS; GOMES, 2017; RODRIGUES, 2019; GIMENEZ; PASSONI, 2016; MOLINARI; FRANCO; PASSONI, 2020; KIRSCH; SARMENTO, 2018; PEREIRA, 2018; KIRSCH, 2019; SARMENTO; ABREU-E-LIMA; MORAES FILHO, 2016; FINARDI; PORCINO, 2015; NASCIMENTO; MELLO, 2020). Também não é objeto desta tese, mas faço uma ressalva positiva à produção de material para o ensino de língua estrangeira com vistas à internacionalização pelo programa IsF (LAMBERTS, 2015; SARMENTO; ABREU-E-LIMA; MORAES FILHO, 2016; BRITO; SILVEIRA, 2018; DAMACENA; ARAÚJO, 2018; CARAMORI; COELHO, 2019; SILVA; SILVA, 2019; FRANCISCO, 2020; FRAZATTO, 2020; MELLO; RAMOS; CARLOS; MOLLERO, 2020; MARQUES; BONVINO, 2020; MIRANDA; GOMES; KANASHIRO, 2020). Por fim, ainda destaco as pesquisas que abordam questões relacionadas à internacionalização e política linguística promovidas pelo programa nas IES (PASSONI, 2019; AMORIM, 2020; GUIMARÃES, 2020; CHAGAS, 2021) e uma pesquisa com relação ao efeito retroativo de um exame de proficiência do IsF (KOBAYASHI, 2016).

Retornando à dificuldade de não atingirmos os indicadores exigidos pela agência de fomento, questiono a maneira pela qual o programa IsF foi iniciado na UEL. O primeiro questionamento se pauta no fato da universidade ter ou não uma base político-pedagógica para executar o programa com sucesso. Ademais, me perguntava quais seriam as bases necessárias para respaldar um programa de internacionalização em uma IES bem como os pilares que sustentariam um programa

de internacionalização em uma IES. Esses questionamentos me levaram a olhar não para o programa em si só, mas olhar para a universidade e investigar o contexto no qual o programa foi implementado. Ao receber a proposta de credenciamento da universidade não nos era claro o engajamento da instituição no processo de internacionalização.

Assim, após a atuação do IsF na UEL, destaco cinco eixos basilares que sustentam um programa que promove política linguística com vistas à internacionalização em uma IES. Desses cinco eixos, dois deles, a formação de professores e a elaboração de material com vistas internacionalização já foram exaustivamente estudados; já três desses eixos ainda carecem de investigação e serão abordados nesta tese, a saber: 1. a articulação de um programa com fomento externo com o centro de línguas local, 2. a relação da política linguística nacional, que o IsF promovia, com a política linguística institucional e 3. o papel dos agentes da internacionalização dentro da IES. Somando-se aos dois eixos anteriores, essa lacuna de pesquisa é melhor visualizada na Figura 13, que apresento ao final da seção 1.4.3, no capítulo de metodologia.

O objetivo geral desta tese é investigar a implementação e a gestão do IsF na UEL com vistas a identificar etapas necessárias para a implementação e a gestão de programas que promovam política linguística para a internacionalização do Ensino Superior nas IES brasileiras. Como objetivos secundários:

- a) Analisar a implementação do programa IsF em uma universidade brasileira à luz de documentos da IES e do programa IsF.
- b) Discutir e organizar as etapas de implementação do IsF de forma a auxiliar futuros gestores de programas no suporte à internacionalização do ensino superior nas IES brasileiras.

Com base na tese de que de que um programa que promove política linguística em IES será profícuo e cumprirá os objetivos propostos se houver um centro de línguas articulado com os propósitos de internacionalização apto a agregar em suas funções os propósitos desses programas; uma política linguística institucional atuante agindo transversalmente na IES gerando dados e mapeamento que conduzam as ações de internacionalização na instituição e uma equipe de agentes da internacionalização atuando pontualmente no mapeamento fornecido pela PL por meio de uma divulgação influente e ininterrupta de modo a fortalecer a cultura da

internacionalização no campus, apresento a pergunta central de pesquisa que norteará este estudo: Quais etapas são necessárias para a implementação e a gestão de programas que promovam política linguística em uma instituição pública de ensino superior brasileira com vistas à internacionalização?

Organização da tese

Almejando atingir os objetivos propostos para este estudo e responder à pergunta central de pesquisa, organizei esta tese conforme explico a seguir.

A partir do entendimento de que a metodologia de pesquisa orienta a busca pelo referencial teórico que embasa o estudo, apresento, logo após esta introdução, o capítulo de metodologia, que tem como objetivo nortear o leitor acerca do caminho percorrido, desde a natureza e o tipo de pesquisa, passando pela descrição da coleta dos dados e os procedimentos para o seu tratamento, até uma descrição detalhada do contexto de investigação do estudo.

No capítulo 2, apresento os conceitos e discussões a respeito da internacionalização que sustentam este estudo no sentido de analisar as ações da implementação de uma política linguística para fins de internacionalização no ensino superior, o caso do Idiomas sem Fronteiras, por meio do seu NuLi na UEL. Dentre as questões abordadas trago conceitos de internacionalização (KLASEK, 1992; KNIGHT 2003; 2004; 2012; 2020; CROSS; MHLANGA; OJO, 2011), internacionalização no ensino superior (SARMENTO; ABREU-E-LIMA; MORAES FILHO, 2016; ALTBACH; KNIGHT, 2007; KNIGHT, 2008; HUDZIK, 2011) e internacionalização em casa (FINARDI, 2016; KNIGHT, 2008; LIMA; MARANHÃO, 2011, ABREU-E-LIMA et al., 2017).

No capítulo 3, discorro sobre políticas, apresentando um trajeto desde o seu espectro mais amplo como política pública, passando pelas políticas educacionais até chegar em política linguística, que é o recorte desta pesquisa (LASSWELL, 1950; SIMON, 1976; LINDBLOM, 1980; SOWELL, 2019; BALL, 2006, BALL; GOLD, 1992). Na última parte deste capítulo abordo questões sobre avaliação de programas como políticas (MACDONALD, 1982; SOWELL, 2017; MENDES; SORDI, 2013; SOUZA, 2003 BAUER; SOUSA, 2015).

Em seguida, no capítulo 4, apresento a análise dos dados organizada pelos três eixos basilares do IsF que apresentamos nesta introdução: a articulação de

um programa com fomento externo com o centro de línguas local, a relação da política linguística nacional, que o IsF promovia, com a política linguística institucional e o papel dos agentes da internacionalização dentro da IES.

Para finalizar, apresento a discussão dos resultados e as considerações finais que sintetizam os principais pontos do estudo, bem como suas limitações e encaminhamentos, seguidas das referências bibliográficas que sustentaram todo o percurso percorrido.

1 METODOLOGIA DA PESQUISA

A pesquisa científica tem como principal objetivo contribuir para a evolução do conhecimento humano. Para Medeiros (2012), será chamada pesquisa científica se a busca e a realização do objeto de investigação planejada forem desenvolvidas e redigidas conforme as normas metodológicas consagradas pela ciência. É por meio de normas da metodologia científica que se realiza concretamente a investigação planejada (SILVA; MENEZES, 2005).

Para justificar o planejamento deste estudo, são discutidos neste capítulo: a natureza da pesquisa, o tipo de pesquisa escolhido para estudar o objeto delineado, o contexto de investigação, os instrumentos de coleta de informações, os procedimentos de tratamento e análise dos dados e questões éticas de pesquisa.

1.1 Natureza da Pesquisa

Na área das Humanidades prevalece o uso da pesquisa de natureza qualitativa (CALAIS, 2007), principalmente quando nos propomos a ouvir o discurso do outro (CAMPOS, 2007). Para justificar a natureza qualitativa desta pesquisa nos alinhamos com Kripka, Scheller e Bonotto (2015) quando afirmam que:

Os estudos qualitativos se caracterizam como aqueles que buscam compreender um fenômeno em seu ambiente natural, onde esses ocorrem e do qual faz parte. Para tanto o investigador é o instrumento principal por captar as informações, interessando-se mais pelo processo do que pelo produto. (p. 243)

O fato de ter sido coordenadora do programa IsF na UEL, me coloca neste lugar de interessada mais no processo do que no produto, ou seja, olhar o resultado da implementação do IsF na UEL para projetar conhecimento para novas ações da mesma natureza.

Nas questões de cunho administrativo e pedagógicos que eram demandas do programa IsF, de acordo com o edital 59/2017 (3.2.1.4 – item II), o papel do coordenador geral do programa envolvia responder por questões administrativas do seu NuLi. Dentre as funções dos coordenadores gerais, destacavam-se:

- Ser o ponto focal do Programa IsF na universidade;

- Ser responsável pela emissão de relatórios dos trabalhos desenvolvidos, pela articulação institucional e pela supervisão administrativa-pedagógica; conforme previsto em Edital e demandado pela SESu/MEC e CAPES.
- Representar a universidade nos acessos aos sistemas de Gestão do IsF em outros ambientes virtuais do programa;
- Ser responsável pela aplicação dos testes e exames de nivelamento e proficiência, desde a seleção de aplicadores à divulgação dos resultados;
- Divulgar as ações do programa IsF no âmbito da universidade e de sua região;
- Monitorar o progresso acadêmico dos alunos do núcleo IsF por intermédio da plataforma de gestão e sugerir ações de intervenção quando necessário;
- Acessar o sistema de Gestão IsF para atualização mensal dos dados e utilizar um ambiente Moodle para compartilhar informações com outros coordenadores e NG.

Todas as funções mencionadas acima não estavam condizentes com a formação acadêmica dos coordenadores gerais, diferentemente das ações da parte pedagógica do programa contempladas na formação profissional acadêmica tanto dos professores como dos coordenadores. A parte administrativa envolvia gerenciar o programa por intermédio de sistemas, lidar com informações em planilhas e, a partir de parâmetros de fomento para o programa, atingir as metas quantitativas estabelecidas por esses órgãos para que as turmas fossem autorizadas e o programa pudesse funcionar e existir. Isso deve ser explicitado de modo a justificar em uma tese da área das Humanidades, no campo dos Estudos da Linguagem, além dos autores que embasam as questões da área da linguagem (BALL, 2006; KNIGHT, 2008; HUDZIK, 2011), autores que discorram sobre as questões administrativas como Weber (2016), Chiavenato (2000) e Motta; Vasconcelos (2004), mesmo em proporções menores.

Calvino (1990) ressalta que a partir do momento em que se transfere a imagem visual ou verbal para o preto e o branco da palavra escrita, é ela que conta. A busca de um equivalente da imagem visual se sucede e pouco a pouco a escrita prevalece. Por isso, na composição de todo tipo de texto, e mais ainda os institucionais, exige-se que tudo seja exatamente denominado, descrito e localizado no espaço e no tempo.

Assim, torna-se relevante para esta pesquisa um olhar qualitativo⁶ para documentos, de procedências diversas, que definiram o programa IsF, estabeleceram os caminhos a serem percorridos para sua implementação nas IES e uma análise de como eles foram interpretados, como eles se articularam com as demandas locais, também materializadas em forma de documentos.

Passo então a caracterizar a pesquisa documental nesta tese.

1.2 Tipo de Pesquisa

1.2.1 Pesquisa Documental

Diante das ponderações mencionadas e do processo de implementação das ações do programa IsF no pelo NuLi-IsF da UEL, proponho-me a analisar os documentos que respaldam esse tipo de implementação na instituição. Assim, na análise também utilizo a fundamentação teórica respaldada do conceito de burocracia de Weber (2016a, 2016b), o qual analisou de modo abrangente todas as instituições sociais além da administração pública. Weber percebeu uma proliferação de organizações de grande porte no domínio religioso (a igreja), no educacional (as universidades) e no econômico (as grandes empresas) que adotaram o tipo burocrático de organização “concentrando os meios de administração no topo da hierarquia e utilizando de regras racionais e impessoais, visando à máxima eficiência” (CHIAVENATO, 2000, p. 308).

Desconsiderando uma administração hierárquica, uma vez que a UEL tem buscado por meio do seu PDI o estabelecimento de processos que busquem romper com as formas centralizadas de elaboração de seu planejamento, prezando pela democracia nas decisões (UEL, 2021a), as regras racionais e impessoais prevalecem nas instituições públicas. Essas regras, por meio de documentos

⁶ Apesar de lançar mão de dados quantitativos para comparar informações principalmente de documentos como planilhas, gráficos e figuras, como será apresentado mais diante neste capítulo, entendemos que a dimensão qualitativa permanecerá como norteadora deste estudo, uma vez que corroboramos com André (1995) de que é preciso ir além da dicotomia qualitativo-quantitativo. “Pode-se fazer uma pesquisa que utiliza basicamente dados quantitativos, mas na análise desses dados estarão sempre presentes o quadro de referência, os valores de quem vai analisar e, portanto, a dimensão qualitativa. Por outro lado, ‘o número ajuda a explicitar a dimensão qualitativa’” (apud FURTOSO, 2001, p. 64)

elaborados, discutidos e aprovados pelos seus membros, buscam promover estruturas racionais e impessoais que sustentem e conduzam à máxima eficiência as ações de uma instituição pública.

A impessoalidade em detrimento de interesses pessoais, é para Weber (2016a) base de uma organização social e legalmente organizada. A universidade é e deve ser burocrática. Diferentemente do conceito popular no qual a burocracia é entendida com uma empresa ou organização onde os papéis se multiplicam e dificultam ações rápidas, consistentes e eficientes, o conceito de burocracia de Weber é justamente o contrário. “A burocracia é a organização eficiente por excelência. Para conseguir eficiência, a burocracia detalha nos mínimos detalhes como as coisas deverão ser feitas (CHIAVENATO, 2000, p. 309). Dentre as dez características apontadas por Weber (2016a), esta tese considerará duas: (1) o caráter legal das normas e regulamentos e (2) o caráter formal das comunicações. A burocracia é uma organização ligada por comunicações escritas. As regras e ações administrativas são formuladas e registradas por escrito formalizando todas as ações. Os procedimentos são feitos para proporcionar comprovação e documentação adequadas bem como assegurar a intervenção unívoca das comunicações (CHIAVENATO, 2000; MOTTA; VASCONCELOS, 2004).

Tendo como pressuposto teórico a relevância dos documentos institucionais para a bom direcionamento das decisões pelos seus membros, este estudo toma como dados os documentos que sustentam e dizem respeito à internacionalização do ensino superior a partir da implementação de um programa que promove política linguística com vistas à internacionalização do ensino superior. Os documentos foram formulados, na sua maioria, pela universidade e pelo programa IsF.

Para Gil (2008), o elemento mais importante para a identificação de um planejamento metodológico é o procedimento escolhido para a coleta de dados. Segundo esse autor, há dois grandes grupos para a escolha da coleta de dados. O primeiro é aquele cujas fontes são oriundas dos papéis; o segundo é o grupo cujos dados são fornecidos por pessoas. No primeiro grupo temos a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental e no segundo grupo temos a pesquisa experimental, a pesquisa ex-post-facto, e estudo de campo e o estudo de caso.

A pesquisa documental se assemelha à pesquisa bibliográfica, a diferença jaz na natureza das fontes. Enquanto a pesquisa bibliográfica obtém seus

dados de artigos e livros buscando uma diversificação de autores com o foco no assunto escolhido, a pesquisa documental se pauta em materiais que não receberam um tratamento analítico e podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa (GIL, 2008). Este é o ponto principal de convergência desta pesquisa e a pesquisa documental. As análises dos documentos necessários para a implementação do programa IsF na UEL permitirão observar o foco e os objetivos da universidade nessa direção. Tais análises ainda permitirão uma reflexão para novas redações dos documentos (GIL, 2008) mediante os propósitos da universidade.

Para fins de pesquisa científica, diversos tipos de documentos são considerados na obtenção dos dados. Tradicionalmente, esse tipo de pesquisa vale-se desde os documentos clássicos dessa modalidade, aqueles elaborados desde agências governamentais até registros cursivos, registros episódicos e privados constituídos por documentos pessoais (GIL, 2008). Ao utilizarmos de fontes documentais, faz-se necessário diferenciá-las entre fontes primárias e secundárias. As fontes primárias são as que nos fornecem uma interpretação de documentos originais, já as fontes secundárias são as análises que trazem interpretações de outros pesquisadores a respeito dos documentos (COHEN; MANION; MORISON, 2018). Usaremos nesta tese os documentos de fontes primárias.

As fontes de documentação dividem-se em registros estatísticos, registros institucionais escritos, documentos pessoais e comunicação de massa (GIL, 2008). Os registros estatísticos são os dados que todas as sociedades modernas produzem referentes às características de seus membros e suas instituições. Geralmente esses dados são armazenados e arquivados para servir aos interesses das organizações, sobretudo das Organizações Públicas. Os registros institucionais escritos são aqueles fornecido por instituições governamentais, dentre eles encontram-se projetos de leis, relatórios de órgãos governamentais, atas de reuniões, regulamentações, editais, deliberações discursos proferidos, dentre outros. Para os documentos pessoais, Gil (2008) destaca as cartas, os diários, memórias e autobiografias e outros documentos que podem ser de grande valia neste tipo de pesquisa. Por último, esse autor apresenta a comunicação de massa como fonte documental. Os documentos de massa, tais como jornais, revistas e sites, constituem uma importante fonte de dados para a pesquisa documental. Essas fontes possibilitam ao pesquisador conhecer os mais variados aspectos da sociedade atual além de lidar com o passado histórico. Esta tese fará uso de registros numéricos, no que se refere

às tabelas obtidas pelo sistema IsF Gestão e de registros institucionais no que se refere aos editais, regulamentos, projetos, propostas, minutas e planos referentes ao programa IsF e NuLi-IsF UEL e à universidade.

Há quatro desafios ao utilizarmos da pesquisa documental para fins científicos: (1) autenticidade, (2) credibilidade, (3) representatividade e o (4) significado do documento (COHEN; MANION; MORRISON, 2018). Para a autenticidade devemos considerar a autoria do documento, se constitui-se de primeira ou segunda mão, se é confidencial ou não, se há erros ou várias versões. Para a credibilidade devemos observar a confiabilidade do documento, se ele é claro, sincero ou preciso. Essas características podem ser conferidas a partir do propósito pelo qual o documento foi escrito e seu contexto, este último pode oferecer revelações importantes para a pesquisa. No que diz respeito à representatividade, Cohen, Manion E Morrison (2018) afirmam que nem todos os documentos farão parte do arquivo da instituição e esse caminho é definido pelo índice de sobrevivência que cada documento requer. Com o passar do tempo, documentos que são considerados inúteis e desatualizados são destruídos, e aqueles considerados de valor, são arquivados. Por fim, há três aspectos a serem considerados com relação ao significado dos documentos, segundo esses autores. Estes aspectos são o (1) conteúdo pretendido do texto, (2) o conteúdo proveniente do texto e o (3) significado intrínseco do texto. Considerando a complexidade da interpretação do texto dos documentos, os autores sugerem uma busca de diálogo a partir dos limites do texto, das referências do pesquisador e daqueles que produziram o texto.

Considerando o objeto de estudo desta pesquisa: investigar a implementação e a gestão do programa IsF na UEL com vistas a identificar as etapas necessárias para a implementação e a gestão de programas que promovam política linguística para a internacionalização do Ensino Superior nas IES brasileiras, faz-se necessário também compreender em que perspectiva entendemos que esta pesquisa se caracteriza como um estudo de caso.

1.2.2 Estudo de caso

A pesquisa de estudo de caso inicia-se com a percepção de um caso específico como um indivíduo, uma entidade concreta, uma organização ou um pequeno grupo e consiste no estudo profundo e exaustivo de modo que se permita

um conhecimento amplo e detalhado do objeto em questão. Para Quiles (2019) e Cohen, Manion e Morrison (2018), o caso escolhido para a pesquisa deve ser significativo e bem representativo, de modo que permita fundamentar generalizações para situações análogas, que permitam interferências. Para esses autores, um estudo de caso ainda pode ser apresentado em diversos tipos como um experimento, uma investigação, uma pesquisa ação, pesquisa participatória, histórica, dentre outros.

Assim, pode ser definido como um estudo de uma particularidade e complexidade de um caso único. Esta tese se justifica na definição de caso único porque embora o programa IsF oferecia as mesmas oportunidades e objetivos a todos os NuCLis, cada universidade possuía um universo distinto e específico. Tal peculiaridade consolida este tipo de pesquisa com base no que Cohen, Manion e Morrison (2018) propõem para estudo de caso, isto é, um tipo de pesquisa que fornece um exemplo único de pessoas reais em situações reais, capacitando leitores a entender a partir de ideias mais claramente do que simplesmente apresentar teorias abstratas ou princípios. No mais, um estudo de caso possibilita ao leitor a compreender como ideias e princípios abstratos podem trabalhar juntos.

O programa IsF é um programa de atuação nacional e o caso do IsF UEL representa uma parte desse todo, porém, com características de contextos próprios. Considerando o universo de um estudo de caso, é possível que este tipo de pesquisa se mostre frágil devido a incidências de fenômenos encontrados apenas no universo pesquisado. No nosso caso, essa fragilidade, caso seja detectada, não compromete a confiabilidade da pesquisa geral pois ela colabora com as dezenas de pesquisa feitas sobre o IsF em âmbito nacional (RIBEIRO; BRITO, 2018; RIBEIRO; BRITO, 2019).

Todas essas pesquisas juntas ajudam a criar um perfil mais concreto das ações positivas e das lacunas resultantes da atuação de um programa em prol de internacionalização para o ensino superior no Brasil, o programa Idiomas sem Fronteiras, que incluiu 141 instituições públicas brasileiras em todo o território nacional. O fato desta pesquisa caracterizar-se como caso único, ela também pode ser utilizada como parte de pesquisas que compõem um todo. Isso pode auxiliar outras pesquisas a respeito do programa e justificar sua atuação no cenário da internacionalização do Ensino superior brasileiro.

Quanto aos objetivos do Estudo de Caso, Prodanov e Freitas (2013) apontam três pontos que justificam essa escolha para a análise do programa IsF na

UEL: 1) a observação de situações de vida real cujos limites não estejam claramente definidos; 2) a descrição do contexto que está sendo feita a investigação; e 3) a explicação das variáveis causais de determinado fenômeno em situações muito complexas que não possibilitem a utilização de experimentos.

Dentre os tipos de estudos de caso apontados por Quiles (2019), há o estudo de casos descritivos, de casos interpretativos e de casos avaliativos. Esta pesquisa utilizará o estudo de caso avaliativos porque trabalha com a descrição e a interpretação dos dados para avaliar a implementação do IsF na UEL.

Desse modo, esta pesquisa é de abordagem qualitativa quanto à sua natureza (GERHARDT; SILVEIRA, 2009) e quanto aos procedimentos de pesquisa, ela se utilizará de procedimentos de pesquisa documental e de estudo de caso (GIL, 2008; COHEN; MANION; MORISON, 2018).

Na seção, seguinte, descrevo o contexto de investigação da pesquisa para melhor compreensão do caso que foi estudado.

1.3 Contexto de Pesquisa: O IsF na UEL

A fim de contextualizar o leitor a respeito do local onde a pesquisa foi executada e a estrutura que alicerçava o Programa Idiomas sem Fronteiras, apresento, primeiramente, uma contextualização geral da instituição, para depois entrar mais especificamente no IsF.

1.3.1 Universidade Estadual de Londrina (UEL)

A Universidade Estadual de Londrina é reconhecida com uma das melhores universidades do país⁷ e está localizada no norte do Paraná, no sul do Brasil. Sua comunidade interna é composta por alunos de graduação, pós-graduação,

⁷ A UEL ocupou o 2º lugar no Brasil dentre as universidades públicas como melhor universidade segundo o Times Ranking Impacto University (2020). Também ocupa o 12º lugar no Brasil segundo o QS World University Ranking a se matem em 1º lugar nesses dois rankings mencionados e em mais seis avaliações dentre as universidades estaduais: a) Índice Geral de Curso MEC INEP, b) QS University Latin America Ranking (2020), c) QS University BRICS, c) Times Higher Education World (2021), d) Times Higher Education: Latin America University, e) Times Higher Education: BRICS & Emerging Economies.

Disponível em UEL em dados: http://www.uel.br/proplan/novo/pages/arquivos/uel_em_dados/UEL-em-dados-2020.pdf

docentes e agentes universitários, que juntos somam cerca de vinte e cinco mil pessoas.

Localizada na cidade de Londrina, a UEL está inserida em uma comunidade de 543.003 habitantes. A cidade é reconhecida como potência econômica influenciando direta e indiretamente cidades do norte do Paraná, sul de São Paulo e Mato Grosso do Sul. Não é à toa que a UEL recebe, além dos alunos de Londrina (55% dos estudantes), estudantes de diversos estados brasileiros atraídos pela sua localização e excelente ranking educacional. A universidade desempenha um papel decisivo do desenvolvimento da cidade e região, com destaque na prestação de serviços em diversas áreas da saúde, na pesquisa e extensão (UEL, 2021b).

A UEL tem autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial nas políticas educacionais e é fomentada pelo Governo Estadual. Atualmente a universidade conta com 53 cursos de graduação atendendo 13.314 alunos e 205 programas de Pós-graduação Lato e Stricto Sensu que atende 4.599 estudantes de todo o Brasil.⁸

A contribuição da UEL para o desenvolvimento científico, tecnológico, econômico e cultural baseia-se na importância dos resultados conferido à missão que lhe é atribuída. A missão da UEL é ter uma gestão democrática, com plena autonomia didático-científica comprometida com o desenvolvimento e a transformação social, econômica, política e cultural do Estado do Paraná. Seu tripé é pautado na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, a liberdade e respeito ao pluralismo de ideias com a finalidade de produção e disseminação de conteúdo. (UEL, 2021b)

A descrição estrutural que farei a seguir é importante para compreendermos onde cada órgão mencionado para esta pesquisa se encontra localizado na instituição. Tal descrição pode ser visualizada no organograma oficial da UEL⁹ (ANEXO 1). Hierarquicamente, a UEL é composta por um Conselho Universitário dividido em uma comissão e três conselhos juntamente com a Reitor. Encontram-se neste nível a Comissão Própria de Avaliação (CPA), o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, o Conselho de Administração, o Conselho de interação

⁸ UEL em dados. Ano 2020. Disponível em: <http://www.uel.br/proplan/novo/pages/dados-e-informacoes/uel-em-dados.php>. Acesso em: 23 maio 2021.

⁹ Organograma da Universidade Estadual de Londrina <
<http://www.uel.br/proplan/oem/organograma.pdf>>

Universidade-Sociedade e o Reitor. Ligados diretamente à reitoria encontram-se o Gabinete da Reitoria, a Assessoria de Auditoria Interna, a Assessoria de Relações Internacionais, a Assessoria de Tecnologia de Informação, o Conselho de Planejamento e Desenvolvimento, a Secretaria Geral dos Órgãos Colegiados Superiores e a Procuradoria Jurídica.

A seguir há seis pró-reitorias e três coordenadorias, sendo elas, a Pró-reitoria de Graduação (PROGRAD), a Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação (PROPPG), a Pró-reitoria de Extensão (PROEX), a Pró-reitoria de Planejamento (PROPLAN), a Pró-reitoria de Administração e Finanças (PROAF), a Pró-reitoria de Recursos Humanos (PRORH), a Coordenadoria de Processos Seletivos, a Coordenadoria de Comunicação Social e a Prefeitura do Campus Universitário. Abaixo das pró-reitorias encontram-se os nove centros de estudos e seus cinquenta e sete departamentos. Seus centros de estudos são assim denominados: o Centro de Ciências Agrárias (CCA), o Centro de Ciências da Saúde (CCS), o Centro de Estudos Sociais Aplicados (CESA), o Centro de Ciências Biológicas (CCB), Centro de Educação, Comunicação e Artes (CECA), Centro de Ciências Exatas (CCE), Centro de Educação Física e Esportes (CEFE), Centro de Tecnologia e Urbanismo (CTU) e o Centro de Letras e Ciências Humanas (CLCH¹⁰). O Laboratório de Línguas da UEL é “um órgão complementar de fomento e ensino, pesquisa, extensão e prestação de serviços vinculado ao CLCH, sob gestão do Departamento de Letras Estrangeiras Modernas (UEL, 2012). Devido a sua vinculação ao Departamento de Letras Estrangeiras Modernas, ele não é mencionado no organograma oficial da universidade.

A Assessoria de Relações Internacionais (ARI) é um órgão vinculado ao Gabinete da Reitoria e desempenha o papel de buscar parcerias com instituições estrangeiras visando acordos de cooperação internacional. Há dois núcleos de estudos relacionados à ARI, são eles o Núcleo de Estudos Afro-brasileiros (NEAB) e o Núcleo de Estudos da Cultura Japonesa (NECJ). A divisão de Estágios e Intercâmbios é um órgão vinculado à PROGRAD.

¹⁰ A sigla atual usada para a descrição desse centro é CLCH. Contudo, durante a análise dos documentos foram encontradas várias ocorrências da sigla antiga CCH. Para uma melhor compreensão do texto, optei em utilizar somente a sigla CLCH, alterando assim a descrição de alguns documentos.

A UEL ainda conta com quinze órgãos suplementares e seis órgãos de apoio. Dentre os órgãos suplementares encontram-se o Museu, o Escritório de Aplicação de Assuntos Jurídicos, o Hospital Universitário, o Laboratório de Medicamentos, a Clínica Odontológica Universitária, a Casa de Cultura, o Escritório de Aplicação de Assuntos Socioeconômicos, o Colégio de Aplicação, o Hospital Veterinário, a Fazenda-escola, a Rádio FM UEL, a TV UEL, o Museu de Ciências e Tecnologia de Londrina, a Clínica de Especialidades Infantis e a Clínica Psicológica. Dentre os órgãos de apoio encontram-se a Biblioteca Central, o Laboratório de Tecnologia Educacional, o Serviço de Bem-estar à comunidade, a Editora, o Sistema de arquivos da UEL-SAUUEL e a Agência de Inovação Tecnológica da UEL.

A seguir, apresentarei o Programa Idiomas sem Fronteiras.

1.3.2 O Programa Idiomas sem Fronteiras (IsF)

O Programa Idiomas sem Fronteiras, nos moldes que analisamos neste trabalho, surge a partir da necessidade de um outro programa, o Ciência sem Fronteiras (CsF). Este último representou ser o maior programa de internacionalização já executado no Brasil, cuja meta era enviar 101 mil estudantes brasileiros para o exterior (BRASIL, 2012). O CsF buscava promover a consolidação, expansão e internacionalização da ciência e tecnologia, da inovação e da competitividade brasileira por meio do intercâmbio e da mobilidade internacional. Dentre os seus objetivos, destacam-se o investimento da formação de pessoal altamente qualificado nas competências e habilidades necessárias para o avanço da sociedade de conhecimento (BRASIL, 2011). Contudo, logo no início do programa, surge um impasse linguístico que dificulta a atuação do programa:

Com a implementação do Programa CsF, entretanto, várias questões emergiram ou tornaram-se ainda mais evidentes, tais como a falta de proficiência em língua estrangeira (ou língua adicional) do alunado brasileiro, ausência de uma política de internacionalização na educação superior que contempla intercâmbios de alunos de graduação oriundos de outros países, aspectos curriculares de questões relativas a financiamento e infraestrutura das instituições visando a sua internacionalização e língua de instrução, apenas para citar alguns dos temas em debate. (ABREU-E-LIMA et al., 2016, p. 20)

Desse modo, o pessoal altamente qualificado que se esperava encontrar nas universidades se esbarra na falta de proficiência¹¹ em língua estrangeira, mais especificamente em língua inglesa, idioma que apresentava mais demanda para o programa. A partir deste problema, foi criado o Grupo de Trabalho (GT) Inglês sem Fronteiras, em 24 de maio de 2012. Esse GT foi composto por um representante indicado pela SESu e dois representantes de mais dez universidades federais de norte a sul do Brasil que ofertavam o curso de Letras-Inglês. Esses especialistas tiveram 180 dias para submeter à SESu um conjunto de ações específicas de língua inglesa para auxiliar a inclusão de alunos no Programa CsF (BRASIL, 2012a).

Em 18 de dezembro de 2012, por meio da Portaria nº 1.466, o MEC institui o Programa Inglês sem Fronteiras como uma das propostas apresentadas pelo GT. As ações do Programa Inglês sem Fronteiras deveriam ser complementares às atividades do Programa CsF. Dentre os objetivos do Programa Inglês sem Fronteiras, encontra-se o desenvolvimento dos centros de línguas nas IES, ampliando a oferta de vagas e a implementação da aplicação de testes de proficiência aos potenciais participantes do programa (BRASIL, 2012a).

A ampliação dos centros de línguas foi concebida pelo Programa Inglês sem Fronteiras como Núcleo de Línguas e denominados NuLi. Nesta época, somente as universidades federais poderiam se cadastrar para tornarem-se um NuLi do IsF. Já a aplicação dos testes de proficiência poderia ser estendida às universidades estaduais, e é neste contexto que a UEL inicia sua participação no programa IsF, conforme já registrado na introdução desta tese. Em julho de 2013, a UEL se submete ao Edital nº 1/2013 para tornar-se Centro Aplicador de Exames de Proficiência do Programa Inglês sem Fronteiras.

Após três anos de implementação do CsF e de dois anos de atuação do programa Inglês sem Fronteiras, surgem novos propósitos. Havia estudantes que não buscavam seus estudos em países que falavam inglês e uma crescente demanda por outros idiomas começa a surgir. O primeiro idioma a ser inserido no programa foi o francês, a partir da vinda do presidente François Hollande ao Brasil em novembro

¹¹ Corroborando com o conceito de proficiência relativa (SCARAMUCCI, 2000), que inclui o propósito da situação de uso da língua-alvo, adoto o termo proficiência nesta tese sempre considerando as situações de uso de línguas estrangeiras para fim de participação em ações que promovam a internacionalização do ensino superior.

de 2013. Em seguida vieram o mandarim, o japonês, o italiano, o alemão, o espanhol e o português para estrangeiros (ABREU-E-LIMA et al., 2016). Essa versão do programa é promulgada em de novembro de 2014, pela Portaria 913 do MEC.

Em janeiro de 2016, surge uma nova versão revista e ampliada do programa. Nessa versão, o programa IsF apresenta princípios norteadores que levariam a novas concepções de internacionalização para as IES participantes do processo bem como define a seleção dos participantes por meio de editais específicos. Dentre esses princípios, destacam-se:

- A valorização da carreira docente e da formação, inicial e continuada, de professores de LE, sendo esta formação de responsabilidade das universidades brasileiras;
- A valorização do multilinguismo e do multiculturalismo, considerando que a variante da língua escolhida deve ser de opção do cidadão, dependendo de suas preferências e/ou objetivos;
- A valorização do português do Brasil e da cultura brasileira incentivando e promovendo o português para estrangeiros no Brasil e no exterior;
- O ensino da tolerância pela compreensão de outras culturas e outros signos, respeitando as diferenças;
- A valorização do papel do especialista em ensino de língua estrangeira nas IES como articulador da política linguística local;
- O investimento da equipe do NG no fortalecimento das políticas locais acompanhando e auxiliando as equipes das universidades durante o processo, orientando quando necessário;
- O investimento em uma rede nacional de gestores de ensino de LE para compartilhamento de boas práticas e de soluções para as situações enfrentadas;
- O investimento em parcerias que demonstrem reciprocidade: permitindo e auxiliando o fomento de países estrangeiros no ensino de suas variantes em território brasileiro, da mesma forma que os parceiros permitem o fomento e investimento do Brasil no ensino da nossa variante de língua portuguesa e da cultura brasileira em território estrangeiro.

(ABREU-E-LIMA; MORAES FILHO, 2016, p. 306)

É neste contexto e nesta versão e por meio do Edital 59/2017 que UEL tem sua proposta deferida para atuar como NuLi-IsF através do Parecer nº 63/2017/IsF-CGAI/SESu/MEC em 27 de julho de 2017. Após análise, enquadramento e julgamento da proposta para credenciamento, O Comitê Julgador avaliou a UEL quanto ao seu mérito técnico-científico, conforme os critérios da tabela 4 do Edital 59/2017, apresentados no Quadro 1, a seguir.

Quadro 1 - Critérios de Análise e Julgamento do Edital 59/2017

CRITÉRIOS DE ANÁLISE E JULGAMENTO
A. Adequação e relevância da proposta de credenciamento em relação aos objetivos e propósitos do programa IsF.
B. Capacidade para atendimento da proposta de credenciamento definida pela infraestrutura da universidade, possibilidade de fomento de custeio e capital, seus objetivos, atividades e metas propostos.
C. Produção científica ou tecnológica da universidade nos últimos 4 anos relevante para o programa ESF não necessariamente sobre ele.

Fonte: BRASIL, 2017a, p. 8-9

O Edital 59/2017 tinha como objetivo credenciar universidades estaduais e municipais para atuação como Núcleo de Línguas do programa IsF, como estratégia de fortalecimento da internacionalização nessas instituições. Dentre os objetivos do programa destacam-se a formação inicial e continuada de profissionais da área de língua estrangeira, o desenvolvimento linguístico dos participantes com foco na internacionalização, a oferta de tutoria presencial ou a distância para a comunidade interna e externa, suporte à aplicação de exames de nivelamento ou proficiência linguística pelo NuLi, a produção de materiais didáticos para o ensino de língua estrangeira, a oferta de oficinas e palestras para a comunidade conscientizando a sobre a importância do aprendizado da língua estrangeira, o desenvolvimento de competências culturais voltadas para a internacionalização, suporte à política de internacionalização da universidade em parceria com as propostas governamentais e a formação e capacitação de rede de especialistas para inovação pedagógica e empreendedorismo na área de língua estrangeira na universidade com elaboração de materiais didáticos desenvolvimento de inteligência coletiva e compartilhamento de boas práticas.

Para a adesão ao programa via Edital, havia três tipos de NuLi a considerar: NuLi Tipo 1, 2 ou 3. A diferença entre eles era a quantidade de idiomas oferecido pelo NuLi. O NuLi 1 oferecia somente o inglês e os exames deste idioma, o NuLi 2 oferecia o inglês e o português para estrangeiros, mais os exames dos dois idiomas e o NuLi 3 oferecia o inglês, o português para estrangeiros, seus exames, e pelo menos mais um idioma indicado como prioritário pela universidade. Na concepção do IsF, o NuLi-IsF era um espaço relevante para auxiliar o acolhimento de estrangeiros nas universidades brasileiras, mediante a oferta e formação e a

capacitação de estrangeiros em língua portuguesa, com propósitos gerais (para as IES que não tinham centros de línguas), acadêmicos e de internacionalização. Era o espaço responsável para a aplicação dos exames de proficiência além de ser um ambiente de formação inicial e continuada de professores de idiomas da Educação básica.

Havia também a concessão de três tipos de bolsas CAPES para o inglês: Bolsa para Coordenação do programa IsF (Docente especialista), Bolsa para Coordenador Pedagógico IsF (Docente Especialista) e Bolsa para professor IsF (Professores de Idiomas pré-serviço e em serviço).

A condição para a concessão de bolsa de coordenador geral estava atrelada a um NuLi com três professores bolsistas IsF. Já a bolsa de coordenador pedagógico estava atrelada a um NuLi com seis a dez professores bolsistas, Para os professores bolsistas, a exigência era de haver três turmas de língua inglesa para cada.

As universidades poderiam participar do edital solicitando as bolsas ou não, dependendo da sua proposta e dos critérios estabelecidos pelo órgão de fomento. Dentre esses critérios destaca-se a apresentação de uma política linguística organizada pela universidade para apoiar sua política de internacionalização. Para a elaboração da política linguística, o edital oferecia uma lista de sugestões que poderiam ser discutidas no âmbito da internacionalização como:

- Valorização da diversidade linguística e cultural por intermédio de oferta de cursos, oficinas, formação e atendimento em diferentes idiomas;
- Democratização do acesso ao ensino de idiomas IsF e Centro de Línguas);
- Oferta de Português como Língua Estrangeira (acolhimento e acompanhamento) obrigatório para os estrangeiros;
- Validação de testes de proficiência (incluindo o Celpe-Bras e outros testes com o reconhecimento oficial) como comprovantes de proficiência na graduação pós-graduação ou como avaliação diagnóstica para orientação sobre proficiência;
- Promoção na carreira (docente e do TA) contabilizando a participação em cursos de idiomas e resultados em testes de proficiência;
- Renovação de bolsas com apresentação de melhoria na proficiência linguística
- Eventos que permitam a apresentação de trabalhos científicos na IES utilizando-se idioma estrangeiro (como treinamento para apresentação no exterior)

(BRASIL, 2017a, p. 15)

Foi conferido à UEL o tipo de NuLi-IsF 3, que foi constituído por cinco coordenadores e 13 professores. Dentre esses professores, dois coordenadores e seis professores de língua inglesa tinham fomento CAPES e três coordenadores e sete professores dos idiomas Português, Espanhol e Italiano eram bolsistas institucionais da UEL. Além do inglês, os idiomas credenciados foram Português, Espanhol e Italiano. Para esta tese, é importante ressaltar que o idioma estudado é o inglês devido à constância e obrigatoriedade das ofertas que permitiram uma análise ininterrupta das atividades devido ao compromisso com o órgão de fomento. Os outros idiomas adequavam suas ofertas mediante demanda da universidade. No quadro 2, verifica-se o NuLi contemplado conforme enviado pelo parecer.

Quadro 2 - Deferimento do NuLi-IsF UEL pelo IsF-CGAI/SESu/MEC

TIPO DE NUCLI-IsF	Bolsas Capes	TOTAL APROVADO	
		3	
	Coordenador:		2
	Bolsista Institucional	Professor:	7
Idiomas credenciados:	(X) Inglês (X) Português () Alemão () Francês (X) Espanhol (X) Italiano () Japonês		

Fonte: Parecer nº 63/2017/IsF-CGAI/SESu/MEC

O escritório do NuLi foi sediado no Centro de Estudos Sociais Aplicados (CESA) da UEL, em um primeiro momento, devido ao meu envolvimento com esse centro como coordenadora do curso de Secretariado Executivo. Em março de 2019, o escritório do NuLi foi transferido para o Centro de Letras e Ciências Humanas (CLCH), mais próximo do Laboratório de Línguas, já que este órgão é, tradicionalmente, uma referência para as línguas estrangeiras na UEL. As aulas ocorreram em três centros, no CLCH majoritariamente, no CESA e no CCS, neste último, mais especificamente, no órgão suplementar no campus do Hospital Universitário.

Quanto à gestão do programa, destaco os aspectos que seguem nas próximas subseções, que permitirão uma noção das proporções do programa bem como sua organização.

1.3.2 1 Núcleo Gestor

O programa Idioma sem Fronteiras era gerido pelo Núcleo Gestor (NG) que segundo a Portaria 973/2014 era formado por oito profissionais: um presidente, um vice-presidente de uso de tecnologias para educação e ensino de línguas e um vice-presidente para cada um dos sete idiomas que compunham o IsF, a saber: alemão, espanhol, francês, inglês, italiano, japonês e português para estrangeiros. Esses profissionais organizavam a agenda do programa, discutiam as metas, faziam parcerias, acompanhavam o trabalho da rede e auxiliavam os representantes de cada instituição na condução das suas atividades. Essa articulação entre gestão geral e gestão local foi sempre mantida por meio de reuniões presenciais, discussões e orientações virtuais, fazendo com que os gestores locais pudessem se manter ativos e organizados para suas ações de internacionalização das IES que representavam.

A comunicação com o NG era feita tanto de forma síncrona como assíncrona. A comunicação de forma assíncrona era feita pelo Moodle de gestão por meio de documentos, portarias, orientações gerais, fóruns de discussão entre os coordenadores e o NG. A comunicação com o NG era muito ativa e pronta, com respostas até 72 horas, quando a informação não era emergencial, e em até 24 horas, quando emergencial. Isso acontecia de modo a permitir que o gestor local pudesse organizar as atividades e solucionar problema de forma mais eficaz. A comunicação síncrona e presencial ocorria pelos encontros presenciais que ocorriam duas vezes ao ano.

1.3.2.2 Os Encontros Presenciais dos Coordenadores dos NuCLis no Brasil

Semestralmente, o NG preparava os encontros para os coordenadores gerais e os coordenadores pedagógicos do programa. Nesses encontros, que ocorreram em São Paulo e em Brasília, todos os coordenadores se encontravam e participavam de um evento promovido pelo NG.

Os encontros eram momentos esperados pelos coordenadores dada a oportunidade que eles tinham de conhecer diferentes realidades e trocar experiências em âmbito nacional. As atividades promovidas pelo NG contemplavam desde a apresentação de novos parceiros internacionais que se juntavam ao

programa até explanações de dúvidas de como aprimorar o uso do IsF Gestão (sistema de gestão), habilidade que os coordenadores tiveram de desenvolver com o aprimoramento do letramento digital. Dentre os temas abordados nos encontros estavam o uso de ferramentas virtuais do IsF, aprofundamento e discussão da Proposta pedagógica e do Catálogo de cursos para a internacionalização, esse sempre dinâmico com novas inserções dos NuCLis, exames internacionais, formação de professores à distância e formação de professores da rede pública.

Esses encontros eram uma oportunidade para os coordenadores discutirem as propostas com NG e, principalmente, participarem das decisões do programa, já que todas as propostas de ações eram elaboradas levando em conta o multiculturalismo trazido por coordenadores de norte a sul do país. Um dos momentos mais esperados pelos coordenadores era quando o NG divulgava a performance dos NuCLis considerando as metas esperadas pelas métricas indicadas nos editais. Era neste momento que os coordenadores gerais dos NuCLis que estavam aquém da meta buscavam orientações com NuCLis que estavam cumprindo a meta para entenderem onde deveriam melhorar.

Muito embora o NG organizasse e gerisse as reuniões de forma a orientar todos, é importante frisar que o cumprimento das metas, a resolução de problemas e as trocas entre as equipes dos diferentes NuCLis era estimulada de forma que as decisões fossem democraticamente tomadas e que o NG representasse o coletivo junto aos gestores governamentais. O processo de reflexão sobre a condução das ações, prós e contras de cada ação, e o respeito à autonomia institucional e de condução das atividades estavam sempre presentes.

A rede de especialistas de idiomas criada pelo programa IsF foi certamente a maior rede desses profissionais no Brasil, levando-se em conta que não reúne somente um idioma, mas sete, de universidades federais estaduais e municipais, institutos e Fatecs. Cada um levou para seu campus uma forma nova e promissora de fazer internacionalização no ensino superior por meio do programa. Foram quinze encontros nacionais realizados ao longo de setes anos, sendo dois encontros por ano, um ao final de cada semestre para que os gestores pudessem avaliar os resultados alcançados, ajustar ações, propor novas metas para o semestre seguinte. O maior encontro foi realizado em São Paulo, em 2018, no qual estavam representadas todas as 141 instituições públicas brasileiras credenciadas ao programa.

O rigor exigido pelo programa por meio das informações inseridas no sistema seja para aplicar um teste, abrir uma turma, cadastrar um professor ou informar os estudantes aptos a participarem do programa pelas instituições (Tais informações serão mais bem detalhadas no item 1.3.2.6) permitiu que o NG gerasse relatórios semestrais e anuais que serviam de orientação das ações locais.

1.3.2.3 Convênios e Testes Internacionais

As articulações do programa conduziam a importantes convênios e acordos de cooperação com órgãos e entidades da administração pública federal, estadual, do Distrito Federal e dos municípios. Com relação aos Acordos de Cooperação Técnica e Memorandos de Entendimentos celebrados com o MEC, oito países tinham envolvimento com o programa, sendo eles Estados Unidos, Alemanha, Bélgica, Itália, Canadá, França, Japão, Reino Unido. Havia também os parceiros privados, a Mastertest representante brasileira da English Testing System (ETS) para a aplicação dos exames internacionais TOEFL ITP e TOEIC BRIDGE, a Cengage Learning e a Dotlib encarregados do Curso My English Online (MEO), a Fulbright (2016-2017) que trazia os English Teaching Assistants (ETA) para atuarem nos NuLi-IsF no país e o Grupo Mais Unidos que fomentou a implementação de onze laboratórios de línguas no país nas universidades federais com NuLi ativo e que fossem representativas em seu estado/região.

Por meio do TOEFL ITP, o programa pode realizar uma das avaliações diagnósticas de proficiência em língua inglesa mais abrangentes no país. A escolha do teste TOEFL ITP foi uma decisão governamental após análise a respeito da aplicabilidade do teste em âmbito nacional. Foram consideradas as condições de cada região do país, incluindo a disponibilidade de estrutura física, de pessoal, de conectividade, dentre outras. Assim, com base na estrutura de todas as universidades brasileiras e para que o processo não deixasse nenhuma universidade de fora, optou-se pelo exame de proficiência TOEFL ITP em papel, por demandar apenas de salas de aulas, aparelhos de reprodução de áudio e aplicadores. (BRICK; ALVES, [2022]no prelo)

Além do TOEFL ITP, o programa ainda disponibilizava o exame TOEIC BRIDGE que atendia a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e

Tecnológica (RFEPCT) como estratégia de fortalecimento da internacionalização dessas instituições (BRASIL, 2017b).

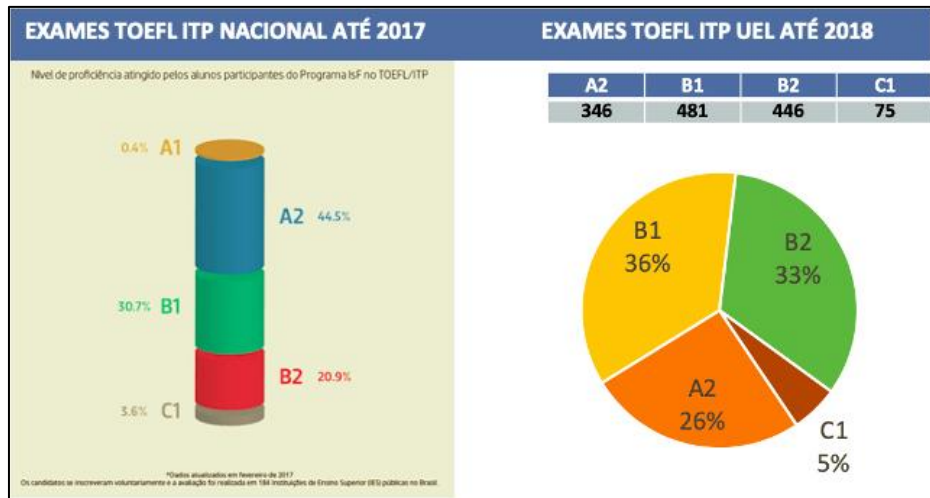
Os testes chegavam nas universidades por demanda avaliada pelo NG. Essa demanda era delineada de acordo com os dados de cada universidade como número de alunos envolvidos no programa, presença nas aplicações e necessidade de atendimento a editais. Os testes eram gratuitos para os alunos e para as universidades cadastradas e era responsabilidade da universidade cumprir todas as exigências da Mastertest como centro aplicador para oferecer o ambiente mais adequado possível para que a aplicação pudesse ocorrer sem nenhum dano ao candidato ou ao sigilo requerido pela Mastertest. As aplicações dos testes na UEL ocorriam em dois centros, no CLCH e no CESA.

As aplicações de TOEFL ITP realizadas

...pelas 58 (cinquenta e oito) universidades federais, 22 (vinte e duas) universidades estaduais/municipais, 25 (vinte e cinco) instituições da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (RFEPCT) e 36 (trinta e seis) Faculdades de Tecnologia do Estado de São Paulo (Fatecs) credenciadas ao Programa IsF (...) (possibilitavam) a avaliação diagnóstica do nível de proficiência no idioma anglófono dos estudantes, docentes e pesquisadores... (e ajudava) especialistas em inglês das universidades participantes do programa a desenhar ações específicas, visando à qualificação da comunidade acadêmica para processos de mobilidade acadêmica com fins de internacionalização. (BRICK; ALVES, [2022] no prelo)

Essas aplicações ofereciam um diagnóstico no contexto do IsF permitindo que se tivesse um panorama geral do país em relação à proficiência dos participantes em língua inglesa. Esse panorama pode ser ilustrado no gráfico 1, que mostra o reflexo das aplicações permitindo delinear um nível linguístico em âmbito nacional e local.

Gráfico 1 - Panorama do Nível de Inglês Nacional e Local



Fonte: Adaptado do relatório analítico do Núcleo Gestor do IsF

Ao lado esquerdo da imagem vemos a o nível de proficiência nacional, destacando o nível A2 como perfil nacional e à direita verificamos o perfil dos participantes da UEL, liderado pelo nível B1 segundo o Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas (QECR).

Todas as inscrições, tanto de exame internacional, como de aulas presenciais ou curso on-line eram feitas por meio do site do IsF mediante CPF e senha do aluno. A seguir, explico como funcionava o curso on-line do IsF para aqueles que optavam por este recurso.

1.3.2.4 Cursos On-line pelo MEO

Além dos testes internacionais, o IsF oferecia também, gratuitamente aos participantes do programa, o curso autoinstrucional virtual *My English On-line* (MEO) por meio do convênio firmado com a National Geographic Learning - CENGAGE. Como o principal objetivo na proposta pedagógica do IsF era baseada na oferta de cursos para propósitos específicos e acadêmicos, era necessário que o público-alvo já estivesse no nível intermediário de língua. A proposta pedagógica seria complementar aos cursos de línguas ofertados nas universidades pelos centros de idiomas, quando eles existiam.

Entretanto, a maior parte da comunidade não se encontrava no nível intermediário, como pode ser visto nos dados do relatório analítico no gráfico 1

apresentada anteriormente. Assim, o MEO oferecia o inglês básico àqueles que não tinham o nível adequado para participarem do curso presencial. O curso tinha como proposta pedagógica o ensino para propósitos gerais e se dividia em cinco níveis de aprendizado: Iniciante (Nível 1), Básico (Nível 2), Pré-intermediário (Nível 3), Intermediário (Nível 4) e Avançado (Nível 5), sendo este último de preparação para os seguintes exames de proficiência em língua inglesa: Cambridge English Advanced (CAE), Cambridge English: First (FCE) e TOEFL. A UEL teve 7.147 alunos matriculados no MEO dentro de um universo de 285.477 alunos que utilizaram essa plataforma (ABREU-E-LIMA et al. [2022] no prelo).

Juntamente com a oferta desses cursos on-line pelo MEO, o programa ainda disponibilizava uma tutoria on-line para os estudantes que tinham alguma dúvida pedagógica ou de acesso à plataforma. A equipe de professores do NuLi da UEL ofertava horários específicos semanais destinados para o apoio a esses estudantes e dispunha de uma tabela de acompanhamento para motivar os estudantes a permanecerem e concluírem seus cursos.

O MEO muitas vezes era a porta de entrada para o programa e, com toda a parte burocrática, tanto de inscrições de cursos presenciais como de inscrição para aplicação de exames, às vezes os estudantes optavam por seguir seu aprimoramento linguístico dada a organização do MEO. O teste de nivelamento, tanto para os cursos presenciais quanto os on-line, era feito nessa plataforma. De certa forma, por ser um curso autoinstrucional, o MEO não interferia muito nos afazeres e no trabalho específico do NuLi local.

1.3.2.5 Cursos Presenciais

A partir de leituras a respeito das bases epistemológicas para a proposta pedagógica do Programa Idiomas sem Fronteiras, percebe-se que ela foi feita a partir da concepção de que “a escola se constitui uma agência legitimada de apropriação de conhecimentos por parte desses cidadãos, cumprindo à universidade o importante papel de promover, com excelência, a qualificação discente e de seus servidores” (BRAGA; SOUZA; DELLAGNELO [2022], no prelo). Além desses aspectos, sua proposta pedagógica também era pautada no ensino e na aprendizagem que possibilitasse a inserção social e que considerasse a linguagem como um artefato criado no âmbito da cultura e da história e destinado aos propósitos

de viabilizar o intercâmbio social e a organização do pensamento. Nesse sentido, consideram-se as ideias do outro bem como o contexto físico, social, histórico e cultural que formam o sujeito em questão.

No caso do IsF, esse sujeito tinha objetivos específicos e acadêmicos que deveriam ser contemplados através dos cursos de propósitos específicos oferecidos pelo programa. Tais cursos, muitas vezes, não estavam prontos, e eram elaborados em conjunto com a equipe pedagógica dos NuLis, embora o leque de cursos ofertados pelo IsF era amplo.

De acordo com a estrutura, os cursos presenciais do IsF deveriam seguir quatro categorias incluindo diferentes níveis de proficiência. As categorias eram (i) cultura (geral e acadêmica); (ii) preparatórios para exames e testes de nivelamento e proficiência; (iii) cursos para propósitos específicos (língua para engenharia, medicina, computação, literatura etc.); e (iv) cursos para propósitos acadêmicos (produção de textos acadêmicos - em diferentes gêneros, apresentação de trabalhos etc.), de acordo com o Catálogo de Cursos do Programa. Segundo Braga, Souza e Dellagnelo, ([2022] no prelo):

O Catálogo foi criado a partir de procedimentos metodológicos que envolveram o mapeamento, a categorização, a tematização e a seleção de cursos submetidos pelas instituições participantes do IsF. Esse processo, desenvolvido a partir dos cursos da vertente de língua inglesa, foi referendado pelos coordenadores dos NuLis de inglês e, posteriormente, pelos coordenadores dos outros idiomas do Programa. O resultado desse trabalho cuidadoso e orientado para a internacionalização da universidade gerou um catálogo de cursos adaptado para cada idioma, que ora serve de eixo central para as ofertas das disciplinas das diversas IES cadastradas no IsF. (BRAGA; SOUZA; DELLAGNELO, [2022] no prelo).

Esses cursos eram elaborados e propostos pelos professores e coordenadores do programa. Os cursos eram elaborados e testados localmente, depois categorizados e descritos nas suas especificidades com metodologia, avaliação, nível etc., e enviado para apreciação do NG que, após análise, subia o referido curso na plataforma online para compor o catálogo de cursos dentro do critério já apresentado. Todos os cursos passaram pela análise e catalogação dos próprios coordenadores e professores do programa o que demonstra um processo democrático e horizontal na tomada de decisões do programa. Em um levantamento feito em 2016,

constatou-se a existência de 1.785 cursos deferidos pelo Sistema de Gestão do IsF (BRAGA; SOUZA; DELLAGNELO, [2022] no prelo).

Durante o programa, várias foram as tentativas bem-sucedidas de oferecer aos participantes do programa um meio de trabalho com destaque à comunicação e à participação ativa de seus integrantes. Os coordenadores tinham acesso ao Moodle, hospedado pelo MEC, posteriormente utilizamos o sistema e-Proinfo para a comunicação interna e, por último, utilizávamos as ferramentas e recursos da Plataforma 365 da Microsoft, na qual cada participante obteve um endereço eletrônico de domínio @programaisf.pro.br. Era clara a preocupação com a organização de um programa baseado na comunicação e de acesso livre dos participantes nas sugestões, por meio de um diálogo constante durante todo o tempo da execução do programa IsF (MONTINI; ABREU-E-LIMA, [2022] no prelo).

Os cursos do catálogo IsF poderiam ser organizados de modo não sequencial, conforme a oferta, o potencial de vagas e a proposta pedagógica de cada NuLi, levando em consideração as especificidades locais. Os cursos poderiam ter duração de 16, 32, 48 e 64 horas e tinham como objetivo o desenvolvimento de habilidades linguísticas para a internacionalização, ESP e preparação para exames internacionais. Os níveis dos cursos baseavam-se no nível de proficiência do QECR.

1.3.2.6 O Sistema IsF Gestão

O programa IsF era gerido pelo sistema denominado IsF Gestão que foi oficializado em novembro de 2013, pela Portaria 25/2013 (BRASIL, 2013) garantindo que as ações do programa fossem utilizadas por milhares de usuários. Nesse sistema, os coordenadores, mediante senha restrita e confidencial, tinham acesso à matrícula, cursos, carga de dados, planilhas, diários de classe, emissão de certificados, gerenciamento de cursos on-line, testes internacionais, cadastros de equipes atuantes no IsF validação e validação das atividades exercidas pelos professores. Os professores IsF tinham acesso ao sistema para registro de suas atividades e preenchimento dos diários de classe e os alunos tinham o acesso aos sistema para se inscreverem na oferta de testes, de cursos on-line e presenciais, bem como acessar seus certificados.

Para haver uma comunicação entre os dados de todas as universidades e o sistema IsF Gestão, cada universidade tinha a responsabilidade de

organizar, atualizar e subir seus dados no sistema. Todos os dados referentes a alunos e universidade eram feitos por meio de planilhas de Excel. Essas planilhas deveriam ser elaboradas respeitando o rigor estabelecido pelo NG afim de que todas as informações pudessem rodar efetivamente no sistema. Um trânsito eficiente desses dados implicava uma ações bem-sucedidas que variavam desde a inscrição de um novo aluno no programa, a impressão de seu próprio certificado em casa após a conclusão de um curso ou o acesso a sua pontuação do TOEFL ITP de qualquer lugar que o sistema pudesse ser acessado, a depender somente do seu CPF e sua senha. A alimentação do sistema era feita exclusivamente pelo coordenador geral do NuLi.

O NG tinha um acesso mais amplo do sistema se comparado aos coordenadores gerais. Os coordenadores gerais tinham um acesso maior que o coordenadores pedagógicos. Já os professores, tinham acesso mais restrito se comparado aos coordenadores e os estudantes, somente para inscrição e acesso à certificação. A figura 1 ilustra como as abas eram visualizadas por cada uma das funções.

Figura 1 - Aba de acesso ao Sistema de Gestão do IsF (IsF Gestão)

GESTOR ISF			
Cursos Presenciais			
Cursos On-line			
Testes			
Relatórios de Gestão			
Acompanhamento			
Agência Certificadora			
Cadastro de Pessoas			
Certificados			
Chamada			
Consultar por CPF			
Lançar Proficiência			
Documento			
Exames			
Homologar Credenciamento			
Idiomas			
Moderação de Acesso			
Pré-cadastro			
Relatório de Processamento			
COORDENADOR GERAL			
Cursos Presenciais			
Cursos On-line			
Testes			
Relatórios de Coordenação			
Cadastro de Salas			
Cadastro de Pessoas			
Carga de Dados			
Credenciamento			
Lançar Proficiência			
Moderação de Acesso			
COORDENADOR PEDAGÓGICO			
Cursos Presenciais			
Cursos On-line			
Testes			
Relatórios de Coordenação			
Cadastro de Salas			
Cadastro de Pessoas			
Lançar Proficiência			
Moderação de Acesso			
PROFESSORES			
Cursos Presenciais			
Atividades Realizadas			
Diário de Classe			

Fonte: Adaptado de ABREU-E-LIMA et al. ([2022] no prelo)

Além do IsF Gestão, das plataformas digitais que funcionavam como arquivo de documentos e discussões referentes ao programa, havia também os grupos de WhatsApp. Diferente do que se possa pensar sobre a comunicação em um grupo de WhatsApp, a gestão do IsF tinha regras bem específicas de forma a permitir que somente mensagens sobre o programa fossem trocadas ali. Só se utilizava o grupo para comunicações pertinentes ao programa e todas as dúvidas eram sanadas aos participantes. O WhatsApp juntamente com as outras mídias de acesso ao programa davam destaque à informalidade da comunicação, horizontalização das relações e rapidez de acesso a todos os participantes (MONTINI; ABREU-E-LIMA, [2022] no prelo). Todos tinham acesso igualitário aos gestores superiores, sem necessidade de hierarquização ou autorização prévia.

1.3.2.7 Formação de Professores

Como já mencionado nesta tese, o Programa Idiomas sem Fronteiras tinha como um de seus objetivos o de propiciar a formação inicial e continuada de professores de línguas estrangeiras e de professores da rede pública da educação básica, além da capacitação idiomas estrangeiros de estudantes professores e corpo técnico administrativos das instituições superiores. (BRASIL, 2017a). Não obstante, pesquisas cujo escopo era formação de professores no IsF se mostraram mais desenvolvidas devido ao contexto e formação que os coordenadores se encontravam, diferentemente de pesquisas que avaliam o âmbito administrativo, como é o escopo deste trabalho.

Nesse sentido, Molinari (2020) faz uma análise da formação de professores com dados do NuLi IsF UEL, no Paraná, além de analisar mais onze trabalhos que tratavam especificamente de formação de professores de inglês para a atuação no IsF. Santos e Gomes (2018) também fazem um relato de elaboração de projeto de formação de professores IsF que vinham cumprindo desde 2013 no estado de Sergipe. Bezerra; Costa; Moreira (2019) apontam para mudanças significativas no pensar e no agir do professor em pré-serviço no processo ensino-aprendizagem com destaque para o desenvolvimento da autonomia, da prática de reflexão crítica sobre o fazer docente e das suas identidades em Pernambuco. Kirsch e Sarmento (2018) mostram que o IsF se apresenta como um palco para o desenvolvimento de professores com o potencial de integrar reflexão teórica e prática a partir de

experiências vivenciadas no trabalho docente no Rio Grande do Sul. Os modos de refletir e formar novos professores no contexto do IsF impactou a formação de professores de norte a sul do país. Essa formação foi projetada pelo NG para que universidades usufríssem não somente do aprimoramento linguístico de seus estudantes, mas da formação profissional dos alunos de Letras envolvidos.

Para ser um professor IsF, o candidato deveria ser licenciando (preferivelmente) ou licenciado em Letras-inglês, com nível de proficiência C1 ou C2 comprovado, conforme o QECR. Este professor deveria cumprir vinte horas semanais sendo que quatro horas deveriam ser cumpridas na formação pedagógica do NuLi, a ser ministrada presencialmente pelo coordenador pedagógico, ou pelo coordenador geral, quando não havia o pedagógico, ou ainda na formação a distância ofertada pelo NG quando não houvesse coordenação pedagógica no NuLi IsF. Doze horas deveriam ser cumpridas de residência docente com atendimento de três turmas com quatro horas semanais cada com no mínimo dez e no máximo 25 alunos em cada sala. Ainda, três horas cumpridas de tutoria presencial ou a distância sobre o Curso My English On-line (MEO) ou sobre outros cursos ofertados pelo NuLi IsF para a comunidade universitária ou para professores da Educação Básica no formato a distância e, por fim, deveria cumprir uma hora de atendimento de outras demandas do NuLi, tais como oficinas, divulgação, palestras, entre outras atividades relacionadas ao processo de internacionalização da universidade. Na UEL, essa uma hora era cumprida para atender as demandas da Assessoria de Relações Internacionais, propiciando ao professor IsF um contato mais próximo com as práticas de um escritório cujo objetivo é promover a internacionalização na instituição (BRASIL, 2017a).

Todos os professores IsF eram credenciados como aplicadores de testes de nivelamento e proficiência e participavam das sessões de aplicações quando necessário. Dentre as suas obrigações no NuLi destacam-se a preenchimento correto dos diários de classe do sistema IsF Gestão, participar ativamente do planejamento das aulas e das atividades do NuLi, auxiliar a coordenação no remanejamento de turmas e preencher o relatório mensal, conforme modelo e prazos definidos pelo NG do IsF, como requisito para o recebimento de cada parcela da bolsa (BRASIL, 2017a).

Os professores bolsistas eram selecionados mediante edital de seleção institucional e poderiam atuar no NuLi por vinte e quatro meses.

1.3.2.8 O Letramento Digital dos participantes do Programa

O gerenciamento de um programa nacional é complexo por envolver tantos atores distribuídos em instituições federais e estaduais em um país continental. A proposta de gerenciamento e acompanhamento do Núcleo Gestor ser a distância, envolvendo várias ferramentas digitais pressupunha o letramento digital não só da equipe gestora local, mas também da própria comunidade acadêmica. Como já apontado, quando apresentado o sistema de gestão, o uso de diferentes plataformas de comunicação ao mesmo tempo, as quais permitiram um acesso maior às informações também impôs uma dificuldade a mais aos participantes do programa, pois há uma curva de aprendizagem para cada recurso a ser utilizado.

Um dos grandes pilares do programa IsF foi a ação de formação de professores. Com um sistema de ações voltados para um trabalho crítico-reflexivo, professores e coordenadores foram envolvidos em um sistema educacional novo e complexo que os conduzia à discussão de práticas educacionais, questões de gestão do programa, o que envolvia necessariamente o letramento digital. No IsF a teoria e a prática vinham juntas, pois o período de formação dos professores IsF também era o da discussão sobre o gerenciamento das atividades. Era importante saber a dosar a teoria e a prática na formação dos professores, pois na maioria das vezes, tudo acontecia ao mesmo tempo.

O processo de letramento digital também ocorreu com a equipe de coordenadores, pois ao mesmo tempo que instruía sobre os sistemas, também buscavam instrução, sendo que normalmente essa instrução era recebida e transmitida por meio digital tornando o trabalho um desafio e uma conquista. Se por um lado a busca da informação necessária estava disponível e organizada, por outro havia a dificuldade de utilizar os sistemas digitais devido à falta de letramento digital vinha junto. Santos e Gomes ([2022] no prelo) descrevem com clareza este contexto de diversidade de ações do Programa para os coordenadores dos NuLis:

Considerando as diversas vertentes do Idiomas sem Fronteiras, é possível compreender o quão complexo é o Programa, em termos de gestão, uma vez que são envolvidos protocolos e práticas relacionadas a processos de formação de professores(as), gestão de cursos on-line, planejamento de oferta de cursos, controle administrativo de cursos presenciais, estratégias de marketing e divulgação das atividades desenvolvidas, preparação e acompanhamento pedagógico de aulas, controle de evasão,

planejamento estratégico de ações junto às pró-reitorias das IES, visando à internacionalização, administração de aplicação de provas de certificação internacional, pesquisas sobre as ações e alcance do Programa, dentre outras ações, para cada língua estrangeira ofertada. (SANTOS; GOMES [2022] no prelo)

Devo ainda estender essa complexidade aos alunos do programa. Muitos estudantes nos procuravam pessoalmente para auxiliá-los quanto à matrícula no sistema de gestão e ao acesso à plataforma do MEO. Como todo sistema de gestão federal, por questões de segurança, o controle e a validação das informações dos usuários eram feitos com base nos dados da Receita Federal (RF) a partir do nome da mãe. Os problemas com dados que não fossem compatíveis com a Receita Federal foram inúmeros e isso causava um desgaste entre o Núcleo Gestor, o NuLi-IsF UEL e os estudantes até que todos pudessem compreender qual havia sido o problema. Um desses exemplos é a alteração do nome da mãe, muitas vezes seu estado civil não havia sido atualizado na base da RF, e o nome que havia sido registrado era incompatível ao CPF. A falta de atualização da base da RF pelo MEC desencadearam problemas a serem enfrentados. Qualquer erro impedia que o estudante pudesse completar sua inscrição. Embora tudo fosse passível de solução, cabia ao envolvido saber buscar a informação adequada, e isso, às vezes, levava um tempo. Várias vezes a falta de letramento digital por um dos agentes do processo, somada à complexidade do armazenamento dos dados, levava a perda de uma matrícula em uma oferta de curso.

Vale lembrar que IsF já propunha uma integração e uma discussão nacional utilizando ferramentas digitais. Em momento de pandemia e pós-pandemia será difícil pensarmos em gestão e articulação que não envolvam ferramentas digitais. Por mais dificuldades que tenhamos enfrentado, o IsF estava propondo soluções para situações que não conseguíamos pensar na época.

Apesar de ter ocupado um espaço considerável neste capítulo, esta descrição detalhada e consubstanciada do IsF faz-se necessária, considerando que ela espelha o papel de destaque que os documentos ocupam em um estudo que pretende investigar a implementação e a gestão do programa IsF na UEL com vistas a identificar as etapas necessárias para a implementação e a gestão de programas que promovam política linguística para a internacionalização do Ensino Superior nas IES brasileiras.

Com base nesse pano de fundo, passo a apresentar os documentos que serviram de fonte de informações para esta tese.

1.4 Instrumentos de Coleta de Informações

Para a coleta de informações, recorri a cinco tipo de documentos de fontes primárias. Para uma melhor compreensão de cada tipo de documento farei o uso dos termos: (1) Planilhas, para toda a compilação de informações em documentos do Excel, (2) Diários de classe, para todos os documentos em PDF que reúnem informações dos diários de classe dos cursos ofertados pelo NuLi IsF - UEL, (3) Documentos oficiais, para todas as informações registradas em texto escrito em documentos Word e PDF produzidos pelo NG do IsF e pela UEL, (4) Peças publicitárias, para todas as informações registradas em imagens elaboradas para divulgação dos cursos do IsF UEL e (5) Gráfico, todas as informações compiladas pelo sistema IsF Gestão no formato de gráficos.

Ressalto, mais uma vez, que muito embora o IsF-UEL ofertasse turmas de inglês, italiano, português para estrangeiros e espanhol, analisarei a oferta somente das turmas de inglês, por serem em maior número e propiciarem uma constância na obtenção dos dados como apresentado na seção 1.3.2 deste capítulo.

1.4.1 As Planilhas e os Diários de Classe

No que diz respeito aos dois primeiros tipos de documentos utilizados para este estudo, serão tomadas como base as informações provenientes dos seguintes documentos:

- Quatorze planilhas de Oferta de Curso geradas em Excel pelo IsF Gestão;
- Oito planilhas de aplicação de TOEFL ITP também geradas pelo IsF Gestão;
- Cinco planilhas de Carga de Dados geradas em Excel pelo departamento de Tecnologia da Informação (TI) da UEL com ajuda da PROPLAN. Essas informações seguiram as exigências propostas pelo IsF Gestão;
- 122 diários de classe em PDF gerados pelo site IsF Gestão.

Os documentos citados permitiram uma análise das doze ofertas do NuLi UEL a qual nos forneceu um perfil dos alunos que buscaram o programa na universidade. Esses dados fazem parte da análise dos Agentes da Internacionalização e refere-se ao perfil dos alunos. Faremos a seguir uma breve descrição destes quatro tipos de instrumentos de coleta. Primeiramente, descreveremos as planilhas de Oferta de Curso.

1.4.1.1 Planilhas geradas pelo sistema IsF Gestão

As planilhas de Oferta de Curso foram obtidas pelo sistema de gerenciamento do programa IsF (<http://isfgestao.mec.gov.br>), por meio de cadastro e senhas privadas dos coordenadores do programa. A função da planilha Oferta de Curso era a de mostrar quantas turmas haviam sido fechadas após a oferta de cursos pelo sistema. As informações contidas nessa tabela colaboravam para uma ampla visão dos cursos que tinham mais procura bem como os horários de mais procura. Cada planilha era gerada por meio do programa Excel e continha 37 colunas. Essas trinta e sete colunas eram fundamentais para que o coordenador tivesse em mãos todas as informações para fechar a turma, criar uma nova turma, entrar em contato com professores e alunos e acessar questões pedagógicas como ementa, bibliografia, metodologia, conteúdo, aspectos funcionais/ linguísticos/ interculturais do curso a ser ofertado. A seguir, no quadro 3, farei uma descrição minuciosa de cada coluna e colocarei um exemplo de como esses dados são visualizados no IsF Gestão (Figuras 2, 3 e 4).

Quadro 3 - Funções das colunas da Tabela Ocupação de Cursos

Número da coluna	Letra	Descrição Oficial	Exemplo de Informação	Função da Coluna
1	A	EMEC	9	Número dado pelo programa para cada IES participante.
2	B	Sigla IES	UEL	Apresentar a sigla IES.
3	C	Nome IES	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA	Apresentar o nome da IES.
4	D	Turma	38046	Número de acesso da turma ao sistema IsF Gestão.
5	E	Idioma	Inglês	Descrição do idioma do curso.
6	F	Disponibilidade	Segunda – 900 – 1100/ Quarta – 900 – 1100	Descrição do dia e horário das aulas.
7	G	QCE	B1	Nível do curso proposto pelo NuLi.
8	H	Carga Horária	16	As cargas horárias do IsF variavam entre 16h, 32h, 48h e 64h.

9	I	Vagas	25	As turmas poderiam fechar com 10 alunos e 25 era o número máximo de alunos em sala.
10	J	CPF	000.000.000-00	Todo o controle do IsF era feito pelo CPF dos alunos.
11	K	Nome	MARIA DA SILVA	Nome dos alunos.
12	L	Classificação	1	A classificação poderia variar de 1 a 25 para os classificados e se estender pelo número de interessados naquele curso.
13	M	Situação	Classificado	A situação do aluno poderia ser CLASSIFICADO, se ele tivesse conseguido a vaga, CANCELADO, se ele tivesse cancelado a sua inscrição, INATIVO, se seu nome já estivesse em outro curso, TOTAL INDUFICIENTE, se a turma não tivesse o número mínimo de estudantes para iniciar.
14	N	Data da Situação	26/03/2018	Data em que foi gerada a informação.
15	O	Data Início Turma	26/03/2018	Data de início do curso.
16	P	Data Fim Turma	18/04/2018	Data de término do curso.
17	Q	Encontros Semanais	3	Número de encontros semanais.
18	R	Nome Inscrito	MARIA DA SILVA ¹²	O aluno poderia ter um nome social diferente do nome oficial.
19	S	Telefone Inscrito	43 0000 0000	Telefone fixo do aluno.
20	T	Celular Inscrito	43 0000 0000	Celular do aluno.
21	U	E-mail inscrito	alunosisf@uel.br	E-mail do aluno
22	V	Nome professor	JOSÉ PEREIRA	Nome do professor da classe.
23	W	Telefone Professor	43 0000 0000	Telefone do professor
24	X	Celular Professor	43 0000 0000	Celular Professor
25	Y	E-mail Professor	mariaisf@uel.br	E-mail do professor
26	Z	Sala	434	Número da sala que aconteceriam as aulas.
27	AA	Campus	UEL - CAMPUS UNIVERSITÁRIO	A outra possibilidade seria HU (Hospital Universitário)
28	AB	Curso	TOEFL iBT: Compreensão oral	Título do curso
29	AC	Ementa	Desenvolvimento da habilidade de compreensão oral por meio de...	Descrição da ementa do curso
30	AD	Referências	BATES, S. Oxford Preparation Course for the TOEFL iBT Exam. 1 ed. Ontario: Oxford, 2011	Todas as referências bibliográficas do curso.
31	AE	Metodologia	Aulas expositivas e dialogadas, com atividades guiadas e livres...	Apresentação da metodologia do curso.
32	AF	Justificativa	Necessidade de desenvolver proficiência linguística em inglês...	Apresentação da justificativa do curso.
33	AG	Conteúdo Programático	Interpretação de texto; Estratégias de leitura...	Apresentação do conteúdo
34	AH	Aspectos Funcionais	Apresentação da seção de compreensão oral do teste: o formato, tipos...	Apresentação dos aspectos funcionais do curso.
35	AI	Aspectos Linguísticos	Estrutura de proposições interrogativas e negativas. Vocabulário.	Apresentação dos aspectos linguísticos do curso.
36	AJ	Aspectos Interculturais	Não se aplica.	Apresentação dos aspectos Interculturais do curso.
37	AK	Criada depois da ocupação	Não	Se a turma foi criada após o prazo de ocupação no calendário IsF.

Fonte: A própria autora.

A seguir, apresento uma imagem real de como as quatorze tabelas de Oferta de Curso apareciam para o coordenador no sistema IsF Gestão. Esta tabela foi

¹² Os nomes usados para exemplificar as tabelas são fictícios e não dizem respeito a nenhum aluno ou professor em específico.

dividida em três partes para uma melhor visualização nesta tese. Elas se complementam horizontalmente nas figuras 2, 3 e 4.

Figura 2¹³ - Tabela de ocupação de curso - Parte 1

1	EMEC	Sigla IES	Nome IES	Turma	Idioma	Disponibil	QCE	Carga Hor	Vagas	CF	Nome	Classifica
2	9	UEL	UNIVERSIDA	40568	Inglês	Segunda - 9C	B2		16	25 088.7	ANA PAU	1
3	9	UEL	UNIVERSIDA	40568	Inglês	Segunda - 9C	B2		16	25 298.2	RAFAEL B	2
4	9	UEL	UNIVERSIDA	40568	Inglês	Segunda - 9C	B2		16	25 386.5	GRAZIELE	0
5	9	UEL	UNIVERSIDA	40568	Inglês	Segunda - 9C	B2		16	25 064.7	JESSICA V	0
6	9	UEL	UNIVERSIDA	40568	Inglês	Segunda - 9C	B2		16	25 430.7	KESLEY D	0
7	9	UEL	UNIVERSIDA	40568	Inglês	Segunda - 9C	B2		16	25 030.3	KLEBER P	0
8	9	UEL	UNIVERSIDA	40570	Inglês	Terça - 900 -	B1		32	25 307.4	FABIANA	3
9	9	UEL	UNIVERSIDA	40570	Inglês	Terça - 900 -	B1		32	25 397.4	ADRIANE	4
10	9	UEL	UNIVERSIDA	40570	Inglês	Terça - 900 -	B1		32	25 003.1	ELOIZA TI	5
11	9	UEL	UNIVERSIDA	40572	Inglês	Segunda - 9C	B1		16	25 280.2	GISELY P/	1
12	9	UEL	UNIVERSIDA	40572	Inglês	Segunda - 9C	B1		16	25 091.4	MATHEU!	0
13	9	UEL	UNIVERSIDA	40574	Inglês	Segunda - 17	B1		16	25 011.6	MIGUEL F	1
14	9	UEL	UNIVERSIDA	40574	Inglês	Segunda - 17	B1		16	25 337.0	LILIAN AR	1

Fonte: IsF Gestão

Figura 3 - Tabela de ocupação de curso - Parte 2

1	Situação	Data da S	Data Iníci	Data Fim	Encontros	Nom	Tele	Celul	Em	Nome Pr	Tel	Celul	Em
2	Total Insufici	23/04/2018	30/04/2018	23/05/2018	3	ANA PAULA FRA	4E+10	Ana.pa	RAQUEL DO	4E+09	4E+09	raquel	
3	Total Insufici	23/04/2018	30/04/2018	23/05/2018	3	RAFAEL	4E+09	rafael.	RAQUEL DO	4E+09	4E+09	raquel	
4	Inativo	23/04/2018	30/04/2018	23/05/2018	3	GRAZIELE	4E+10	graziel	RAQUEL DO	4E+09	4E+09	raquel	
5	Inativo	23/04/2018	30/04/2018	23/05/2018	3	JESSICA	4E+10	jessica	RAQUEL DO	4E+09	4E+09	raquel	
6	Inativo	23/04/2018	30/04/2018	23/05/2018	3	KESLEY	4E+09	kesley	RAQUEL DO	4E+09	4E+09	raquel	
7	Inativo	23/04/2018	30/04/2018	23/05/2018	3	KLEBER	4E+09	kleber	RAQUEL DO	4E+09	4E+09	raquel	
8	Inativo	23/04/2018	30/04/2018	26/06/2018	3	FABIAN	4E+09	schere	LETICIA MIN	4E+09	4E+10	leticia	
9	Total Insufici	23/04/2018	30/04/2018	26/06/2018	3	ADRIAN	2E+09	adrian	LETICIA MIN	4E+09	4E+10	leticia	
10	Total Insufici	23/04/2018	30/04/2018	26/06/2018	3	ELOIZA	4E+09	eloiza.	LETICIA MIN	4E+09	4E+10	leticia	
11	Inativo	23/04/2018	30/04/2018	23/05/2018	3	GISELY	4E+09	gipgon	GIOVANNA F	4E+09	4E+10	giovan	
12	Inativo	23/04/2018	30/04/2018	23/05/2018	3	MATHEL	4E+09	mathe	GIOVANNA F	4E+09	4E+10	giovan	
13	Classificado	28/04/2018	30/04/2018	23/05/2018	3	MIGUEL	4E+09	migue	GIOVANNA F	4E+09	4E+10	giovan	
14	Classificado	23/04/2018	30/04/2018	23/05/2018	3	LILIAN A	4E+09	licaare	GIOVANNA F	4E+09	4E+10	giovan	

Fonte: IsF Gestão

¹³ Embora o nome dessa figura seja tabela, ela não é uma tabela criada por mim, é uma foto de uma tabela fornecida pelo NG. Quando for este o caso, as tabelas serão caracterizadas como figuras, pois elas não apresentam dados para análise, mas sim, ilustram sobre a origem dos dados.

Figura 4 - Tabela de ocupação de curso - Parte 3

1	Nome Prd	Tel	Celul	Em	Sala	Campus	Curso	Ementa	Referênc	Metodolo	Justificati	Conteúdo
2	RAQUEL DO	4E+09	4E+09	raquel		434	UEL - CAMPL IELTS: Compi	Desenvolvim	ASH J., MCC	Aulas exposi	Necessidade de desenvolv	
3	RAQUEL DO	4E+09	4E+09	raquel		434	UEL - CAMPL IELTS: Compi	Desenvolvim	ASH J., MCC	Aulas exposi	Necessidade de desenvolv	
4	RAQUEL DO	4E+09	4E+09	raquel		434	UEL - CAMPL IELTS: Compi	Desenvolvim	ASH J., MCC	Aulas exposi	Necessidade de desenvolv	
5	RAQUEL DO	4E+09	4E+09	raquel		434	UEL - CAMPL IELTS: Compi	Desenvolvim	ASH J., MCC	Aulas exposi	Necessidade de desenvolv	
6	RAQUEL DO	4E+09	4E+09	raquel		434	UEL - CAMPL IELTS: Compi	Desenvolvim	ASH J., MCC	Aulas exposi	Necessidade de desenvolv	
7	RAQUEL DO	4E+09	4E+09	raquel		434	UEL - CAMPL IELTS: Compi	Desenvolvim	ASH J., MCC	Aulas exposi	Necessidade de desenvolv	
8	LETICIA MIN	4E+09	4E+10	leticia	Laboratório c	UEL - CAMPL	Produção Or	Estudo das c	A BETTER W	Aulas exposi	Necessidade de desenvolv	
9	LETICIA MIN	4E+09	4E+10	leticia	Laboratório c	UEL - CAMPL	Produção Or	Estudo das c	A BETTER W	Aulas exposi	Necessidade de desenvolv	
10	LETICIA MIN	4E+09	4E+10	leticia	Laboratório c	UEL - CAMPL	Produção Or	Estudo das c	A BETTER W	Aulas exposi	Necessidade de desenvolv	
11	GIOVANNA f	4E+09	4E+10	giovan	Laboratório c	UEL - CAMPL	TOEFL ITP: C	Desenvolvim	EDUCATION	Aulas exposi	Necessidade de desenvolv	
12	GIOVANNA f	4E+09	4E+10	giovan	Laboratório c	UEL - CAMPL	TOEFL ITP: C	Desenvolvim	EDUCATION	Aulas exposi	Necessidade de desenvolv	
13	GIOVANNA f	4E+09	4E+10	giovan	Lab LEM 128	UEL - CAMPL	TOEFL IBT: P	Desenvolvim	GEAR, Jolen	Aulas exposi	Necessidade de desenvolv	
14	GIOVANNA f	4E+09	4E+10	giovan	Lab LEM 128	UEL - CAMPL	TOEFL IBT: P	Desenvolvim	GEAR, Jolen	Aulas exposi	Necessidade de desenvolv	

Fonte: IsF Gestão

A segunda fonte de dados era composta pelas planilhas de Aplicação de TOEFL. Ao todo eram oito planilhas compiladas em uma planilha de Excel com cerca de 1800 linhas. A partir dessas planilhas é possível traçar um perfil dos alunos matriculados no NuLi, seu curso na UEL, seu nível linguístico e sua aprovação ou não no exame TOEFL ITP. Essas planilhas tinham vinte e três colunas que apresentavam as informações descritas no quadro 4.

Quadro 4 - Funções da Tabela de Aplicação de TOEFL ITP

Número da coluna	Letra da coluna	Descrição Oficial	Exemplo de informação	Função da Informação
1	A	EMEC	9	Este era o registro da instituição no MEC
2	B	IES	UEL	Sigla de identificação da IES
3	C	Nome IES	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA	Fornecer o nome da IES
4	D	CPF	000.000.000-00	Tudo era controlado pelo CPF do IsF
5	E	Formulário	4KTN10A	Cada modelo de prova tinha um código diferente. Isso evitava que o aluno fizesse a mesma prova duas vezes.
6	F	Aluno	MARIA DA SILVA	Identificação do aluno
7	G	Data do Exame	10/04/2019	Data do exame
8	H	Valor 1	51	Esta pontuação equivale ao desempenho na habilidade Listening Comprehension (Compreensão oral)
9	I	Valor 2	49	Esta pontuação equivale ao desempenho na habilidade Structure & Written Expression (Estrutura de língua)
10	J	Valor 3	51	Esta pontuação equivale ao desempenho na habilidade

				Reading Comprehension (Compreensão escrita)
11	K	Valor Total	503	Pontuação total do aluno
12	L	QCE	B1	Nível linguístico segundo o Quadro Comum Europeu de Referências para Línguas.
13	M	País	Brazil	Origem do candidato
14	N	Língua Nativa	Portuguese	Detectar a língua nativa do candidato.
15	O	Data Nascimento	08/08/1995	Data de Nascimento
16	P	Sexo	F	Sexo
17	Q	Qtde Tentativas	2+	Quantidades de tentativas que o candidato já fez o TOEFL ITP
18	R	Calendário Exame	Demanda1_2018: TOEFL ITP	Número da demanda.
19	S	Data Início	13/08/2018	Data de início que os exames poderiam ser agendados para aplicação.
20	T	Data Fim	23/12/2018	Data final que os exames poderiam ser agendados para aplicação.
21	U	Sala	431	Número da sala que o teste seria aplicado na UEL. A sala 431 fica no CESA.
22	V	Campus	UEL-CAMPUS UNIVERSITÁRIO	No caso da UEL esta informação poderia se diferenciar caso o teste fosse no Hospital Universitário (HU).
23	W	E-mail	aluno@uel.br	E-mail do candidato

Fonte: IsF Gestão

A seguir, as Figuras 5 e 6 ilustram uma imagem real de como as oito tabelas de Aplicação de TOEFL ITP apareciam para o coordenador no sistema IsF Gestão.

Figura 5 - Exemplo de tabela Aplicação de TOEFL ITP – Parte 1

1	EMEC	IES	Nome IES	CPF	Formulário	Aluno	Data Exame	Valor 1	Valor 2	Valor 3	Valor Total	QCE	País
2		9 UEL	UNIVERSIDA	077.407N10A	ADRI		20/10/2018	50	38	51	463	B1	Brazil
3		9 UEL	UNIVERSIDA	005.4KTN10A	ADRI		22/09/2018	44	49	52	483	B1	Brazil
4		9 UEL	UNIVERSIDA	045.4OTN10A	AISLA		10/11/2018	49	52	53	513	B1	Brazil
5		9 UEL	UNIVERSIDA	083.4OTN10A	ALEX		10/11/2018	64	61	65	633	C1	Brazil
6		9 UEL	UNIVERSIDA	098.4OTN10A	ALEX		21/11/2018	56	50	53	530	B1	Brazil
7		9 UEL	UNIVERSIDA	998.4OTN10A	ALICE		20/10/2018	52	49	49	500	B1	Brazil
8		9 UEL	UNIVERSIDA	364.4OTN09A	ALINI		25/08/2018	42	33	44	397	A2	Brazil
9		9 UEL	UNIVERSIDA	063.4OTN10A	ALLA		20/10/2018	45	37	48	433	A2	Brazil
10		9 UEL	UNIVERSIDA	439.4OTN09A	AMA		01/09/2018	53	41	48	473	B1	Brazil
11		9 UEL	UNIVERSIDA	044.4OTN10A	AMA		20/10/2018	48	42	47	457	A2	Brazil
12		9 UEL	UNIVERSIDA	076.4KTN10A	AMA		26/10/2018	44	48	52	480	B1	Belgium
13		9 UEL	UNIVERSIDA	069.4OTN09A	AMA		25/08/2018	57	55	50	540	B1	Brazil
14		9 UEL	UNIVERSIDA	087.4OTN10A	AMA		20/10/2018	56	50	53	530	B1	Brazil

Fonte: IsF Gestão

Figura 6 - Exemplo de tabela Aplicação de TOEFL ITP – Parte 2

1	Língua Nativ	Data Nascir	Sexo	Qtde Tentati	Calendário E	Data Início	Data Fim	Sala	Campus	E-mai
2	Portuguese	#####	F	2+	Demanda1_	13/08/2018	23/12/2018	431	UEL - CAMPU	adrian
3	Portuguese	#####		1	Demanda1_	13/08/2018	23/12/2018	Sala 431	UEL - CAMPU	adrian
4	Portuguese	#####	M	2+	Demanda1_	13/08/2018	23/12/2018	431	UEL - CAMPU	aislan
5	Portuguese	#####	M	1	Demanda1_	13/08/2018	23/12/2018	431	UEL - CAMPU	alexar
6	Portuguese	#####		None	Demanda1_	13/08/2018	23/12/2018	437	UEL - CAMPU	alexia
7	Portuguese	#####		None	Demanda1_	13/08/2018	23/12/2018	431	UEL - CAMPU	asutiy
8	Other	#####		1	Demanda1_	13/08/2018	23/12/2018	431	UEL - CAMPU	aline.r
9	Portuguese	#####	M	2+	Demanda1_	13/08/2018	23/12/2018	437	UEL - CAMPU	alland
10	Portuguese	#####		None	Demanda1_	13/08/2018	23/12/2018	431	UEL - CAMPU	aman
11	Portuguese	#####		None	Demanda1_	13/08/2018	23/12/2018	437	UEL - CAMPU	aman
12	Portuguese	#####		None	Demanda1_	13/08/2018	23/12/2018	438	UEL - CAMPU	aman
13	Portuguese	#####		None	Demanda1_	13/08/2018	23/12/2018	431	UEL - CAMPU	aman
14	Portuguese	#####		None	Demanda1_	13/08/2018	23/12/2018	431	UEL - CAMPU	assiiis.

Fonte: IsF Gestão

1.4.1.2 Planilhas geradas pela PROPLAN com a ATI da UEL

Para complementar o perfil dos alunos que buscavam o programa IsF, bem como seu o perfil acadêmico, o NuLi IsF UEL contava também com cinco planilhas de Carga de Dados geradas em Excel pela Assessoria de Tecnologia de Informação (ATI) da UEL a partir de instruções do Núcleo Gestor do programa.

Para o programa funcionar, ele precisava ser alimentado com os dados de cada instituição. A cada início de ano, o coordenador geral solicitava uma atualização dessas planilhas à PROPLAN que, juntamente com a ATI, criava essas tabelas seguindo as instruções do Núcleo Gestor. Faziam parte das tabelas Carga de Dados os docentes, os discentes, os técnicos administrativos, os estudantes estrangeiros e os professores da rede pública de ensino. Na coluna denominada Função da Informação, trago uma explicação de cada informação contida na tabela. Todas essas informações eram de suma importância para o bom funcionamento do site IsF Gestão ao mesmo tempo que compilava dados importantes para pesquisas dos NuLis e do Núcleo Gestor.

Essas planilhas nos ofereciam desde o curso e o ano acadêmico de cada estudante até informações sobre sua data de nascimento. Podemos afirmar que era um banco de dados robusto e importante tanto para o NuLi como para o Núcleo Gestor. Ao se credenciar no Programa IsF via edital do MEC, a instituição se comprometia a fornecer os dados de sua comunidade acadêmica de forma a permitir a comprovação do vínculo. No governo federal não há dados atualizados a serem utilizados para este tipo de inscrição. O único banco de dados, segundo informação

do Núcleo Gestor aos coordenadores gerais, era o Censo do INEP, mas esse sempre se remetia a dois anos anteriores o que excluiria todos os ingressantes segundo anistas da instituição. Para que o processo fosse mais inclusivo, a instituição deveria, então, fornecer as tabelas com os dados solicitados. A seguir, apresentamos os quadros para todos os perfis de vínculo com a instituição. O quadro 5 ilustra a tabela dos discentes, seguida com uma amostra real dessas tabelas na Figura 7.

Quadro 5 - Carga de Dados Discentes

Número da coluna	Letra da coluna	Descrição Oficial	Exemplo de informação	Função da Informação
1	A	Código Curso	0	Código do curso perante a UEL.
2	B	Curso Nome	Agronomia	Nome do curso de graduação ou pós-graduação
3	c	Curso Tipo	3	Nº 1 destinava-se à graduação, nº 2 destinava-se à pós-graduação lato sensu, nº 3 destinava-se à pós-graduação stricto sensu mestrado, nº 4 destinava-se à pós-graduação stricto sensu doutorado, nº 5 para curso de Português para Estrangeiros.
4	D	CPF	000.000.000-00	Toda a identificação do programa era feita pelo CPF do aluno.
5	E	PRIORIDADE	1	Valor 1 para prioridade máxima ou única, valor 2 para média prioridade, valor 3 para regular prioridade.
6	F	INTEGRALIDADE	87	Proporção relativa à carga horária já cursada pelo aluno para conclusão do curso ou programa.
7	G	MÉDIA	90.4	Média do aluno individual e acumulada no curso ou programa.
8	H	EMAIL	aluno@uel.br	E-mail do aluno
9	I	TURNOS	4	Valor 1 para cursos no matutino, valor 2 para cursos no vespertino, valor 3 para cursos no noturno, valor 4 para cursos em turno integral e pós-graduação.
10	J	TIPO BOLSA	0	Valor varia de 0 a 14 dependendo da bolsa obtida pelo aluno.
11	K	TIPO MOBILIDADE	0	Valor varia de 0 a 7 dependendo do tipo de mobilidade do aluno
12	L	TIPO INGRESSO	1	Valor 1 para “não cotista” e valor 2 para “cotista”.
13	M	ALUNO ESPECIAL	2	Valor 1 para alunos que apresentarem necessidades especiais e Valor 2 para alunos que não apresentarem necessidades especiais.
14	N	DIA NASCIMENTO	22	Dia do nascimento
15	O	MÊS NASCIMENTO	11	Mês do nascimento
16	P	ANO NASCIMENTO	1994	Ano do nascimento

Fonte: ISF Gestão

A figura 7 representa uma imagem real da Planilha de Carga Discentes disponível no IsF Gestão.

Figura 7 - Exemplo de tabela da Planilha Carga Discentes

1	CODI	CURSO_NOME	CURSC	CPF	PRIOR	INTEGR	MEDI	EMAI	TURN	TIPO_BOLSÁ	TIPO_M	TIPO	ALUN	DIA	MES_NJ	ANO
2	0	Análises Clínicas	2	418185	1	50	97.2	tiemytiz	4	0	0	1	2	25	01	1993
3	0	Análises Clínicas	2	020108	1	50	90	deise.vic	4	0	0	1	2	06	11	1976
4	0	Análises Clínicas	2	046001	1	50	96.9	mayara	4	0	0	1	2	10	07	1992
5	0	Farmácia Hospitalar e Clínica	2	065955	1	50	98.2	renan.g	4	0	0	1	2	05	12	1988
6	0	Comunicação e Cultura Polít	2	364691	1	0	0	ana.sora	3	0	0	1	2	06	10	1986
7	0	Comunicação e Cultura Polít	2	071332	1	0	0	laisa_oli	3	0	0	1	2	22	03	1995
8	0	Antropologia: Diferença, Des	2	067033	1	0	0	adrieli.c	3	0	0	1	2	06	06	1990
9	0	Antropologia: Diferença, Des	2	078184	1	0	0	yvileiser	3	0	0	1	2	09	02	1993
10	0	Treinamento Desportivo	2	072505	1	0	0	domingi	3	0	0	1	2	19	06	1991
11	0	Treinamento Desportivo	2	389252	1	0	0	cintyafr	3	0	0	1	2	17	08	1993
12	0	Treinamento Desportivo	2	064711	1	0	0	kessi.cas	3	0	0	1	2	14	11	1990
13	0	Treinamento Desportivo	2	065233	1	0	0	geomori	3	0	0	1	2	26	01	1988
14	0	Moda: Produto e Comunicaç	2	073833	1	0	0	bruna.fe	3	0	0	1	2	16	07	1990

Fonte: IsF Gestão

Um outro perfil dos alunos do programa IsF era o de docentes da universidade. A tabela de carga de dados dos docentes trazia informações relevantes para a condução do programa e os professores, conforme segue no quadro 6.

Quadro 6 - Carga de dados Docentes

Número da coluna	Letra da coluna	Descrição Oficial	Exemplo de informação	Função da Informação
1	A	CPF	00000000000	O CPF era o meio de acesso ao site IsF Gestão.
2	B	Ano Admissão	2012	Ano de admissão.
3	c	Mês Admissão	05	Mês de admissão
4	D	Dia Admissão	12	Dia de admissão
5	E	SIAPE		Pertinente somente para as universidades federais.
6	F	Vínculo professor	5	Valor 1 para professor de Educação básica da rede municipal; Valor 2 para professor de Educação básica da rede pública estadual; Valor 3 para professor de Educação básica da rede federal; Valor 4 quando for visitante; Valor 5 para docente da Educação superior
7	G	Nível Formação	8	Valor 1 para Formação básica incompleta; Valor 2 para ensino médio ou técnico; Valor 3 para bacharelado; Valor 4 para Licenciatura; Valor 5 para Pós-graduação lato sensu;

				Valor 6 para Mestrado profissional; Valor 7 para mestrado acadêmico; Valor 8 para doutorado
8	H	Tipo formação		Valor 1 para Bacharelado em área distinta da área de atuação; Valor 2 Bacharelado na língua estrangeira de atuação; Valor 3 para licenciatura em área distinta da área de atuação; Valor 4 para Licenciatura na língua estrangeira de atuação; Valor 5 para ensino médio ou técnico
9	I	Tipo contrato	4	Valor 1 para temporário; Valor 2 para efetivo 20 horas; Valor 3 para efetivo 40 horas; Valor 4 para Dedicção exclusiva (informe somente para professor de universidade)
10	J	Área atuação	0	<i>Valor 0 quando não souber ou não tiver esta informação;</i> <i>Valor 1 para Ensino fundamental;</i> <i>Valor 2 para Ensino médio;</i> <i>Valor 3 para Ensino técnico; Valor 4 para Secretaria de curso ou área acadêmica;</i> <i>Valor 5 para Área administrativa.</i> <i>Valor 6 para Relações internacionais da minha instituição;</i> <i>Valor 7 para Programa de Pós-graduação da minha instituição;</i> <i>Valor 8 para Cursos de Graduação de minha instituição.</i>
11	K	Prioridade	2	<i>Valor 1 para máxima prioridade;</i> <i>Valor 2 para média prioridade;</i> <i>Valor 2 para regular prioridade;</i>
12	L	Dia nascimento	1	<i>Dia do nascimento</i>
13	M	Mês nascimento	3	<i>Mês do nascimento</i>
14	N	Ano nascimento	1974	<i>Ano nascimento</i>

Fonte: IsF Gestão

A Figura 8 ilustra uma tabela de carga de dados Docente no IsF Gestão.

Figura 8 - Exemplo de Tabela de Carga de Dados de Docentes

1	CPF	EM	ANO	ME	DIA	SIA	DFESS	RMAC	RMAC	ONTRA	ITUAC	DRIDA	CIMEN	CIMEN	ASCIMEN	
2	71107746949	lcmec	1993	05	06			5			3	0	2	11	04	1973
3	71108009972	maria	1995	05	02			3			3	0	2	06	10	1969
4	70068615949	kamir	1993	05	24			3			3	0	2	03	02	1971
5	70088519953	sofias	1995	12	04			3			3	0	2	29	11	1969
6	70341338915		1991	02	25		5	3			3	0	2	18	07	1966
7	70439567904	kranic	1996	03	28			2			3	0	2	13	04	1973
8	70505209934	s_acc	1995	03	27			5			3	0	2	14	09	1970
9	70505802953	fran.e	1993	07	08			2			3	0	2	09	08	1969
10	70516278991	marta	1996	03	04			3			3	0	2	15	01	1971
11	70516650904	ande	1997	12	10			2			3	0	2	18	06	1966
12	70603456987	bezer	1992	05	26			7			3	0	2	18	10	1969
13	69394520953	joana	1995	11	28			2			3	0	2	01	08	1962
14	69472335934	anade	1994	02	28			3			3	0	2	11	10	1971

Fonte: IsF Gestão

Um outro grupo de alunos do Idiomas sem Fronteiras era o corpo de técnicos-administrativos da universidade. Dentro de um plano de internacionalização, os funcionários da universidade desempenham um papel importante de contato com alunos estrangeiros dentro do campus além de propiciarem a atenderem aos convênios com instituições do exterior. Há mais duas tabelas de carga de dados, a dos parceiros. Esses parceiros poderiam ser os (1) alunos estrangeiros da universidade ou da comunidade e (2) professores da rede pública de ensino. Para ambos os grupos, a tabela tinha a mesma elaboração da tabela dos docentes e, por esta razão, não será necessário descrevê-las. A Figura 9 ilustra o tipo de tabela desses três tipos de participantes.

Figura 9 - Carga de Dados Técnicos administrativos/ PFOL / Rede Pública

	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M	N	O	P
1	CPF	EMAIL	ANO_AD	MES_A	DIA_A	SIAPÉ	VINCUL	NIVEL	TIPO_FC	TIPO_CC	AREA_AT	PRIORIDA	DIA_NASC	MES_NASC	ANO_NASCIMENTO	
2	5E+10	dionizio@	1983	11	3			3		3	0	2	16	6	1964	
3	3E+10	laudelino	1981	2	24			3		3	0	2	26	11	1959	
4	3E+10	carlosdsil	1994	9	5			2		3	0	2	20	3	1959	
5	3E+10	carreri@	1994	7	14			2		2	0	2	9	11	1958	
6	3E+10	jblima@u	1994	11	7			5		3	0	2	11	3	1959	
7	2E+09	mixirica@	2011	7	4			2		3	0	2	30	4	1978	
8	6E+09	bruname	2010	9	30			3		3	0	2	26	4	1983	
9	6E+10	rfrancis@	1986	9	16			5		3	0	2	18	2	1966	
10	3E+09	v.silva@u	1998	7	27			1		3	0	2	14	12	1974	
11	8E+10		2002	5	13			3		3	0	2	5	7	1961	
12	7E+10	vilma@u	1997	11	11			5		3	0	2	9	7	1969	
13	6E+09	leticiafos	2016	7	4			5		3	0	2	20	9	1987	
14	4E+09	marinapt	2016	7	4			2		3	0	2	13	3	1956	
15	6E+09	varasquir	2016	8	1			3		3	0	2	23	12	1987	

Fonte: IsF Gestão

A última fonte de informações desta seção eram os 122 diários de classe produzidos durante cada oferta de cursos. Todos os diários continham o código da turma, o qual pode ser verificado na tabela carga de dados como turma,

nome do professor, início e término das aulas e seu conteúdo. Todas as turmas deveriam ter pelo menos 10 alunos para ser aberta. No exemplo da Figura 10 de um diário de classe, verificamos que há nove alunos. Isso ocorre porque um determinado aluno solicitou o seu desligamento da turma após as aulas terem iniciado. Quando o aluno, ao desistir do curso, não fazia essa solicitação, ele era reprovado por faltas. Tal reprovação ficava gravada na sua página pessoal no IsF Gestão e não poderia ser modificada. As presenças eram feitas a partir do ponto na célula da coluna, que já vinha preenchida como padrão, e a falta pela letra F, que deveria ser alimentada pelo professor. A média de aprovação para os cursos do IsF Gestão era 6.0.

Figura 10 - Diário de classe

Diário de Classe UEL - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA												
Curso: TOEFL IBT: Compreensão Escrita												
Modalidade: REGULAR												
Código da Oferta: 38048												
Sala: 435 T												
Professor:												
Idioma: Inglês												
Data Início: 26/03/2018												
Data Fim: 18/04/2018												
<p>Conteúdo:</p> <p>Aspectos Funcionais: Apresentação da seção de compreensão escrita do teste: o formato, tipos de questões, a nota e o tempo para a seção. Identificação de gêneros textuais recorrentes no exame. Interpretação de textos escritos de variados gêneros (essays, artigos de jornal, propagandas, crítica, artigos de revista, carta formal). Reconhecimento de estruturas de texto (classification, comparison and contrast, cause and effect, problem and solution). Identificação de informação geral e específica (skimming and scanning). Reconhecimento de propósitos retóricos e informações implícitas. Identificação de paráfrases. Seleção e ordenação de sentenças para elaboração de síntese.</p> <p>Aspectos Linguísticos: Organização textual. Coerência e coesão. Orações simples, compostas e complexas. Sentenças afirmativas, interrogativas e negativas. Classes de palavras (verbo, substantivo, pronome, etc). Vocabulário (cognatos, antônimos e sinônimos, significados e inferências, expressões idiomáticas). Vocabulário em contexto. Formação de palavras, afixos. Marcadores de discurso (conjunções conectores para indicar contraste, adição, causa, consequência). Referenciação. Tempos verbais e verbos modais.</p> <p>Aspectos Inter-culturais: Não se aplica.</p> <p>Observação: N/A</p>												
Nº	Nome	26/03	28/03	02/04	04/04	09/04	11/04	16/04	18/04	Nota 1	Nota Final	Resultado
1	██████████	-	-	-	-	F	-	-	-	8.20	8.20	Aprovado
2	██████████	-	-	-	-	F	-	-	-	6.00	6.00	Aprovado
3	██████████	-	F	-	F	F	F	F	F	0.00	0.00	Reprovado
4	██████████	-	-	-	-	F	-	-	-	7.80	7.80	Aprovado
5	██████████	-	-	-	-	F	F	F	F	0.00	0.00	Reprovado
6	██████████	F	F	F	F	F	F	F	F	0.00	0.00	Reprovado
7	██████████	F	-	-	-	F	-	-	-	6.60	6.60	Aprovado
8	██████████	-	-	-	F	F	F	F	F	0.00	0.00	Reprovado
9	██████████	F	F	F	F	F	F	F	F	0.00	0.00	Reprovado

Fonte: IsF Gestão

Os 122 diários eram obtidos no sistema do IsF Gestão e gerados somente após a conclusão dos cursos e da homologação do diário de classe feita pelo coordenador geral. Nele é possível verificar quantos alunos concluíram os cursos, seus e-mails, notas, faltas e índice de desistência.

1.4.2 Documentos Oficiais

No grupo do segundo tipo de documento utilizado para este estudo, denominado documentos oficiais, foram utilizados onze documentos oriundos do Núcleo Gestor do programa Idiomas sem Fronteiras e da UEL, a saber:

1. Portaria MEC nº 1466, de 18 de dezembro de 2012, que institui o Programa Inglês sem Fronteiras.
2. Portaria MEC 973, de 15 de novembro de 2014, que institui o Programa Idiomas sem Fronteiras.
3. Edital Nº 59/2017 para credenciamento de universidades estaduais e municipais para atuação como NuLi-IsF.
4. Edital Nº 29/2017 para credenciamento de universidades federais para atuação como NuLi-IsF.
5. Declaração de articulação entre o Centro de línguas e o IsF.
6. Caderno de Metas e Ações PDI 2016 da UEL.
7. PDI 2016-2021 da UEL.
8. Plano de Internacionalização da Pesquisa e da Pós-graduação da UEL.
9. Minuta de Política Linguística da UEL.
10. Proposta de Política Linguística para apoio à internacionalização da UEL.
11. Regulamento Interno do Laboratório de Línguas do Departamento de Letras Estrangeiras Modernas.

Apresento agora uma breve descrição desses documentos, bem como a sua relevância para este estudo.

a) As Portarias

As duas portarias selecionadas para este estudo trazem aspectos importantes relacionados aos pilares que criaram, inicialmente o Inglês sem Fronteiras e, sem seguida, o Idiomas sem Fronteiras nacionalmente. Nelas são apresentados os objetivos do programa, as responsabilidades de cada órgão envolvido, desde o MEC, a CAPES e as universidades e as formas de custeio do programa anualmente. A primeira portaria foi publicada em 2012, para a

criação do Inglês sem Fronteiras, a segunda é sobre a criação do Idiomas sem Fronteiras que agrega os outros idiomas além do inglês.

b) Edital nº 59/2017 e 29/2017– Edital de Chamada pública para credenciamento de universidades estaduais e municipais para atuação como Núcleo de Línguas (NuLi-IsF) no âmbito do programa Idiomas sem Fronteiras) E credenciamento das federais

O Edital nº 59/2017 foi o documento que instruiu o processo de seleção das universidades estaduais e municipais para o credenciamento de NuLis no âmbito do Programa Idiomas sem Fronteiras, já o Edital nº 29/2017 diz respeito ao credenciamento das universidades federais. Eles apresentam os objetivos e os critérios de participação no processo de adesão ao programa, além dos tipos de NuLis, informações sobre o fomento pela CAPES e o julgamento do credenciamento. Os documentos são compostos também por três anexos, o primeiro com orientações sobre a política linguística da universidade como documento essencial ao credenciamento, o segundo anexo com orientações sobre a proposta de formação pedagógica e o terceiro anexo contempla o regulamento do programa Idiomas sem Fronteiras. O Edital nº 59/2017 foi um documento basilar para todo o processo de criação do NuLi-UEL. Ele é composto de 33 páginas.

c) Declaração de articulação entre o Centro de línguas e o NuLi-IsF

A Declaração de articulação entre os dois órgãos era uma exigência do credenciamento para o NuLi. Ele foi elaborado pelo Núcleo Gestor e poderia ser adaptado de acordo com a necessidade de cada universidade. Ele dispõe das diferenças e das especificidades de cada órgão, delimitando e estabelecendo a atuação de cada um (NuLi e Laboratório de Línguas). Os NuLis não tinham a finalidade de atuar no ensino do inglês geral e básico, já que essa era uma atribuição do Centro de Línguas. Esse documento esclarecia a finalidade dos NuLis de atuarem em prol da internacionalização, mas em conjunto com os Centros de Línguas. Ele foi assinado pelas duas coordenadoras, do NuLi e do Laboratório de Línguas, em 2017 e dispõe de uma página.

d) Caderno de Metas e Ações PDI 2016-2021

O caderno de Metas e Ações PDI traz no título os anos de 2016 e 2021, no entanto, este documento foi reformulado em 2018 e, por isso, sua data neste trabalho será a de 2018. Este caderno pode ser considerado um resumo do PDI da universidade que contém 279 páginas. Este documento compila em sete páginas os cinco eixos e quatorze metas institucionais.

e) PDI 2016 – 2021

O Plano de Desenvolvimento Institucional da UEL foi aprovado pelo conselho universitário em 10/06/2016 e prevê a avaliação de suas metas e ações a cada dois anos. Ele é um documento que apresenta, descreve e contextualiza a UEL plenamente. Divide-se em cinco eixos sendo o primeiro sobre planejamento e avaliação institucional, o segundo sobre desenvolvimento institucional, o terceiro sobre políticas acadêmicas, o quarto sobre políticas de gestão e o quinto sobre infraestrutura física.

f) Plano de Internacionalização da Pesquisa e Pós-Graduação – Estratégia 2018-2022

O Plano de Internacionalização da Pesquisa e Pós-graduação é um documento focado nos aspectos da internacionalização da UEL. Ele foi escrito em conjunto com a ARI e tem como objetivo identificar e orientar as ações relacionadas ao processo de internacionalização institucional da pós-graduação.

g) Minuta de Política Linguística para a UEL e Proposta de Política Linguística para apoio à internacionalização da UEL

Esses foram os dois documentos em que foram discutidas as primeiras ideias de uma política linguística para a internacionalização da UEL. Eles serão apresentados juntos nesta seção, mas foram analisados separadamente, embora a função dos dois documentos seja uma só: descrever uma política linguística para a instituição. A decisão de manter os dois documentos como fonte de informações para este estudo é a de fornecer o percurso textual que o documento teve. A sua primeira versão, no final de 2017, foi enviada como uma minuta juntamente com os demais documentos para o credenciamento da UEL como NuLi. A segunda versão, como proposta, foi enviada como cumprimento

às exigências do programa no final de 2018, uma vez que todas as universidades tiveram uma data limite para a entrega da PL final, após discussão e elaboração pela equipe da instituição. Na verdade, nenhum dos documentos é uma política linguística, pois um é uma minuta e o outro uma proposta ainda não avaliada e aprovada formalmente pela instituição. A UEL ainda carece de uma política linguística uma vez que essas discussões parecem não ter avançado após a interrupção das ações do programa IsF.

h) Regulamento Interno do Laboratório de Línguas

O regulamento do Laboratório de Línguas¹⁴ descreve a identificação do órgão, seu espaço físico e seus objetivos na introdução do documento. Posteriormente, é apresentada uma descrição robusta da sua estrutura organizacional, a qual é composta pelo conselho deliberativo e executivo. A elaboração deste regulamento é datada de 2012 e sua aprovação, de 2013.

1.4.3 A frequência da divulgação em um programa de internacionalização como o IsF na UEL e os gráficos IsF Gestão

Nesta subseção serão descritos os dois últimos tipos de documentos que serviram de base para a coleta de informações para este estudo: a compilação das peças publicitárias que resultaram na frequência da divulgação e os gráficos gerados pelo sistema IsF Gestão.

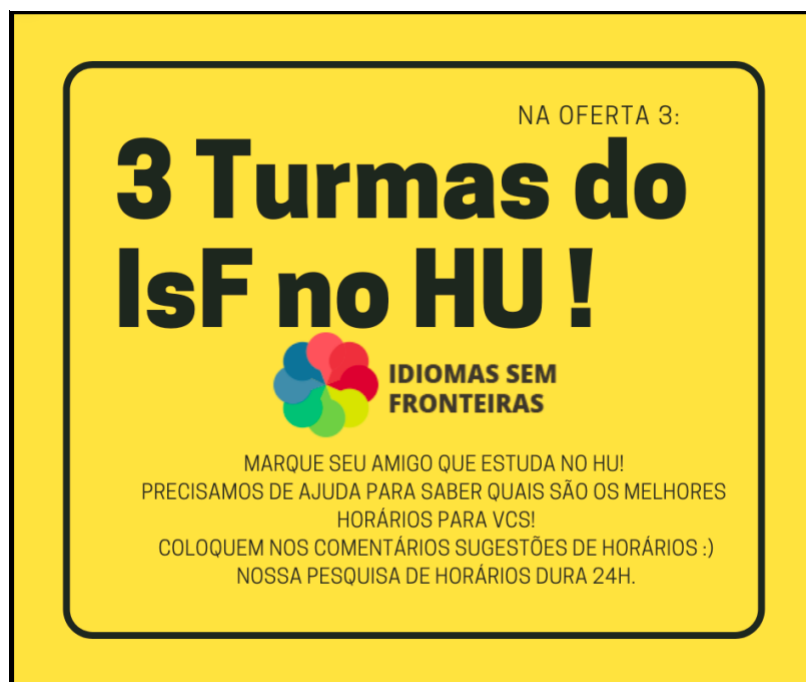
Antes de apresentar os dados referentes à divulgação, é importante contextualizar sua produção. Ao iniciarmos o programa na UEL, tínhamos a hipótese de que o processo de internacionalização fazia parte da universidade e que alunos e servidores participariam no Programa IsF a ponto de faltar vagas para atendermos a todos, como aconteceu com o CsF. Logo no início percebemos o oposto e que precisaríamos divulgar e apresentar o programa a toda a comunidade acadêmica. Esta foi mais uma habilidade que as coordenadoras e dos professores do NuLi tiveram que desenvolver fora da sua formação acadêmica: o *marketing* dos cursos.

¹⁴ Sempre que o programa Idiomas sem Fronteiras se remete a este órgão, ele utiliza-se da nomenclatura Centro de Línguas. Assim, nesta tese utilizarei os dois termos, Laboratório de Línguas, como é denominado na UEL e Centro de Línguas, como encontrado nos documentos analisados. Ambos se referem ao mesmo setor nas universidades onde são ofertados cursos de idiomas às comunidades interna e externa.

Todas as peças de divulgação foram criadas pelos professores e coordenadoras do NuLi UEL sem nenhuma especialidade no assunto. A necessidade surgia e as peças eram feitas, sem muito critério ou fundamentação teórica, precisávamos divulgar o programa na universidade. O NuLi contou com o setor de Comunicação (COM) para divulgação nos canais oficiais da universidade, como lista de e-mails, Instagram, Rádio e site da UEL. Em julho de 2018, tivemos a participação de dois estudantes/estagiários do curso de publicidade da UEL para colaborar nas orientações de divulgação do programa, o IsF também era um campo de atuação de estágio para eles.

Ao todo, o NuLi IsF da UEL elaborou cerca de 250 peças publicitárias que resultaram em 364 publicações em mídias sociais, sendo 232 publicações do Facebook e 132 no Instagram. As peças publicitárias somadas à frequência de sua divulgação compõem os dados desta tese para se investigar a relação da divulgação do programa, as quais eram feitas quase que diariamente enquanto as ofertas estavam abertas, e a captação de alunos que se tornariam agentes da internacionalização na universidade. A figura 11 é um exemplo dessas peças publicitárias.

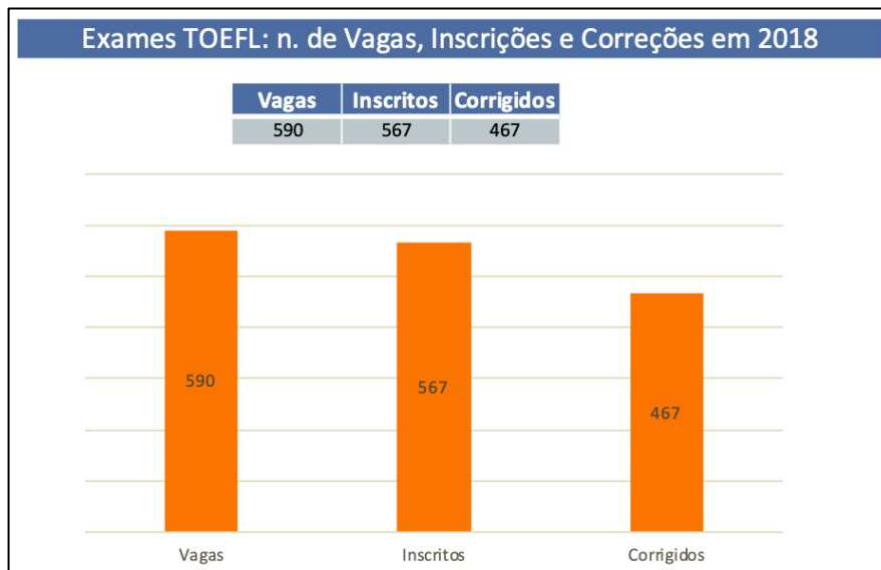
Figura 11 - Peça de divulgação vinculada no Facebook em 25/03/2019



Fonte: Banco de dados de mídias sociais do NuLi-IsF UEL

Já os gráficos do Núcleo Gestor eram documentos que os coordenadores recebiam nos encontros semestrais que os coordenadores gerais e de idiomas participavam. A partir da análise desses gráficos, os coordenadores de NuCLis poderiam fazer uma análise comparativa dos dados do seu NuCLi e dos demais NuCLis de outras universidades brasileiras. Nesta tese, os gráficos servirão para analisar a evasão e a divulgação feita pelo NuCLi UEL.

Figura 12 - Exemplo de um gráfico elaborado pelo NG

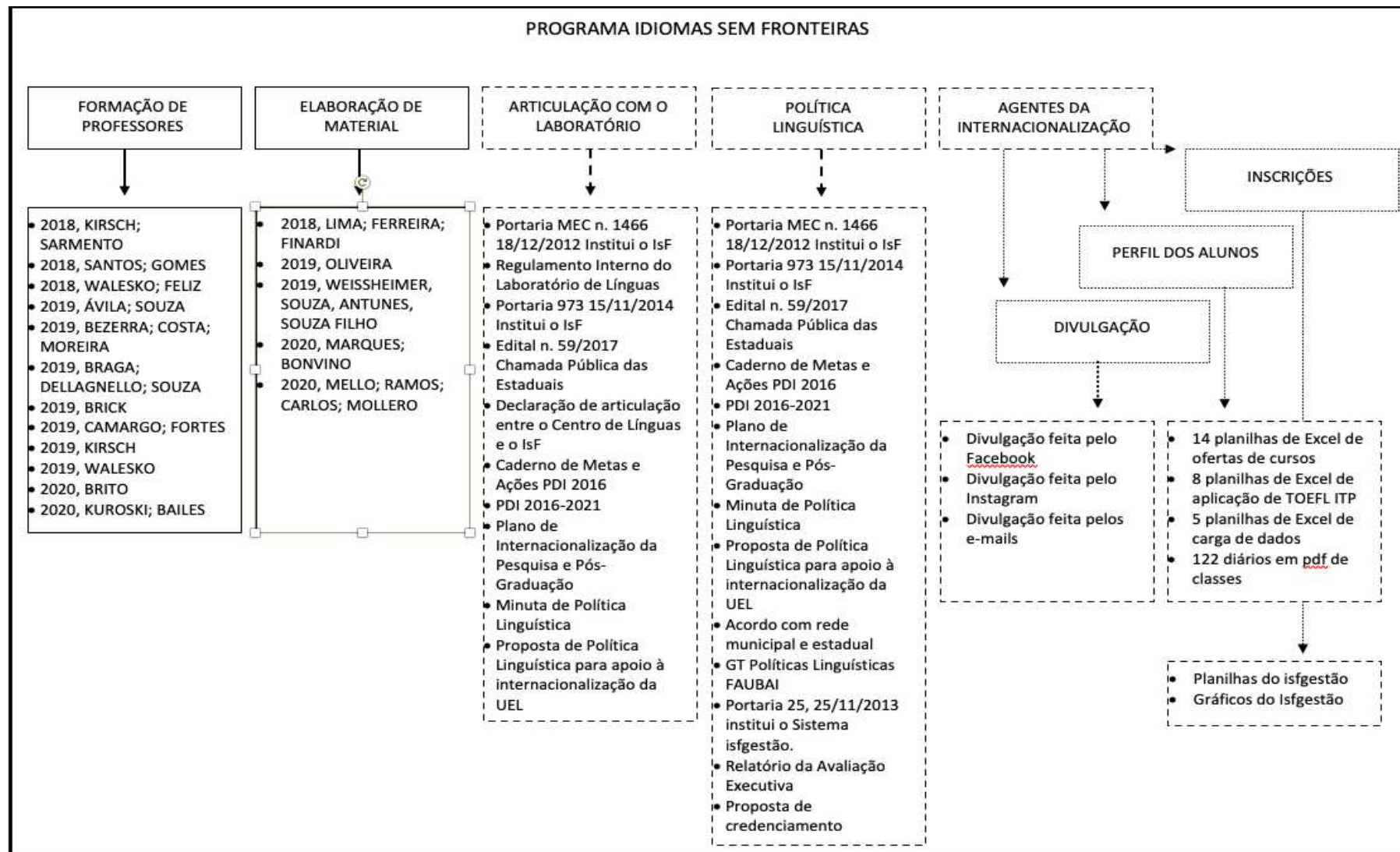


Fonte: Banco de dados do Núcleo Gestor

Como forma de sistematizar os documentos descritos nesta seção do capítulo, articulando com os pontos que precisam ser estudados para uma melhor implantação de um programa de internacionalização nos moldes do IsF na UEL (PAIVA; ALVES, 2020), apresento a Figura 13.

Na figura 13, visualizam-se as linhas fechadas para a formação de professores e elaboração de material e as linhas pontilhadas para a articulação do laboratório de línguas, para a política linguística e os agentes da internacionalização. As linhas fechadas para a formação de professores e elaboração de material fazem referência aos pontos cujos eixos estão mais consolidados dentro do programa com respaldo de trabalhos acadêmico-científicos. As linhas pontilhadas fazem uma alusão aos pontos que necessitam de mais estudos e análise, como é o caso da articulação com o laboratório de línguas, a política linguística e os agentes da internacionalização, foco desta tese.

Figura 13 - Eixos basilares do Programa IsF



Fonte: A própria autora.

Diante dos documentos descritos até então, apresento a seguir os caminhos percorridos para conduzir a análise das informações coletadas nesses documentos com o objetivo de responder à pergunta de pesquisa central desta tese.

1.5 Procedimentos de tratamento e análise de dados

Considerando a natureza dos documentos e os objetivos desta pesquisa, os dados foram tratados e analisados com base em duas vertentes: a análise de conteúdo e a análise comparativa.

Os dados referentes aos documentos oficiais foram tratados a partir da análise de conteúdo (BARDIN, 2006) e as peças publicitárias e as planilhas a partir da análise comparativa (GIVEN, 2008). A análise de conteúdo permitirá compreender as lacunas e problemas enfrentados pelo NuLi-IsF UEL no referido programa por meio dos documentos oficiais conforme caracterizados na seção anterior deste capítulo. Já a análise comparativa, a partir dos dados cujas fontes advém de planilhas, gráficos e figuras, foram descritos quantitativamente e analisados e comparados qualitativamente entre as etapas e ofertas do programa para compor a análise dos agentes da internacionalização. Esses dados foram analisados levando em consideração a abertura das ofertas, a publicação das peças e o resultado obtido na captação de alunos para o NuLi-IsF UEL por meio da interpretação dos gráficos. Apresento os procedimentos e os tipos de análises nas seções subsequentes.

1.5.1 Tratamento dos dados pela Análise de Conteúdo

O campo de aplicação aos métodos da análise de conteúdo é muito vasto. Para Bardin (2006), qualquer comunicação escrita, denominada pela autora de transporte de significações de um emissor para um receptor, pode ser decifrado pela análise de conteúdo.

Para Bardin (2006), por detrás do discurso aparente simbólico e polissêmico esconde-se um sentido que convém desvendar. Assim como Bardin (2006), para Dilthey (1900), a tradição de abordar textos, monumentos literários estáticos, é longínqua, mas a análise de conteúdo, como conhecemos atualmente, se desenvolveu nos Estados Unidos. Foi a partir do início do século XX, na Universidade de Columbia, utilizando-se de um rigor científico, que a análise de conteúdo

estabeleceu como fontes os textos jornalísticos com foco no estudo da propaganda motivados tanto pela primeira como pela segunda guerra mundial.

A análise de conteúdo se torna útil a partir do momento que lida com comunicações para além de seus significados imediatos. Este tipo de análise corresponde a dois objetivos, o da superação da incerteza e o do enriquecimento da leitura. Para Bardin (2006, p.25), “se um olhar imediato espontâneo, é já fecundo, não poderá uma leitura atenta aumentar a produtividade e a pertinência?”. O desejo de rigor e necessidade de descobrir expressam as linhas de força deste tipo de análise.

Antecipando o que é trazido no capítulo seguinte desta tese, Ball (2017) afirma que um dos principais desafios dos atores envolvidos em políticas é o de converter a modalidade primária, denominada textual para a secundária, a prática. Assim, transformar a palavra escrita para a ação é desafiador de se fazer, pois envolve um processo de atuação. Ele ainda compara este processo a de uma atuação teatral, na qual o roteiro deve ser interpretado pelos atores, que levam em conta os valores locais e pessoais, as expectativas e os acordos que se devem fazer para que a política avance. É neste sentido que a pesquisa documental e a análise de conteúdo servem aos propósitos desta tese.

Dentro deste tipo de análise, tratar o material é codificá-lo. Há dois tipos de categorização, um é pela unidade de registro e o outro pelas unidades de contexto. Na unidade de registro analisa-se a unidade de significação, visando a categorização e a contagem frequencial. A palavra, a título ilustrativo, pode ser citada entre as unidades de registro mais utilizadas. Já a unidade de contexto serve de unidade de compreensão para codificar a unidade de registro e corresponde ao segmento da mensagem. Um exemplo deste tipo de unidade é o parágrafo, uma vez que se faz necessário à referência ao contexto. Para esta tese, utilizei a unidade de contexto como principal unidade de análise, principalmente para os documentos oficiais que deram suporte à implementação do IsF na UEL.

Para o tratamento dos dados, segui as etapas sugeridas por Bardin (2006), a saber: 1. Pré-análise: nesta etapa, Bardin propõe a organização de análise de conteúdo bem como a organização do material disponível. Para isso, fiz uma leitura do material, escolhi os documentos que foram analisados e que constituíram o corpus deste estudo; 2. Exploração do material: nesta fase, a autora sugere que seja feita a codificação e categorização do material. Na minha seleção, delimito as unidades de contexto identificadas nos documentos; 3. Tratamento dos resultados obtidos e

interpretação: a análise de conteúdo fornece informações suplementares ao leitor crítico de uma mensagem de modo que ele saiba mais sobre esse texto. Para Bardin (2006), esse saber mais implica em apoiar-se nos elementos constitutivos do mecanismo clássico da comunicação: por um lado a mensagem e seu suporte; por outro o emissor e o receptor. Assim, considera:

- a) O emissor: o produtor da mensagem;
- b) O receptor: um indivíduo ou um grupo de indivíduos;
- c) A mensagem: correspondente ao continente e o conteúdo; ou ainda os significantes e os significados; ou o código e a significação
- d) A significação: o estudo formal do código a partir das significações que a mensagem fornece.

Durante essas etapas, o material foi sendo preparado e os recortes dos documentos serão apresentados no capítulo de análise conforme exemplificado na figura 14, a seguir.

Figura 14 - Descrição dos quadros de análise documental



Fonte: A própria autora.

Com isso, o analista de conteúdo deve não somente compreender o sentido da comunicação, mas também e, principalmente, desviar o olhar para uma outra significação, aquela contida através da primeira mensagem. A leitura efetuada pelo analista de conteúdo parte de uma leitura literal e propõe realçar um sentido que esteja em segundo plano. Ela visa por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição de conteúdo das mensagens, indicadores que permitam a inferência de conhecimento relativos às condições de produção dessas mensagens (BARDIN, 2006).

A atenção dada a elementos do texto faz parte de um jogo de operações analíticas mais ou menos adaptadas à natureza do material em questão que ele procura resolver. Por isso, a partir do momento em que um objeto aparece numa descrição, pode-se dizer que ele carrega uma força especial que conduz ao nó de uma rede de correlações invisíveis (CALVINO, 1990).

Ao lidar com a linguagem, principalmente os documentos institucionais, a correlação de significados deve se aproximar o máximo possível da exatidão. O discurso empregado no texto deve transferir aos agentes envolvidos a exata função quando forem cumprir e executar suas tarefas (WEBER, 2016b).

Dentre as definições propostas por Bardin (2006), destacamos a de que a análise de conteúdo é uma técnica de investigação que propõe a descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto da comunicação. No campo metodológico, essa análise serve tanto à abordagem qualitativa quanto à abordagem quantitativa. Na análise quantitativa, dá-se importância à frequência com que surgem as características do conteúdo, na qualitativa, é a presença ou a ausência de uma dada característica de conteúdo que é tomada como consideração.

Desta forma, os dados desta tese serão tratados pelo método da análise de conteúdo (BARDIN, 2006) a fim de compreender, por meio da obra estática (DILTHEY, 1900) o discurso aparente simbólico e polissêmico que se busca desvendar nos documentos que subsidiaram a implementação do programa de internacionalização IsF na UEL.

Para a análise da proposta de política linguística para apoio à internacionalização da UEL, também farei uso do instrumento de avaliação de política linguística elaborado por Amorim (2020), a Matriz Multidimensional de (Auto)avaliação da Internacionalização (ANEXO 2). É importante ressaltar que a referida matriz não compõe a lista de documentos selecionados para este estudo, mas como define

Amorim, ela tem o objetivo de “auxiliar as IES brasileiras a conduzirem uma autoavaliação de seus planos/processos de internacionalização de modo que eles se tornem mais críticos, abrangentes, contextualizados e sustentáveis” (AMORIM, 2020, p.19). A utilização dessa matriz será o primeiro passo da análise da PL e ajudará na reflexão a respeito do perfil da UEL à luz da sua política linguística bem como seu reflexo nos documentos oficiais.

1.5.2 Tratamento dos dados pela Análise Comparativa

Para Given (2008) a comparação é o coração da maioria das pesquisas das ciências sociais. A comparação pode acontecer entre diferentes entidades tais como indivíduos, entrevistas, sentenças, locais, temas grupos e casos que ocorrem em diferentes frações de tempo. Esses objetos são analisados isoladamente e posteriormente são descritos com base na análise comparativa.

A análise comparativa é também uma tarefa primária na pesquisa de estudo de caso, já que, na maioria das vezes, os casos se tornam conhecimento novo a ser comparados com outros casos de origem similar. A propósito, o mesmo autor afirma que a comparação na pesquisa qualitativa é inevitável, além da análise comparativa ser utilizada a partir das similaridades, diferenças e associações entre as entidades pesquisadas. Seu objetivo então, é buscar as similaridades e variações entre os objetos comparados.

Na análise comparativa o tempo é algo relevante para a pesquisa já que o espaço de tempo deve ser amplo o suficiente para que o pesquisador possa fazer uma comparação de alto nível, no entanto não há uma normatização desse espaço de tempo da pesquisa. “As comparações não somente revelam diferenças entre as entidades sociais, mas também revelam aspectos únicos de uma determinada entidade que seria impossível detectar de outra maneira” (GIVEN, 2008, p. 101)

O espaço de tempo de análise comparativa desta pesquisa se restringe aos 20 meses de atuação do programa IsF na UEL. Os dados a serem submetidos a este tipo de análise são as planilhas de oferta e ocupação dos cursos, as peças utilizadas na divulgação dos cursos e as planilhas dos grupos consolidados das ofertas durante este tempo. A fragmentação do tempo será feita por meio das doze ofertas realizadas no período dos vinte meses de atuação do programa.

Com o respaldo da análise de conteúdo e da análise comparativa, busquei analisar os documentos com o objetivo de investigar a implementação e a gestão do programa IsF na UEL com vistas a identificar as etapas necessárias para a implementação e a gestão de programas que promovam política linguística para a internacionalização do Ensino Superior nas IES brasileiras.

1.6 A ética na pesquisa documental

A pesquisa documental exige uma leitura atenta do pesquisador a fim de elucidar, por meio de fontes documentais, aspectos relevantes do objeto estudado. Para este tipo de pesquisa, os documentos não devem ter tido um tratamento analítico como proposto pelo pesquisador, são ainda matéria-prima a partir da qual o pesquisador desenvolverá sua investigação (DEL-MASSO; COTTA; SANTOS, 2014).

No que diz respeito à ética na pesquisa documental, o estudo é feito de modo solitário. O texto é o registro, a verdade e a referência pelos quais o objeto será analisado. Dessa forma, ao considerar uma pesquisa dentro da área das ciências humanas, considera-se as especificidades nas concepções e práticas de pesquisa. Adotam-se perspectivas teórico-metodológicas múltiplas, sem a intervenção direta no corpo humano e, mais especificamente no caso da pesquisa documental, sem a intervenção ou observação por meio do ser humano. (BRASIL, 2016)

Por isso, segundo a Resolução 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde, não cabe ao Comitê de Ética em Pesquisa, cuja missão é a proteção do participante da pesquisa, analisar as pesquisas documentais. Pesquisas que utilizam informações de domínio Público, como as que se utilizam de documentos produzidos sob a guarda do estado são de natureza pública e não necessitam passar pelo comitê de ética (GUERRIERO; MINAYO, 2019).

Com isso, finalizo o capítulo de metodologia desta tese e passo a apresentar, nos dois capítulos subsequentes, 2 e 3, os conceitos e os referencias que se constituíram lentes para a análise dos dados deste estudo.

2 INTERNACIONALIZAÇÃO

Neste capítulo, apresento conceitos e discussões a respeito da internacionalização que sustentam este estudo no sentido de investigar a implementação e a gestão do programa IsF na UEL com vistas a identificar as etapas necessárias para a implementação e a gestão de programas que promovam política linguística para a internacionalização do Ensino Superior nas IES brasileiras, o caso do Idiomas sem Fronteiras, por meio do seu NuLi na UEL. Destaco a importância da proficiência em língua estrangeira para ações de internacionalização e apresento definições de internacionalização em casa, levando em consideração a sua importância na promoção das dimensões culturais no campus das IES brasileiras. Aspectos da implementação da internacionalização bem como os mitos e equívocos que são concebidos neste processo também são discutidos neste capítulo.

2.1 Origem e conceitos de internacionalização

O processo de mobilidade e, conseqüentemente de internacionalização, teve origem nos Estados Unidos em meados da década de 80. Logo após a queda do muro em Berlim e o colapso da União Soviética, professores de faculdades e universidades norte-americanas viam a internacionalização como prioridade. Charles B. Klasek (1992) cita as palavras do diretor da Universidade de Pittsburgh ditas em 1978:

Há grandes universidades sem faculdades de direito. Há grandes universidades sem faculdades de medicina. Há até mesmo grandes universidades sem times de futebol, mas não há nenhuma grande universidade sem uma dimensão internacional¹⁵. (KLASEK, 1992, p.6)

Para esses autores, a mobilidade universitária ocorreu de forma inversa (one-way only), universidades norte-americanas viram na mobilidade uma maneira de conquistar excelentes alunos além de favorecer o seu orçamento universitário.

¹⁵ No original: There are great universities without law schools. There are great universities without medical schools. There are even great universities without football teams. Nut there are no great universities without an international dimension. (KLASEK, 1992, p.6)

No Canadá, diálogos sobre mobilidade universitária foram consolidados mais recentemente, em meados de 2000. Para Knight (2012), o Canadá é um dos países que mais depende de transações internacionais e, conseqüentemente, empregadores necessitam de graduados que possuam competências internacionais. Knight apresenta o número de 1.1% de alunos canadenses participando de mobilidade ou experiências internacionais e lança o desafio de atingir pelo menos de 3 a 7%, que é o índice encontrado em países da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OECD). Já em 1992, Associação de Faculdades Canadenses adotou a internacionalização como prioridade e publicou um documento que dizia:

... internacionalismo é a chave para qualquer aspecto de competitividade, seja ele científico, tecnológico e econômico. As universidades do Canadá devem se tornar bastiões do internacionalismo se o Canadá quiser melhorar ou pelo menos manter sua posição em uma variedade de setores na década de 90. Internacionalização será a medida de qualidade das universidades na década de 90.

...as faculdades têm o dever de prepararem os canadenses para o futuro, para capacitá-los a viver colaborativa e produtivamente em um mundo de mudanças... O novo modelo de mundo econômico não nos dá outra opção¹⁶. (KNIGHT, 2012, p. 2).

No Brasil, atividades internacionais estão entre as atividades acadêmicas que mais se destacam entre os universitários, embora muitas oportunidades dependam de investimento pessoal do aluno (ARUM; WATER, 1992; MARGINSON, 2003; LIMA; MARANHÃO, 2011; MANÇOS; COELHO, 2017). Há uma grande procura por atividades que vão desde os estudos tradicionais no exterior, permitindo que alunos aprendam sobre outras culturas, até participação em congressos e publicação de pesquisas em parceria com o exterior. Há também as atividades de internacionalização em casa, que serão melhor discutidas mais à frente neste capítulo, como o acesso a programas que preparam o estudante para desempenhar uma atuação acadêmica além do seu contexto, um dos principais objetos de estudo desta pesquisa. Apesar da mobilidade ser a possibilidade de

¹⁶ No original: ... internationalism is now the key to any country's scientific, technological, and economic competitiveness. Canada's universities must become bastions of internationalism if Canada is to improve or even maintain its position in a variety of sectors through the 1990s... Internationalization will be the measure of quality of universities in the 1990s. ... colleges have a duty to prepare Canadians for the future, to enable them to live cooperatively and productively in a changing world... The new world economic order leaves us no choice. (KNIGHT, 2012, p. 2).

oportunizar discussões mais amplas para problemas locais, o pensamento atual de muitas instituições de ensino no exterior é o da educação superior internacional como commodity e não uma responsabilidade pública (ALTBACH; KNIGHT, 2007).

Santos e Guimarães-Iosif (2013) trazem questionamentos a respeito da fala de Altbach e Knight (2007) quando abordam questões sobre globalização e políticas públicas com ênfase na internacionalização de mercados financeiros visando principalmente lucro para determinados setores. Dentro desta perspectiva, a educação é vista como um serviço e não como um direito social e humano. Nessa mesma linha, Lima e Maranhão (2011) questionam até que ponto o processo de internacionalização na educação não é uma estratégia para consolidar a expansão do mercado favorecido pela globalização em vez de ser um fator de promoção social dos cidadãos brasileiros.

Ainda neste sentido, Lima e Maranhão (2011) alertam para a possibilidade de a mobilidade universitária propor um ensino superior mais global e homogêneo. Em momento algum os autores desprezam as contribuições da internacionalização, principalmente quando consideram os ganhos para seus participantes, os quais ampliam seu escopo de atuação profissional e desenvolvem novas redes de relacionamento, interagindo com novos costumes e culturas. No entanto, o ponto de discussão desses autores é a dificuldade de atrelar valorização ao processo de mobilidade quando muitas vezes, a política adotada por governos e instituições de ensino reforça o modelo preconizado pelos países hegemônicos, aqueles que dominam a matrícula internacional. Seus dados mostram que Estados Unidos, Reino Unido, Alemanha, França, Austrália e Canadá são fortemente os destinos de escolha/oportunidade/mobilidade dos estudantes de ensino superior.

Se uma das premissas básicas presentes no discurso de apoio à internacionalização é a sua capacidade de promover o multiculturalismo através da interação constante de pessoas e origens étnicas e culturais mais diversas (DE WIT, 2000), discussões mais claras devem surgir quanto ao objetivo da mobilidade oportunizada aos estudantes do ensino superior.

Por outro lado, parece natural que países cujos indicadores sociais que remetem à melhor segurança e educação, ao baixo analfabetismo, à alta expectativa de vida bem como baixa taxa de mortalidade como os acima citados por Lima e Maranhão (2011), sirvam de inspiração e aprendizado para países que ainda não obtiveram satisfação nesses índices, justificando, muitas vezes, a procura por

esses destinos. Há também de se considerar questões relacionadas ao desenvolvimento da pesquisa e ao objetivo da parceria. Esses aspectos se sobrepõem a questões de escolhas de destinos, ou de países ditos por preconizar modelos hegemônicos, não que tal modelo não exista. No âmbito das pesquisas, os pesquisadores buscam destinos cujas pesquisas se mostram mais avançadas e tais estudos acrescentarão às suas discussões. Cada pesquisa tem o seu espaço geográfico delineado pelo pesquisador, apesar de haver um forte financiamento para países considerados de primeiro mundo, afinal, não há razão para financiar pesquisas em países com menos infraestrutura e aperfeiçoamento no objeto de pesquisa, a não ser que seja justificado pelo pesquisador.

O pensamento de Lima e Maranhão está relacionado a uma visão elitista de mobilidade resultada da mesma visão elitista utópica que ainda existe no acesso para a educação superior. Estudantes e docentes buscam por meio da internacionalização contextos que incrementem suas pesquisas a partir de sociedades cujo mercado se reconhece estável às pesquisas e ao desenvolvimento. Um exemplo dessa busca foi o crescimento de mobilidade que muitos estudantes de baixa renda e cotistas puderam fazer em decorrência do programa de mobilidade Ciência sem Fronteiras. Mesmo com o programa interrompido, os ganhos referentes ao estímulo ao convênio internacional, à mobilidade acadêmica, ao interesse nas línguas estrangeiras e à criação e consolidação de escritórios de relações internacionais nas universidades são apontados por Athayde (2016) e Manços e Coelhos (2017) como ganhos a alunos de diversas classes sociais e instituições envolvidas. Da mesma forma, inúmeros pesquisadores, com o intuito de buscarem aperfeiçoamento para suas pesquisas, também buscam o intercâmbio acadêmico justamente nos países mais liberais por apresentarem uma consolidação científica, econômica e, conseqüentemente, social¹⁷. Embora não se deva deixar de mencionar a crescente consolidação de parcerias e pesquisas entre o sentido Sul-sul na busca de uma simetria na difusão de práticas e saberes que visam a diversidade linguística dos saberes (ABRE-E-LIMA et al., 2017; DAVIS; PHYAK, 2015). Contudo, diferente dos

¹⁷ No Plano de Internacionalização de Pesquisa e Pós-Graduação da UEL consta: 1) As publicações em coautoria internacional advêm, preponderantemente, de colaborações com instituições localizadas nos Estados Unidos da América (EUA), na Austrália, e na Europa: França, Espanha e Reino Unido. 2) Nos últimos três anos, o destino de estudo de pesquisadores da UEL foi na América do Norte (28 estudantes), Europa (37 estudantes), América Central (2 estudantes) Austrália (1 estudantes), Japão (1 estudante) e Argentina (1 estudante). Dados 2015/2017.

questionamentos trazidos por Lima e Maranhão (2011) a respeito da consolidação do mercado favorecido pela globalização, acredito que o que se espera de um processo de internacionalização é a liberdade e possibilidade de compartilhar pesquisas e ideias com quem quer que o pesquisador julgue relevante na sua área de atuação para o enriquecimento da sua análise e cumprimento de seus objetivos. A internacionalização do ES transcende as noções de processo e produto e leva em consideração tanto indivíduos heterogêneos quanto universidades heterogêneas (CHAGAS, 2021).

Para que os objetivos da mobilidade não se percam, Knight (2008) afirma que o desafio é defini-la de modo que seja genérica o suficiente para se aplicar a diferentes países, culturas e sistemas educacionais. A partir disso, é importante assegurar o que autora chama de objetivos, benefícios, resultados, agentes, atividades e provedores¹⁸ da internacionalização já que eles também variam grandemente entre as nações e instituições educacionais. Sobre o processo que envolve a internacionalização, parece haver um consenso de que ele deveria promover cooperação e solidariedade entre nações, melhorando a qualidade e relevância da educação superior ou contribuir para o avanço de pesquisas em âmbitos internacionais (KNIGHT, 2008).

Com relação aos conceitos da internacionalização, Cross, Mhlanga e Ojo (2013) apresentam seis fundamentos que a define:

- a) Foco na experiência que as instituições fornecem a todos os seus graduandos, independente de origem, raça, etnia, religião, cidadania ou qualquer outra forma de diversidade ou diferença;
- b) Uma estratégia de implementação multidimensional de modo que sincronize conhecimento transcultural, aperfeiçoe serviços, gerenciamento e estruturas de governança e melhore práticas acadêmicas e pedagógicas;
- c) Integração das atividades de internacionalização no currículo, na pesquisa e na vida social do campus;
- d) Promoção da compreensão transcultural como um objetivo estratégico na pesquisa, ensino e aprendizagem e na vida no campus;
- e) Integração entre práticas de internacionalização e política institucional;
- f) Incremento dos serviços internacionais para torná-los disponíveis a toda a comunidade acadêmica, não somente alunos internacionais e seus centros¹⁹.

¹⁸ Rationales, benefits, outcomes, actors, activities, and stakeholders.

¹⁹ No original: (a) focus on the experience that institutions provide to all their graduates irrespective of origin, race, ethnicity, religion, citizenship, or other forms of diversity and difference; (b) a multidimensional implementation strategy, so as to synchronize cross-cultural understanding, enhance services, management, and governance structures, and improve academic and pedagogical practices; (c) integration of internationalization activities into the curriculum, research, and campus environments (ethos and social relations); (d) promotion of cross-cultural understanding as a key strategic goal in

(CROSS; MHLANGA; OJO, 2013, p. 88)

Os fundamentos apresentados por Cross, Mhlanga e Ojo (2013) já nos revela um amadurecimento e uma consciência educacional diferentes do conceito inicialmente apresentado por Klasek (1992) e Knight (1994), centrada no conhecimento e no orçamento condicionado aos alunos estrangeiros. No conceito mais recente, percebe-se que Chagas (2021) a define a partir da inserção do termo educação. Para ele, a internacionalização da educação superior difere da internacionalização do conhecimento: “a centralidade do termo educação no sintagma exige a compreensão de que a internacionalização da educação superior está para além da geração de conhecimentos gerais, portanto, ela tem relação direta com os indivíduos que o movimento abarca” (CHAGAS, 2021, p. 30). Esse autor também descreve internacionalização da ES como política e cultura. Como política, ela produz um espaço de funcionamento e de relações dentro do contexto universitário, como cultura, ela traz consigo toda a diversidade e o engajamento em ações colaborativas que levarão à caracteriza como informação dinâmica, que se altera constantemente sendo fruto de pesquisas dinâmicas. Da mesma forma, Perez, Furtoso e Abreu-e-Lima [2022], no prelo) descrevem-na como uma “atividade abrangente, que envolve mobilidade acadêmica, acordos institucionais, projetos e programas internacionais e/ou transacionais, além do ensino de línguas”.

Percebe-se que tanto para Cross, Mhlanga e Ojo (2013), Perez, Furtoso e Abreu-e-Lima ([2022], no prelo) como para Chagas (2021), a internacionalização do ES tem foco nos seus agentes e em como ela pode ser sustentável através de uma implementação estratégica. Para eles, a implementação deve abarcar as diversidades de sua comunidade acadêmica e estar em harmonia com a política institucional de modo que os incrementos internacionais permaneçam disponíveis na pesquisa, no ensino e na aprendizagem e na vida no campus.

Ainda neste sentido de concepção de uma internacionalização mais ampla, consciente e coerente das suas ações dentro das IES, Hudzik (2011) propõe uma definição de internacionalização que seja abrangente. Nessa perspectiva, a internacionalização é um comprometimento para infundir perspectivas internacionais

research, teaching and learning, and campus life; (e) synergy between internationalization practices and institutional policy; and (f) extension of international services to make them available to all university constituencies; not just international students and faculty. (CROSS; MHLANGA; OJO, 2013, p. 88)

e comparativas por meio do ensino, da pesquisa e da missão do ensino superior. Para ele, é essencial que a internacionalização seja adotada pela liderança institucional, pela governança e pelos estudantes. Essas definições juntas concebem as universidades como espaços de construção de significados e o reconhecimento da diversidade de novas culturas por meio da internacionalização a qual permite uma análise da própria diferença em detrimento da diferença do outro. É no contraste da diferença e da comparação inevitável que o novo sujeito se transforma, a visão do mundo transforma a visão local, os sonhos são confrontados com novas realidades, os conceitos estabelecidos são reformados e concebidos novamente no processo de deslocamento. Para Hudzik (2011),

internacionalização abrangente não só impacta toda a vida do campus, mas também as referências de conceitos externos da instituição, das parcerias e das relações. A reconfiguração global das economias, dos sistemas de comércio, da pesquisa, da comunicação, do impacto das forças globais na vida local expande dramaticamente a necessidade de uma internacionalização abrangente assim como as motivações e os propósitos que a conduz²⁰. (HUDZIK, 2011, p. 10)

Os aspectos conceituais e operacionais da internacionalização devem ser amplos a fim de acomodarem todas as dimensões possíveis de atuação. Essas dimensões implicam a adoção de um eixo transversal na instituição que percorra os currículos de modo que perpassasse por todos os centros por meio de ações de ensino, pesquisa e extensão. Contudo, na perspectiva institucional, Morosini (2006) apresenta dois tipos de modelos tipo-ideal weberiano para a internacionalização, o modelo central e modelo periférico. No modelo central as ações de internacionalização incorporam dimensões internacionais e interculturais aos objetivos da instituição; no modelo periférico essas atividades são percebidas em alguns setores das universidades. A autora chama a atenção para o baixo índice de mobilidade na graduação, em virtude dos empecilhos referentes ao reconhecimento do diploma, destarte, a autora caracteriza a internacionalização do ensino superior brasileiro como periférica, devido à concentração de ações em um setor mais especificamente, a pós-graduação.

²⁰ No original: *Comprehensive internationalization not only impacts all of campus life but the institution's external frames of reference, partnerships, and relations. The global reconfiguration of economies, systems of trade, research, and communication, and the impact of global forces on local life, dramatically expand the need for comprehensive internationalization and the motivations and purposes driving it.* (HUDZIK, 2011, p. 10)

Quanto à pesquisa, sabe-se que é o eixo do ensino superior que mais usufrui e participa da internacionalização devido a incentivos governamentais e de programas que fomentam o estudo nesta área (MOROSINI, 2006; GIMENEZ; PASSONI, 2016). Não somente a natureza da pesquisa por si já tem o caráter de buscar novas conexões para que possa ser desenvolvida, mas programas de bolsas como da Fulbright, ERASMUS Bolsa Santander, o Ciência sem Fronteiras e outros programas CAPES, dentre outros, são exemplos de investimento nesse sentido.

Muito embora essas ações conduzam a uma ação de internacionalização do ES com vistas à mobilidade, há também ações que promovem a internacionalização no campus, ou seja, internacionalização em casa (KNIGHT, 2004; 2008; KNIGHT; WIT, 2018). Várias são as ações que podem colaborar para a ampliação do processo de internacionalização de uma comunidade universitária, como palestras em outros idiomas, aplicação de exames internacionais, definição de política linguística da IES, dentre outras ações que mais à frente podem resultar em ações de internacionalização no exterior.

Tendo discutido a respeito da origem e os conceitos de internacionalização de modo geral, a seguir, apresento os aspectos relacionados à internacionalização em casa.

2.1.1 Internacionalização em Casa

Para Knight (2012), a mobilidade nas suas diferentes formas é prioridade na internacionalização. O crescimento no número de alunos em mobilidade no mundo, apontados por Knight, saltou de 238.000 mil estudantes na década de 60 para 3.3 milhões em 2008. No Brasil, esse crescimento também se reflete no número de estudantes que estudaram fora do Brasil. Somente em 2018, 50.400 brasileiros foram fazer graduação no exterior, isso reflete um aumento de 40% em relação a 2017 (MARTINS; CORREA, 2020). Contudo, “internacionalização é definitivamente mais do que mobilidade estudantil” (KNIGHT, 2012, p.21).

A internacionalização em casa é a outra face da internacionalização do ensino superior. Um adendo a respeito da terminologia se faz importante nesta seção, uma vez que a expressão internacionalização em casa é precursora da expressão internacionalização no exterior. O termo internacionalização, somente, era suficiente para descrever a ação referente à inclusão de uma dimensão internacional,

intercultural e global no processo de aquisição de novos conhecimentos no ES. Foi então, com os desdobramentos dos conceitos de internacionalização que surge a internacionalização em casa, havendo necessidade de caracterizar o outro termo como internacionalização no exterior. Usaremos neste trabalho os termos internacionalização em casa (internationalization at home) e internacionalização no exterior (internationalization abroad) com base nas definições propostas por Knight (2004; 2012).

O conceito de internacionalização em casa foi proposto por Bengt Nilsson no Fórum da Primavera do European Association for International Education em 1999, segundo Marcelino e Lauxen (2018). Neste Fórum, discussões sobre como oportunizar o desenvolvimento das habilidades interculturais aos alunos que não tinham experiência no exterior foi proposto, e desde então, o conceito vem tomando dimensões diversas. Este tipo de internacionalização preconiza uma internacionalização mais ampla e de acesso a todos. Atualmente, um dos aspectos que favorecem este tipo de atuação é a tecnologia que permite a operacionalização e a execução de ações em casa. Por outro lado, aspectos que dificultam essas atividades são encontrados, muitas vezes, no corpo docente e administrativo das IES que, na sua grande maioria, não estão preparados para atuar neste processo, dada à falta de envolvimento e interesse, além, principalmente, falta de proficiência em língua estrangeira (MARCELINO; LAUXEN, 2018), questão que abordarei mais adiante.

O termo internacionalização em casa é dado para caracterizar as estratégias no campus para promover a internacionalização. As ações em casa decorrem da realidade de que na maioria das instituições o número de estudantes que tem algum tipo de experiência no exterior é muito baixo. Este fato requer mais atenção da política institucional de modo que possa oferecer também aos estudantes de casa um panorama culturalmente diverso e interconectado para que este estudante participe de questões mais globais e interculturais ampliando seu conhecimento (KNIGHT, 2012). Essa é uma responsabilidade da instituição: a de integrar seus estudantes a experiências internacionais on campus.

Na internacionalização em Casa, Knight (2012; 2015) chama a atenção para atividades que incluem aspectos como as dimensões interculturais e internacionais relacionadas ao processo de ensino-aprendizagem e pesquisa, as atividades extracurriculares e relações com cultura local e os grupos de comunidades étnicas bem como a interação e integração de alunos estrangeiros nas atividades do

campus. Dentre as atividades que são propostas para a Internacionalização em Casa, estão: 1. Currículo e Programas: novos programas que possam cobrir temas internacionais; a fusão de dimensões internacionais, culturais e globais dentro de cursos existentes, a promoção e o incentivo do aprendizado de línguas estrangeiras; 2. Processo Ensino/Aprendizagem: o envolvimento ativo de alunos que retornaram de suas experiências no exterior na promoção de processos de aprendizagem envolvendo diversidade cultural na sala de aula; 3. Atividades Extracurriculares: Associações e clubes que possam promover eventos interculturais no campus; 4. Envolvimento de estudantes com grupos e organizações interculturais para o desenvolvimento de pesquisas e eventos extracurriculares.

A respeito da internacionalização do currículo, Amorim (2020) aponta dois termos com significados diferenciados, a internacionalização em casa e a internacionalização no currículo. A segunda, para Amorim (2020), é diretamente impulsionada pela visão que a IES tem da educação, o papel da sua comunidade acadêmica e o contexto no qual a IES está inserida. Essa visão está condicionada também ao recrutamento de estrangeiros para o campus e a oferta de cursos nas línguas de mais acesso acadêmico. Este cenário colabora para promover o interesse e a execução de encontros interculturais envolvendo os estudantes locais e os estrangeiros²¹ resultando, inevitavelmente, no que Knight (2004; 2012), (Hudzik (2011) e Amorim (2020) caracterizam como internacionalização em casa.

Hudzik (2011) descreve a internacionalização em casa também a partir do termo internacionalização do campus:

O “campus” se refere a um lugar, uma “coisa”, uma entidade geográfica com infraestrutura que abriga salas de aula, laboratórios de pesquisa e um ambiente geral que apoia a vida, o aprendizado e a descoberta. A internacionalização do campus é aquele componente da internacionalização que foca em obter as partes “em casa” alinhadas a serviço da internacionalização do ensino superior²². (HUDZIK, 2011, p.9)

²¹ Como exemplo de ações dessa natureza destaco o “Café Intercultural”, promovido na UEL desde 2013, cujo objetivo é promover integração entre os estrangeiros que estão na UEL (e também da comunidade externa) e a comunidade universitária. (FURTOSO; EL KADRI; ZORZO-VELOSO, no prelo)

²² No original: “Campus” references a place, a “thing”, a geographic entity with infrastructure that houses classrooms and research laboratories and an overall environment that supports living, learning, and discovery. Campus internationalization is that component of internationalization that focuses on getting the parts “at home” aligned in the service of internationalization of higher education. (HUDZIK, 2011, p.9)

Quando trazemos o foco para o campus que envia e não ao campus que recebe o estudante, questões sobre o estudo e a proficiência em uma língua estrangeira são importantes quando não, o elemento mais importante no processo da internacionalização, já que o campus que recebe espera um estudante com um nível linguístico que o permita seguir as atividades de ensino e pesquisa propostas.

Antes de abordar o papel do línguas estrangeiras no processo de internacionalização do ES, faz-se necessário atentar-se aos mitos e problemas referentes à internacionalização de modo que as iniciativas sejam conscientes das intempéries ou do sucesso resultante das ações tomadas, conforme apresento na próxima subseção.

2.1.2 Questões acerca da implementação e dos mitos da internacionalização

No intuito de promover a implementação para uma internacionalização bem-sucedida²³, Hudzik (2011) propõe quatro passos que devem ser levados em conta ao iniciar um processo de internacionalização mais amplo na universidade. O autor afirma que o sucesso requer uma cultura organizacional que proverá força, propósitos, adaptabilidade e sustentabilidade ao movimento. É nesta cultura que se estabelecerão missões, valores e serviços não somente em âmbitos locais e nacionais, mas também em termos internacionais. A seguir, apresento uma breve descrição dos quatro passos sustentados por Hudzik (2011) para uma internacionalização bem-sucedida.

O primeiro passo é uma liderança clara e consistente que venha das instâncias superiores da universidade. O autor afirma que embora muito do trabalho a ser desempenhado venha dos sujeitos diretamente envolvidos no processo de internacionalização (departamentos, estudantes, docentes, dentre outros), é inegável a importância de uma liderança institucional para acionar o sistema educacional amplamente.

²³ O termo “bem-sucedido” é usado por Hudzik (2011) na seção IV do seu livro *Comprehensive Internationalization* para descrever os pré-requisitos que levam ao sucesso de uma implementação de internacionalização. Sempre que usar este termo me referirei à ideia de Hudzik e seus pré-requisitos neste sentido.

O segundo passo é o engajamento acadêmico e da faculdade como unidade apoiadora. Estudos sobre o engajamento acadêmico estão despertando o interesse na literatura como um dos quesitos de sustentação para a promoção da internacionalização (CHILDRESS, 2007 apud HUDZIK, 2011). O reconhecimento através de prêmios, promoções e salários para aqueles bem-sucedidos consigam construir caminhos que outrora se viam insuficientes também é destacado pelo autor

O terceiro passo é a persistência e a adaptabilidade. O processo de internacionalização não é um projeto com data estabelecida para acabar, pelo contrário, ele requer comprometimento da organização e bom gerenciamento para que possa sobreviver a diferentes administrações. Ainda assim, implica em ser ajustável a diversas necessidades e influências já que o processo de internacionalização requer avaliação contínua e ajustes para que se possa cumprir com seus objetivos (HUDZIK 2011; KNIGHT 2008; MOROSINI 2006). Knight (2012b) ainda destaca o fato de a internacionalização ser um processo customizado. Ela afirma que não há uma modelo que sirva a todos. A adoção de modelos e objetivos em voga vão contra os princípios e perfis de cada instituição.

O último e quarto passo são objetivos claros e mensuráveis. Para Hudzik (2011), internacionalização bem-sucedida, como qualquer outro novo projeto em uma instituição, carece de objetivos mensuráveis e sustentáveis. Os objetivos definirão as intenções e possíveis resultados a serem alcançados dentro da universidade. Hudzik (2011) sugere a utilização de um sistema lógico de motivação, verificação ou checagem e resultados²⁴ para cada objetivo. Uma vez que há claramente a motivação (input) ou necessidade, bem como quantidade de vagas, lugares e fomento; o próximo passo é averiguar o tempo do programa, a interação curricular que a experiência trará, segurança, controle de custos (output); e por último avaliar os impactos do conhecimento por meio das atitudes, das crenças e das habilidades na carreira desenvolvidas ou adquiridas no resultado (outcome).

Embora a projeção da internacionalização seja positiva e enriquecedora, nem sempre os resultados são os melhores. Knight (2012b) e De Wit (2011) tratam de diversos mitos e de conceitos errôneos que permeiam a internacionalização. A seguir, discorrerei sobre alguns desses mitos, fazendo uma intersecção entre as visões dos referidos autores.

²⁴ *Input, output e outcome.*

O primeiro mito apontado pelos autores é o de que o aluno estrangeiro nem sempre é um agente de internacionalização. Muitas vezes esse aluno é marginalizado e se debate com questões de raça e etnia. Os graduandos de casa, até sem perceber, não o acolhem nem o envolve academicamente e socialmente. Para Serpa et al. (2020), nem toda a experiência de mobilidade estudantil é positiva. Cada mobilidade é associada a diversos fatores que compõem uma dinâmica de operações complexas a serem gerenciadas. No entanto, os autores afirmam que algumas condições básicas como engajamento no processo e fluência no idioma facilitam a experiência no exterior. O processo de aculturação e adaptação sociocultural acontece em nível individual, o que caracteriza cada caso de acordo com suas variáveis. A propósito, Knight (2004) e De Wit (2011) afirmam ainda que a mobilidade no exterior pode até nutrir desigualdades.

Um outro mito é o de que a reputação internacional não é garantia de ensino de qualidade. Nem sempre o que se almeja durante o processo de internacionalização é alcançado por parte do estudante. Knight (2011) questiona a confiabilidade dos rankings que avaliam as universidades no exterior e os processos de admissão de estudantes.

Os autores discorrem também sobre o fato de os acordos muitas vezes não saem do papel. Embora haja uma intenção da universidade que vai acolher, nem sempre os caminhos são fáceis e acessíveis. As burocracias dos campi são difíceis e atrapalham o recrutamento de discentes. De Wit (2011) afirma que há poucos casos de acordos permanentes e bilaterais entre instituições e menos ainda de redes de trabalho multilaterais. O autor destaca que o programa ERASMUS é uma exceção de acordo multilateral nesse sentido. Para manter ativos os acordos, a universidade necessita ter um investimento tanto de recursos financeiros como recursos humanos, mantendo um bom escritório internacional que mantenha uma relação sustentável com os membros da universidade, pesquisadores e o recrutamento de estudantes (KNIGHT, 2011).

Um outro mito é o da credibilidade de uma instituição sempre refletir na sua promoção de mobilidade. Isso nem sempre acontece. Muitas vezes a universidade não oferece a mesma qualidade em programas de mobilidade comparada aos programas oferecidos aos seus discentes. Ademais, as avaliações das classificações das universidades podem ser injustas. Finardi e Guimarães (2017) apresentam um estudo que traz uma crítica a respeito dos rankings em universidades

que muitas vezes são motivados pela busca do financiamento advindo das mensalidades dos alunos estrangeiros.

Considerar que o ensino superior é internacional por natureza, também faz parte dos mitos apresentados pelos autores. Esse erro conceitual jaz na diferença entre educação internacional e conhecimento global. De Wit (2011) afirma que um outro termo deveria ser utilizado para explicar o termo internacional neste contexto mais significativamente. Uma de suas sugestões é distinguir o internacional do global já que o segundo inclui variantes domésticas e determinantes das relações internacionais. Questões a respeito de como os estudantes adquirem conhecimento internacional, qual o objetivo desse conhecimento e como esse conhecimento é determinado são aspectos que devem ser consideradas durante o processo de internacionalização.

Outro mito é o fato de a internacionalização não ser sinônimo de estudar no exterior. Os benefícios de conhecimentos por meio da internacionalização não são inerentes à mobilidade. Cabe a instituição se organizar para promover o acesso à interculturalidade no campus. Atividades como palestras, integração de alunos estrangeiros, internacionalização do currículo e o uso da tecnologia para a promoção das relações acadêmicas através de convênios com instituições no exterior são exemplos de práticas que devem ser encorajadas na internacionalização em casa (MARCELINO; LAUXEN, 2018), conforme já argumentado neste capítulo. A internacionalização em casa tem sido recebida positivamente uma vez que oferece dimensões internacionais e interculturais de ensino e aprendizagem a todos os estudantes, incluindo aqueles que não têm a oportunidade de fazer mobilidade no exterior. A diversidade no campus deve ser uma ferramenta para motivar e fomentar o aprendizado pela interação intercultural (BEELLEN; ELSPETH, 2018)

Com isso, passo para a última seção deste capítulo, retomando o papel das línguas estrangeiras no processo de internacionalização do ensino superior,

2.2 O papel das Línguas Estrangeiras na Internacionalização

Como já discutidas neste estudo, várias são as ações que podem colaborar para a ampliação do processo de internacionalização de uma comunidade universitária, como palestras em outros idiomas, convênios com outras instituições, viagens acadêmicas internacionais, aplicação de exames internacionais, definição de

política linguística da IES, resultando em internacionalização no exterior e internacionalização em casa. Muitas dessas ações, no entanto, serão inócuas e não progredirão se não houver o aprendizado de línguas estrangeiras capaz de sustentar tais ações e um envolvimento institucional em prol do objetivo delineado na sua política linguística institucional (SARMENTO; ABREU-E-LIMA; MORAES FILHO, 2016).

Sobre a proficiência em línguas estrangeiras na internacionalização, sabe-se que o nível linguístico dos alunos brasileiros é aquém do que se espera em um processo de internacionalização. O Índice de Proficiência em Inglês da Educational First (EF), na edição 2020, coloca o Brasil em 53º lugar dentre os 100 países analisados. A proficiência do Brasil, considerando as cinco categorias apresentadas pelo índice (muito alta, alta, moderada, baixa e muito baixa) é baixa, inclusive na América Latina, onde ele ocupa a 10ª posição dentre os 19º países mencionados na pesquisa.

Essa posição vai ao encontro do que Finardi (2016; 2017) afirma sobre o ensino de língua estrangeira no Brasil. Ao fazer um recorte da língua inglesa neste processo, Finardi (2016) afirma que a iniquidade linguística não está relacionada aos diferentes valores da língua em geral, mas a alguns recursos, os quais chama de recursos móveis. A autora ressalta que estes recursos seguem o predicado de seus usuários, ou seja, “usuários socialmente móveis, terão recursos mais móveis, já usuários socialmente marginais, terão seus recursos marginais”²⁵ (FINARDI, 2016, p. 23). Assim, equidade no ensino das línguas estrangeiras, mais especificamente do inglês no Brasil não promove um resultado satisfatório a todos que deveriam aprendê-la. Ela ainda reforça que a falta de qualidade nas aulas de inglês remete a um ensino em instituições particulares, as quais nem todos têm condições financeiras para participar e afirma também, que “a maioria dos brasileiros querem aprender a língua inglesa, e tentarão fazer isso se eles pudessem pagar”²⁶ (FINARDI, 2016, p. 27).

Essa falta de proficiência que deveria ser adquirida aos longos dos anos da educação básica reflete problemas no ES quando este participa de uma ação de internacionalização, como foi o Ciência sem Fronteiras. Inúmeros são os fatores

²⁵ No original: ... *if people are socially mobile, so will; be their resources; if they are socially marginal, so too will the their resources.*

²⁶ No original: ... *most Brazilians want to learn English and will try to do so if they could afford to.*

que levam à baixa fluência dos estudantes brasileiros, dentre eles, destaco a carga horária baixa atribuída à língua estrangeira no ensino fundamental e médio, baixa remuneração dos professores e os a forma como o inglês é concebido pelos alunos nas escolas (IRALA; LEFFA, 2014; LEFFA, 2011). Esses fatores são reflexos de como a língua estrangeira é concebida nos documentos oficiais, como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN). Finardi (2016) afirma que além dos problemas mencionados acima, o fato do ensino da língua inglesa ser tratada como componente extracurricular nesses documentos reforça a crença geral de que não é na escola que o inglês deve ser aprendido, obrigatoriamente.

No âmbito do ensino superior e ainda referente ao ensino da língua inglesa, a globalização abre espaço para o inglês como língua franca para a comunicação no contexto científico, o que parece coerente quando esse contexto toma como referência o inglês para propósitos específicos dentro das necessidades das pesquisas. Gimenez, Calvo e El Kadri (2011) já alertavam para as implicações educacionais decorrentes da escolha do inglês como língua estrangeira nos documentos oficiais em detrimento do inglês como língua franca. No contexto da internacionalização, a língua franca faz ainda mais sentido porque ela “requer transcendência de uma identificação marcada pelo território geográfico ou linguístico que implica a descentralização do modelo do falante nativo” (EL KADRI, 2011, p. 164). Tal dissociação do falante nativo é conexo na internacionalização uma vez que nela o protagonismo é exercido pelas ideias e não pelas pessoas.

Neste sentido, Hudzik (2011) afirma que:

...o negócio das universidades é ideias: a criação de ideias através de pesquisas e da disseminação dessas ideias através da educação e aplicação. Cada vez mais o negócio das universidades está muito mais para fora do que dentro de suas fronteiras, e não somente no fluxo livre de ideias, mas no fluxo global de estudantes e acadêmicos que as geram²⁷. (HUDZIK, 2011, p. 7)

O fluxo de ideias e discussões dentro das universidades atinge um nível de fluxo global através da internacionalização resultante da globalização que usa

²⁷ No original: *The business of universities is ideas: the creation of ideas through research and the dissemination of ideas through education and application. Increasingly, the business of universities is as much across as it is within borders, and not just in the free flow of ideas but in the global flow of students and scholars who generate them.* (HUDZIK, 2011, p. 7)

a língua franca para a comunicação científica (ALTBACH; KNIGHT, 2007) desencadeando troca de informações geradas pelos sujeitos envolvidos em mobilidade. Neste sentido, Gimenez e Passoni (2016) afirmam que o inglês como língua franca não é apenas desejado, mas imperativo para auxiliar os pesquisadores em um mundo que se torna cada vez mais multilingual. É fato que o inglês é parte vital desse processo, e considerações sobre a diversidade cultural dos estudantes no âmbito internacional devem ser levadas em conta durante o processo de aquisição de língua inglesa para a internacionalização. Esses estudantes, no entanto, precisam apresentar proficiência linguística para o desdobramento do processo. A habilidade linguística é importante para a internacionalização, mas não basta, além da linguagem acadêmica, deve-se levar em conta o conhecimento geral da língua que potencializa e aprofunda a consciência cultural dos envolvidos (KNIGHT, 1994).

Apesar de ter dado destaque ao uso da língua inglesa no processo da internacionalização do ensino superior, dado ao recorte desta pesquisa, quando tratamos de língua estrangeira no âmbito da internacionalização, a língua inglesa se torna uma dentre os vários outros idiomas necessários para o engajamento a novas pesquisas, incluindo a língua portuguesa sob a perspectiva de seu uso pelos estrangeiros vinculados às IES brasileiras.

Segundo Furtoso (2021),

. importante destacar que o português assume um papel articulador junto às outras línguas no âmbito da internacionalização. Considerando que a assinatura de acordos de cooperação econômica, científica e tecnológica com outros países têm impulsionado a expansão do mercado linguístico do português e que, do mesmo modo, favorecem o surgimento de novos acordos e projetos de cooperação (CARVALHO; SCHLATTER, 2011), é de extrema importância que os países de língua portuguesa invistam em ações que elevem o português em contextos plurilíngues e pluriculturais. (FURTOSO, 2021, p. 152)

Neste sentido, os Centros de Línguas da IES constituem-se como grandes aliados no processo de internacionalização dos alunos dentro das instituições participantes do Programa IsF (ABREU-E-LIMA; MORAES FILHO; MONTENEGRO, 2016). Os centros de línguas tornam-se órgãos institucionais importantes que não só promovem a diversidade do ensino de língua estrangeira no campus, mas também têm a capacidade de atender ao ensino de um idioma específico dado a necessidade de um determinado centro ou grupo de pesquisa na universidade em que se encontra.

Fazendo um recorte para as universidades federais, os autores relatam encontrar, nas 58 universidades federais pesquisadas, um total de 59% de universidades possuem Centros de línguas em detrimento a 41% dessas universidades que não possuem um órgão congênere. Esse resultado, somado aos problemas da educação básica já mencionados, acentua o problema da falta de proficiência dos estudantes brasileiros. Não foram encontrados estudos com resultados sobre as universidades estaduais nesta mesma perspectiva, mas fica registrada aqui uma lacuna importante a ser pesquisada.

Levando em consideração que o contexto das universidades federais, muitas vezes, tem os melhores alunos, decorrente da procura do ensino público gratuito reconhecido pela sociedade, ter os melhores alunos não está diretamente ligado a estar preparada à internacionalização. A falta de proficiência em LE no ensino superior se agrava com a ausência de centros de línguas e essa ausência corrobora para acentuar esse problema prejudicando a atuação de programas e ações de internacionalização. Nesse contexto, ao invés de a universidade avançar nos seus objetivos concernentes à internacionalização, ela precisa buscar alternativas para fazer o trabalho que deveria ter sido feito pela escola pública.

Deste modo, o ensino superior recebe alunos sem o repertório linguístico propício à internacionalização, fato que leva à perda de oportunidades de participar de um diálogo acadêmico mais abrangente envolvendo pesquisas brasileiras. Nesta esteira, é que têm se destacado ações de política linguística que se projetam para complementar ou propiciar a preparação da comunidade universitária para alavancar a internacionalização, a exemplo do IsF. Para Furtoso (2021), “as ações empreendidas no âmbito da Rede Andifes IsF²⁸ são complementares às atividades de internacionalização das IES e de outras políticas públicas de internacionalização da Educação Superior brasileira” (p. 151).

Defendendo que a internacionalização do ensino superior precisa de implementação estratégica com foco nos seus agentes, tratarei, no próximo capítulo, acerca dos aspectos referentes às políticas, desde o seu espectro mais amplo como política pública, passando pelas políticas educacionais até chegar em política linguística, que é o recorte desta pesquisa.

²⁸ A Rede Andifes IsF foi criada em 2019, quando o IsF deixou de ser gerido pelo Ministério da Educação (Resolução 01/2019 - ANDIFES) (ANDIFES, 2019)JO.

3 DE POLÍTICA PÚBLICA À POLÍTICA LINGUÍSTICA: A TRAJETÓRIA DO IsF

Após a discussão sobre internacionalização no ensino superior, devo adentrar na revisão de literatura acerca de políticas públicas. Tal percurso se justifica pela caracterização apresentada do nosso objeto de estudo: investigar a implementação e a gestão do programa IsF na UEL com vistas a identificar as etapas necessárias para a implementação e a gestão de programas que promovam política linguística para a internacionalização do Ensino Superior nas IES brasileiras.

O programa IsF, como já contextualizado na metodologia desta tese, nasce da necessidade diagnosticada de um outro programa de internacionalização, o Ciência sem Fronteiras. O diagnóstico feito pelo CsF, de que a falta de uma língua estrangeira, principalmente, a língua inglesa, estava prejudicando o envio de estudantes para o exterior, desencadeou discussões que levaram à elaboração de um outro programa que suprisse tal necessidade, resultando no programa Idiomas sem Fronteiras.

O estudo sobre políticas públicas também se faz necessário porque a implementação de novas ações, mesmo aquelas diagnosticadas como necessárias em contextos específicos, como era o caso da língua estrangeira no CsF para que este programa pudesse dar continuidade às suas ações, é complexo. Tanto é complexo que, a partir do edital de chamada pública para a criação ou ampliação dos NucLis nas IES, foi desencadeado um outro processo em cada uma dessas instituições: a necessidade de uma política linguística institucional clara que norteasse a concepção de língua das IES envolvidas, ademais, como essa política linguística apoiaria as ações do programa Idiomas sem Fronteiras.

Assim, neste capítulo abordo questões desde a origem do conceito de políticas até questões mais específicas como as que dizem respeito à política linguística, que caracteriza o programa Idiomas sem Fronteiras. É importante abordar os temas indicados, pois o programa IsF foi criado como uma política pública e, por ser um programa que visa ao aprimoramento linguístico, configura-se como uma política linguística.

Para discutir o programa IsF como uma política pública, educacional e linguística, vamos considerar que o IsF foi uma proposta do governo federal, para todas as instituições públicas do ensino superior do país. Consideramos o IsF também como Política Educacional, já que se propunha a atuar dentro das IES com o objetivo

do aprimoramento acadêmico e da disseminação de pesquisas científicas entre as IES dos países envolvidos por meio de convênio firmado pelo campus. Também o consideramos como Política Linguística, já que para a implementação e o funcionamento do programa implicava diretamente no ensino e na aprendizagem de línguas estrangeiras, incluindo o português como língua estrangeira como parte importante do processo. Dessa forma, faremos referência ao IsF, ora como política pública, ora como política educacional, ora como política linguística, a depender do foco da discussão.

3.1 Políticas Públicas

O tema Políticas Públicas é recente na pesquisa no Brasil e somente nas últimas décadas foi incorporado à agenda de pesquisa deste país (SOUZA, 2003; OLIVEIRA, 2010). No cenário mundial, três fatores promoveram o crescimento de políticas públicas, segundo Souza (2003). O primeiro foi o desenvolvimento de políticas de restrição de gastos e, a partir dessas políticas, novas buscas de planos de gestão, tanto econômicos quanto sociais, ganharam forma e visibilidade. O segundo fator relacionou-se mais diretamente às políticas keynianas, que guiaram as políticas públicas pós-guerra e substituíram o ajuste fiscal necessário. O terceiro fator envolveu países em desenvolvimento e de democracia recente, em especial os países da América Latina que, embora buscassem desenvolver políticas capazes de promover o desenvolvimento econômico e social de seus territórios, pareciam não ter encontrado um desenho adequado capaz de promover um melhor alcance nos índices sociais.

Para este estudo, consideraremos mais relevante o terceiro fator, uma vez que o programa em estudo, o IsF, buscou auxiliar na promoção do desenvolvimento científico acadêmico do ensino superior brasileiro a serviço de um outro programa, o CsF, que tinha dentre os seus objetivos, o investimento na formação de pessoal altamente qualificado nas competências e habilidades necessárias para o avanço da sociedade do conhecimento. Assim, discuto a seguir os pressupostos teóricos que sustentarão o embasamento do que entendemos por políticas públicas nesta tese.

Historicamente, os quatro fundadores da área de políticas públicas são H. Lasswell (1950), H. Simon (1976), C. Lindblom (1980) e D. Easton (1957)

(SOUZA, 2006; ARAÚJO; RODRIGUES, 2017). Esses autores sustentarão o embasamento de políticas públicas somados a uma outra perspectiva que reflete as tensões do debate sobre este assunto, contrapondo-se à visão dos autores citados, esse contraponto é proposto por Sowell (2019) por meio da teoria de disparidades e pré-requisitos.

Um dos primeiros autores a trazer uma discussão para políticas foi Lasswell (1950), é dele, inclusive, a origem da expressão 'análise de políticas públicas' que contribuiu para a estruturação do campo de análises políticas. Seu trabalho apresenta a ideia de que aquilo que o estado faz ou deixa de fazer pode ser formulado cientificamente por investigadores independentes, esses investigadores mais tarde serão chamados de policy makers (SIMON, 1976), os quais serão tratados como decisores, neste trabalho.

Lasswell almejou desenvolver uma ciência da formulação e concretização das políticas de forma normativa que apoiasse os trabalhos dos decisores para aumentar a racionalidade na tomada de decisão (ARAÚJO; RODRIGUES, 2017). Para ele, o decisor é um mediador no campo das políticas públicas e age como interlocutor entre os especialistas das áreas específicas e os cidadãos.

Lasswell foi um dos primeiros estudiosos de processos de política a propor uma classificação em sete etapas: 1) Informação (recolha de dados); 2) iniciativa (aprovação de medidas de política); 3) prescrição (formulação de medidas, normas e regras); 4) inovação (justificação e especificação dos benefícios e sanções); 5) aplicação (concretização das medidas); 6) avaliação (sucesso ou insucesso das decisões) e 7) cessação (regras e instituições criadas no âmbito da política aprovada) (ARAÚJO; RODRIGUES, 2017). No campo de estudos de políticas, essas autoras afirmam que a ideia de etapas se estendeu como instrumento de reflexão sobre políticas ao longo dos 50 anos seguintes, concordo com as autoras e afirmo que a classificação em etapas reflete inclusive o objeto de estudo deste trabalho.

A visão de ciência política de Lasswell (1950) é caracterizada como o estudo das mudanças na distribuição de padrão de valores na sociedade. Este autor descreve que a distribuição de valores pode ser considerada com relação à personalidade somada à habilidade e à classe. Para ele, valores são objetivos desejados; poder é a habilidade de participar nas decisões e poder político é a habilidade de produzir efeitos pretendidos em outras pessoas. Tal habilidade

associada à manipulação tem como resultado um interesse político, assim, para esse autor, o termo política é definido como o estudo da influência e o influenciável. Para Lasswell (1950), resultados diferentes podem ser obtidos a partir do uso de diferentes valores, é um processo constante de relação entre o poder e o poderoso (power and powerful). É a partir dessas relações que surgem formas de conciliar “conhecimento científico com produção empírica dos governos, além do diálogo entre cientistas sociais, grupos de interesse e governo” (SOUZA, 2006).

Já o termo comumente utilizado entre os estudiosos de políticas, o policy maker, traduzido como decisor, surgiu pela primeira vez com Simon (1976), que introduziu o conceito de racionalidade limitada desses decisores. A partir de estudos pautados na análise de processos de decisão nas organizações, ele desenvolve o conceito de “racionalidade limitada dos decisores políticos”. Sobre isso Araújo e Rodrigues (2017) descrevem que Simon:

Argumenta que a capacidade de lidar com os problemas de uma forma racional é sempre limitada por fatores exógenos e endógenos, como a natureza necessariamente fragmentada e incompleta do conhecimento e da informação, a ocorrência de mudanças imprevisíveis de contexto, o limite de tempo disponível para a tomada de decisão, a capacidade limitada da memória humana ou mesmo os valores e interesses próprios. (ARAÚJO; RODRIGUES, 2017, p. 14)

Para Simon (1976), a racionalidade dos decisores é sempre limitada por problemas como informação incompleta ou imperfeita, mesmo assim ele afirma que o processo decisório pode ser analisado cientificamente. Equivale a dizer que muito embora o processo decisório nem sempre seja um processo racional, ele pode ser abordado racionalmente. Hillman (1970) afirma que segundo o esquema de Simon, as decisões são tomadas com base na escolha entre conjuntos alternativos de premissas. “Algumas premissas de referem às categorias de fato e outras, às categorias de valor”. Hillman ainda complementa dizendo que “a certeza quando relativa a proposições de ordem moral, só faz sentido em termos de valores humanos subjetivos; a certeza quando relativa a proposições factuais significa verdade objetiva, empírica” (HILLMAN, 1970, p. 148). Questões referentes a decisões levando em consideração o fato ou o valor se tornam ainda mais complexas quando essas atuam em contextos em que se deve considerar diferentes instâncias, órgãos, departamentos e prazos, como é o contexto das universidades públicas.

O terceiro nome relacionado aos primórdios das políticas públicas é Lindblom (1980), o qual reservaremos uma apresentação maior devido a sua concepção de políticas públicas ser muito próxima da que utilizo nesta tese. A contribuição de Lindblom para esta área se pauta no questionamento do racionalismo de seus dois antecessores incorporando variáveis à formulação e à análise de políticas públicas, tais como relação de poder entre as diferentes fases do processo decisório. Além da racionalidade oriunda de seus decisores, as políticas públicas deveriam incorporar mais elementos à sua formulação como o papel das eleições, burocracias e grupos de interesses.

Lindblom (1980) analisa o ato de fazer política a partir de passos. Primeiramente, se estuda como o problema surge e aparece na agenda do governo e dos decisores, então, como as pessoas elaboram as questões para a ação e depois como o legislativo e outros administradores a implementam e, no final do processo, como a avaliam. Muitas vezes, as políticas não surgem de problemas, mas de oportunidades oriundas de determinados problemas. Este autor ressalta que o processo de uma política pública é um processo complexo sem começo ou fim e que seus limites permanecem incertos, são conjuntos de forças que, de algum modo, produzem efeitos denominados políticas. Muitas vezes, neste processo de produção e políticas, o que se clama é por um processo democrático de elaboração de política, o que, para Lindblom (1980), é algo difícil de se especificar. Quando um grupo social estabelece uma política, ela raramente se aproxima dos interesses de um outro grupo social. Diferenças socioeconômicas de uma mesma política em lugares diferentes apresentam resultados mais distintos na execução, no método de políticas, do que nos resultados em si (FINARDI; ARCHANJO, 2018). Todavia, o fato do processo e de avaliações de uma política serem inconclusivas e árduas não exclui a tentativa de executá-las. Afinal:

No mundo todo, tanto as elites dominantes como as massas parecem querer, entre outras coisas, lei e ordem, produção agrícola e industrial, mobilidade e comunicação. Se, por conquistas como essas, eles acharem que podem adquirir outras, eles, então, buscarão um aumento por tecnologia produtiva, e padrões de vida mínimos para quase toda as pessoas, além de novos espaços para pesquisa, educação e exploração. Essas ambições, não o processo de fazer política, explicam o porquê de os governantes buscarem as políticas e os resultados que buscam. O processo de fazer política pode explicar, parcialmente, como os governantes buscam seus alvos por meio das

políticas, mas não explica como os alvos são escolhidos²⁹. (LINDBLOM, 1980, p. 7)

Para Lindblom, há um dilema claro no fazer políticas. O primeiro é promover políticas que sejam mais efetivas e solucionem problemas; o segundo é fazer com que as políticas sejam respostas de clamor popular. Certamente, a demanda por mais informações e análises no processo parece inquestionável. No entanto, poucas pessoas em sociedades democráticas têm o desejo de se afastar ou de se render de seus papéis políticos ou seus interesses em favor de uma política. Sobre isso alguns teóricos democratas e líderes políticos tentam resolver o conflito, eles acreditam que um intercâmbio democrático político de ideias poderia ser o melhor caminho para a verdade. Contudo, tal ideia talvez não seja completa, pois muitas pessoas duvidam de políticas porque acreditam haver uma competição de ideias que as compõem e, este conflito, coloca de um lado a razão, a análise e a ciência e do outro lado, a democracia e a política cercada de ideias. A asserção deveria ser um caminho onde ambas as alegações poderiam caminhar juntas, por outro lado, Lindblom (1980) afirma que o fazer política permanece para sempre político.

As faces do fazer política denominadas por Lindblom de 'Visão Científica' e 'Ideal Estratégico' propõem dois modos de fazer política. Na Visão Científica, os passos básicos correspondem muito próximos a de um caminho com base em um esforço científico: um problema é cuidadosamente identificado e formulado por alguém, prospectam-se possíveis soluções, examinam-se meticulosamente as alternativas de supostas soluções e procede-se para a escolha final. Os proponentes deste tipo de política entendem o fazer político basicamente como intelectual, ao invés de um processo político. Já os adeptos do segundo modo, o Ideal Estratégico, iniciam o processo a partir da capacidade cognitiva limitada dos seres humanos, a partir do senso de seus limites, neste sentido há mais engajamento a desafios por meio de uma pluralidade de participantes. Para eles, a sociedade deve buscar boas políticas ou encontrar verdades por meio da competição de ideias,

²⁹ No original: *All over the world, either dominant elites or masses appear to want among other things, law and order, agricultural and industrial production, and mobility and communication. If, through such accomplishments as these, they think they can afford others, they then want increasingly productive technologies, minimum standards of living for almost everyone, and new ventures in research, education, and exploration. These ambitions, not the policy making process explain why governments pursue the policies or outputs they do. The policy-making process can explain partially how governments pursue there are various policies targets, but not how the targets are chosen.* (LINDBLOM, 1980. p.7)

diferentemente de buscar habilidades analíticas de um determinado filósofo-rei ou de qualquer grupo de intelectuais.

Há objeções aos dois modos de fazer política propostos por Lindblom. Para a visão científica, a falha surge quando o estudo em questão não consegue resultados a problemas complexos com base em seu aporte teórico, nesses casos, apresentam-se improvisações precipitadas. Já o problema do Ideal Estratégico é que as discussões das ideias podem levar a resultados coercitivos ou manipulação dos envolvidos. A dominação de uma ideia na discussão pode prejudicar o entendimento de todos ao invés de uma mútua compreensão. No mais, ao utilizar-se do método de tentativa e erro nesta visão, os críticos destacam que a simplificação do método conduz a propensão de erros.

Há métodos de fazer política que, ao invés de optar por um ou outro caminho, preferem combinar elementos de ambas as visões, embora corram o risco de se depararem com correntes intelectuais conflitantes.

Não obstante o campo das ideias e da ciência se oporem em momentos que uma política esteja em construção, há também a questão do investimento para as políticas. Em países mais ricos e desenvolvidos, a análise para uma política é massiva, engajando corporações privadas, grupos de interesse, universidades e institutos de pesquisa que criam um fluxo de estudos; já em países menos desenvolvidos, com menos dinheiro, esse processo não pode ser bancado; e em países autoritários, o estado reprime (LINDBLOM, 1980).

Para estabelecer políticas, de um modo geral, as pessoas interagem para exercitar influência, controle e poder sobre as outras. Lindblom chama esta interação de jogo do poder. Há determinados grupos neste jogo. O grupo constituído de pessoas mais próximas do sistema são denominados de elite, há também o grupo de pessoas que participam do processo, os denominados cidadãos normais, há os sabotadores e por fim, os jornalistas, os empresários e a liderança de grupos de interesses (até terroristas). O jogo do poder age de acordo com as regras estabelecidas. Inevitavelmente, essas regras favorecem uns e prejudicam outros, e tudo gira em torno do grupo que as estabelece, seguindo as influências dos proponentes, seus argumentos e interesses. As políticas existem baseadas nas regras que foram estabelecidas para elas.

A respeito das regras, Lindblom ressalta que a obediência das leis é o que favorece a aplicação de uma política, no entanto, pode haver um confronto às

leis. Quando este confronto acontece e uma revolução varre as regras do jogo do poder, o novo grupo somente sobrevive se tiver suas próprias leis organizadas e seguidas, o que na maioria das vezes acontece. A tomada do poder se estabelece pela inauguração de novas regras de governo do novo jogo de poder. Para esse autor, até mesmo uma guerrilha pode organizar um grupo se esses aplicarem o seguimento das regras. Assim, a dependência do jogo de poder explica a fragilidade do sistema político das políticas, na qual muitas vezes, regras são deixadas de lado, ao invés de obedecidas. O jogo de poder depende grandemente da aplicação das regras ou do estabelecimento de outras.

O quarto e último nome que contribuiu para uma definição de políticas públicas como a que conhecemos atualmente é Easton (1953), que a concebe como um sistema, isto é, uma relação entre formulação, resultados e o ambiente. Para Easton, políticas públicas recebem inputs dos partidos, da mídia e dos grupos de interesse, que influenciam seus resultados e efeitos. Neste caso, deve-se entender políticas como decisões autoritárias, as quais são tomadas e executadas por uma sociedade. Para compor uma definição de política sob este prisma, deve-se juntar diversas partes como, partidos políticos, grupos de interesses, governo, voto; já para a consequência de tais práticas políticas, devem-se observar manipulação, propaganda e até violência. Ao combinar uma análise dessas partes, poderemos ter uma ideia rasa do que é composto uma unidade política. No mais, o conjunto desses elementos oferecem uma noção para cada parte que se junta para compor a parte maior, a qual jamais se apresenta sozinha, mas é uma composição de todas as partes. Vida política é um sistema de atividades inter-relacionadas (EASTON, 1957).

Uma das ideias de Easton é entender que uma política nasce pelos esforços de seus membros do sistema em cooperar na mudança do ambiente. Para ele, há uma relação intrínseca entre o funcionamento do sistema, que se relaciona com as demandas e o ambiente. Desta forma, o comportamento político é imposto pelo tipo de sistema em ação, sua estrutura e necessidades internas. Neste pensamento, as políticas são movidas por dois tipos de input: demanda e apoio. A razão pela qual homens se engajam em políticas resulta da existência de demandas oriundas de grupos que não estão satisfeitos com seu ambiente. Easton (1957) concebe demandas e apoio a partir dessas definições:

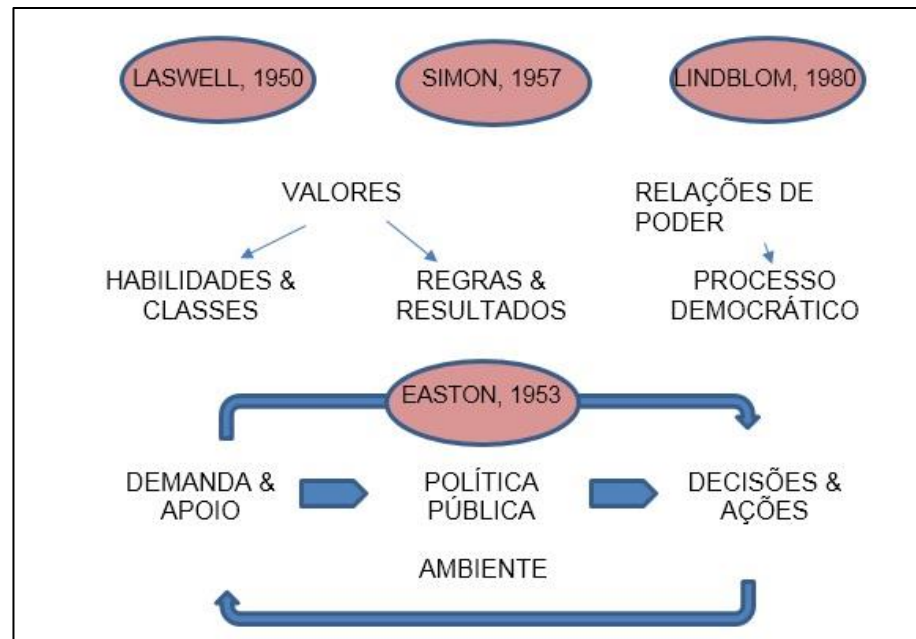
Demandas: podem ser concretizadas pela busca de prestígio, riqueza ou aspirações pelo poder. Onde quer que um desejo requeira um esforço especial

organizado por parte da sociedade, há de se encontrar demandas para políticas públicas. Uma das questões levantadas por Easton é como as demandas se transformam em problemas. Não são todas as demandas que atingem um patamar de discussão política, muitas, ao invés, morrem ao nascer, outras, se mantêm representadas por uma fatia insignificante da sociedade e nunca são levadas ao nível de discussão. Já outras, tornam-se questões que são preparadas para lidar como item de discussão em canais reconhecidos no sistema político.

Apoio: As demandas não são suficientes para manter um sistema político operando. Elas são a matéria-prima de produtos concluídos os quais chamamos de decisões. Então, o apoio é a energia em forma de ações ou orientações promovendo ou resistindo à política, em suma, são as decisões que alimentam o sistema de modo que continue a operar. Nesta perspectiva, nenhuma política pública pode apresentar resultados importantes somente baseadas em demandas, é preciso que o apoio exerça sua função no processo. Um modo de fortalecer a relação entre os membros e o sistema é manter os resultados ou decisões dentro das expectativas que irão satisfazer as demandas diárias de seus membros.

Assim, para este autor, o ponto mais complexo de políticas públicas é a adoção de padrões de pensamentos válidos, de observação que podem ser associados próximo a ser denominado método científico. A fonte principal de atalhos em ciência política está na falha em esclarecer a verdadeira relação entre os fatos e a teoria política, o papel vital da teoria nesta parceria (EASTON, 1953).

A fim de sintetizar as concepções de políticas públicas discutidas até agora, propomos uma ilustração das quatro propostas na figura 15.

Figura 15 - Propostas de Políticas Públicas

Fonte: A própria autora.

Com base nas concepções teóricas propostas pelos autores acima e na tentativa de propor uma definição de política pública para este estudo, dentre as propostas por Souza (2003) por meio dos autores mencionados, a autora chega muito próximo da definição que buscamos adotar: “O processo de formulação de política pública é aquele através do qual os governos traduzem seus propósitos em programas e ações que produzirão resultados ou as mudanças desejadas no mundo real” (SOUZA, 2003, p.13). A autora ainda elenca elementos importantes na busca de síntese de uma política pública:

- A política pública permite distinguir entre o que o governo pretende fazer e o que, de fato, faz;
- A política pública envolve vários atores e níveis de decisão, embora seja materializada através dos governos, e não necessariamente se restringe a participantes formais, já que os informais são também importantes;
- A política pública é abrangente e não se limita a leis e regras;
- A política pública é uma ação intencional com objetivos a serem alcançados;
- A política pública, embora tenha impactos no curto prazo, é uma política de longo prazo;
- A política pública envolve processos subsequentes após sua decisão e proposição, ou seja, implica também implementação, execução e avaliação (SOUZA, 2006).

Dentre os tipos de políticas, encontramos quatro definidas por Lowi (1972), são elas: 1) Políticas Distributivas, são aquelas financiadas pelo orçamento público e, no Brasil, ficou mais forte após 1988 quando foi criada a Lei Orgânica de Assistência Social, que legitima serviços de assistência social; 2) Políticas Regulatórias, ligadas à regulamentação e fiscalização pelas leis, são mais visíveis ao público e envolvem mais burocracia; 3) Políticas Redistributivas, são as que atingem um maior número de pessoas impondo perdas a curto prazo, mas promovendo ganhos no futuro; 4) Políticas Constitutivas, estipulam competências e formas da sociedade participar dessas ações.

Já os modelos de políticas públicas para esses tipos são vários, como, por exemplo, o Incrementalismo, Coalizão de defesa, Arenas Sociais, o Ciclo de Políticas e o Equilíbrio Interrompido (SOUZA, 2006). Para este trabalho, fixaremos no modelo do Ciclo da política Pública e ser discutido na próxima subseção.

No estudo das políticas públicas, há ainda um debate sobre dois mitos, o primeiro é que interesses individuais gerariam ação coletiva; o segundo é o de que ação coletiva, necessariamente, gera bens coletivos (ARROW, 1951). De um modo geral, as definições de políticas públicas em um governo democrático deveriam ser oriundas de uma ação coletiva que conduzissem à distribuição de bens coletivos, que muitas vezes não geram resultados esperados (CALDEIRA, 2019). No entanto, as discussões no processo decisório da adoção de uma política estão intrinsicamente ligadas à negociação de interesses subsidiadas pelo auto interesse do grupo e dos decisores durante o processo de elaboração de uma política. Tais interesses conduzem a um viés cético de que políticas governamentais são geradas com base em interesses particulares, muitas vezes atreladas ao mercado e à burocracia. Esses fatores podem conduzir a uma avaliação negligenciada de políticas públicas (Sowell (2019).

3.1.1 Os resultados (ou a falta deles) em Políticas Públicas

Diferentemente de Souza, Lasswell, Lindblom e Easton, Sowell (2019) defende que as disparidades entre pessoas são, na sua grande maioria, resultado de distribuições naturais altamente assimétricas. Na sua teoria dos pré-requisitos e probabilidades, ele apresenta a existência de cinco pré-requisitos para que alguém atinja o nível de sucesso. No entanto, por mais que se escolham pessoas

simetricamente dentro de um padrão, elas não terão o mesmo desempenho por diferenciarem na quantidade de pré-requisitos que as levariam ao sucesso de uma determinada atividade. Pelo contrário, o autor exemplifica que de cada cinco pré-requisitos de uma determinada atividade, pessoas simetricamente aparentes teriam, no máximo, dois dos cinco pré-requisitos exigidos, esses diferindo dos outros dois apresentados por outra pessoa na mesma situação.

Deste modo, quando se tenta por uma ação afirmativa, termo utilizado por Sowell (2017; 2019) para referir-se a políticas públicas, adotar um posicionamento que resultaria em uma realocação de um determinado grupo para um outro, provoca-se uma alavanca de mudança artificial na qual os resultados não são alcançados. A regulação por parte de um agente externo de um determinado grupo não necessariamente colabora para que este grupo mude seu status ou sua maneira de atuar no mundo.

Muitas evidências empíricas sugerem que os seres humanos não interagem aleatoriamente – nem tão frequente ou intensamente – com todos os outros seres humanos, mas sim com subconjuntos selecionados de pessoas parecidas com eles mesmos. Em resumo, as pessoas classificam a si mesmas, em termos tanto de onde escolhem viver quanto de com quem escolhem interagir mais frequente e aproximadamente (SOWEL, 2019, p. 65).

Muitas pessoas podem esperar que discussões sobre disparidades econômicas e sociais terminem com soluções trazidas pelo governo, mas Sowell afirma que sua análise mostra um perfil diferente. Ele ainda ressalta que “jamais houve escassez de pessoas ávidas para criar projetos a fim de gerenciar as vidas de outras pessoas”, projetadas por aqueles que promovem suas próprias noções ou seus próprios interesses. Resultados altamente assimétricos na natureza e nos seres humanos são ilimitados para Sowell, mesmo assim, persiste a suposição implícita de que resultados iguais deveriam existir entre diferentes grupos de pessoas com bases em intervenções adversas. Assim sendo, este autor não descarta que todas as tentativas de ajudar indivíduos que ficaram para trás sejam dirimidas. Ele ressalta que várias ações que promoveram a ascensão de cenários drásticos de pobreza para a prosperidade tiveram êxito em diversos países. No entanto, essas ações raramente se basearam na presunção fictícia de uma similaridade entre pessoas.

As afirmações e os dados demonstrados por Sowell (2017) se sustentam ainda mais quando esses indivíduos são separados ideologicamente e

inseridos dentro de políticas públicas que prometem trazer um pagamento ou acerto de contas com base em injustiças passadas. A rigor, políticas de ação afirmativa ocorrem para compensar desvantagens econômicas existentes, no entanto, muitas vezes seus objetivos são descumpridos quando estes são usufruídos desproporcionalmente por indivíduos dentro dos grupos indicados, os quais se encontram em situação mais favorável do que integrantes da população geral. “Tais ações tendem a responder mais a incentivos do que a racionalizações” (SOWELL, 2017, posição 292)³⁰.

Um outro problema das políticas apontado por Sowell (2019) é a de que grupos preferenciais tendem a não serem pressionados por bom desempenho por considerarem ter um futuro assegurado, podendo relaxar em termos de esforços. Assim, como políticas são quase sempre encaradas por críticos e seus defensores como transferência de benefícios de um grupo para outro, é possível haver perda de benefícios no total quando o grupo indicado não precisa se esforçar por ter a sua garantia e o grupo fora do indicado também não se esforça porque não é privilegiado. O que deveria resultar em um resultado de empates, acaba gerando uma soma negativa.

Os estudos de Sowell demonstram que políticas públicas focadas em grupos ideológicos acabam por causar desigualdades ainda mais drásticas nos países por ele estudados como Sri Lanka, Índia, Malásia, Nigéria e Estados Unidos. A questão seria a real análise do que se deve ou não ser feito, por quem, por qual razão e por quanto tempo. Ele analisa também que quando uma política pública é contemplada por determinado grupo, dificilmente se obtém resultados a ponto de trazer benefícios que se possam concluir seus efeitos positivos de modo a encerrar sua atuação. Seus estudos demonstram, por exemplo, que conquistas como diplomas de ensino superior ou de pós-graduação não foram alavancadas por políticas públicas pelos negros nos Estados Unidos, pelo contrário, a busca por essas conquistas apresentam um número maior de resultados quando tais políticas não eram evidenciadas e esses grupos obtinham suas conquistas com base na cultura e no incentivo adquirido na família que tinha como meta de educação e de valor tais conquistas. As citações a seguir levarão em conta um estudo feito por Sowell com

³⁰ Toda vez que surgir o termo Posição, ao invés de Página, refere-se a livro lido em Kindle cujo editor não disponibilizou a numeração de páginas para e-book. Tal referência pode ser encontrada neste dispositivo assim que digitado o número da posição.

relação a negros e políticas públicas e tal menção será importante para delinear o conceito mais amplo de políticas públicas neste estudo:

O contraste entre as conquistas acadêmicas desses pioneiros negros em Amherst e o generalizado fracasso acadêmico dos estudantes negros de uma época posterior é muito mais consistente com a teoria oposta de John H. McWhorter, professor negro da Universidade da Califórnia, em Berkeley, que diz que uma subcultura anti-intelectual negra reduz os desempenhos dos estudantes negros a níveis bem inferiores aos de que são capazes. [374] Se é assim, então a “massa crítica” tende a ser academicamente contraproducente (SOWELL, 2016, Posição 2460).

Ainda ressalta:

O aprendizado em grupo homogêneo de estudantes parece ter uma influência positiva sobre os feitos dos jovens com grande capacidade pertencentes a minorias”. [376] Dito de outra forma, os jovens negros com maiores possibilidades melhoram consideravelmente quando colocados entre outros jovens de grande capacidade, em vez de serem educados na presença de outros estudantes com capacitações inferiores. Uma massa crítica intelectual produz resultados opostos aos de uma massa crítica racial (SOWELL, 2016, Posição 2472).

Quando uma política pública dentro de uma universidade busca alavancar habilidades que não necessariamente são de sua responsabilidade, ela coloca em risco a própria função da instituição. Sowell defende que as universidades não foram criadas para distribuir benefícios a requerentes, mas para desenvolver mentes e formar capacitações que sirvam à sociedade como um todo. Os custos de uma política pública pouquíssimas vezes são minuciosamente analisados quanto aos seus benefícios reais ou supostos, ela é, muitas vezes, julgada pelos seus propósitos e não pelos seus resultados (SOWELL, 2016). Deste modo, não é de admirar que desejar eliminar a desigualdade econômica e social por meio de políticas públicas ao redor do mundo tem obtido resultados pífios (CALDEIRA, 2019).

Em síntese, para Sowell, a tentativa de diminuir as desigualdades sociais que foram construídas ao longo de séculos por meio de políticas públicas a fim de remediar coletivamente situações de injustiça geram resultados inesperados e muito fracos. Para ele, ao desejar alcançar resultados efetivos, a política pública deve ser implementada com foco no indivíduo e não no coletivo (CALDEIRA, 2019).

3.2 Políticas Educacionais

Após a discussão sobre políticas públicas que abarcam conceitos genéricos e distintos deste assunto, parto para o conceito de políticas públicas dentro do âmbito educacional. Ball (2006) entende políticas como instrumentos e meios de propor ações que possam colaborar a amenizar as distâncias entre o ideal e o real na sociedade. De acordo com a Abordagem do Ciclo de Políticas de Ball, uma política é apresentada primeiramente pelo seu texto e pelo seu discurso além de se desenvolver num ciclo contínuo por três contextos principais: o de influência, o de produção e o de prática. Da mesma forma já descrita por Lindblom (1980), Easton (1957) Lasswell (1950), Ball também concebe que tais contextos apresentam lugares de interesse que levam a disputas e embates.

Além dos conceitos abordados, Ball (2006) define a Política como discurso dentro de uma concepção Foucaultiana de poder. Nela, os discursos são construídos a partir de outras vozes imbuídos em poder. Para este autor, não somos nós que falamos, é o discurso que fala por nós, diferentemente da proposta de Sowell (2019) que concebe os pré-requisitos individuais mais importantes do que as propostas coletivas. Na perspectiva de Ball (2006), o discurso sempre carrega um fardo no qual os interesses são imersos em ideais de controle e de dominação de um grupo a um outro e que este embate será concebido dentro de possibilidades de uso do discurso em si por meio da linguagem, de conceitos e do que o próprio discurso nos disponibiliza e nos capacita em agir.

Quanto aos efeitos da política, Ball apresenta tanto as generalidades quanto as especificidades dos efeitos, além de esclarecer que muitas vezes, as políticas simplesmente falham. Neste sentido, há o que ele chama de efeitos de primeira ordem e efeitos de segunda ordem. Os efeitos de primeira ordem são aquelas mudanças que ocorrem na prática ou na estrutura; já os de segunda ordem são as mudanças que ocorrem nos padrões de oportunidades e acesso e justiça sociais. Para avaliar esses efeitos Bowe, Ball e Gold (1992) projetaram uma estrutura conceitual para a trajetória de métodos de uma política delineando esses três conceitos já mencionados: o de influência, o da produção do texto da política e o de prática. Cada um desses envolvem um número de arenas de ações, públicas ou privadas, envolvem luta e compromissos e não há uma direção simples e clara de informações que as envolvem. Ball (2017) afirma que:

Políticas são regimes de verdade e valor bem específicos e práticos, e o modo no qual as políticas são faladas e discutidas, o seu léxico é parte da criação da sua condição de aceitação e promulgação. Elas constroem a problemática, o inevitável e o necessário. Problemas educacionais não estão lá somente, eles são identificados e definidos por atores específicos com interesses específicos³¹. (p. 8)

Para Ball, um dos principais desafios desses atores é o de converter a modalidade primária, denominada textual para a secundária, a prática. Assim, transformar a palavra escrita para a ação é desafiador de se fazer, pois envolve um processo de atuação. Ele ainda compara este processo a de uma atuação teatral, na qual o roteiro deve ser interpretado pelos atores, que levam em conta os valores locais e pessoais, as expectativas e os acordos que se devem fazer para que a política avance.

No caso das políticas educacionais, os atores são, principalmente, os professores e gestores acadêmicos, que ao serem encarregados de colocar a política em prática, trazem suas histórias e suas experiências dentro de outras conjunturas como professores experientes, alunos cooperativos ou, por outro lado, alunos com dificuldades de aprendizagem, instalações precárias e professores inexperientes, o que tornaria desafiador a busca dos resultados propostos diante de realidades diversas. Nestes contextos, o tempo e o espaço também delinearão o percurso de uma política, a qual Ball compara com um foguete:

[...] decola, atravessa o espaço e depois aterrissa. Algumas vezes, acidenta-se; em outras, atinge uma realização espetacular, mas move-se através do tempo e, algumas vezes, simplesmente desaparece. As políticas desaparecem no decorrer do tempo ou, algumas vezes, leva muito tempo para serem integradas. Algumas vezes, elas são apressadas ou atrasadas. É necessário pensar sobre a velocidade das políticas, é necessário ter a dimensão do tempo, em como do espaço” (MAINARDES; MARCONDES, 2009, p. 307).

O fato de Ball (2006; 2007) apresentar seu conceito de política imbuído no conceito de poder, de lutas de poder, de disputas, em termos de vantagens

³¹ No original: *Policies are very specific and practical regimes of truth and value, and the ways in which policies are spoken and spoken about, their vocabularies, are part of the creation of their conditions of acceptance and enactment. They construct the problematic, the inevitable and the necessary. Educational problems are not just 'there' they are identified and defined by particular actors with specific interests* (BALL, 2017, p. 8).

sociais e de legitimidade social, anula por completo a ação, o ímpeto e a força de indivíduos advindos de padrões assimétricos (SOWELL, 2019; XAVIER, 2019), concebidos naturalmente e espontaneamente em decorrência de suas próprias escolhas.

Na próxima seção, apresento um breve conceito de políticas linguísticas, que juntamente com os conceitos macros apresentados até então, sustentam este estudo.

3.3 Políticas Linguísticas

No âmbito das políticas linguísticas, Calvet (2007) as define como ações planejadas que remetem a uma análise de uma determinada língua delimitando uma métrica para que essa língua alcance um outro status. No caso de políticas linguísticas para a internacionalização do ES, não há necessariamente uma mudança na língua materna, mas há uma percepção da necessidade de pelo menos uma outra língua para que usuários, sejam eles, estudantes e pesquisadores do meio acadêmico, possam interagir com pessoas e pesquisas de outros contextos. De certa forma, tanto as ações planejadas em âmbitos nacionais, como políticas linguísticas que visam à internacionalização conduzem a alterações nos estatutos e nos agires das comunidades em questão.

No Brasil, por exemplo, decorrente do senso comum equivocado de que o país é monolíngue e dos aspectos geopolíticos que reforçam esta situação, podemos questionar em que medida o homem, por meio de políticas linguísticas, poderia intervir na língua ou nas línguas. Para Calvet (2007), a intervenção humana na língua ou nas situações linguísticas não é novidade, sempre houve intenção de legislar, escolher, ou ditar o modo correto de intervir em uma língua, não obstante o peso ou o privilégio de escolher uma língua em detrimento de outra para propor um currículo, ou mesmo a um pequeno grupo por meio de políticas, como foi o caso do IsF no Brasil.

As relações entre política linguística e planejamento linguístico são relações de subordinação, assim, o planejamento é sempre uma aplicação de uma política linguística. Calvet (2007) recorre ao modelo de Herbert Simon que distingue quatro fases do processo: 1) diagnóstico de um problema; 2) concepção das soluções possíveis; 3) escolha das soluções e 4) avaliação da solução tomada. Este modelo é

escolhido para apresentar um problema linguístico com um “procedimento de decisão”: os problemas, os decisores, as alternativas, a avaliação e a aplicação. Os problemas têm origem nos falantes que têm sua comunicação comprometida por causa da língua, os decisores são representados pelas autoridades com embasamento teórico-linguístico, ou até mesmo instituições com ímpeto de mudança com o intuito de uma intervenção linguística. As alternativas remetem às diferenças de grupos a serem alcançados pelas políticas, embora se reforce que é no seio da nação que se encontram meios oficiais para desenvolver um planejamento linguístico. A avaliação passa pela investigação de quais serão os limites que se pode intervir e a aplicação passa pelo convencimento dos decisores que, além de serem usuários da língua em questão, são convencidos a aceitar a solução escolhida. Calvet destaca que diferentemente dos decisores, o indivíduo não tem relevância no processo já que ele será o resultado da política linguística em questão.

Já Cooper (1997), sobre avaliação de uma política linguística, propõe seis questionamentos que conduzem à avaliação das ações a serem implementadas na política. O primeiro ponto a ser observado é (1) Quem adota, tais sujeitos podem ser as elites oficiais, influentes ou autoridades. Neste sentido, ele comunga das ideias de Lindblom (1980) quando remete a sua descrição de pessoas as quais intitula grupo de poder. O segundo ponto é (2) Que decisões serão tomadas a fim de promover uma inovação a partir de dois eixos: corpus e status da língua. O terceiro ponto é (3) Por quê, que remetem às motivações que levaram tanto os decisores quanto o grupo proponente da política a adotar determinadas direções. O quarto ponto é (4) Como, que se refere ao modo pelo qual a política será implementada esclarecendo seus limites, respeitando as leis a que ela se submete e proporção de inovação que será colocada em prática. O quinto ponto é (5) Em que condições ela será implementada, respeitando fatores sociais, culturais, ambientais e, principalmente, os indivíduos alvo da política. O sexto e último ponto é (6) Com que feitos, que observará os efeitos e reações provocados por esta política na comunidade ou no grupo a quem tal política foi implementada. Deste modo, o avaliador da política em questão deverá colocar em análise todos os pontos acima mencionados, além de estar apto a analisar informações e elementos que possam conduzi-lo a um conhecimento minucioso da política a fim de prever ações inusitadas que não corroborem ao objetivo definido pela política (ROCHA, 2016).

Avaliações em programas educacionais são esperadas como fatores inerentes à sua concepção bem como para subsidiar ações com vistas ao seu aprimoramento contínuo. Ocorre que nem sempre esse fator é condicionado à programas por questões de ordem política, financeira, material e humana (BAUER; SOUSA, 2015). Ainda assim, para que os programas possam cumprir seus desígnios, faz-se necessário encontrar procedimentos que permitam um feedback sério, preciso e claro a fim de apontar o que funciona, como e porque funciona (FERNANDES, 2011).

É dada a importância e a necessidade de se fazer um acompanhamento dos resultados, não somente de caráter formal de um programa, mas também de uma formulação de propostas e ações que constituem o caráter desse tipo de avaliação, que este estudo propõe uma discussão inédita sobre a avaliação do programa IsF em uma universidade estadual, juntando-se ao escasso número de trabalhos de avaliação de programas no país cujo início se percebe a partir de 1983 (GOLDBERG; SOUZA, 1979; RAUPP; REICHLE, 2003; SOUSA, 2005; SOUSA, 2006; GIMENEZ, 2013;). A metodologia percorrida para este tipo de análise perpassa por levantamento e análise de dados estatísticos, análise documental, avaliação de rendimento de alunos como indicador de resultados de políticas com vistas a compreender a realização de programas a partir de referenciais diversos (SOUSA, 2005). No entanto, atenção deve ser dada para que os resultados dessas avaliações se tornem elementos de revisão e formulação de ações futuras e não somente uma avaliação formal em si (RAUPP; REICHLE, 2003).

Para auxiliar as IES brasileiras a conduzirem uma autoavaliação de seus processos/planos de internacionalização para que eles se tornem mais críticos, abrangentes, contextualizados e sustentáveis, destacamos a categoria “Política Linguística” da Matriz Multidimensional de (Auto)avaliação da Internacionalização (AMORIM, 2020), como já apresentada no capítulo de metodologia. Ao elaborar a matriz, Amorim (2020) levou em conta os critérios e indicadores coerentes com o contexto do ensino superior no Brasil. Sua matriz considerou documentos que já avaliam as IES tanto na graduação como na pós-graduação, como os Indicadores de Qualidade da Educação Superior administrados pelo INEP, o Regulamento para Avaliação Quadrienal de Programas de Pós-graduação da CAPES, o Guia EMI (FAUBAI/BRITISH COUNCIL – Graduação e pós-graduação), o Conceito de Curso

(Graduação - Avaliação INEP), CAPES (pós-graduação) e CAPES PrInt (Pós-graduação, Programas de excelência).

No que diz respeito ao avaliador, Fernandes (2011) destaca a importância de avaliadores apresentarem profundo conhecimento acerca do programa:

Os seus propósitos, a sua estrutura organizacional, o seu funcionamento, as relações com os potenciais beneficiários e os materiais que são utilizados [...] Sem tal conhecimento profundo, os avaliadores terão dificuldade em selecionar e definir os objetos de avaliação mais adequados, em identificar os participantes e os seus grupos de interesses, e deste modo, comprometem a qualidade da avaliação.” (FERNANDES, 2011, p. 201)

Assim, quanto a ter sido coordenadora do NuLi UEL, me propus a colocar algumas barreiras para o distanciamento necessário de modo a atuar como pesquisadora neste estudo. Contudo, ter exercido atividades naquele espaço me potencializou a desenvolver atributos que me permitem atuar como avaliadora do IsF na UEL e executar o estudo de caso que me propus a investigar. Fui mais um agente no processo de implementação e gestão do IsF na UEL, considerando a importância de reconhecer que políticas dependem de inúmeros agentes e contextos para que sejam viabilizadas tanto no plano de ação como na ação propriamente dita (SIMON, 1957; LINDBLOM, 1979; CALVET, 2007; COOPER, 1997; BALL, 2006, SOWELL, 2017).

A seguir, apresento uma das exigências do programa Idiomas sem Fronteiras para que este fosse adotado em IES brasileiras: uma política linguística institucional que viesse a apoiar a política de internacionalização institucional, que apresentasse proposta de articulação e atuação tanto para a formação de professores de inglês da educação básica como para a formação de alunos dos cursos de Letras. (BRASIL, 2017b).

3.3.1 O Programa Idiomas sem Fronteiras como Política Linguística Nacional

Uma das exigências para a participação no programa IsF era a promulgação de uma Política Linguística dentro das IES, conforme já contextualizado no capítulo de metodologia desta tese.

A exigência de uma política linguística institucional ia ao encontro da necessidade de articulação de um programa com fomento externo e as ações mais

amplas da universidade voltadas para a internacionalização. Dessa forma, “para que o programa Idiomas sem Fronteiras possa ser bem compreendido, é importante analisá-lo como uma política linguística nacional, exercendo grande impacto nas universidades federais do país, que buscam o fortalecimento de políticas linguísticas institucionais” (SANTOS; GOMES, 2018, p. 26). Apesar de Santos e Gomes referirem-se às universidades federais, entendo que o mesmo se aplicou às universidades estaduais, como é o caso da UEL.

Nesta mesma linha do processo de credenciamento das universidades federais, o Edital n. 59/2017 das universidades estaduais foi um documento que funcionou como um marco histórico para a grande maioria das universidades que participavam desse processo e isso não foi diferente para a UEL. Orientado pelo Núcleo Gestor do IsF vinculado ao Ministério da Educação e com o patrocínio da CAPES, a ideia da política linguística teve que tomar forma de documento e firmar compromissos a fim de fornecer formação inicial e continuada de profissionais de língua estrangeira da universidade da rede básica de ensino, ofertar cursos on-line para aprimoramento linguístico com direcionamento aos exames internacionais, oferecer suporte para a aplicação dos exames internacionais (TOEFL ITP e TOEIC BRIDGE), produzir materiais didáticos ligados à internacionalização além de oferecer o suporte à política de internacionalização da universidade.

Para Ball (2017), ao elaborar uma política linguística, a atenção deve ser dada à linguagem, mas não na linguagem per se, mas na forma que a linguagem apresenta seu discurso e no privilégio de discursos em detrimento de outros. Para este autor, uma política não deve ser tratada simplesmente como um objeto ou um produto, mas algo que está em processo, em andamento. Ball (2017) acredita que políticas são contestadas e interpretadas em diferentes arenas de prática, nos textos e nos significados daqueles que as criam. Elas são mediadas, apresentam resistência e são mal compreendidas e em alguns casos se mostram até ineficientes. O processo de desenvolvimento da política linguística da UEL vai ao encontro das palavras acima, principalmente por ser uma comunidade ampla, de muito debate, muitas visões de mundo, e, principalmente, permeada por muita burocracia. Embora a PL da UEL tenha sido enviada para o Núcleo Gestor para cumprir um dos requisitos para o credenciamento, ela ainda aguarda discussões e conclusão para sua aprovação e implementação.

Para avançar nessa discussão, já que a articulação entre a política linguística nacional e a política linguística institucional será objeto de análise desta tese, dentre outros eixos basilares do IsF, conforme já registrado na introdução e no capítulo de metodologia, passo a apresentar o capítulo de análise dos dados.

4 ANÁLISE DE DADOS

O presente estudo foi guiado pelo objetivo principal de investigar a implementação e a gestão do programa IsF na UEL com vistas a identificar as etapas necessárias para a implementação e a gestão de programas que promovam política linguística para a internacionalização do Ensino Superior nas IES brasileiras.

Com base nos eixos basilares que sustentaram a atuação do programa IsF nos 20 meses de atuação na UEL, dois deles foram justificados neste estudo como ações mais estruturadas, uma vez que tais eixos encontram-se já sistematizados por estudos. Estes eixos são a formação de professores e a elaboração de material para fins específicos e para a internacionalização. Por isso, esses eixos não representam o escopo deste estudo.

Ao retomar a pergunta central que norteou esta tese, no que diz respeito às etapas necessárias para a implementação e a gestão de programas que promovam política linguística em uma instituição pública de ensino superior brasileira com vistas à internacionalização, três eixos foram identificados como lacunares na literatura da área e durante o processo de implementação do programa na UEL, tornando-se, assim, foco desta tese. Estes eixos são a) a articulação de um programa com fomento externo com o centro de línguas local, b) a relação da política linguística nacional, que o IsF promovia, com a política linguística institucional e c) o papel dos agentes da internacionalização dentro da IES. Deste modo, este capítulo de análise foi organizado a partir desses três eixos basilares do IsF.

A partir da análise de conteúdo (BARDIN, 2006), analiso, neste capítulo, os documentos oficiais do IsF e da UEL, conforme descritos na metodologia deste estudo para compreender o papel da articulação do Laboratório de Línguas no processo da implementação do IsF na UEL e o papel da política linguística durante a implementação de um programa com vistas à internacionalização do Ensino Superior. Com base na análise comparativa (GIVEN, 2008), analisei as planilhas de oferta de cursos, de aplicação de TOEFL, os diários de classe e a estratégia de divulgação do programa por meio das peças publicitárias do IsF da UEL para delinear o perfil dos agentes e seu papel no processo de internacionalização da universidade bem como as estratégias de divulgação do programa IsF no campus por parte, também, do grupo de agentes da equipe IsF da UEL.

Na seção e seguir, apresento a análise do papel e da articulação de um programa com fomento externo com o Laboratório de Línguas da UEL.

4.1 O Papel do Laboratório de Línguas no Processo de Internacionalização

O laboratório de línguas ou centro de línguas, como era chamado pelo programa IsF, era visto pelo programa IsF como um elemento importante de acesso e desenvolvimento das atividades de internacionalização. Normalmente, é no laboratório de línguas que se reúnem as ofertas de cursos de línguas estrangeiras das universidades, e na UEL isso não era diferente. Tanto o Edital 59/2017, quanto os editais anteriores do IsF concebiam esses laboratórios já existentes como órgãos a serem fortalecidos com a chegada do programa nas IES, tendo como pressuposto de que o trabalho em conjunto com esses centros já consolidados, promoveria a democratização do acesso ao ensino de idiomas (BRASIL, 2017).

Partindo dessa visão apresentada pelo edital, a de trabalho em conjunto com os centros de línguas e, também, após a convivência com este órgão durante o período de execução do programa IsF na UEL, reconhecemos a importância desse órgão para a internacionalização e justificamos na metodologia deste trabalho a análise documental com foco no Laboratório de Línguas da UEL.

O Laboratório de Línguas da UEL foi proposto originalmente em 1974 para atender aos alunos de graduação e de pós-graduação da UEL como ensino complementar, à época de francês e inglês. Atualmente, com quarenta e oito anos de atuação, esse Laboratório de Línguas oferece cursos de diversos idiomas, dentre eles alemão, árabe, espanhol, francês, inglês, italiano, japonês, mandarim, português para estrangeiros além do inglês e espanhol para crianças.

O espaço ocupado pelo laboratório está localizado no Centro de Letras e Ciências Humanas (CLCH) da UEL e é de conhecimento e referência no ensino de idiomas de toda a comunidade acadêmica dessa universidade, além de atender à comunidade externa. Ao longo desses anos, o Laboratório de Línguas tem sido assunto de várias reportagens de jornais (TV e impresso/online) na cidade de Londrina. Seu regulamento interno, porém, data-se de 31/10/2012.

Para investigar a articulação de um programa com fomento externo com o centro de línguas local, o Laboratórios de Línguas da UEL, na implementação do IsF, utilizei-me da análise documental (BARDIN, 2006; KRIPKA; SCHELLER;

BONOTTO, 2015) e da importância da redação adequada e da atualização de documentos institucionais (CALVINO, 1990; DILTHEY, 1900; CHIAVENATO, 2000) para as tomadas de decisões. Para a análise do Laboratório de Línguas, utilizei-me de dez documentos, considerando o papel dos centros de línguas previsto na proposição do IsF e o papel do respectivo centro de línguas do contexto investigado, Laboratório de Línguas, conforme apresentado no quadro 7, a seguir.

Quadro 7 - Documentos IsF e Laboratório de Línguas da UEL

TÍTULO DO DOCUMENTO	QUANTIDADE DE UNIDADES DE CONTEXTO
Portaria MEC nº 1.466 de 18 de dezembro de 2012 que Institui o Programa Inglês sem Fronteiras	1
Portaria 973 de 15 de novembro de 2014 – Institui o Programa Idiomas sem Fronteiras e dá outras providências	2
Edital nº 59/2017 de Chamada pública para Credenciamento de Universidades Municipais e Estaduais para Atuação como Núcleo de Línguas (NuLi – IsF) no âmbito do Programa Idiomas sem Fronteiras	3
Declaração de Articulação entre o Centro de Línguas e o NuLi-IsF	5
Caderno de Metas e Ações PDI 2016	5
Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2016-2021	5
Plano Internacional da Pesquisa e da Pós-Graduação	6
Minuta de Política Linguística para a UEL	12
Proposta de Política Linguística para apoio à Internacionalização da UEL	0
Regulamento Interno do Laboratório de Línguas do Departamento de Letras Estrangeiras Modernas	16
TOTAL DE UNIDADES DE CONTEXTO	55

Fonte: A própria autora.

A seleção dos excertos que representam as unidades de contexto (BARDIN, 2006) foram retiradas dos respectivos documentos a partir da menção da expressão laboratório de línguas ou de objetivos relacionados à atuação desse órgão referente à universidade e à internacionalização. Um exemplo de como os recortes dos documentos foram tratados para este capítulo de análise pode ser revisitado na figura 14, apresentada na subseção 1.5.1 do capítulo de metodologia.

Corroborando com Sarmiento, Abreu-e-Lima e Moraes Filho (2016), já trazidos nesta tese anteriormente, ações em prol da internacionalização serão inócuas

e não progredirão se não houver o aprendizado de línguas estrangeiras capaz de sustentar tais ações e um envolvimento institucional em prol do objetivo delineado na sua política linguística institucional; ressalto que o Laboratório de Línguas, como é chamado na UEL, tem sido a referência no ensino de línguas estrangeiras nesta comunidade.

Para dar início a esta análise do Laboratório de Línguas, apresento os documentos do IsF que deram origem ao programa Idiomas sem Fronteiras, desde a portaria que instituiu o programa até o edital de credenciamento das universidades estaduais do qual a universidade neste estudo se encontra. Posteriormente, analiso os documentos institucionais da UEL que constam descrições, função e papel do laboratório na instituição e finalizo esta análise com o Regulamento Interno do Laboratório de Línguas do Departamento de Letras Estrangeiras Modernas.

Na primeira portaria do programa, quando ainda era chamado Inglês sem Fronteiras, verificamos a primeira menção aos centros de línguas, ou como chamamos na UEL, Laboratório de Línguas.

Quadro 8 - Portaria MEC nº 1.466 sobre os centros de línguas

Ponto 1: Laboratório de Línguas	
DOCUMENTO: Portaria MEC nº 1.466 de 18 de dezembro de 2012 Institui o Programa Inglês sem Fronteiras	
ANO: 2012	UNIDADE DE CONTEXTO: 1
Art. 2º	V - Contribuir para o desenvolvimento ³² dos centros de línguas das instituições de educação superior, ampliando a oferta de vagas.

Fonte: A própria autora.

Desde a concepção do Programa Idiomas sem Fronteiras em 2012, bem mesmo antes da concepção do termo de política linguística, e ainda intitulado Inglês sem Fronteiras, notam-se a preocupação e a importância dadas aos centros e laboratórios de línguas no que diz respeito à internacionalização. As propostas de não somente desenvolver, mas ampliar as ofertas de vagas desses órgãos, remetem à preocupação da criação e/ou fortalecimento de um órgão que esteja diretamente engajado e comprometido não somente com o ensino de línguas estrangeiras, mas que se comprometa na contribuição para o processo de internacionalização das

³² Os grifos nos quadros das unidades de contexto referem-se ao conteúdo em destaque para a análise.

instituições de educação superior promovendo parceria, relacionamentos e referência (HUDZIK, MCCARTHY, 2012).

A internacionalização tem como principais motivações a vantagem comercial, aquisição de conhecimento e linguagem e aperfeiçoamento dos currículos através de conteúdos internacionais (ALTBACH; KNIGHT, 2007). O engajamento do Laboratório de Línguas como órgão que promove o acesso ao ensino melhora a qualidade e a relevância da educação superior para o avanço de pesquisas em âmbitos internacionais (KNIGHT, 2008).

Nesse sentido, ambas as portarias reforçam a importância do laboratório de línguas no processo de internacionalização. Na portaria 973 de 2014 (BRASIL, 2014), no quadro 9, percebemos que é inserido o auxílio na institucionalização dos centros de línguas já que se imagina que esse órgão não exista em todas as universidades federais, mas que se revela como um dos elementos importantes no processo de internacionalização das IES.

Quadro 9 - Portaria 973 de 15/11/2014: instituição do IsF nas IES federais

Ponto 1: Laboratório de Línguas	
DOCUMENTO: Portaria 973 de 15 de novembro de 2014 – Institui o Programa Idiomas sem Fronteiras e dá outras providências	
ANO: 2014	UNIDADES DE CONTEXTO: 2
Art. 9º Compete à SESu	<i>II – auxiliar as IES na institucionalização de seus centros de línguas</i>
Art. 11º Cabe às IES participantes do programa	<i>V – ofertar formação presencial em diferentes idiomas à comunidade acadêmica selecionada entre os potenciais participantes de programas de mobilidade acadêmica, por meio de seu centro, núcleo ou estrutura congênera;</i>

Fonte: A própria autora.

Faz-se importante mencionar que os NuCLis propostos pelo programa IsF tinham o propósito de fortalecer, agregar e expandir o ensino das línguas estrangeiras nos centros de línguas já existentes. Os documentos propostos pelo programa IsF enfatizavam a promoção de ações do Núcleo Gestor e das IES para a ampliação e o desenvolvimento desses centros, por meio dos agentes envolvidos da implementação do programa.

No quadro 9, o item II do Art. Nº 9 designa por meio de competência do SESu o auxílio na implementação dos laboratórios/centros de línguas das

universidades federais que ainda não os possuíam. A esse respeito, os editais das universidades federais e estaduais apresentavam uma diferença substancial. Além das bolsas de fomento patrocinadas pela CAPES a ambas as esferas das universidades (federais e estaduais), bolsas essas pagas aos coordenadores e professores de inglês do programa, as IES federais usufruíam de uma verba a mais proveniente do governo federal que financiava os cursos ofertados pelos NuLis, recebendo investimento anual de capital e custeio por aluno para a implementação desses NuLis (SARMENTO; ABREU-E-LIMA; MORAES FILHO, 2016).

O Núcleo Gestor do programa atribuía um distinto apreço a esses Laboratórios/ NuLis/ Centros de Línguas, descrevendo-os como grandes aliados no processo de internacionalização dos alunos dentro das IES federais participantes do IsF. Embora os números revelem que somente 59% das IES federais tinham estrutura congênere e havia necessidade de estímulos institucional e investimento para a formação de novos centros. O Núcleo Gestor conferia aos Centros de Línguas um papel importante no processo de internacionalização a partir de cursos mais inclusivos e permitindo à comunidade acadêmica o acesso gratuito aos cursos (SARMENTO; ABREU-E-LIMA; MORAES FILHO, 2016).

Antes de avançar para a análise de conteúdo do Edital 59/2017 (BRASIL, 2017B) relativo à participação das IES estaduais no programa IsF, faz-se importante descrever a concepção do programa em relação às universidades que já tinham um laboratório de línguas e pleiteariam um NuLi do IsF. A proposta do IsF era justamente a de promover a implementação de cursos com formação específica de internacionalização à comunidade acadêmica. Os NuLis não deveriam concorrer com os laboratórios de línguas, uma vez que os cursos de ambos eram distintos. Enquanto o primeiro tinha seu foco voltado para a internacionalização, a partir da preparação para exames internacionais, produção de gêneros acadêmicos específicos, o segundo se dedicava ao ensino da língua estrangeira de aspectos gerais (SARMENTO; ABREU-E-LIMA; MORAES FILHO, 2016).

No quadro 10, a seguir, analiso o Edital ao qual as universidades estaduais se submeteram para tornar-se NuLis do IsF.

Quadro 10 - Edital n 59/2017 de Chamada pública das Estaduais para NuLi-IsF

Ponto 1: Laboratório de Línguas	
DOCUMENTO: Edital nº 59/2017 de Chamada pública para Credenciamento de Universidades Municipais e Estaduais para a Atuação como Núcleo de Línguas (NuLi – IsF) e Centros de línguas conforme diretrizes das IES.	
ANO: 2017	UNIDADES DE CONTEXTO: 3
Anexo III	. Democratização do acesso ao ensino de idiomas (IsF e Centro de Línguas) . Articulação institucional para a oferta organizada de idiomas pelo IsF e Centros de Línguas conforme diretrizes da IES.
Anexo III	Visa ainda, contribuir para a criação, o desenvolvimento e a institucionalização dos Núcleos de Línguas IsF (NuLi-IsF) e articulação desses Centros de Idiomas já existentes nas universidades, ampliando a oferta de vagas e fortalecendo o ensino de idiomas no país, bem como o de língua portuguesa do Brasil e cultura brasileira no exterior.
4.1 da Caracterização do Núcleo de Línguas	4.1.1 O núcleo de Línguas do Programa IsF (NuLi IsF) deve apoiar e fortalecer à internacionalização da universidade credenciada, em articulação com os setores institucionais, visando à participação de estudantes e de seu corpo técnico-administrativo em programas de mobilidade acadêmica .

Fonte: A própria autora.

As unidades de contextos selecionadas para analisar a referência feita aos centros de línguas pelo Núcleo Gestor vão ao encontro de grande parte da bibliografia sobre internacionalização apresentada nesta tese (KNIGHT, 2003; SANTOS; GUIMARÃES-IOSIF, 2013; SARMENTO; ABREU-E-LIMA; MORAES FILHO, 2016; ALTBACH; KNIGHT, 2007). Hudzik (2011), ao apresentar seus quatro passos para promover uma internacionalização bem-sucedida na universidade destaca (1) liderança, (2) engajamento acadêmico (3) persistência e adaptabilidade e (4) objetivos claros e mensuráveis. Ao explicitar seus argumentos em prol do terceiro item, ele ressalta que um projeto de internacionalização não tem data estabelecida para acabar, pelo contrário, esse projeto requer comprometimento da organização e bom gerenciamento para que possa sobreviver a diferentes administrações.

Para uma articulação com os centros de línguas existentes nas IES, dentro de um processo de internacionalização, os laboratórios/centros de línguas já existentes deveriam se respaldar em documentos com diretrizes e objetivos claros. Tais objetivos deveriam estar abertos às articulações de ideias que expandam sua atuação. Diretrizes como “ampliar”, “fortalecer”, “apoiar” e “articular”, se verificam no

Edital 59/2017 (BRASIL, 2017b) , como bases que mediarão a relação programa e os centro de línguas já existentes. Esses objetivos serão retomados ao analisar os documentos próprios do laboratório mais a frente.

Um outro documento que representa um esforço da universidade na busca de direções para os próximos anos é o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) (UEL, 2021b). Na sua concepção, ele é o principal documento norteador da gestão universitária. Para esta análise, com o intuito de analisar a implementação do programa IsF a luz dos documentos oficiais, observarei tanto o caderno de Metas e Ações do PDI (UEL, 2021c) e o PDI (UEL, 2021b) em si.

Faz-se importante mencionar o Caderno de Metas já que, além de estar contido no PDI, é um documento independente, de porte menor, pois sintetiza os planos da UEL divididos em quatorze metas sendo a de número décimo quarto, a meta referida à implementação da política de internacionalização da UEL. Essas metas foram apresentadas após a atualização do PDI para o período de 2018-2021. As quatorze metas contemplam os cinco eixos propostos no documento para a universidade e as dimensões referenciadas pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES).

Quadro 11 – Caderno de Metas e Ações

Ponto 1: Laboratório de Línguas	
DOCUMENTO: Caderno de Metas e Ações PDI 2016-2021	
ANO: 2018-2021	UNIDADES DE CONTEXTO: 5
Meta XIV Implementar a política de internacionalização da UEL	1. Adotar a internacionalização como eixo transversal das ações de ensino, pesquisa e extensão. 2. Aperfeiçoar mecanismos de incentivo, validação e reconhecimento das atividades de internacionalização. 3. Incrementar as atividades de internacionalização “em casa”.
Ações PDI:	4. Incrementar as atividades de internacionalização no Exterior. 5. Dar suporte institucional e integrar as ações de internacionalização, dando-lhes maior visibilidade.

Fonte: A própria autora.

As metas propostas no documento são amplas e, com exceção à meta XIV apresentada a partir do termo “em casa” que pode ser associada a uma ação envolvendo o Laboratório de Línguas, nenhuma outra remete a uma ação do

laboratório/ da internacionalização como órgão/ ação vinculado à expansão de pesquisas. O documento aponta os órgãos ARI, PROEX, PROPLAN, PROGRAD, PROPPG, PRORH, COM e a ATI como os envolvidos do desenvolvimento dessa meta sem uma menção direta ao Laboratório de Línguas. Esta informação pode ser constatada na figura 16 a seguir.

Figura 16 - Órgãos envolvidos na implementação da Política de Internacionalização da UEL

META XIV	Nº.	AÇÕES PDI	ENVOLVIDOS
IMPLEMENTAR A POLÍTICA DE INTERNACIONALIZAÇÃO DA UEL	1.	Adotar a internacionalização como eixo transversal das ações de ensino, pesquisa e extensão	ARI/ PROEX/ PROPLAN/ PROGRAD/ PROPPG
	2.	Aperfeiçoar mecanismos de incentivo, validação e reconhecimento das atividades de internacionalização	ARI/ PROEX/ PROPLAN/ PROGRAD/ PROPPG/ PRORH
	3.	Incrementar as atividades de internacionalização "em casa"	ARI/ PROEX/ PROPLAN/ PROGRAD/ PROPPG
	4.	Incrementar as atividades de internacionalização no Exterior	ARI/ PROEX/ PROPLAN/ PROGRAD/ PROPPG
	5.	Dar suporte institucional e integrar as ações de internacionalização, dando-lhes maior visibilidade	ARI/ PROPLAN/ COM/ ATI

Fonte: Adaptado de PROPLAN

Antes de avançar para a análise do PDI completo, um ponto a ser observado é a ação de número um da meta XIV. Nela, o PDI propõe a adoção da internacionalização como eixo transversal das ações de ensino, pesquisa e extensão. Contudo, em nenhum momento, na descrição das outras treze metas mencionam-se algo como um termo ou uma ação referente à importância da internacionalização da universidade. Um eixo transversal de todo ensino, pesquisa e extensão deveria ter sido retomado em algum momento do documento, mas não foi. Tenho a impressão de que a internacionalização está isolada no documento, ou talvez tenha sido lembrada apenas no final de sua produção, já que é a última meta do documento. Assim, sua inserção como meta XIV mais nos parece um anexo do que uma parte verdadeiramente pertencente ao bojo de questões centrais a serem consideradas nas ações da universidade como um todo. De certa forma, a análise sobre a política

linguística abordará esse assunto com mais detalhes, conforme apresentarei na próxima seção deste capítulo.

O próximo documento analisado com relação ao Laboratório de Línguas foi o próprio Plano de Desenvolvimento Institucional (UEL, 2021b). O PDI é um documento bastante robusto, com 279 páginas e o Laboratório de Línguas tem cinco entradas no documento. Duas entradas têm textos repetidos e referem-se ao tema: Responsabilidade Social da Instituição. As duas primeiras menções dadas ao Laboratório de Línguas ocorrem dentro dos Eixo II e III, referentes ao Desenvolvimento Institucional (Eixo II) e Políticas Institucionais (Eixo III), no item Responsabilidade Social da Instituição, como apresentado nos quadros 12 e 13.

Quadro 12 - Plano de Desenvolvimento Institucional 2016-2021 – Eixo II

Ponto 1: Laboratório de Línguas	
DOCUMENTO: Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).	
ANO: 2016-2021	UNIDADE DE CONTEXTO: 1
Página 82 Eixo II: Desenvolvimento Institucional 2.3 Responsabilidade Social da Instituição	Ainda no âmbito do ensino, há de se ressaltar o Laboratório de Línguas , que oferece cursos nas línguas inglesa, francesa, espanhola, alemã etc., inclusive na modalidade “instrumental”, tanto para a comunidade interna como para a externa. Esses cursos são oferecidos a preços simbólicos.

Fonte: A própria autora.

Quadro 13 - PDI 2016-2021 – Eixo III - Responsabilidade Social da Instituição

Ponto 1: Laboratório de Línguas	
DOCUMENTO: Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).	
ANO: 2016-2021	UNIDADE DE CONTEXTO: 1
Página 143 Eixo III: Políticas Acadêmicas 3.1 Projeto Político Institucional	Ainda no âmbito do ensino, há de se ressaltar o Laboratório de Línguas , que oferece cursos nas línguas inglesa, francesa, espanhola, alemã etc., inclusive na modalidade “instrumental”, tanto para a comunidade interna como para a externa. Esses cursos são oferecidos a preços simbólicos.

3.1.34.1 Responsabilidade Social da Instituição	
---	--

Fonte: A própria autora.

Em ambos os eixos, o Laboratório de Línguas é mencionado juntamente com outros órgãos. Esses órgãos são complementares e de apoio, núcleos de extensão e prestação de serviços e programas institucionais vinculados às ações de extensão da UEL. O propósito desses órgãos é o de assegurar direitos sociais aos cidadãos como saúde, serviços sociais e jurídicos, bem como o direito à cultura (PDI – UEL).

Apresentam-se como órgãos que cumprem o princípio e a finalidade de compromisso social referido às instituições públicas na UEL: o Hospital Universitário, a Clínica Odontológica, o Hospital Veterinário, a Fazenda Escola, o Colégio de Aplicação, o Laboratório de Línguas, o Serviço de Bem-estar à Comunidade Universitária (SEBEC), o Escritório de Aplicação de Assuntos Jurídicos, a Casa de Cultura, a Rádio e TV UEL, o Museu Histórico de Londrina e o Centro de Educação Física e Esporte (CEFE) no que se refere às atividades físicas aos idosos e cadeirantes. Embora o Laboratório de Línguas esteja no mesmo bojo de órgãos de apoio ou suplementares, seu regulamento não o caracteriza assim.

Nesse sentido, constata-se que o laboratório atende à comunidade externa como todos os outros órgãos mencionados, destacando-se como um órgão de referência no ensino de línguas estrangeiras a partir da oferta de cursos de qualidade a um preço simbólico (UEL, 2016). Não obstante, é ambiente de formação profissional dos professores em pré-serviço, além de empregar profissionais de outros idiomas, contudo isso ainda não o torna um órgão com propósitos claros à internacionalização ou um órgão de status suplementar ou de apoio (ANEXO 2), dentro da universidade, ele figura como projeto de extensão. Ele é, como se percebe no documento, uma escola de idiomas, que cumpre seu papel social e acadêmico no que diz respeito ao ensino de línguas estrangeiras, servindo o Departamento LEM, embora se perceba no contexto geral do documento PDI uma atribuição de órgão suplementar ou de apoio. No PDI, o laboratório não é descrito com proposições articuladas que perpassem estrategicamente por outras instâncias como participante

do eixo de desenvolvimento institucional ou articulado às necessidades e demandas no campus como as ações desencadeadas por programas como o IsF. Por outro lado, há momentos no documento que ele se apresenta no mesmo nível que os órgãos suplementares (UEL, 2015). Como participante de um espectro de uma universidade que se propõe a elaborar uma política linguística em apoio ao seu processo de internacionalização, talvez seria mais interessante para a instituição que o Laboratório de Línguas pudesse ocupar um lugar de referência no processo, funcionando como um receptor de todos os avanços e propostas referentes à internacionalização na IES (promoção de cursos atendendo às necessidades de todos os centros de estudos, aplicação de exames, ponto de referência aos alunos estrangeiros, networking acadêmico etc.), ao mesmo tempo que devolve essas ações como atividades que promovam a internacionalização na universidade. Dessa forma, ele ocuparia um lugar de referência que não só promoveria, mas facilitaria o cumprimento das etapas estabelecidas pela política linguística da instituição, com mais visibilidade e funções dentro do PDI, justamente relacionado à origem das suas atividades.

A terceira menção do laboratório ocorre no mesmo viés dos dois primeiros, como política de atendimento à comunidade em geral.

Quadro 14 - PDI 2016-2021 – Eixo III – Laboratório de Línguas

Ponto 1: Laboratório de Línguas	
DOCUMENTO: Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).	
ANO: 2016-2021	UNIDADE DE CONTEXTO: 1
Página 158 Eixo III: Políticas Acadêmicas 3.3 Políticas de Atendimento à Comunidade 3.3.2.10 Formação Acadêmica 3.3.2.10.3 Laboratório de Línguas	O Laboratório de Línguas, localizado no Centro de Letras e Ciências Humanas (CLCH), tem como objetivo divulgar a língua e a cultura estrangeira entre a comunidade interna (estudantes, técnicos e docentes) e a comunidade externa. Além de dar apoio às atividades de ensino do curso de Letras e dos cursos de graduação do CLCH , também oferece cursos de línguas nos idiomas: Francês, Espanhol, Italiano, Alemão, Inglês e Japonês (em diferentes níveis) ligados ao programa de extensão do departamento de Letras Estrangeiras Modernas. Os cursos são oferecidos em módulos semestrais e o ingresso se dá através de aprovação em teste de nivelamento, para quem já possui conhecimento da língua. O valor a ser recolhido para cada curso é determinado pelo Conselho de Administração (CA). Disponível em: < http://www.uel.br/cch/lablinguas/ >.

Fonte: A própria autora.

Na unidade de contexto do quadro 14, há uma descrição muito parecida com as das anteriores: o laboratório oferece cursos de línguas à comunidade interna e externa a preço acessível. Nesse quadro percebo uma pequena tentativa de expansão das suas funções quando a língua está junto da cultura, termo que expande o conceito de ensino de línguas. A função do laboratório também se expande quanto aos cursos a que ele dá apoio.

Há um outro fato relevante a ser observado no PDI em relação ao laboratório. Não há menção desse órgão no capítulo destinado à Internacionalização (UEL, 2021b, p. 159). Embora nesse capítulo, a definição proposta de internacionalização seja:

“A internacionalização do ensino superior configura-se como um dos importantes instrumentos de países em desenvolvimento, em seus objetivos de produção de conhecimento, formação de recursos humanos e aumento de competitividade no contexto global.” (UEL, 2021b, p 159)

– o mesmo conceito não é atribuído ao laboratório. Não há uma atribuição mais ampla de produção de conhecimento, formação de recursos humanos, aumento de competitividade em textos referidos ao laboratório. Sempre que esse órgão é mencionado, ele está descrito como espaço destinado ao ensino de línguas estrangeiras à comunidade interna e externa a preço simbólico. Talvez isso ocorra porque ao observar o PDI anterior (UEL, 2015), de 2010-2015, constata-se exatamente os mesmos textos exibidos nos quadros 12, 13 e 14 desta tese, no PDI atual. Esse fato remete a uma não discussão a respeito do papel do laboratório da universidade, certamente, há, no mínimo, uma década. O PDI demonstra o que deve ser feito, mas não explicita o como, os meios de como esse conhecimento será atingido.

Perez, Furtoso e Abreu-e-Lima ([2022], no prelo) ao remeterem à internacionalização, descrevem-na como uma “atividade abrangente, que envolve mobilidade acadêmica, acordos institucionais, projetos e programas internacionais e/ou transacionais, além do ensino de línguas”. Knight (2020), ao analisar as mudanças que a internacionalização tem trazido nas últimas duas décadas, dá destaque ao aumento da mobilidade estudantil, foco no desenvolvimento de compreensão intercultural e de competências globais, uma maior regionalização de políticas e programas, inovações tecnológicas. Ela também ressalta a importância do

crescimento da internacionalização no processo de ensino e aprendizagem e do currículo, além de um aumento exponencial de networks acadêmicos e parcerias em pesquisas. Para essa autora, o mais relevante é entender que a internacionalização não é um fim em si mesmo, ou um conjunto de atividades, mas um agente positivo de mudanças para o Ensino Superior.

Sendo assim, uma proposta de internacionalização juntamente com o laboratório também não deve concebê-lo um fim em si mesmo, ele deve estar para além do ensino de línguas (PEREZ; FURTOSO; ABREU-E-LIMA, [2022], no prelo). Ele deve agregar no seu espaço e na sua concepção conceitos que ampliem e promovam a universidade e sua comunidade acadêmica para usufruírem de competências globais, fortalecido por diversas instâncias da universidade, tornando-se assim, um aliado importante na implementação de programas com vistas à internacionalização.

A quarta menção referente ao Laboratório de Línguas no PDI encontra-se no Eixo IV de Políticas de Gestão, no subitem da Assessoria de Relações Internacionais (ARI).

Quadro 15 - Plano de Desenvolvimento Institucional 2016-2021 - ARI

Ponto 1: Laboratório de Línguas	
DOCUMENTO: Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).	
ANO: 2016-2021	UNIDADE DE CONTEXTO: 1
Página 198 Eixo IV: Políticas de Gestão 4.2 Organização e Gestão da Instituição 4.2.6.9 Assessoria de Relações Internacionais - ARI	Meta 6 – Melhorar os Serviços de Informação e Recebimento a Estrangeiros - Ação: identificar possibilidades de acomodação, alimentação e transporte, para viabilizar adesão a convênios de mobilidade; interagir com o Laboratório de Línguas para o planejamento de cursos de línguas estrangeiras para a comunidade acadêmica; colaborar para o aperfeiçoamento de cursos do Programa Paraná Fala Inglês; interagir com o Laboratório de Línguas para o planejamento de cursos de Português para a comunidade acadêmica estrangeira ; preparar material atualizado de divulgação da UEL em outras línguas.

Fonte: A própria autora.

No referido capítulo do PDI, pretende-se apresentar a organização e a gestão da instituição. Dentre os inúmeros órgãos descritos, a ARI se apresenta como o órgão responsável pela promoção e relacionamento da universidade junto às comunidades interna e externa no estabelecimento de parcerias com instituições estrangeiras, no nível do ensino e da pesquisa. Nesse item da ARI, há mais sete metas denominadas metas gerais do PDI.

Faz-se necessário, neste momento, fazer um adendo sobre as metas do PDI (UEL, 2021b). O PDI tem quatorze metas oficiais. Essas quatorze metas formam o Caderno de Metas e Ações 2016-2021. Ocorre que no capítulo da ARI, há mais sete metas que diferem das quatorze apresentadas. Ademais, há um único anexo no PDI, o anexo 1 (Processo de Avaliação e Atualização do PDI – 2016 a 2021 – OF. CIRC. 01/2018/PROPLAN - Apontamento de indicadores que demonstrem o cumprimento da ação proposta) que traz mais vinte metas, bem como ações e um espaço destinado para observações se tais ações foram realizadas.

A variedade de conjunto de metas que diferenciam entre si, mas que constam no mesmo PDI, pode resultar da história da elaboração do próprio documento, que é datada a partir de 1995. Contudo, o excesso de metas e conjuntos de metas distribuídos no documento podem comprometer a exatidão da análise no que diz respeito à origem dos dados (DALRYMPLE, 2015; CALVINO, 1990).

Assim, a última menção referente ao laboratório no PDI se encontra no anexo 1, na meta sete (Essa meta difere da meta sete original/oficial do Caderno de Metas e Ações).

Quadro 16 - Plano de Desenvolvimento Institucional 2016-2021 – Anexo 1

Ponto 1: Laboratório de Línguas	
DOCUMENTO: Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).	
ANO: 2016-2021	UNIDADE DE CONTEXTO: 1
Página 268	
Anexo 1	
Meta 7: Fortalecer Políticas de Graduação	Ação 25 - Aumentar a abrangência do Laboratório de Línguas, permitindo aos estudantes carga horária em disciplinas de línguas ou proficiência para programas de mobilidade ;

Fonte: A própria autora.

Por fim, e não menos importante, a quinta e última menção ao laboratório no PDI, quadro 16, contém elementos lexicais que se aproximam das definições mais atuais propostas pela literatura referente ao ensino de línguas estrangeiras e à internacionalização (ABREU-E-LIMA ([2022], no prelo); KNIGHT, 2003; HUDZIK, 2011, FINARDI; GUIMARÃES, 2017). Percebe-se que tal abrangência não se encontra entranhada no documento como um todo, parece-nos que a internacionalização é um conceito novo na universidade. A internacionalização e a mobilidade universitária como recursos na consolidação da pesquisa e do desenvolvimento científico no mundo global requerem uma cultura organizacional que proverá força, propósitos, adaptabilidade e sustentabilidade do movimento. É nesta cultura que se estabelecerão missões, valores e serviços não somente em âmbitos locais e nacionais, mas também em termos internacionais (HUDZIK, 2011). Os documentos analisados até então demonstram que a cultura organizacional citada por Hudzik (2011) ainda está em construção inicial no que diz respeito à internacionalização na UEL. A modalidade primária textual ainda carece de recursos para oferecer subsídios e se transformar na esfera da prática (BALL, 2017). Sem uma referência textual clara não há favorecimento de uma política (LINDBLOM, 1980)

Um outro ponto relevante proposto pela ação 25, também na unidade de contexto do quadro 16, é a validação de carga horária em disciplinas de línguas e exames de proficiência, mesmo que esse termo, proficiência, tenha sido usado uma única vez no documento todo. Já o termo mobilidade, diferentemente, aparece em vinte e três páginas do PDI, mas somente na página 268 do anexo 1, ao lado do Laboratório de Línguas.

Atividades de cunho internacional são inerentes ao ensino superior, mas associar essas atividades indiscriminadamente com atividades de internacionalização do ensino superior exige cuidados e atenção. A internacionalização é um movimento que implica um esforço e um processo de integração de dimensões internacionais, interculturais ou globais no propósito educacional do ensino superior (KNIGHT, 1994; 2003; 2004; 2008; 2011). É um processo e um esforço contínuo da universidade como um todo. Contudo, mesmo na intenção de que a definição seja congruente, o setor da pós-graduação, conforme já apontado por Morosini (2006) e Paiva (2020) parece ser o mais preocupado e envolvido com a internacionalização.

Os documentos analisados até então atribuem ao laboratório atividades introspectivas, diferente das propostas pelo programa IsF, é uma atuação de potencial e de missões mais locais. A partir da análise de conteúdo, esta tese busca investigar a implementação e a gestão do programa IsF na UEL com vistas a identificar as etapas necessárias para a implementação e a gestão de programas que promovam política linguística para a internacionalização do Ensino Superior nas IES brasileiras

Em algumas partes dos documentos analisados (UEL, 2021b; BRASIL, 2017b) o laboratório se revela um polo importante neste processo, por outras vezes, se passa despercebido e as dificuldades expostas durante a implementação do programa nesta análise revelam-se descritas nos documentos até então analisados. Contudo, mesmo observando aspectos da implementação que poderiam ser aperfeiçoados mediante a análise documental, de modo que lacunas sejam observadas e ajustadas, este trabalho deve levar em consideração o universo vasto e complexo de cargos, funções, propósitos, interesses e, muitas vezes, desconhecimento do todo e da parte, que se revela na universidade pública, uma instituição que necessita ser burocrática para garantir a sua sobrevivência às gerações por vir (DAVIS; PHYAK, 2015; WEBER, 2016).

O próximo documento a ser analisado é o que se refere à pós-graduação. Na busca da relação do Laboratório de Línguas com o pós-graduação, verificamos cinco unidades de contextos pertinentes ao laboratório. Com base nessas cinco citações do laboratório no documento, de modo geral, já se percebe um engajamento e um reconhecimento do laboratório como órgão parceiro e inerente dos planos da PROPPG, no que se refere à internacionalização. Já na introdução do documento, o texto traz o Laboratório de Línguas, como pode ser observado na unidade de contexto do quadro 17.

Quadro 17 - Plano Internacionalização da Pesquisa e PG – Contextualização

Ponto 1: Laboratório de Línguas	
DOCUMENTO: Plano de Internacionalização da Pesquisa e Pós-Graduação	
ANO: 2018-2022	UNIDADES DE CONTEXTO: 1
Página 3 Contextualização	Alunos de graduação participam de mobilidade “outgoing” por meio de acordos bilaterais. O ensino de línguas estrangeiras tem sido regularmente ofertado pelo Laboratório de Línguas há mais de quatro décadas. Deste modo, a internacionalização já faz parte da vida acadêmica da UEL que figura dentre as principais universidades estaduais do país, com ações ativas e passivas no sentido da promoção da internacionalização , particularmente destacando-se ações de pesquisa e de pós-graduação .

Fonte: A própria autora.

É interessante visualizar já na introdução do documento a concepção de internacionalização da PROPPG. Primeiro temos o termo mobilidade, que é uma das estratégias principais desse órgão que tem como um de seus objetivos expandir pesquisas. Logo em seguida, temos a relevância do meio, do órgão, o Laboratório de Línguas, que conduzirá a preparação para que a mobilidade aconteça e, por final, temos como resultados desses dois passos anteriores: a promoção da internacionalização fechando com as ações de pesquisa e pós-graduação.

Destoando-se dos excertos até então apresentados, a PROPPG traz nos elementos semânticos do seu texto uma concepção de internacionalização com objetivos claros, meios de atingi-la e resultados que irão ao encontro de seus propósitos como ensino de pós-graduação. Há uma exatidão no processo refletida no texto com início, meio e fim em um único parágrafo, a mesma que se propõem em documentos oficiais proposto por Calvino (1990), Dalrymple (2015) e Lindblom (1980).

O Laboratório de Línguas aparece pela segunda vez no documento da PROPPG na seção Diagnóstico Situacional como ferramenta para o planejamento de ações. Nesta seção, há uma ampla divulgação da PROPPG dando destaque a publicações nacionais e internacionais. Para as internacionais o texto destaca autorias com países de instituições nos Estados Unidos da América (EUA), Austrália, França, Espanha e Reino Unido. Apresenta as áreas com mais destaque de pesquisa em âmbitos nacional e internacional, reconhece como prioridade discussões sobre internacionalização na UEL, descreve a mobilidade internacional de pessoas qualificadas (do/para o país) como estratégia para a internacionalização e é neste

contexto, partindo do advérbio de modo “Obviamente” na página 10, que o laboratório tem sua segunda menção, como se vê no quadro 18.

Quadro 18 - Internacionalização da Pesquisa e PG - Diagnóstico Situacional

Ponto 1: Laboratório de Línguas	
DOCUMENTO: Plano de Internacionalização da Pesquisa e Pós-Graduação	
ANO: 2018-2022	UNIDADE DE CONTEXTO: 1
Página 10 Diagnóstico Situacional como ferramenta para o planejamento de ações	Obviamente, as línguas estrangeiras desempenham papel fundamental nesse processo. Na UEL, o reconhecimento da importância do domínio de outras línguas que não apenas o Português pode ser constatado pelo número de alunos matriculados em cursos de línguas estrangeiras ofertados pelo Laboratório de Línguas , vinculado ao Departamento de Letras Estrangeiras Modernas (DLEM). Com mais de 40 anos de atuação, o Laboratório de Línguas atende anualmente cerca de 1.500 alunos, em cursos de Inglês, Francês, Italiano, Japonês, Espanhol e Alemão. O Laboratório de Línguas também oferta turmas de “Português para Falantes de Outras Línguas” aos alunos estrangeiros da UEL, bem como para a comunidade externa. A UEL é, também, um centro aplicador do Exame Celpe-Bras desde 2008 e, nesse período, atendeu aproximadamente 300 examinandos estrangeiros. No Paraná, além da UEL, há somente mais um outro posto aplicador do Exame Celpe-Bras, que está instalado na UFPR.

Fonte: A própria autora.

É interessante e pertinente perceber o reconhecimento da importância das línguas estrangeiras no processo da internacionalização e mobilidade de uma universidade do porte da UEL, assim como reconhecer como e por quais vias este processo poderia se concretizar. Neste sentido, a PROPPG parece estar atenta às tendências do mundo moderno que reconhece a pesquisa internacional como parte importante do seu processo de desenvolvimento de uma instituição. Essa tendência resulta também das oportunidades de programas de mobilidade que são pertinentes à pós-graduação muito mais comumente do que na graduação ou em qualquer outra instância da universidade.

O diagnóstico da PROPPG reconhece que as línguas estrangeiras desempenham um papel fundamental no processo, não somente o Português. Reconhece que o trabalho de ensino e fomento para o acesso a essas línguas

estrangeiras é papel primordial do Laboratório de Línguas, além de trazer o outro lado do processo da internacionalização: a oferta de aulas de Português para estrangeiros, de modo a expandir as ações de internacionalização em casa. O documento ainda faz menção a exames de proficiência como o Celpe-Bras, deferindo a UEL³³, de muitas universidades brasileiras, como responsável por aplicar o único exame oficialmente reconhecido pelo governo brasileiro como comprovação de proficiência em português por estudantes estrangeiros.

Tal posicionamento vai ao encontro do papel de destaque que o português assume como articulador junto às outras línguas no âmbito da internacionalização. “Considerando que a assinatura de acordos de cooperação econômica, científica e tecnológica com outros países têm impulsionado a expansão do mercado linguístico do português e que, do mesmo modo, favorecem o surgimento de novos acordos e projetos de cooperação (CARVALHO; SCHLATTER, 2011), é de extrema importância que os países de língua portuguesa invistam em ações que elevem o português em contextos plurilíngues e pluriculturais” (FURTOSO, 2021, Professor 152).

Na análise S.W.O.T³⁴ da PROPPG, o Laboratório de Línguas é colocado dentre os pontos fortes da avaliação, conforme consta do quadro 19. Esse posicionamento é exatamente o que o programa IsF buscou fortalecer e ampliar nas universidades participantes. Tal reconhecimento é condição sine qua non na concepção de plano de internacionalização pelo Idiomas sem Fronteiras. Desde a sua concepção em 2012, ainda como Inglês sem Fronteiras, o programa manteve seu foco na preparação linguística de estudantes de graduação das IES para a realização de exames de proficiência em língua inglesa exigidos em editais, com ênfase no fortalecimento da internacionalização das IES e de seus centros de ensino de línguas.

Quadro 19 - Internacionalização da Pesquisa e PG – Eixo 4 – Análise S.W.O.T.

Ponto 1: Laboratório de Línguas

³³ A UEL, juntamente com a UFPR e a UNILA, são as únicas três IES postas aplicadoras do Exame Celpe-Bras no estado do Paraná.

³⁴ A Análise SWOT é um sistema simples para posicionar ou verificar a posição estratégica da empresa no ambiente em questão. De acordo com Chiavenato (2000), o objetivo da matriz é cruzar oportunidades e ameaças dentro do ambiente externo das organizações e ter uma análise de pontos fortes e fracos. É utilizado como um indicador para demonstrar a situação organizacional e assim desenvolver ações de melhorias. S.W.O.T é um acrônimo da língua inglesa referente à Strength (Força), Weakness (Fraquezas), Opportunities (Oportunidades) e Threats (Ameaças).

DOCUMENTO: Plano de Internacionalização da Pesquisa e Pós-Graduação	
ANO: 2018-2022	UNIDADE DE CONTEXTO: 1
Página 12 Análise S.W.O.T Pontos Fortes	Laboratório de Línguas Estrangeiras que oferta cursos de Português e línguas estrangeiras;

Fonte: A própria autora.

Já no quadro 20, a seguir, o registro do laboratório se faz na seção intitulada Ambiente Bilíngue. Ele, juntamente com os dois programas de ensino de línguas estrangeiras na UEL com fomento externo, aparece em destaque como propulsor de aprimoramento da proficiência de docentes, discentes e agentes técnico-administrativos, neste caso a meta é clara, em língua inglesa.

Interessante observar, que é a primeira vez que a articulação entre o Laboratório de Línguas e o IsF aparece em um documento institucional. No entanto, é justamente o desafio de converter o texto em prática, retomando o conceito de Ball (2017), e os esforços na articulação dos seus decisores em cooperar na mudança do ambiente (EASTON, 1957), é que esta tese buscou investigar.

Quadro 20 - Plano de Internacionalização da Pesquisa e PG – Eixo 4 – Meta 14

Ponto 1: Laboratório de Línguas	
DOCUMENTO: Plano de Internacionalização da Pesquisa e Pós-Graduação	
ANO: 2018-2022	UNIDADE DE CONTEXTO: 1
Página 18 Eixo 4: Ambiente Bilíngue Meta 14: Aumentar em 20% o número de usuários proficientes em de língua inglesa	Indicador(es): Número de docentes, discentes e agentes técnico-administrativos cursando língua estrangeira nos programas Paraná Fala Inglês, Idiomas sem Fronteiras e Laboratório de Línguas.

Fonte: A própria autora.

É interessante perceber que no quadro 20, há o uso de ambas as expressões: língua estrangeira e língua inglesa. O indicador remete à língua estrangeira, já a meta, à língua inglesa. Esse escape de revisão textual, se é que realmente ocorreu, ou se a PROPPG quis manter o aumento da língua inglesa, revela a posição intrínseca da língua inglesa como meio principal à internacionalização concebida pela PROPPG.

Uma crítica sempre foi feita ao Idiomas sem Fronteiras por destinar as bolsas CAPES somente aos professores e coordenadores da língua inglesa (GUIMARÃES, 2020). Embora o programa, por parte do Núcleo Gestor, sempre preservou a relevância e o reconhecimento dos outros idiomas nas suas ações, mantendo-os dentro do programa e oferecendo-os aos alunos a partir de convênios com parceiros internacionais e das próprias universidades, a língua inglesa, por sua vez, usufruía do status de língua da internacionalização (CRYSTAL, 1997).

Por isso, estudos que abordam aspectos relacionados à decolonização (ANDREOTTI et al., 2015) e ideologia/imperialismo linguístico (PASSONI, 2019), embora relevantes na área da linguística e da internacionalização, não foram trazidos para esta tese devido à impertinência com o seu escopo. Com relação aos outros idiomas e parceiros internacionais, havia “uma preocupação do Núcleo Gestor em garantir uma relação horizontal entre as partes, brasileira e estrangeira, em que a contribuição seria sempre bem-vinda desde que se respeitasse a expertise brasileira e envolvesse condições para estimular o desenvolvimento e a valorização dos profissionais locais” (ABREU-E-LIMA, [2022], no prelo).

Assim, a convivência dos coordenadores juntamente com o Núcleo Gestor conseguia perceber a diferença em dizer que a língua inglesa era a língua principal da internacionalização, mas não era a única. Que a demanda da língua inglesa era maior do que todos os outros idiomas juntos, mas que havia demanda para os outros idiomas, e, principalmente, que o nível dos alunos dos NuLis em língua inglesa, mesmo sendo o principal idioma pelo qual a internacionalização ocorre, era incipiente e necessitava de fortalecimento.

O uso do termo Língua inglesa pela PROPPG, no sentido de estabelecer uma meta de aumento de 20% de usuários proficientes em inglês, também revela que a proficiência dessa língua é o ponto de maior discussão no processo da internacionalização da UEL. Ao utilizar-se do termo língua inglesa em

detrimento do termo língua estrangeira, a PROPPG reconhece a relevância desse idioma concernente às pesquisas e à internacionalização.

Essa relevância se faz importante uma vez que cabe ao órgão envolvido no processo de internacionalização a determinação da ênfase que se quer dar ao idioma que mais atende às demandas do seu setor. Os dados de Internacionalização da PROPPG apontam para convênios firmados com países que utilizam o inglês como Estados Unidos, Austrália, França, Espanha e Reino Unido. (UEL, 2021a)

O quadro 21 apresenta o último registro do laboratório no documento da PROPPG. Há aspectos relevantes sobre o laboratório e sobre a ampliação do ensino da língua inglesa na textualização de documentos deste setor da UEL.

Quadro 21 - Plano de Internacionalização da Pesquisa e PG – Eixo 4 – Meta 15

Ponto 1: Laboratório de Línguas	
DOCUMENTO: Plano de Internacionalização da Pesquisa e Pós-Graduação	
ANO: 2018-2022	UNIDADES DE CONTEXTO: 2
Página 20 Eixo 4: Ambiente Bilíngue Meta 15: Aumentar em 100% a oferta de cursos de línguas estrangeiras, especialmente inglês	Ação 49. Definir estratégia de oferta de cursos de línguas estrangeiras no âmbito dos programas Paraná Fala Inglês, Idiomas sem Fronteiras e Laboratório de Línguas em consonância com a política de internacionalização da UEL. Ação 50. Destinar amparo institucional ao Laboratório de Línguas, permitindo a contratação de instrutores de idiomas.

Fonte: A própria autora.

No quadro 21, há dois registros que atribuem ao Laboratório de Línguas um protagonismo no processo de internacionalização da UEL. Dentro do eixo 4 sobre Ambiente Bilíngue, o Laboratório de Línguas é mencionado como parte estratégica da política dessa IES. O uso do termo consonância carrega toda uma integração do laboratório com a política de internacionalização. No mais, a PROPPG não só considera o laboratório como órgão desse processo atribuindo como sua ação, o amparo institucional para a ampliação a partir da contratação de mais instrutores de

Idiomas, fato que converge diretamente com os propósitos do Programa Idiomas sem Fronteiras: Democratização do acesso ao ensino de idiomas (IsF e Centro de Línguas) (BRASIL, 2017b); (...) podendo ser articuladas ações complementares entre o NuLi-IsF e o Centro, ampliando a oferta de vagas(...), (Termo de Articulação, UEL); além do Núcleo Gestor conferir aos Centro de Línguas um papel importante no processo de internacionalização a partir de cursos mais inclusivos e permitindo à comunidade acadêmica o acesso gratuito aos cursos. (SARMENTO; ABREU-E-LIMA; MORAES FILHO, 2016).

O documento do Plano de Internacionalização da Pesquisa e Pós-Graduação revela um órgão consciente das ações e projeções a serem feitas em prol da internacionalização na instituição. A meta 15 propõe ousadamente aumentar em 100% a oferta de cursos de línguas estrangeiras, especialmente inglês. Com essa meta, a PROPPG se mostra ciente do nível linguístico de seus alunos em relação às línguas estrangeiras e ainda traz deferência à língua inglesa, demonstrando o reconhecimento da demanda que esse idioma exige em um curso de pós-graduação.

Esse posicionamento direcionado ao inglês pela PROPPG não deve ser confundida com a proposta de internacionalização pela Política da Universidade. Na PL há, e dever haver, o compromisso com o plurilinguismo e o encorajamento de ofertas de diferentes línguas estrangeiras (UEL, 2021b). Já a PROPPG ressalta a necessidade de ampliar a oferta do inglês devido a sua demanda neste setor.

Compreender as necessidades e as demandas de um setor é enxergar no problema uma oportunidade, é estar cientes dos passos a serem tomados e principalmente a direção que se está indo (WILLIAMSON, 2015). Na meta 15, a PROPPG é simples e clara em determinar o aumento das ofertas dos idiomas, mas principalmente, a oferta do inglês. É uma posição tomada mediante sua demanda considerando o foco nas estratégias que promoverão um aumento de pesquisas com vistas à internacionalização.

No quadro 22, apresento as unidades de contexto do Documento de Articulação entre o Centro de Línguas e o NuLi-IsF. Assim como o documento da PROPPG, este também é um documento recente, mas neste caso, parece também não ter sido relevante para promover ações articuladas entre o Laboratório de Línguas e o NuLi UEL como veremos a seguir.

Quadro 22 - Declaração de Articulação entre o Centro de Línguas e o NuLi-IsF

Ponto 1: Laboratório de Línguas	
DOCUMENTO: Declaração de Articulação entre o Centro de Línguas e o NuLi-IsF	
ANO: 2017	UNIDADES DE CONTEXTO: 5
Parágrafo II	Estamos cientes de que o Programa IsF visa fortalecer as ações de internacionalização e formação de professores de língua estrangeira nas universidades;
Parágrafo III	Estamos cientes de que os cursos ofertados pelo Programa IsF no âmbito do NuLi-IsF, quais sejam, língua para propósitos específicos de internacionalização e como instrumento de apoio ao desenvolvimento regional, apresentam foco distinto daqueles ofertados pelo Centro de Línguas desta Universidade, podendo ser articuladas ações complementares entre o NuLi-IsF e o Centro, ampliando a oferta de vagas , conforme disposto no inciso VI do Artigo 2º da Portaria MEC nº 30/2016; e
Parágrafo IV	Atestamos que a oferta de cursos do NuLi-IsF e do Centro de Línguas desta Universidade será realizada em sintonia com as diretrizes e necessidades da comunidade acadêmica ou externa, considerando o público-alvo específico respectivo.
Parágrafo V	Estamos cientes e de acordo com a possibilidade de divisão de espaços administrativos e acadêmicos do Centro de Línguas com o NuLi-IsF promovendo a plena articulação das ações no âmbito desta instituição.
Conclusão	Por fim, estamos cientes de que a oferta pelo NuLi-IsF para ensino de língua com propósitos gerais, nas quatro habilidades, será solicitada via Ofício ao Núcleo Gestor do Programa IsF, se o Centro de Línguas não estiver atendendo à demanda desta Universidade.

Fonte: A própria autora.

A Declaração de articulação entre o centro de línguas e o IsF era uma exigência do Edital 59/2017 no item 4.1.1 do processo de credenciamento das IES estaduais que já possuíam um centro de línguas na instituição (BRASIL, 2017b). Seu texto, no entanto, já era previsto pelo programa, havia um modelo disponível no endereço eletrônico do Isf.mec.gov.br que deveria ser baixado e adaptado com as informações pessoais de cada instituição. Os trechos selecionados para esta análise, com exceção do Parágrafo V, foram todos redigidos pelo Núcleo Gestor, cabia aos NuLis de cada universidade preenchê-lo e anexá-lo aos demais documentos durante o período do pleito da inscrição.

Nos parágrafos II, III e IV há um consenso quanto ao fortalecimento, à ampliação e à articulação de ações complementares para a implementação e atuação do NuLi em conjunto com o órgão que servia de referência ao ensino de línguas na UEL, o laboratório. Há, no entanto, a inserção do parágrafo V que trazia a ciência da divisão de espaços administrativos e acadêmicos entre laboratório e o NuLi-IsF promovendo a plena articulação no âmbito desta instituição. Esse foi o único parágrafo que não era sugestão no Núcleo Gestor no documento e que trazia a articulação física e concreta do Laboratório de Línguas e do NuLi. Todavia, a inserção da palavra “possibilidade” nesse parágrafo, a pedido do conselho deliberativo do laboratório em reunião presencial com as coordenadoras enfraquece a proposta de articulação. O uso do termo possibilidade, não só modaliza o uso da divisão de espaços como tende a levar a uma não divisão de espaços entre os órgãos em questão, já que dependeria sempre de uma possibilidade. Durante o período que o NuLi atuou na UEL, raras foram as vezes que seus professores utilizaram as dependências do laboratório. Há uma exceção que remete ao uso da sala de um outro programa, o Paraná Fala Inglês, que ficava nas dependências do laboratório, e que foi utilizada com mais frequência.

O caso da inserção do parágrafo V a partir de um termo modalizador reflete a falta de exatidão e a insinuação de suprimir o que se deseja a partir da promulgação de um documento. Tal inserção é tão nociva quanto a não redação do próprio documento. Dalrymple (2015) afirma que pequenas mudanças lexicais podem parecer ilesas ao propósito em questão, mas não são. O autor traz uma citação de Confúcio, de milhares de anos atrás, para sustentar seu argumento:

Se a linguagem não é correta, então aquilo que se diz não é o que se quer dizer, se o que se diz não é o que se quer dizer, então o que deve ser feito permanece por fazer; se isso permanece por fazer, a moral e a arte vão deteriorar-se; se a justiça se perder, as pessoas ficarão confusas. Por isso, não deve haver qualquer arbitrariedade naquilo que se diz. Isso é mais importante do que tudo. (DALRYMPLE, 2015, p. 61)

Para Dalrymple (2015), o alinhamento do texto e as ações propostas pelos atores do texto (BALL, 2007) necessitam estar de comum acordo com a redação do mesmo, caso contrário, o que se propõe meticulosamente pelo documento na intenção de preservar, de gerenciar, de incrementar a instituição e novas ações para

seus próximos agentes (WEBER, 2016) se perde a partir de um simples jogo de palavras. Isso se torna ainda mais relevante e necessário quando um documento é redigido dentro de um formato burocrático como a universidade é concebida.

As instâncias e os cargos dentro da universidade representam a engrenagem que norteiam as ações da comunidade acadêmica. Os cargos, uma vez criados, representam as instâncias nas quais as tarefas serão realizadas. Nesse espaço público, o cargo deverá ser ocupado sucessivamente por outra pessoa mediante nomeação por uma autoridade superior ou mérito. Neste contexto, sua administração se baseia em documentos escritos (WEBER, 2016). Os propósitos dos documentos de repartições públicas, como a universidade, precisam ter exatidão. O termo possibilidade inserido no documento Declaração de Articulação entre o Centro de Línguas e o NuLi-IsF, exclui a exatidão da proposta do documento.

No quadro 23, analiso o documento que deu início à discussão para a produção da política linguística da UEL, a Minuta de Política Linguística para a UEL, como um documento ainda relevante para analisar o papel do Laboratório de Línguas da UEL e sua articulação com o IsF. A referida Minuta foi entregue ao NG IsF em 2017, juntamente com os documentos que faziam parte da inscrição das universidades estaduais para adesão ao programa IsF. Posteriormente, em 2018, uma proposta de política linguística da UEL foi submetida ao Núcleo Gestor do IsF e será analisada como penúltimo documento desta seção.

Quadro 23 - Minuta de Política Linguística para a UEL (1)

Ponto 1: Laboratório de Línguas	
DOCUMENTO: Minuta de Política Linguística para a UEL	
ANO: 2017	UNIDADES DE CONTEXTO: 2
Página 20 1.PRÁTICAS ATUAIS 1.1 Aulas de línguas estrangeiras 1.1.1 Laboratório de Línguas	O reconhecimento da existência de línguas outras que não apenas a portuguesa pode ser vista na existência do Laboratório de Línguas, vinculado ao Departamento de Letras Estrangeiras Modernas, com sua oferta variada de línguas estrangeiras. Em 2017/1, encontram-se matriculados estudantes nas seguintes ofertas: Dentre as línguas estrangeiras ofertadas aos alunos da UEL e à comunidade externa à UEL, o Laboratório de Línguas destaca-se também pelas ofertas de turmas de Português para Falantes de Outras Línguas aos alunos estrangeiros da UEL e aos estrangeiros de Londrina e região.

Fonte: A própria autora.

O documento da Minuta de Política Linguística para a UEL foi um documento motivado pelo cadastramento da universidade no programa IsF. Não podemos afirmar que, não fosse a exigência do referido programa, ela teria acontecido naturalmente como uma exigência da própria instituição. Essa conjectura se reforça diante a situação de que a maioria das universidades participantes do IsF, incluindo as universidades federais, não tinham uma política linguística e muitas delas enviaram ao programa como exigência para a permanência no mesmo juntamente com as universidades estaduais, conforme já apontado anteriormente nesta tese.

Verifica-se desse modo, o papel instigador que o IsF teve com uma política linguística nacional, impulsionando as políticas linguísticas locais. As discussões, as novas direções e as ações decorrentes do programa projetaram um rumo a muitas universidades que talvez demorariam décadas para encontrá-lo sozinhas. A UEL certamente foi uma delas e trataremos dessa constatação mais adiante.

O Programa IsF promoveu uma autonomia nas instituições de Ensino Superior no processo de internacionalização e de preparação linguística de profissionais de diversas áreas do conhecimento. No mais, a necessidade de se elaborar uma política nacional linguística para o Ensino Superior, a partir das locais, de maneira articulada com a mobilidade acadêmica e as políticas de internacionalização foi certamente um dos maiores ganhos para as universidades envolvidas (ARAÚJO; RODRIGUES, 2017).

Na primeira parte do documento da minuta da política linguística da UEL, o Laboratório de Línguas já é mencionado como o órgão responsável pelo ensino de línguas estrangeiras na universidade. A preposição do ao lado da palavra departamento, como veremos também no regulamento do laboratório, é substituída pela expressão vinculado ao departamento, conforme a unidade contexto do quadro 23. Essa pequena mudança já denota um órgão com administração do departamento de línguas, porém a serviço da universidade, ampliando as ações do laboratório. Há também uma distinção para o Português para Estrangeiros, já que é o único idioma com uma descrição própria no parágrafo após todos os outros idiomas. Esse destaque já sinaliza a importância de consolidar ações relacionadas à internacionalização em casa e vincular os alunos estrangeiros ao laboratório de línguas.

No quadro 24, a seguir, por outro lado, há um retorno à descrição clássica do laboratório, uma vez que sempre quando inserido em algum documento da UEL, as menções atribuídas ao laboratório são: número de alunos, órgão de apoio ao departamento de Letras Estrangeiras Modernas, descrição dos cursos e excelência de ensino.

Quadro 24 - Minuta de Política Linguística para a UEL (2)

Ponto 1: Laboratório de Línguas	
DOCUMENTO: Minuta de Política Linguística para a UEL	
ANO: 2018-2022	UNIDADE DE CONTEXTO: 1
<p>Página 20</p> <p>1.PRÁTICAS ATUAIS</p> <p>1.1 Aulas de línguas estrangeiras</p> <p>1.1.1 Laboratório de Línguas</p>	<p>Com mais de 40 anos de atuação, o Laboratório atende cerca de 1500 alunos todos os anos. Além de se constituir como órgão de apoio às atividades de extensão do DLEM, este congrega atividades de ensino e pesquisa, na medida em que é, também, campo de estágio para os alunos dos cursos de Licenciatura – Letras Inglês e Letras Espanhol – do Departamento de Letras Estrangeiras Modernas – referido departamento. Para atuarem no Laboratório, os estagiários passam por um rigoroso processo de seleção, visando à oferta de cursos de excelência no ensino.</p>

Fonte: A própria autora.

A descrição do órgão é importante para o documento, mas nela há um retorno à visão de que o laboratório pertence ao departamento de Letras Estrangeiras Modernas e se configura como um campo de atuação para estágio dos alunos de Letras inglês e Letras Espanhol. O número 1500 ratifica a sua relevância juntamente com expressões como excelência de ensino. No entanto, o parágrafo não expande a atuação do laboratório para outras instâncias e o restringe ao departamento. Enquanto a universidade, por meio de seus agentes e atores, não entender quem faz parte do processo da internacionalização e os propósitos de cada um destes elementos, não há processo. Há atividades isoladas que não têm forças de girar a engrenagem do Ensino superior em prol da internacionalização (DAVIS; PHYAR, 2015; HUDZIK, 2011).

No quadro 25, há conclusões e afirmações de que a universidade está se propondo a trabalhar em discussões resultantes das demandas da globalização.

Quadro 25 - Minuta de Política Linguística para a UEL (3)

Ponto 1: Laboratório de Línguas	
DOCUMENTO: Minuta de Política Linguística para a UEL	
ANO: 2017	UNIDADES DE CONTEXTO: 2
Página 20 2 POLÍTICA LINGUÍSTICA PARA INTERNACIONALIZAÇÃO	<p>A contextualização apresentada na seção anterior demonstra que a UEL tem um histórico de comprometimento com a promoção das línguas estrangeiras ao longo da sua trajetória, por meio de cursos de aprimoramento linguístico de custo acessível (Laboratório de Línguas), cursos de extensão e cursos financiados pelo governo estadual (Paraná Fala Inglês), além do foco na certificação em inglês e em português para falantes de outras línguas.</p> <p>A coordenação do IsF em consonância com a Coordenação do Paraná fala inglês (PFI – UEL), do Laboratório de Línguas e da Assessoria de Relações Internacionais vêm trabalhando na condução de ações que promovam uma discussão acerca de uma política linguística para a internacionalização da universidade como resposta acadêmica do ensino superior aos novos desafios da ciência, da tecnologia e da educação resultantes da globalização.</p>

Fonte: A própria autora.

A primeira informação do quadro 25 é o histórico de comprometimento com a promoção das línguas estrangeiras ao longo da sua trajetória. Não há como negar que a UEL, por meio do laboratório, promove o ensino de línguas estrangeiras, com custo acessível. No entanto, isso não basta para o processo da internacionalização. Os 40 anos de atuação mencionados no quadro 24 são questionados quanto ao papel do laboratório na universidade. Questiona-se o papel do laboratório, por exemplo, diante a demandas como os programas externos que precisam de um espaço para sua atuação em prol da universidade e suas demandas. Também questiono se o laboratório não puder recebê-los ou não tiver o perfil para agregar tais programas, me pergunto qual setor deveria fazê-lo.

O parágrafo dois do quadro 25 mostra que foi somente após a vinda dos programas IsF e PFI que o laboratório da UEL, a convite da ARI, iniciou discussões como resposta acadêmica do ensino superior aos novos desafios da ciência, da tecnologia e da educação resultantes da globalização. Um outro ponto a ser levantado a respeito dessas ações era o papel do laboratório nessas discussões:

me questiono se o laboratório era um protagonista que vislumbrava novos rumos para a universidade ou se ele era um convidado por possuir atributos convenientes ao processo. Todos esses questionamento são verdadeiros e precisamos entender como parte dos atores e decisores desta universidade como proceder diante de uma nova demanda como a que lidamos com o IsF.

A análise dos documentos realizada até aqui revela que a discussão da política linguística na universidade decorre, principalmente, da vinda e da exigência dos programas que fomentam a internacionalização do Ensino Superior. No entanto, questiono se isso se torna um problema ou uma nova possibilidade para a universidade (WILLIAMSON, 2015) ou, mais especificamente, para o laboratório. Os documentos do programa requerem um laboratório mais ativo do processo de internacionalização da universidade, e talvez seria exatamente este o ponto a ser revisto neste órgão. Os questionamentos oriundos da análise revelam um processo pelo qual o laboratório deveria passar devido as novas demandas inerentes do ensino superior e, então, ser repensado o seu papel na universidade, caso os decisores entendam que este seja o caminho a seguir institucionalmente. Esses questionamentos permearam os anos de atuação do programa IsF na UEL desde a fase da aplicação de exames até a instituição dos NuLis. Os processos juntamente com novas demandas abrem novas possibilidades para a universidade. É neste sentido que esta tese busca por meio da análise documental a discutir e a organizar questões de internacionalização e programas para futuros gestores.

Os quadros 26 e 27, a seguir, descrevem as metas da minuta da política linguística da UEL.

Quadro 26 - Minuta de Política Linguística para a UEL – Próximos passos I

Ponto 1: Laboratório de Línguas	
DOCUMENTO: Minuta de Política Linguística para a UEL	
ANO: 2017	UNIDADES DE CONTEXTO: 2
Página 20 3. PRÓXIMOS PASSOS Do fortalecimento das ações de	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Articulação dos trabalhos entre os dois programas e Laboratório de Línguas da universidade em prol da internacionalização da UEL.</i> • <i>Ampliação do campo de atuação do futuro professor de língua estrangeira por meio dos programas IsF e PFI e do Laboratório.</i>

capacitação em Língua Estrangeira:	
------------------------------------	--

Fonte: A própria autora.

O primeiro item com relação ao fortalecimento das ações de capacitação em língua estrangeira é a articulação das ações dos dois programas de fomento externo como o Laboratório de Línguas. Se tal meta está posta, é porque essa articulação deveria ser aprimorada entre os programas e o laboratório. Novamente, o que se constata nos documentos é uma tentativa de alguns setores da universidade promoverem discussões em prol de uma política linguística, e aqui vemos a participação do laboratório engajado com os programas externos.

Independentemente de qual setor dê o primeiro passo, o que merece atenção é que o processo da internacionalização deve ser fruto de desejos de participar de um espectro maior das pesquisas e estudos que apontarão respostas aos questionamentos do Ensino superior. Assim, não é um processo solitário, ou de mérito de um ou outro órgão institucional. Knight (2016) afirma que a internacionalização é um processo que precisa ser integrado e sustentado em âmbitos institucionais. É um processo de integração de uma dimensão internacional e intercultural dentro do ensino, da pesquisa e os serviços da instituição.

Da mesma forma, o quadro 27, referente à última menção ao laboratório neste documento, apresenta as metas relacionadas ao que será feito nos próximos passos posteriores a promulgação da minuta.

Quadro 27 - Minuta de Política Linguística para a UEL – Próximos passos II

Ponto 1: Laboratório de Línguas	
DOCUMENTO: Minuta de Política Linguística para a UEL	
ANO: 2017	UNIDADES DE CONTEXTO: 5
Página 20 3. PRÓXIMOS PASSOS Da promoção e incentivo à capacitação da comunidade acadêmica em línguas estrangeiras:	<ul style="list-style-type: none"> • Democratização do ensino de idiomas à comunidade acadêmica através de ações em conjunto com o Laboratório de Línguas, Paraná Fala Inglês e IsF. • Proposta de promoção na carreira docente vinculada a participações e conclusões de cursos de idiomas promovidos e reconhecidos pela universidade. • Propostas de concessão de bolsas institucionais e participações em projetos de pesquisa, ensino e extensão mediante o envolvimento em capacitações em língua estrangeiras e eventos de mobilidade e internacionalização • Proposta de renovação de bolsas institucionais mediante o envolvimento e o aperfeiçoamento contínuo nas línguas estrangeiras • Reconhecimento das ações dos programas IsF, PFI e Laboratório de Línguas como Atividade Acadêmica Complementar ou campo de atuação de estágio obrigatório e não obrigatório.

Fonte: A própria autora.

As duas metas propostas trazem escolhas lexicais de peso com relação à palavra democratização. Neste caso, questiono qual seria o entendimento de democratização do ensino de idiomas proposto pelos atores dessa política. Os programas governamentais vêm e vão no meio acadêmico. A democratização proposta pelo documento deveria estar alicerçada em órgãos e decisões institucionais como o Laboratório de Línguas e a política linguística institucional e não a depender de fomento ou iniciativas externas. Por outro lado, o que percebemos aqui são discussões que colocam o laboratório um pouco diferente do que tem sido descrito em outros documentos, como o PDI, por exemplo. A seção Próximos Passos Desta minuta já concebe o laboratório um órgão com mais engajamento e protagonismo no processo de internacionalização institucional.

Assim, as outras quatro metas trazem ações concretas que colocarão o laboratório como órgão protagonista no processo da internacionalização. Associar a promoção de carreira docente, atrelar a participação de bolsas de projetos ao estudo

de idiomas e reconhecer ações dos programas de internacionalização e do laboratório como Atividade Acadêmica Complementar são passos que demonstram os caminhos da universidade em prol da internacionalização (HUDZIK, 2012).

O penúltimo documento analisado nesta seção foi a Proposta de Política Linguística para apoio à internacionalização. Esta proposta foi a última versão enviada ao programa IsF para o cumprimento do Edital 59/2017 após um ano de programa na instituição. Este documento é composto de cinco páginas precedido por uma contextualização que descreve a intensificação de procura por línguas estrangeiras, apresenta aspectos da internacionalização, da importância do NuLi IsF UEL e o PDI da instituição no que se refere à internacionalização. Importante apontar que o laboratório de línguas é mencionado durante a contextualização do documento como sempre é visto nos documentos analisados para esta tese. A apresentação sempre se restringe a ação do laboratório como órgão de extensão, que atende 1500 alunos e oferece tantos idiomas aos seus estudantes.

Quadro 28 - Proposta de PL para apoio à internacionalização da UEL - Contextualização

Ponto 1: Laboratório de Línguas	
DOCUMENTO: Proposta de Política Linguística para apoio à internacionalização da UEL	
ANO: 2018	UNIDADES DE CONTEXTO: 1
Página 1 Contextualização	Nos últimos anos tem se intensificado a oferta e a procura por cursos de línguas estrangeiras na UEL, especialmente o inglês, em função do aumento das possibilidades de mobilidade internacional por parte do corpo discente, docente e de agentes técnicos administrativos. Como atividade de extensão, o Laboratório de Línguas já oferta, há mais de 40 anos, cursos para cerca de 1500 alunos por ano, que são cursos pagos para as comunidades interna e externa da Universidade. Os cursos ofertados têm se concentrado no Inglês, Francês, Alemão, Italiano, Japonês, Mandarim e Português para Falantes de Outras Línguas, e, mais recentemente, guarani e grego. Além do Laboratório de Línguas , o Núcleo de Estudos de Cultura Japonesa também tem oferecido cursos de extensão de japonês e de português para os intercambistas enviados por universidades japonesas conveniadas para estudarem na UEL.

Fonte: A própria autora.

Quando o documento se propõe a discutir a Meta 21³⁵ do PDI referente a implementação das ações PDI de internacionalização na UEL, já apresentadas na figura 16, todas as cinco ações são discutidas e desdobram-se em mais quinze ações em prol da internacionalização na universidade, no entanto nenhuma menção é feita ao laboratório de línguas como ator ou agente dessas ações nessas metas. Isso se repete novamente em mais três tópicos do documento: a) na Proposição da Política Linguística voltada à Internacionalização; b) no Plano de Política Linguística para apoio à Internacionalização e c) Dos objetivos da Política Linguística para a Internacionalização.

A referência ao laboratório é retomada somente quando é citado o grupo que colaborou na elaboração dessa proposta e na sua participação como membro na criação do Grupo de Trabalho. A proposta de PL diz que esse grupo terá caráter consultivo-deliberativo, com a finalidade de propor o plano de ação e acompanhar a implementação das ações relativas à PL para internacionalização na UEL.

Quadro 29 - Proposta de PL para apoio à internacionalização da UEL - Proposição

Ponto 1: Laboratório de Línguas	
DOCUMENTO: Proposta de Política Linguística para apoio à internacionalização da UEL	
ANO: 2018	UNIDADES DE CONTEXTO: 1
Página 4 Proposição da Política Linguística voltada à Internacionalização	O Grupo de Trabalho será composto por representantes dos seguintes segmentos: I – Representante da Coordenação do Laboratório de Línguas; II – Representante do Departamento de Letras Estrangeiras Modernas; III – Representantes dos programas linguísticos e culturais da UEL diretamente envolvidos no uso das línguas como meio de internacionalização; IV – Representante da Comissão de Apoio à Internacionalização da UEL. V – Assessor de Relações Internacionais

Fonte: A própria autora.

³⁵ No PDI da UEL 2015-2021 esta meta se apresenta como meta XIV, na proposta de internacionalização ela se apresenta como meta 21.

A meu ver, o minuta apresentada anteriormente à proposta traz mais autenticidade do que a proposta em si. Na proposta, a ausência de articulação do laboratório é mais uma vez constatada nos documentos da universidade, desta vez, no entanto, esta ausência é percebida no mais recente documento proposto pela UEL referente à internacionalização. Simon (1976), ao descrever política públicas, chama a atenção à racionalidade dos decisores, a qual pode ser limitada por problemas como informação incompleta. Tal ausência de informações vai se somando ao resultado das análises dos documentos propostas nesta tese, de modo que se percebe uma lacuna importante de articulação do laboratório na universidade com um todo. Discutirei o documento da Proposta de Política Linguística na para apoio à Internacionalização da UEL mais amplamente na seção de política linguística. Ressalto também que a proposta não necessariamente era o documento pronto e discutido nas instâncias da universidade. Havia um plano para que houvesse um planejamento dessas discussões, mas até 2021, essa discussão não foi retomada.

Para finalizar esta parte proposta da análise, o último documento a ser analisado de modo a compreendermos o papel do laboratório de línguas no processo de internacionalização da UEL, é o próprio Regulamento Interno do Laboratório de Línguas. Nele, três conjuntos de excertos merecem atenção. O primeiro deles diz respeito à identificação deste órgão na UEL, conforme destacado no quadro 30.

Quadro 30 - Regulamento do Laboratório de Línguas da UEL – Art. nº 1

Ponto 1: Laboratório de Línguas	
DOCUMENTO: Regulamento Interno do Laboratório de Línguas do Departamento de Letras Estrangeiras Modernas da UEL	
ANO: 2012	UNIDADE DE CONTEXTO: 1
Art. 1º	<i>O Laboratório de Línguas é um órgão complementar de fomento ao ensino, pesquisa, extensão, e prestação de serviços vinculado ao Centro de Letras e Ciências Humanas sob coordenação do Departamento de Letras Estrangeiras Modernas da Universidade Estadual de Londrina.</i>

Fonte: A própria autora.

Na sua identificação, o laboratório de línguas é amplamente descrito como órgão que complementa ações de ensino, pesquisa e extensão, ações estas que sustentam a missão da universidade. É uma definição larga, extensa, que não

remete à canalização de um perfil mais claro, objetivo e identitário desse órgão. Essa amplitude de definição descrita no regulamento, não é percebida nos documentos analisados anteriormente. O laboratório não parece transitar como parte pertencente à universidade, de modo transversal e engajado (CROSS; MHLANGA; OJO, 2013). O que esta análise nos revela são possibilidades de novas atuações do laboratório mediante novas demandas sociais, acadêmicas e de mercado. Diante da magnitude do documento do PDI, por exemplo, podemos constatar um laboratório ainda sem uma participação protagonista referentes às ações de internacionalização como era proposto pelo programa IsF. Contudo, ao analisar no Art. 3º do regulamento acerca dos objetivos atribuídos ao laboratório, conseguimos delinear uma identidade proposta para ele quando nos deparamos com os tópicos descritos no quadro 31, a seguir.

Quadro 31 - Regulamento do Laboratório de Línguas da UEL – Art. nº 3

Ponto 1: Laboratório de Línguas	
DOCUMENTO: Regulamento Interno do Laboratório de Línguas do Departamento de Letras Estrangeiras Modernas da UEL	
ANO: 2012	UNIDADES DE CONTEXTO: 6
Art. 3º	<ol style="list-style-type: none"> I. Coordenar as atividades de prestação de serviços nas áreas de línguas e literaturas estrangeiras desenvolvidas por servidores (docentes e técnicos administrativos de nível superior) e profissionais contratados especificamente para esse fim; II. Apoiar o ensino de graduação e de pós-graduação do Departamento de Letras Estrangeiras Modernas; mantendo infraestrutura necessária para desenvolvimento de atividades voltadas para aprendizagem de línguas e literaturas estrangeiras; III. Apoiar a promoção e a organização de grupos de estudos e pesquisas destinadas a fomentar o conhecimento sobre línguas e literaturas; IV. Congregar interessados em desenvolver projetos de ensino e extensão voltados para o ensino/aprendizagem de línguas e literaturas estrangeiras modernas; V. Propiciar o intercâmbio entre instituições e estudiosos com interesses afins; VI. Propiciar oportunidades para estudantes estagiários de graduação e de pós-graduação para que desenvolvam atividades didático-pedagógicas nas áreas de línguas e literaturas;

Fonte: A própria autora.

Depois da identificação e descrição do que é e o que representa o laboratório para a UEL, a sua identidade pode ser delineada a partir de seus objetivos. No item I do Art. nº 3, percebe-se a evidência de uma expressão que se repete em cinco dos seis itens propostos nestes objetivos: Línguas e Literaturas Estrangeiras. Não cabe a nós julgarmos a excessiva utilização do termo literatura nos objetivos do exercício do laboratório, mas apresentarmos conjecturas que a análise de conteúdo nos permite. “A leitura efetuada pelo analista de conteúdo das comunicações não é, ou não é unicamente, uma leitura à letra, mas antes o realçar de um sentido que se encontra em segundo plano”. (BARDIN 2006, p. 36). Após uma breve análise dos cursos ofertados pelo laboratório em 2021³⁶, não se verificam cursos destinados ao ensino da literatura. O foco desse órgão tem sido o ensino de línguas estrangeiras gerais em todos os seus cursos. A internacionalização, como uma das ações propostas por esse órgão, não pode ser localizada claramente em nenhuma parte do documento. Neste caso, remeto-me à internacionalização a partir das definições mais recentes do termo, como proposta por Amorim e Finardi (2020) como um processo inteligente que exige a articulação e integração de pesquisas, práticas e políticas no âmbito do ensino superior. Não nos é possível verificar no documento do laboratório ainda um órgão integrado aos processos da universidade, e talvez seja esse um novo perfil de atuação institucional deste órgão. Contudo, o uso do termo destinado ao ensino da literatura e a não oferta de cursos nesta área reforçam a necessidade de uma atualização no documento. O conteúdo proposto pelo regulamento distancia o laboratório de tendências mais atuais do ensino de idiomas e da sua própria atuação que já tem oferecido outros perfis de cursos não descritos no seu regulamento devido a outras demandas. Faz-se necessário o ajuste de termos para que as ações possam ser sustentadas e executadas (BALL, 2017; CALVINO, 1990; DALRYMPLE, 2015; WEBER, 2016).

Há termos no regulamento que o remetem às concepções de línguas pertinentes à época em que foi concebido. Essa afirmação não tem a intenção de

³⁶ Lista de turmas ofertadas pelo Laboratório de Línguas na UEL para o primeiro semestre de 2021. Nota do site: Download Turmas ativas. Disponível em: https://lablinguasuel.com.br/wp-content/uploads/2021/03/LAB_TURMAS-ATIVAS_-2021-22-03-21.pdf Acesso em: 07 abr. 2021.

desmerecer o papel que o laboratório tem desempenhado na comunidade acadêmica da UEL, mas justamente, e principalmente, fazer uma análise crítica da sua função de modo que questões mais atuais de ensino de língua estrangeira sejam consideradas em um documento que regula sua atuação. A responsabilidade institucional do Laboratório de Línguas é a de prover à comunidade acadêmica questões relacionadas não somente ao ensino de línguas e literatura, mas também à internacionalização em casa e estar aberto a outras questões que estão por vir interagindo e engajando-se com diferentes áreas da universidade. Embora haja uma menção do Laboratório de Línguas do PDI da UEL no capítulo da Internacionalização, não há atribuições diretas ao órgão com relação à internacionalização no documento. Neste regulamento não consta a possibilidade de atendimento de novos programas que possam cobrir temas internacionais, conforme Knight (2008) aponta com relação à importância da promoção e do incentivo do aprendizado de uma língua estrangeira nos cursos existentes da instituição, fazendo uma fusão de dimensões internacionais, culturais e globais.

No item II deste Art. Nº 3, há como objetivo o apoio ao ensino de graduação e pós-graduação, mas este apoio se restringe ao Departamento de Letras Estrangeiras Modernas: “Apoiar o ensino de graduação e de pós-graduação do Departamento de Letras Estrangeiras Modernas”. O uso restrito do órgão no regulamento em relação ao Departamento de Letras Estrangeiras Modernas vai ao encontro do que Finardi (2016) se refere aos recursos móveis. A autora afirma que a iniquidade linguística não se relaciona aos diferentes valores da língua em geral, mas a alguns recursos móveis. Ela destaca que esses recursos seguem os predicados de seus usuários, ou seja, usuários socialmente móveis terão recursos mais móveis, já usuários marginais terão recursos marginais. O apoio do Laboratório de Línguas da UEL com fins restritos e preferenciais ao Departamento de Letras Estrangeiras Modernas, como está no regulamento, não comunga com um ensino amplo da língua estrangeira. A busca de parcerias e expansão nas ações por meio de órgão como o Laboratório de Línguas são premissas básicas presentes no discurso de apoio à internacionalização que promovem o multiculturalismo através da interação constante de pessoas e origens étnicas e culturais mais diversas (LIMA; MARANHÃO, 2011).

Mesmo no item III do mesmo Art. nº 3, o documento remete à promoção e à organização de grupos de estudos e pesquisa destinados a fomentar o conhecimento sobre línguas e literaturas, da mesma forma que o item IV também tem

como objetivo o de congregar interessados em desenvolver projetos de ensino e extensão voltados para o ensino/aprendizagem de línguas e literaturas estrangeiras modernas. Ambos os objetivos parecem se distanciarem de propostas mais atuais de ensino de língua nas quais o processo de democratização do ensino, a valorização da diversidade linguística, de diferentes culturas, a articulação com parcerias internas e externas se mostram mais coerentes com a missão da universidade.

No item V do Art. nº 3, há menção do termo intercâmbio e ele se repete no Quadro 32, referente à unidade de registro 4, no item 7 do Art. nº 4, da seção das atividades. Semanticamente, este termo se remete à troca, às ações que são realizadas de forma recíproca entre universidades e órgãos governamentais ou privados no que diz respeito às viagens in loco. Ocorre que, ligado à internacionalização, o termo mobilidade além de agregar agilidade ao processo da internacionalização por não depender da troca, tem sido intensamente utilizado nas pesquisas destinadas à internacionalização e ao ensino de língua estrangeira (CALVO; EL KADRI; PASSONI, 2020; GUIMARÃES, 2020; ABREU-E-LIMA, [2022], no prelo; NASCIMENTO; MELLO, 2020; AMORIM; FINARDI, 2020). Tal observação se torna pertinente quando se presa pela atualização de termos que carreguem consigo imagens e signos mais atuais do pensamento desenvolvido por meio de pesquisas relacionadas à internacionalização e ao ensino de línguas. Tal alteração do termo já é percebido em documentos mais atuais nesta tese, como por exemplo o Plano de Internacionalização da Pesquisa e Pós-Graduação que utiliza o termo mobilidade com muito mais incidência do que o termo intercâmbio (UEL, 2021a). O mesmo já não acontece no PDI institucional (UEL, 2021b) que traz um uso equilibrado dos termos, ora optando por mobilidade, ora por intercâmbio. No mais, a respeito do item 7 do Art. nº 4, a atividade do intercâmbio deve ocorrer de modo que atenda aos objetivos acadêmicos, científicos e tecnológicos do Laboratório de Línguas. A leitura que se faz do regulamento é a de que o Laboratório de Línguas da UEL não está para servir a comunidade acadêmica assim como os interesses desta comunidade, mas que tais atividades ocorram desde que atendam aos objetivos do próprio Laboratório de Línguas, algo que na prática do laboratório não tem se revelado dessa forma.

Quadro 32 - Regulamento do Laboratório de Línguas da UEL – Art. nº 4

Ponto 1: Laboratório de Línguas	
DOCUMENTO: Regulamento Interno do Laboratório de Línguas do Departamento de Letras Estrangeiras Modernas da UEL	
ANO: 2012	UNIDADES DE CONTEXTO: 8
Art. 4º Atividades	<ol style="list-style-type: none"> 1. Aulas e atividades amparadas por recursos didáticos e tecnológicos disponíveis; 2. Cursos de línguas estrangeiras às comunidades interna e externa; 3. Estudo individual ou em grupo com utilização dos recursos didáticos/tecnológicos; 4. Atividades inerentes aos projetos de ensino, pesquisa e extensão; 5. Prestação de serviços às comunidades interna e externa, de acordo com a Resolução em vigor; 6. Atividades de estágio curricular obrigatório e não obrigatório de graduação; 7. <u>Intercâmbios</u> com embaixadas, entidades culturais, nacionais ou estrangeiras, <u>que atendam os objetivos acadêmicos, científicos e tecnológicos do Laboratório de Línguas;</u> 8. Outras atividades na forma indicada por este regulamento interno.

Fonte: A própria autora.

Por último e não menos importante, no quadro 30, o item VI do Art. 3º dessa unidade de contexto, referente ao regulamento do laboratório, ressalta o objetivo de ser um espaço onde alunos, tanto de graduação como de pós-graduação, desenvolvam atividades didático-pedagógicas nas áreas de línguas e literaturas. Cabe nesta seção uma justificativa das razões pelas quais o documento foi escrito. Como o próprio nome diz, o “laboratório” foi concebido, primeiramente como ambiente de formação dos estudantes de Letras da UEL. Ele se porta como o ambiente - o laboratório - onde métodos, técnicas, análises e discussões de ensino são aprimorados e desenvolvidos de modo a participar ativamente da formação de professores em pré-serviço do curso de Letras da UEL. Tal concepção é compreendida quando nos remetemos a esses estudantes, ocorre, que mais atualmente, esse ambiente se torna mais que um laboratório. Inclusive, o termo utilizado pelo programa IsF como centro de línguas se justifique no sentido de tal nomenclatura poder agregar não somente um laboratório de estudos e experimentos,

como foi concebido, mas um lugar onde distintos propósitos referente à língua estrangeira poderiam ser desenvolvidos na universidade como um todo, assim ele se tornaria um centro de línguas estrangeiras, contendo um laboratório de línguas.

Ademais, as atividades no Art. nº 4 são claras com relação ao ensino da língua em si e não ao ensino da língua para um propósito mais amplo, como é o caso da internacionalização. Registros como “aulas e atividades”, “cursos de línguas estrangeiras”, “estudo individual”, “atividades de estágio curricular” são atividades inerentes aos cursos de Letras. Percebemos assim, um regulamento que ainda concebe o ensino de língua estrangeira como um fim em si mesmo. Talvez, esse seja um ponto importante desta análise, saber distinguir a atuação e os esforços resultantes das ações do laboratório na universidade e o documento oficial que rege formalmente essa atuação. Faz-se importante verificar a congruência entre teoria e prática, ou seja, entre o que se propõe o órgão e o que está no regulamento (BALL, 2017, WEBER, 2016).

Tal percepção revelada no documento tem sustentado ações desse órgão que remetem a um ensino de língua estrangeira de alcances reduzidos do que se espera de uma instituição que ocupa ranqueamento³⁷ notável se comparada a outras universidades estaduais, nacionais e internacionais e que se coloca como promotora de um ensino de vanguarda. O Laboratório de Línguas nas universidades, juntamente com a Assessoria de Relações Internacionais (ARI), se não for, deveria ser considerado um importante órgão agregador de internacionalização, mobilidade e disseminação das línguas estrangeiras.

Para Hudzik (2011), a mais recente proposta de internacionalização é a de propiciar uma conexão mais acessível entre as instituições superiores de modo a criar possibilidades reais de ações globais e locais à sociedade que subjaz à pesquisa dessas instituições. “A internacionalização conecta instituições para o mercado global de ideais, pensamentos e descobertas. Resumindo, ela não é um fim, mas um meio para muitos fins.” (HUDZIK, 2011, p. 16) É nesses moldes e, a partir de um regulamento de laboratório que esteja consciente das suas atribuições para o

³⁷ UEL figura entre as melhores universidades do mundo segundo o World University Ranking (CWUR) divulgado em 09/06/2021. O ranking classifica as duas mil melhores instituições de Ensino superior e é considerado o maior ranking acadêmico. O CWUR avalia quatro indicadores: qualidade da educação, emprego de ex-alunos, qualidade do corpo docente e a produção de pesquisas científicas. Disponível em: https://www.uel.br/com/agenciaueldenoticias/index.php?arg=ARQ_not&id=30470. Acesso em: 20 maio 2021.

aperfeiçoamento de pesquisa fazendo jus à geração de riquezas e solução de problemas locais, que precisamos pensar em um laboratório/centro de línguas de uma instituição de ensino superior.

Deste modo, ao me propor a analisar a implementação do programa IsF na UEL à luz dos documentos oficiais dessa IES e do programa IsF, percebo que o espaço projetado de atuação e disseminação das atividades de um programa de internacionalização conta necessariamente com um ponto de referência institucional que comungue de objetivos pertinentes ao ensino de língua estrangeira e da relevância de participação em uma política institucional que sustente e promova suas ações. Tais ações devem permear como eixo transversal no seu Projeto Político Pedagógico proporcionando equidade e oportunidade a estudantes, professores e colaboradores que desejem fazer parte do mundo globalizado por meio de suas ideias e pesquisas, levando em consideração a inclusão e a simetria na difusão de conhecimentos e práticas culturais (ABREU-E-LIMA et al., 2017).

É interessante perceber que a construção desse ponto disseminador é concebida juntamente com as necessidades de atividades de internacionalização em todas as instituições envolvidas no processo, ele não é inerente às universidades, mas surge das necessidades pelas quais as IES se deparam. Percebemos que uma nova concepção desses centros de línguas decorre dessas necessidades oriundas dos programas de internacionalização, tanto à época o CsF, o IsF³⁸ e o IsF³⁹ em questão apresentavam essa demanda durante sua implementação. Precisamente, data-se de 18/12/2012 a primeira portaria do ainda denominado programa Inglês sem Fronteiras a preocupação em contribuir para o desenvolvimento dos centro de línguas das instituições de educação superior, ampliando a oferta de vagas⁴⁰.

Tal ampliação implica em um acordo e um engajamento dos atores/decisores da política linguística (SIMON, 1976; LINDBLOM, 1980; HUDZIK, 2011; BALL, 2007) por meio do órgão onde o processo acontecerá. O Regulamento Interno do Laboratório de Línguas é o documento formal que sustentará tomadas de decisões futuras. Na mesma visão de Weber (2016a), Williamson (2015) ressalta a importância da formalização documental que funcione como autorização de uma implementação,

³⁸ Inglês sem Fronteiras

³⁹ Idiomas sem Fronteiras

⁴⁰ Portaria nº 1.466 de 18 de dezembro de 2012 – Institui o programa Inglês sem Fronteiras. Disponível em: http://isf.mec.gov.br/images/pdf/portaria_normativa_1466_2012.pdf Acesso em 14 de novembro de 2021.

seja ela em nível técnico ou político. Essa documentação envolve um processo formal aprovada por instâncias superiores a fim de que a política possa ser implementada. Há dois aspectos que devem ser levados em conta ao implementar a política, as questões burocráticas e as linguísticas (WILLIAMSON, 2015; CHIAVENATO, 1995; BALL, 2007; CALVINO, 1990).

A organização burocrática de documentos permite apresentar normas e regulamentos que serão coerentes com os objetivos visados. Um dos pontos dessa questão é prezar pela impessoalidade nas relações (CHIAVENATO, 2000). É importante ter em mente que o processo de burocratização e registro das etapas de uma implementação tenha seu foco na instituição e não nas pessoas. As pessoas ocuparão um cargo em um dado momento da história da instituição, sendo elas eficientes, prestativas, comprometidas ou não. Já o cargo e a função bem como os documentos determinantes das ações é que vão perpetuar o bom andamento e direcionamento das instituições (WEBER, 2016). No mesmo sentido, o texto, e todos os elementos que o compõe, é que deve cuidadosamente apresentar semanticamente a essência e a exatidão dos termos para sustentar o plano, a política ou qualquer encaminhamento dentro da instituição.

No que diz respeito à linguagem, Calvino (1990) defende valores óbvios relacionados à exatidão do texto e alerta para o problema de uma linguagem aproximativa ou descuidada. Para esse autor, “o justo emprego da linguagem deve aproximar-se das coisas (presentes ou ausentes) com descrição, atenção e cautela, respeitando o que as coisas (presentes ou ausentes) comunicam sem o recurso das palavras” (CALVINO, 1990, p. 93).

Nesse sentido, ao analisarmos os documentos, percebemos que o laboratório é a referência de línguas estrangeiras na UEL, mas ainda lhe falta protagonismo para agir perante as novas demandas no principal documento que o rege: O Regulamento Interno do Laboratório de Línguas do Departamento LEM. A democratização do ensino de línguas com vistas à internacionalização tem sido demanda de inúmeras IES desde a década de 80 (KLASEK, 1992; KNIGHT, 2012; MARGINSON, 2003; LIMA; MARANHÃO, 2011). Já, para que essa demanda convirja em ações reais e possíveis para tantas outras IES no processo, é necessário que tudo seja exatamente denominado, descrito e localizado no tempo e no espaço. Todavia, isso só é possível mediante a exploração do potencial semântico das palavras que

apontarão as ideias e as coisas a serem realizadas mediante a concretude do documento redigido com exatidão (CALVINO, 1990).

A preocupação com a exatidão dos termos no Edital 59/2017, visualizada no quadro 10 com relação ao papel a ser desempenhado pelo laboratório/centro de línguas nas IES, não é percebida no regulamento do laboratório na UEL, nos quadros 31 e 32. Uma articulação bem-sucedida (HUDZIK, 2011), naquele momento, não poderia ocorrer a partir de concepções distintas. O Edital 59/2017 estava para o ensino de línguas visando à internacionalização, já o regulamento do laboratório estava para o ensino de línguas visando aos interesses do departamento. No regulamento do laboratório não há elementos linguísticos que remetam à diversidade das línguas, à expansão do apoio à pesquisa em outros países desvinculados dos interesses do Departamento de Letras Estrangeiras Modernas. Quero reiterar que o posicionamento adotado por mim nesta análise não é acusatório, mas de um analista que percebe através da análise conteúdo (BARDIN, 2006) uma necessidade de revisão de um regulamento tão importante para a universidade.

Esse ponto é destacado por Williamson (2015) quando descreve sobre a implementação de uma reforma e se faz relevante nesta análise: o fato de a formalização de um determinado documento ter sido promulgada cedo demais e não ter sido revista ou atualizada recentemente, no caso do laboratório, isso não colaborou para as articulações atuais necessárias. O documento datado de 2012, cinco anos anterior à chegada do programa IsF na UEL, trazia concepções muito distintas das que se buscavam implementar pelo IsF. Um documento desatualizado, mesmo que não seja intencional, dificulta a visão e a atuação que os centros de línguas devem ter no papel da internacionalização das IES. “A formalização representa a autorização de um certo método, sistema ou processo a nível de política (...) formalizar processos muito cedo ou a um nível muito alto pode limitar os policy makers a um caminho específico ao qual não seja relevante à situação.” (WILLIAMSON, 2015, p. 37)

Os agentes envolvidos no processo de implementação do IsF na UEL, tanto os que representavam a chegada do novo NuLi, como os que já atuavam no laboratório, não estavam preparados para a reforma da internacionalização. Tanto os processos quanto os sistemas precisam permanecer relevantes para o problema em questão. Os processos necessitam estarem vívidos ao objetivo de modo que a mudança de comportamento ocorra (WILLIAMSON, 2015). Não há culpados ou abnóxios. Havia uma implementação ampla e almejada sem uma preparação

documentada burocrática e semanticamente que sustentasse as ações desejadas além de decisores que tinham prazos e exigências que muitas vezes precisavam ser melhor conduzidas também pelo programa externo.

Para finalizar, a análise documental desta seção também demonstra que os documentos revelam um amadurecimento e atenção às demandas de internacionalização de modo temporal. A análise nos permite verificar que documentos mais antigos, como é o caso do regulamento do laboratório, se mostram mais distante das demandas atuais, já o da PROPPG, o mais atual analisado, já se apresenta com termos e ações que se aproximam dos conceitos mais atuais de internacionalização. Tal movimento, inclusive, me parece óbvio e pertinente diante da burocracia, neste caso no sentido positivo do termo abordado por Weber (2016), que é inerente às instituições públicas. Para esse autor, na esfera pública, o princípio jurisdicional é realizado plenamente através da burocracia e, a administração de um cargo público moderno se baseia em documentos escritos, quando um posto cumpre seu propósito dentro da organização, ele tende a continuar existindo e é ocupado por outra pessoa. Por isso, faz-se necessário a atualização e a clareza dos documentos que nortearão as atividades do novo funcionário público para que a máquina estatal gire adequadamente, contudo, tal movimentação, na esfera pública, demanda tempo.

A partir da análise de conteúdo dos documentos da UEL e do IsF revisitados nesta seção, percebe-se que o papel do laboratório de línguas na UEL não se articulava com a perspectiva de internacionalização proposta pelo IsF, pelo menos quando definido a partir dos próprios contextos de influência e de produção (BALL, 2007). Por outro lado, foi apresentado como potencial articulador de ações para a promoção da internacionalização na instituição, quando interpretado por outras instâncias da UEL, como observado em documentos da PROPPG e na articulação com a ARI para a elaboração da Minuta de Política Linguística. Assim, o contexto de prática atribuiu significados ao laboratório de línguas para além daqueles que o próprio laboratório se atribui por meio de seu regulamento interno. Interessante observar o movimento que o contexto de prática teve ao se voltar para o laboratório de línguas da UEL, criando expectativas da comunidade acadêmica que podem impactar positivamente na ampliação do escopo do próprio laboratório. Por isso abordar o papel dos agentes da internacionalização se faz complementar ao objetivo central deste estudo.

As diretrizes do laboratório parecem remeter-se à sua concepção original, a de servir ao departamento, primeiro, e depois à instituição. Dentro de um planejamento institucional como o PDI, que propõe a adoção da internacionalização como eixo transversal das ações de ensino, pesquisa e extensão, tal propósito necessita de atualizações principalmente no que diz respeito à redação do regulamento interno do laboratório. Caso contrário, novos programas com vistas à internacionalização que chegam na instituição ficarão à deriva na universidade, desperdiçando o tempo que deveria ser empreendido em ações de internacionalização, em busca de uma estrutura que já deveria estar consolidada pelo laboratório/centro de línguas. Este por sua vez, deveria desempenhar o papel de democratização do acesso ao ensino de idiomas e estar apto à articulação de novas demandas do campus, como é proposto, por exemplo, no Edital 59/2017 do credenciamento das universidades estaduais e municipais do programa IsF.

Na próxima seção deste capítulo, analisaremos os documentos relacionados à política linguística institucional e como tais documentos colaboram na implementação de programas de internacionalização como o IsF.

4.2 A Ausência de uma Política Linguística na Instituição

Conforme apontado na seção anterior, os dados já analisados mostraram que a discussão de uma política linguística na/da UEL só surgiu em decorrência da exigência do IsF. Também constataremos, a partir da análise de contexto e documental, que tal processo foi o mesmo em muitas outras universidades tanto estaduais como federais. Tal apontamento não tem a intenção de menosprezar ou apontar qualquer tipo de displicência pela universidade. Pelo contrário, o percurso percorrido pelos programas de internacionalização dos quais a universidade participou demonstra, por parte da universidade, uma preocupação em se unir a processos que possibilitariam alunos e servidores a usufruírem das mesmas oportunidades oferecidas a outras comunidades acadêmicas de ensino superior.

Recorrendo ao Edital 59/2017 novamente (BRASIL, 2017b), ratificamos que a Política Linguística institucional era um dos requisitos que as universidades deveriam cumprir para ter sua solicitação de adesão ao IsF aprovada. As IES deveriam enviar um documento existente ou elaborar um documento como solicitado no edital, de acordo com os itens do anexo III, a saber:

5.1.2 Demonstrar por meio de documentos oficiais, a existência de política de ensino de idiomas (política linguística) no âmbito da universidade, indicando como as ações do programa IsF, bem como do Centro de Línguas (se houver) da universidade, são reconhecidas como instrumento de internacionalização no âmbito das atividades institucionais, da promoção da carreira dos servidores (docentes e técnicos administrativos) e da formação dos alunos.

5.1.2.1 A política linguística da universidade deve ser apresentada como documento oficial aprovado nas instâncias superiores da universidade ou como uma minuta, a ser encaminhada como anexo da proposta de credenciamento.

5.1.2.2 A universidade que apresentar uma minuta por estar o documento em elaboração ou discussão deve enviar o documento aprovado ao Núcleo gestor do Programa IsF até um ano após a data do credenciamento da universidade.

(BRASIL, 2017b, p. 25)

A UEL não tinha um documento pronto de política linguística (PL) para o edital em 2017 e estava começando as discussões sobre o um plano de internacionalização na universidade (LIVORATI, 2017). Também verifico que o PDI (2010-2015) que antecede ao PDI (2016-2021) (UEL, 2021b) objeto de análise deste estudo, não aponta nenhuma discussão em direção à política linguística institucional. O PDI (2010-2015) (UEL, 2015) não menciona o termo política linguística no seu texto, e mesmo o termo internacionalização aparece discretamente no documento em três momentos: quando o programa Ciência sem Fronteiras é mencionado, em um outro parágrafo da ARI e na última frase do último parágrafo do texto de dez parágrafos do Núcleo de Estudos da Cultura Japonesa.

Tal ausência de discussões, sejam sobre internacionalização ou política linguística me remete a Ball, em entrevista a Marinardes e Marcondes (2009), quando afirma que algumas políticas desaparecem no decorrer do tempo já outras, levam muito tempo para serem integradas. Algumas vezes, elas são apressadas ou atrasadas. O autor sugere que seja necessário pensar sobre a velocidade das políticas, e neste caso, é necessário ter a dimensão do tempo, bem como do espaço.

A citação acima, reflete a forma com que políticas caminham nas universidades. De certo modo, a universidade não existe por si, ela não é um prédio ou uma organização governamental pronta e incumbida de uma formação pré-determinada por órgãos superiores. A universidade pública, principalmente, se transforma e se adapta a novas formas de educar e de formar um cidadão moderno

constantemente, e a dimensão do tempo mencionada por Ball acima é fundamental para entendermos o percurso que uma política, no caso da UEL, política de internacionalização e, como parte dela, uma política linguística, percorre na universidade neste momento, bem como as implicações deste percurso. Sem mencionar que o percurso nunca é simples, sempre é burocrático (WEBER, 2016) e necessário.

É neste contexto, e considerando este tempo apontado por Ball (MAINARDES; MARCONDES, 2009), que proponho a segunda e última parte da análise dos documentos que nortearam a constituição, a começar por dois documentos enviados ao Núcleo Gestor do programa IsF. Um deles, a Minuta de Política Linguística para UEL, entregue no ato da inscrição para o edital em julho de 2017 e o outro, a Proposta de Política Linguística para à Internacionalização da UEL, entregue um ano depois do deferimento da proposta da UEL para se tornar NuLi IsF-UEL. Esses documentos, juntamente com mais sete documentos comporão o corpus aos quais esta análise será submetida, terão como aporte metodológico a análise de conteúdo de Bardin (2006), levando em consideração a redação adequada dos documentos institucionais (CALVINO, 1990; DILTHEY, 1900; CHIAVENATO, 2000).

A fim de cumprir com um dos objetivos secundários desta tese de analisar a implementação do programa IsF em uma universidade brasileira à luz dos documentos oficiais da IES e do programa IsF, apresento a lista dos documentos elencados para da análise da Política Linguística Institucional da UEL no quadro 33.

Quadro 33 - Documentos para a análise da PL

TÍTULO DO DOCUMENTO	Quantidade de unidades de contexto
Portaria de MEC n. 1466 18/12/2012 que instituiu o IsF	1
Portaria 973 de 15/11/2014 que instituiu o IsF e dá outras providências	2
<i>Edital n. 29/2017 de chamada pública para credenciamento de universidades federais para atuação como Núcleo de Línguas (NuLi-IsF) no âmbito do programa idiomas sem fronteiras (IsF)</i>	4
Edital n. 59/2017 de chamada pública para credenciamento de universidades estaduais e municipais como NuLi IsF	4

Caderno de metas e Ações PDI 2016-2021	0
Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI 2016-2021	0
Plano de Internacionalização da Pesquisa e Pós-graduação – Estratégia 2018-2022 da UEL	0
Minuta de Política Linguística para a UEL	2
Proposta de Política Linguística para Apoio à Internacionalização da UEL	4

Fonte: A própria autora.

Nesta seção, também farei uso da ferramenta de avaliação diagnóstica de política linguística elaborada por Amorim (2020), conforme já explicado no capítulo de metodologia. É importante ressaltar que a referida matriz não compõe a lista de documentos desta análise, mas tem o objetivo de me auxiliar a conduzir uma autoavaliação dos planos/processos de internacionalização da UEL.

A matriz da categoria de Política Linguística de Amorim (2020) é composta por 15 indicadores que propõem delinear o perfil das instituições quanto às categorias propostas pelo autor: Política Linguística, Mobilidade Acadêmica e Internacionalização em Casa. Como recorte para esta tese, vou usar parte da matriz, apenas a que diz respeito à Política Linguística. Os critérios de classificação dessa matriz sugerem níveis de internacionalização para as IES. O primeiro é Internacionalizada, para as universidades que marcarem de 85% a 100% de pontos na matriz; o segundo é Engajada, para as universidades que marcarem de 60% a 84% de pontos na matriz, e o terceiro é Emergente, para as universidades que marcarem menos de 60% de pontos na matriz.

O preenchimento dos itens referentes à Política Linguística da matriz foi o primeiro passo desta análise, conforme registro na figura 17, e ajudará na reflexão a respeito do perfil da UEL à luz da sua política linguística, bem como seu reflexo nos documentos oficiais.

Figura 17 - Avaliação da Política Linguística da UEL

CATEGORIA: POLÍTICA LINGUÍSTICA				
Nº	INDICADORES	SIM	NÃO	NÃO SEI
1	A IES possui uma política linguística institucional aprovada que contempla os três pilares da universidade (ensino, pesquisa e extensão).		✓	
2	O papel das línguas estrangeiras nos três pilares da universidade (ensino, pesquisa e extensão) é bem definido no plano de internacionalização da IES.		✓	
3	A IES adota diferentes línguas para diferentes finalidades (admissão, ensino, instrução, pesquisa e comunicação) e possui diretrizes específicas para cada dimensão de uso das línguas (admissão, ensino, instrução, pesquisa e comunicação) em seu documento de política linguística institucional.		✓	
4	A IES, através de sua política linguística institucional, promove a pluralidade das línguas nos campi da IES.		✓	
5	O(s) teste(s) de proficiência, bem como os scores exigidos para admissão tanto na graduação quanto na pós-graduação da IES, está/estão descrito(s) na política linguística da IES e é/são chancelado(s) pela comunidade acadêmica internacional, dialoga(m) com outros exames internacionalmente conhecidos e tem/têm pontuação padronizada em toda a IES.		✓	
6	A IES possui curso(s) de Letras.	✓		
6.1	A IES possui curso(s) de Letras com licenciatura dupla.		✓	
6.2	A IES possui um curso de Letras com licenciatura única.	✓		
6.3	O departamento de Letras da IES oferta disciplinas eletivas e optativas para outros cursos em línguas estrangeiras.		✓	
7	A IES oferta cursos de línguas estrangeiras a seu quadro de funcionários via Departamento de Desenvolvimento Pessoal (DDP).		✓	
7.1	A IES incentiva seus docentes e técnico-administrativos (por meio de cursos de capacitação e/ou contagem de pontos para progressão, etc.) a participarem de cursos de línguas estrangeiras no NuLi-IsF.		✓	
7.2	A IES incentiva seus docentes e técnico-administrativos (por meio de cursos de capacitação e/ou contagem de pontos para progressão, etc.) a participarem de cursos de línguas estrangeiras no Núcleo/Centro/Curso de Línguas.		✓	
7.3	A IES oferta ações de capacitação de seus gestores e servidores para lidar com documentos estrangeiros em diferentes línguas estrangeiras.		✓	
8	A IES possui um Núcleo/Centro/Curso de Línguas Extracurricular para a comunidade acadêmica.	✓		
8.1	Há oferta de diferentes cursos de línguas estrangeiras no Núcleo de Línguas da IES para a comunidade acadêmica e externa.	✓		
8.2	Há distribuição de bolsas tanto para a comunidade acadêmica quanto para a comunidade externa para estudar línguas estrangeiras no Núcleo/Centro/Curso de Línguas da IES.		✓	
9	A IES é/já foi credenciada ao Programa Idiomas sem Fronteiras (IsF).	✓		
9.1	A IES possui um NuLi-IsF.	✓		
9.2	A IES oferta cursos presenciais e online via IsF em línguas estrangeiras para sua comunidade acadêmica.	✓		
9.3	O NuLi-IsF e o Núcleo de Línguas oferecem cursos de línguas de forma integrada.		✓	
10	A IES incentiva e prepara seus docentes para ofertar disciplinas específicas em nível de graduação e pós-graduação de variadas áreas em línguas estrangeiras periodicamente por meio de cursos de capacitação, progressão funcional, etc.		✓	
11	Há oferta de ações de extensão e pesquisa em línguas estrangeiras periodicamente para toda a comunidade acadêmica.		✓	
12	A IES incentiva seus discentes para participarem de disciplinas específicas em línguas estrangeiras na graduação por meio de horas complementares, disciplinas eletivas/optativas, etc.		✓	
13	A IES incentiva seus discentes para participarem de disciplinas específicas em línguas estrangeiras na pós-graduação por meio de horas complementares, disciplinas eletivas/optativas, etc.		✓	
14	A IES possui um setor responsável por receber e encaminhar documentos em língua estrangeira.		✓	
15	A IES possui servidores capacitados ou serviços para traduzir documentos oficiais em línguas estrangeiras.		✓	

Fonte: Com base em Amorim (2020).

Dos quinze itens propostos na matriz (1 a 15), acrescidos de 11 subitens (6.1, 6.2, 6.3, 7.1, 7.2, 7.3, 8.1, 8.2, 9.1, 9.2 e 9.3), a UEL contempla sete, com destaque para a oferta de cursos de Letras, a presença de um Centro de Línguas na instituição e o fato de ter sido NuLi IsF. Mesmo considerando que a política linguística é apenas uma parte do conjunto de ações para promover a internacionalização das IES brasileiras, apliquei a pontuação proposta por Amorim e, com isso, constatei que a UEL se enquadra no nível Emergente⁴¹. Este resultado reflete uma instituição que se encontra ainda em estágio inicial de internacionalização e que precisa avançar em termos de política linguística institucional.

Dando prosseguimento ao cumprimento dos objetivos propostos para esta tese, inicio a análise de conteúdo (BARDIN, 2006) como lentes para analisar os documentos listados no quadro 33. A seleção dos excertos apresentados representa as unidades de contexto retiradas dos seus respectivos documentos em relação ao tema política linguística. O primeiro documento analisado foi a Portaria MEC nº 1.466, de 18 de dezembro de 2012, que instituiu o programa Inglês sem Fronteiras (BRASIL, 2012b).

Quadro 34 - Portaria MEC nº 1.466 – Institui o Inglês sem Fronteiras (1)

Eixo Basilar 2: Política Linguística	
DOCUMENTO: Portaria MEC n.º 1.466, de 18 de dezembro de 2012 – Institui o Programa Inglês sem Fronteiras	
ANO: 2012	UNIDADES DE CONTEXTO: 1
Página 2	<i>I - promover e incentivar a participação de seus alunos no Programa;</i>
Art. 8º Cabe às instituições de educação superior participantes do programa:	
	<i>II - selecionar potenciais participantes dentre seus alunos, segundo os critérios de elegibilidade do Programa; e</i>
	<i>III - ofertar formação presencial em inglês aos estudantes selecionados pelo Programa, preferencialmente por meio da ampliação da oferta de vagas em centro de línguas da instituição.</i>

Fonte: A própria autora.

⁴¹ Faz-se necessário destacar que a proposta dos indicadores para a matriz, de acordo com o estudo de Amorim (2020), é para avaliar o nível de internacionalização da IES, considerando os resultados da avaliação das três categorias. Eu fiz um recorte e olhei apenas para a categoria da política linguística, uma vez que o foco do meu estudo não está voltado para investigar o processo de internacionalização da UEL como um todo, mas sim o que diz respeito ao papel das línguas para a internacionalização.

A unidade de contexto do quadro 34 apresenta a primeira concepção do programa IsF, ainda como Inglês sem Fronteiras. Ao analisar o documento, me deparei com a ausência de um conceito de política linguística imbricado ao programa. Dentre as atribuições propostas às IES estavam a promoção da participação dos alunos no programa e a oferta de cursos de inglês pelos centros de línguas das instituições. Percebo, a partir deste excerto, e já sabendo o percurso percorrido pelo programa IsF nos seus sete anos de existência vinculado ao governo federal, que a política linguística exigida às IES foi uma necessidade construída durante o percurso. O programa IsF foi criado para sanar uma necessidade pontual do CsF e o que decorreu disso foi uma sucessão de eventos que levaram a discussões e reflexões das IES de todo o Brasil.

No quadro 35, a seguir, já se percebe, embora no último item das atribuições das IES na nova versão do programa IsF, uma tentativa de texto que começa a dar indícios de demanda de promoção de uma política linguística institucional nas IES brasileiras.

Quadro 35 - Portaria MEC nº 973 – Institui o Idiomas sem Fronteiras

Eixo Basilar 2: Política Linguística	
DOCUMENTO: Portaria n.º 973, de 14 de novembro de 2014 – Institui o Programa Idiomas sem Fronteiras e dá outras providências	
ANO: 2014	UNIDADES DE CONTEXTO: 2
Página 3 Art. 11º Cabe às IES participantes do Programa:	<p>I - promover e incentivar a participação de estudantes, professores e corpo técnico-administrativo no Programa;</p> <p>II – disponibilizar à SESu os dados necessários à implementação, ao acompanhamento e à supervisão do programa;</p> <p>III - selecionar os bolsistas que participarão do programa para atender aos critérios estabelecidos pela CAPES ou SESu, por meio de indicações da reitoria, no caso dos coordenadores, e por meio de edital de seleção, no caso dos professores.</p> <p>IV – aplicar testes de nivelamento ou de proficiência aos potenciais participantes de programa acadêmica em articulação com SESu;</p> <p>V - ofertar formação presencial em diferentes idiomas à comunidade acadêmica selecionada entre os potenciais participantes do programa de mobilidade acadêmica, por meio do seu centro núcleo de línguas ou estrutura congênere;</p> <p>VI - divulgar e dar suporte à formação virtual de estudantes oferecida pelo programa;</p>

	<p>VII - disponibilizar sua infraestrutura as ações do programa; e</p> <p>VIII - implementar uma política de ensino de idiomas no âmbito de sua instituição, valorizando as ações do programa.</p>
--	---

Fonte: A própria autora.

Percebe-se que no item VIII das atribuições das IES neste edital, surge pela primeira vez o termo “política de ensino de idiomas” para valorizar as ações do programa. Outra ampliação que também começa a ser construída pelo programa diz respeito ao público-alvo. No documento anterior, a participação no programa era exclusiva dos alunos, “promover e incentivar a participação de seus alunos no Programa”. Já na Portaria n. 1.466, o programa se estende à “participação de estudantes, professores e corpo técnico-administrativo”. O que se constata nos documentos é uma transformação que surge a partir de necessidades advindas da implementação do programa e da racionalidade limitada dos decisores (SIMON, 1976). A capacidade de lidar com problema de uma forma racional é sempre limitada por fatores exógenos e endógenos, como por exemplo a natureza fragmentada e incompleta do conhecimento e da informação (ARAÚJO; RODRIGUES, 2017). Tal transformação vai conseqüentemente, moldando e exigindo demandas de quem está na ponta, gerindo o programa dentro das IES. Há também, muitas vezes, a espera de que os decisores tomarão uma decisão importante a qual conduzirá novos passos para o avanço da política, e não se percebe que decisores em um espaço público, como a universidade, são o coletivo de diferentes vozes, ideologias e identidades (DAVIS; PHYAK, 2015) que devem ser reconhecidas para que se legitime a democratização do Ensino superior, é uma construção dialógica.

O que ocorre, na verdade, é que os decisores do programa em âmbito nacional pareciam ter uma visão macro do programa, que contemplava uma necessidade nacional. As políticas surgem de uma necessidade de determinadas universidades e acabam por trazer conseqüências em outras universidades, como foi o caso dos Centros de Línguas. Para as universidades que não tinham os centros de línguas, o NuLi funcionaria como o primeiro passo para consolidar um, já para as universidades que tinham os centros de línguas, o NuLi era trazido para expandir as ações do setor existente. Em cada realidade, surgiam novas demandas que forçavam os decisores locais a pensar em novas estruturas e, sem dúvida, projetar mudanças na estrutura existente da universidade, o que nem sempre é algo fácil de se fazer,

Para Lindblom (1980), as políticas não surgem de problemas, mas de oportunidades de determinados problemas. A necessidade e a concepção de uma política linguística nas IES fizeram o mesmo percurso dos NuLis, promoveram reflexões, juntou especialistas e novos cenários.

Neste sentido, percebemos, então, que é somente em 2017, cinco anos após a criação do programa IsF que a discussão sobre política linguística surge como etapa importante na consolidação da internacionalização das IES federais, e se nota explicitamente no texto, como verificamos no quadro 36.

Quadro 36 - Edital 29./2017 de chamada pública para credenciamento das universidades federais.

Eixo Basilar 2: Política Linguística	
DOCUMENTO: Edital de chamada pública para credenciamento de universidades federais para atuação como núcleo de línguas (NuLi-IsF) no âmbito do programa Idiomas sem Fronteiras (IsF)	
ANO: 2017	UNIDADES DE CONTEXTO: 2
Página 19 Anexo I	O texto sobre política linguística da universidade poderá incluir, entre outras sugestões discutidas no âmbito da instituição: (Há quinze tópicos que orientam as IES na formulação da sua própria Política Linguística.)
Página 22 Anexo III Regulamento do Programa IsF III.2. Do Programa Idiomas sem Fronteiras	III.2.1. O Programa Idiomas sem Fronteiras (IsF) objetiva propiciar a formação inicial e continuada de professores de língua estrangeira e de professores de idiomas da rede pública de Educação Básica, a capacitação em idiomas estrangeiros de estudantes, professores e corpo técnico-administrativo das instituições de ensino superior (IES), bem como a formação e a capacitação de estrangeiros em língua portuguesa, contribuindo para o desenvolvimento de uma política linguística para o país.
Página 23 III.4.3. Das atribuições do NuLi IsF	III.4.3.1.7. Apoiar e orientar os docentes da universidade que desejarem ofertar suas disciplinas na língua estrangeira em questão, bem como ofertar cursos de acompanhamento em articulação com as aulas ministradas em língua estrangeira, conforme orientações da política linguística da universidade.
Página 30 III.5 Das atribuições das universidades federais	III.5.1.2. Demonstrar, por meio de documentos oficiais, a existência de política de ensino de idiomas (política linguística) no âmbito da universidade, indicando como as ações do Programa IsF, bem como do Centro de Línguas (se houver) da universidade, são reconhecidas como instrumento de internacionalização no âmbito das atividades institucionais, da promoção da carreira dos servidores (docentes e técnicos-administrativos) e da formação dos alunos. III.5.1.2.1. A política linguística da universidade deve ser apresentada como documento oficial aprovado nas instâncias superiores da universidade ou como minuta, a ser encaminhada como anexo da proposta de credenciamento. III.5.1.2.2. A universidade que apresentar uma minuta, por estar o documento em elaboração ou discussão, deve enviar o documento

	<p>aprovado ao Núcleo Gestor do Programa IsF até um ano após a data do credenciamento da universidade.</p> <p>III.5.1.2.3. Podem ser consideradas para a política linguística da universidade as ações elencadas no Anexo I da Chamada Pública para credenciamento 2017-2020.</p>
--	---

Fonte: A própria autora.

O texto se repete, no mesmo ano, no Edital 59/2017 de credenciamento das IES estaduais e municipais, como verifica-se no quadro 37.

Quadro 37 - Edital 59./2017 de chamada pública para credenciamento das universidades estaduais e municipais.

Eixo Basilar 2: Política Linguística	
DOCUMENTO: Edital de chamada pública para credenciamento de universidades estaduais e municipais para atuação como Núcleo de Línguas (NuLi-IsF) no âmbito do programa Idiomas sem Fronteiras (IsF)	
ANO: 2017	UNIDADES DE CONTEXTO: 2
Página 14 Anexo I	O texto sobre política linguística da universidade poderá incluir, entre outras sugestões discutidas no âmbito da instituição: (Há quinze tópicos que orientam as IES na formulação da sua própria Política Linguística.)
Página 17 Anexo III Regulamento do Programa IsF III.2. Do Programa Idiomas sem Fronteiras	III.2.1. O Programa Idiomas sem Fronteiras (IsF) objetiva propiciar a formação inicial e continuada de professores de língua estrangeira e de professores de idiomas da rede pública de Educação Básica, a capacitação em idiomas estrangeiros de estudantes, professores e corpo técnico-administrativo das instituições de ensino superior (IES), bem como a formação e a capacitação de estrangeiros em língua portuguesa, contribuindo para o desenvolvimento de uma política linguística para o país.
Página 21 III.4.3. Das atribuições do NuLi IsF	III.4.3.1.7. Apoiar e orientar os docentes da universidade que desejarem ofertar suas disciplinas na língua estrangeira em questão, bem como ofertar cursos de acompanhamento em articulação com as aulas ministradas em língua estrangeira, conforme orientações da política linguística da universidade.
Página 25 III.5 Das atribuições das universidades federais	<p>III.5.1.2. Demonstrar, por meio de documentos oficiais, a existência de política de ensino de idiomas (política linguística) no âmbito da universidade, indicando como as ações do Programa IsF, bem como do Centro de Línguas (se houver) da universidade, são reconhecidas como instrumento de internacionalização no âmbito das atividades institucionais, da promoção da carreira dos servidores (docentes e técnicos-administrativos) e da formação dos alunos.</p> <p>III.5.1.2.1. A política linguística da universidade deve ser apresentada como documento oficial aprovado nas instâncias superiores da universidade ou como minuta, a ser encaminhada como anexo da proposta de credenciamento.</p> <p>III.5.1.2.2. A universidade que apresentar uma minuta, por estar o documento em elaboração ou discussão, deve enviar o documento</p>

	<p>aprovado ao Núcleo Gestor do Programa IsF até um ano após a data do credenciamento da universidade.</p> <p>III.5.1.2.3. Podem ser consideradas para a política linguística da universidade as ações elencadas no Anexo I da Chamada Pública para credenciamento 2017-2020.</p>
--	---

Fonte: A própria autora.

O movimento que se percebe de consolidação da ideia e da necessidade de uma política linguística segue um movimento não linear como defendido por Davis e Phyak (2015) oriundos de políticas de prática e língua engajadas. O próprio programa IsF não solicitou o documento de Política Linguística institucional no ato do credenciamento, mas sinalizou que ele deveria ser entregue após um ano de programa. Esse prazo reflete dois pontos por parte do programa, o primeiro é que os gestores tinham a ciência de que um documento dessa natureza não era comumente encontrado no acervo de documentos das IES, já que o próprio programa menciona o termo política linguística somente em 2017 em seus documentos e, segundo, sem uma política linguística definida previamente pelos decisores institucionais, a internacionalização não se sustentaria na instituição (ABRE-E-LIMA, et al., 2017).

Tal demanda propõe um engajamento inerente de instituições que prezam pelo diálogo e sustentam no pensamento crítico para condução de suas análises e soluções de problemas diante de demandas. No quadro 38, verificamos por parte dos decisores da UEL, a percepção de que a elaboração de uma política linguística decorre de uma demanda atual, da que a universidade quer fazer parte. Todavia, a sua elaboração deve ser proveniente de uma liderança clara e consistente que venha das instâncias superiores da universidade (HUDZIK, 2011). Como verificamos no quadro 38 a seguir, a minuta propõe uma discussão entre quatro instâncias da universidade, os dois programas de internacionalização à época, o Laboratório de Línguas e a Assessoria de Relações Internacionais.

Quadro 38 - Minuta de Política Linguística para a UEL

Eixo Basilar 2: Política Linguística	
DOCUMENTO: Minuta de Política Linguística para a UEL	
ANO: 2017	UNIDADES DE CONTEXTO: 2

<p>Introdução</p>	<p>Questões linguísticas têm sido tradicionalmente invisibilizadas na formulação de documentos orientadores das práticas universitárias e, no caso da UEL, isto não tem sido diferente.</p> <p>Tem-se como tácito o entendimento de que a língua portuguesa é a língua oficial da instituição, com todos os textos nela produzidos devendo ser redigidos na língua oficial do Brasil, embora admitindo-se também versões em outras línguas, sempre acompanhadas de traduções para o Português Brasileiro.</p> <p>No campo acadêmico, contudo, a produção tem se mostrado variada, especialmente quando se trata de publicações no Exterior ou revistas que demandam a escrita em outras línguas.</p> <p>Com as demandas pela internacionalização universitária, nos últimos anos tem se intensificado o questionamento de práticas habituais e tem sido cobrada uma política linguística que reflita o momento atual.</p> <p>Deste modo, este documento busca, em um primeiro momento, contextualizar as práticas atuais que representam um esboço para uma política linguística afinada com os objetivos estratégicos institucionais da UEL voltados para a internacionalização. Posteriormente, apresenta proposta e ações que direcionam rumo à internacionalização da instituição.</p> <p>Importante destacar que a proposta não é de um documento global para uma política linguística geral, mas sim uma proposta inicial com propósitos de alavancar a internacionalização da UEL.</p>
<p>2 Política Linguística para Internacionalização</p>	<p>A coordenação do IsF em consonância com a Coordenação do Paraná fala Inglês (PFI – UEL), do Laboratório de Línguas e da Assessoria de Relações Internacionais vêm trabalhando na condução de ações que promovam uma discussão acerca de uma política linguística para a internacionalização da universidade como resposta acadêmica do ensino superior aos novos desafios da ciência, da tecnologia e da educação resultantes da globalização. Discussões estão sendo feitas, instâncias estão sendo envolvidas e cada vez mais a comunidade acadêmica recebe e valoriza ações que ampliam a atuação da universidade ao mesmo tempo que abrimos espaço para atuações de outras comunidades acadêmicas. Diante de uma política de internacionalização da UEL, destacam-se as demandas:</p>

Fonte: A própria autora.

O texto introdutório proposto pela minuta reflete o cenário das universidades brasileiras com relação à política linguística. Nele, afirmam-se que as questões linguísticas têm sido invisibilizadas na formulação de documentos, não somente na UEL, mas em muitas outras instituições de ensino superior. Essa afirmação vai ao encontro da solicitação do documento de política linguística pelo NG a todas as universidades credenciadas no programa IsF em 2017. Os documentos revelam que era um movimento novo, que vinha de uma demanda nacional organizada por uma comunidade de especialistas cientes de que a ausência de uma discussão a respeito do papel das línguas no ensino superior corroboraria para a estagnação de um processo de internacionalização institucional e, por isso, a proposição de uma política linguística era fundamental, uma vez que a comunicação é elemento indispensável nesse processo. Era no sentido de dar uma resposta a uma

demanda acadêmica que essa discussão toma forma e conteúdo nessa primeira minuta enviada ao programa IsF como um reconhecimento de que essa discussão era necessária na UEL.

No decorrer desse documento, apresenta-se uma contextualização da UEL a qual há fortes indícios com o comprometimento do ensino de línguas estrangeiras por diversas instâncias. Os programa de internacionalização (IsF e PFI), o laboratório de línguas, o Núcleo de estudos de cultura Japonesa, a oferta da disciplina de Libras, a oferta de disciplinas eletivas e optativas em língua estrangeiras (inglês, espanhol, italiano, francês e português para estrangeiros), a adesão dos exames internacionais como TOEFL ITP e Celpe-Bras⁴² e o programa de Viagens Acadêmicas Internacionais que atende alunos dos cursos de Secretariado Executivo, Letras e Administração refletem um engajamento institucional que alavanca um perfil que promove a internacionalização institucional. Tal perfil vai ao encontro das premissas básicas no discurso à internacionalização que promove o multiculturalismo por meio da interação constante de pessoas (ARAÚJO; RODRIGUES, 2017) e de uma internacionalização que seja simétrica proporcionando conhecimento e práticas culturais tanto sentido Norte-Sul, quanto Sul-Sul (ABREU-E-LIMA et al., 2017; DAVIS; PHYAK, 2015). No entanto, essas ações ainda não perpassavam transversalmente no campus por meio de seus documentos institucionais. Tanto a minuta como o documento de proposta de Política Linguística para apoio à Internacionalização eram processos em direção a uma discussão mais ampla para a universidade que, como vemos nos documentos, buscava cumprir as solicitações das demandas atuais das IES brasileiras.

Já na proposta de PL enviada pela UEL ao programa IsF em 2018, percebemos que o prazo de um ano não foi o suficiente para construir um documento finalizado que consolidasse a política linguística institucional transversal como se entende no PDI. O documento se pauta muito mais no Plano de Internacionalização proposto pelo PDI e pela PROPPG do que em um documento propriamente dito de política linguística institucional como se constata na contextualização do quadro 39.

⁴² O Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros (Celpe-Bras) é conferido aos estrangeiros com desempenho satisfatório em teste padronizado de português, desenvolvido pelo Ministério da Educação. O exame é aplicado no Brasil e em outros países com o apoio do Ministério das Relações Exteriores (BRASL, 2021). <http://portal.mec.gov.br/celpe-bras>

Quadro 39 - Proposta de Política Linguística para apoio à Internacionalização - Contextualização

Eixo Basilar 2: Política Linguística	
DOCUMENTO: Proposta de Política Linguística para apoio à Internacionalização da UEL	
ANO: 2018	UNIDADES DE CONTEXTO: 2
Página 3: Contextualização	Além disto, também conta com Metas no Plano de Internacionalização da pesquisa e Pós-Graduação, com envolvimento direto da Política Linguística para a Internacionalização que foram aprovadas nas instâncias acadêmicas pertinentes da Universidade, porém envolvem a necessidade de disponibilidade orçamentária e não se vinculam à contrapartida financeira automática:
Página 4: Proposição de Política Linguística voltada à Internacionalização	<p>Entendemos que com a proposição de uma política linguística voltada à internacionalização, a UEL reforçará o compromisso com o plurilinguismo, ao encorajar a oferta de diferentes línguas estrangeiras, ressaltando a importância da consolidação da internacionalização não somente por meio da mobilidade no exterior, mas também, e principalmente, da internacionalização em casa.</p> <p>Assim com a adesão ao IsF exigiu a oferta de cursos de português para estrangeiros, o que na UEL já ocorre desde 2005, ela também demandou a formalização de uma política linguística para a internacionalização, cujo prazo de proposição expira em 31/08/2018. Embora a UEL tenha recentemente aprovado documento relativo à política de internacionalização no qual foram contemplados objetivos pertinentes à política linguística, de fato faz-se necessária uma formalização institucional específica que traga maior detalhamento dos problemas e ações de internacionalização de cunho linguístico.</p> <p>Para desenvolvimento e implementação de sua política linguística, a UEL contará com a criação de um Grupo de Trabalho, em caráter consultivo-deliberativo, com a finalidade de propor o Plano de Ação e acompanhar a implementação das ações relativas à Política Linguística para a Internacionalização na UEL.</p>

Fonte: A própria autora.

Na parte da Proposição do documento, verifica-se que o processo da política linguística, embora recente na sua elaboração, conta com a proposição de um documento que passe por um grupo de trabalho composto por um representante do Laboratório de Línguas, do departamento de Letras Estrangeiras Modernas, dos programas linguísticos-culturais, da comissão de apoio à internacionalização e do assessor de relações internacionais. Esse movimento, verificado no quadro 39, revela a preocupação dos decisores neste processo em observar os efeitos que podem advir dessa tomada de decisão. As línguas de internacionalização trazem efeitos de poder e de conhecimento assim como bens culturais que afetam o equilíbrio entre parceiros, incidindo em uma internacionalização mais ativa ou passiva (LIMA; MARANHÃO, 2009)

Assim, no último e mais recente documento promulgado pela UEL à respeito da internacionalização, percebemos, no quadro 40, uma universidade engajada em um política linguística pautada no comprometimento com as demandas da internacionalização, na valorização das relações interculturais e da diversidade linguística, na democratização ao acesso ao aprendizado das línguas não somente de estudantes mas também da comunidade universitária e por fim e não menos importante no fortalecimento do português como língua científica e de trocas culturais.

Quadro 40 - Proposta de Política Linguística para apoio à Internacionalização - das Disposições Preliminares

Eixo Basilar 2: Política Linguística	
DOCUMENTO: Proposta de Política Linguística para apoio à Internacionalização	
ANO: 2018	UNIDADES DE CONTEXTO: 1
Página 4 DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES	<p>I – comprometimento com uma visão de internacionalização como um processo abrangente e transversal, pautado pelos valores de liberdade, equidade e justiça social.</p> <p>II - valorização das relações interculturais e de inclusão social, tomando como referência a formação integral, o respeito à diversidade e especificidades dos diferentes campos de saberes.</p> <p>III - multiplicidade de canais de comunicação, com a diversificação dos cenários de aprendizagem a partir das vivências acadêmicas, culturais e cotidianas das pessoas, de forma presencial ou virtual.</p> <p>IV – respeito à diversidade linguística e cultural, com a valorização de processos formais ou informais que contribuam para a aprendizagem de línguas e para a interação com outras culturas.</p> <p>V – democratização do acesso à aprendizagem de línguas estrangeiras a fim de possibilitar amplo acesso às oportunidades de mobilidade internacional.</p> <p>VI – fortalecimento das capacidades de comunicação científico-cultural da comunidade universitária para divulgação ampliada dos conhecimentos científicos e tecnológicos, bem como para incremento das interações culturais decorrentes dos processos de intercâmbio internacional.</p> <p>VII – fortalecimento do Português como língua de comunicação científica e de trocas culturais.</p>

Fonte: A própria autora.

Embora as discussões sobre a política linguística ainda não tenham atingido todas as instâncias da universidade como propõe as ações de internacionalização no PDI, percebemos que o documento apresentado até então revela um construto coletivo a partir do que essa comunidade acadêmica entende em termos de internacionalização, respeitando seu contexto inserido (ABRE-E-LIMA, et al., 2017). Isso favorece tanto para o que Chagas (2021) como para Cross, Mhlanga e Ojo (2013), afirmam sobre implementação de políticas: elas devem abarcar as

diversidades de sua comunidade acadêmica e estarem em harmonia com a política institucional de modo que os incrementos internacionais permaneçam disponíveis na pesquisa, no ensino e na aprendizagem e na vida no campus.

Na parte final da PL, no quadro 41, no que concerne aos objetivos percebe-se o mesmo engajamento proposto nas disposições preliminares.

Quadro 41 - Proposta de Política Linguística para apoio à Internacionalização - Objetivos

Eixo Basilar 2: Política Linguística	
DOCUMENTO: Proposta de Política Linguística para apoio à Internacionalização	
ANO: 2018	UNIDADES DE CONTEXTO: 1
Página 4 DOS OBJETIVOS DA PL PARA INTERNACIONALIZAÇÃO	<p>I – Promover a oferta de cursos, eventos e oficinas em línguas estrangeiras para a comunidade interna da UEL;</p> <p>II – Apoiar a participação da UEL nos programas de ensino de línguas estrangeiras financiados por agências externas;</p> <p>III – Interagir com as instâncias responsáveis para valoração dos conhecimentos em línguas estrangeiras por membros da comunidade universitária;</p> <p>IV - Incentivar a oferta de disciplinas em línguas estrangeiras em cursos de graduação e pós-graduação com a atenção à oferta simultânea ou subsequente em Português;</p> <p>V – Incentivar a promoção de eventos que permitam a apresentação de trabalhos em línguas estrangeiras;</p> <p>VI- Propor o aceite de outros idiomas em Trabalhos de Conclusão de Cursos, Monografias, Dissertações e Teses;</p> <p>VII – Consolidar a UEL como Centro Aplicador do Exame Celpe-Bras e fortalecer o ensino de Português para Falantes de Outras Línguas;</p> <p>VIII- Apoiar iniciativas que promovam e valorizem a diversidade linguística e cultural da comunidade universitária;</p> <p>IX – Fortalecer as unidades internas responsáveis pelo ensino-aprendizagem de línguas para ampliação das oportunidades de acesso a línguas estrangeiras</p> <p>X – contribuir para promover a internacionalização do currículo dos cursos de graduação e de pós-graduação;</p>

Fonte: A própria autora.

Dentre os objetivos apresentados, destacam-se o fortalecimento das unidades internas responsáveis pelo ensino-aprendizagem de línguas buscando uma ampliação das oportunidades de acesso a línguas estrangeiras. Parece-me que este objetivo oferece o elo de ligação entre o processo de internacionalização e o novo papel que poderia ser desempenhado pelo Laboratório de Línguas da UEL, já detectado como uma das etapas fundamentais para a implementação e gestão de um programa de internacionalização como o IsF nesta tese. Após todo o trajeto de análise documental proposto por esta tese, o documento de proposta linguística seria o ponto de início para as mudanças institucionais necessárias a fim de que o processo de internacionalização tomasse forma e novos espaços dentro da universidade.

Na seção do objetivos do quadro 41, vemos os sintagmas verbais muito próximos aos escolhidos pelo Edital 59/2017 e que foram pontuados na seção referente ao Laboratório de Línguas. A proposta de PL enviada ao NG “promove a oferta de cursos”, “apoia a participação em programas”, “interage em prol da valorização de conhecimentos de língua estrangeira”, “incentiva a promoção de eventos”, “contribui para promover a internacionalização”, dentre outros aspectos apresentados no objetivo. É ainda um documento inacabado, mas que revela aspectos relevantes de uma instituição que busca a expansão do ensino, da pesquisa e da extensão.

Os próximos documentos propostos analisados foram O Caderno de Metas e Ações PDI 2016-2021, o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI 2016-2021 e o Plano de Internacionalização da Pesquisa e Pós-graduação – Estratégia 2018-2022 da UEL. Optei por trazer esses três documentos juntos uma vez que nenhum deles apresentam-se fragmentos relevantes ao termo política linguística. Nos três documentos citados, não há discussões ou menções sobre uma política linguística institucional. Essa ausência da política linguística não me parece ser negativa, ela constata o percurso que a demanda de um novo documento deveria percorrer. O termo internacionalização, já mais utilizado nos documentos da instituição, aparece timidamente do PDI anterior (UEL, 2015) e com mais força no PDI atual (UEL, 2021b) como pudemos constatar na análise do próprio documento. O tempo foi um importante fator para que as novas tendências pertinentes às IES pudessem ser formalizadas por meio de documentos institucionais. Reforço mais uma vez o aspecto do tempo apresentado por Ball em entrevista a Mainardes e Marcondes (2009), quando Ball aponta o tempo como coadjuvante determinante no processo das políticas. É por meio do tempo que políticas são apressadas ou atrasadas, mas

sempre é preciso pensar sobre a velocidade das políticas, é necessário ter a dimensão do tempo e do espaço. Com a política linguística não seria diferente, se, por exemplo, o programa não tivesse sido abrupto e irresponsavelmente eliminado do orçamento pelo governo federal talvez o percurso da elaboração das políticas linguísticas institucionais teriam seguido seu curso. Ou ainda, se elaboração e discussão de uma política linguística fosse parte das metas e ações de pelo menos um dos cinco eixos do Plano de Desenvolvimento Institucional da universidade.

O planejamento juntamente com investimento tornam-se elementos propulsores para a consolidação de demandas institucionais em esfera pública. A ausência do investimento inviabiliza o engajamento em políticas, principalmente em países emergentes (Lindblom, 1980), como é o caso do Brasil. Contudo, faz-se importante apontar que, a partir da análise documental aqui proposta e, partindo do pressuposto que instituições democráticas discutem novas propostas e demandas cuidadosamente e burocraticamente, uma proposta linguística no tempo proposto pelo programa IsF exigiria mais do que um ano de tempo de estudo.

A exigência do documento pelo programa IsF deveria ter sido feita em etapas e com um acompanhamento mais próximo do Núcleo Gestor, não que o NG não estivesse fornecendo a atenção necessária, mas a exigência de um documento é um registro de uma tomada de decisão institucional que afeta a instituição como um todo. Uma política institucional não pode ser tratada como um objeto ou um produto, mas algo que está em processo, em andamento (BALL, 2017). Ela deveria perpassar por todas as instâncias de modo que houvesse um engajamento e uma conscientização de como essa política linguística deveria ser implementada da universidade. Por outro lado, como essa necessidade estava clara por parte do programa de internacionalização, tal demanda ainda não era vista com a mesma clareza pela instituição. Fato este também já suscitado por Ball (2017) quando afirma que no contexto de prática, as políticas são mediadas, apresentam resistência, são mal compreendidas e em alguns casos se mostram até ineficientes (BALL, 2017, SOWEL, 2016).

Os programas de internacionalização que atuavam na universidade eram novos e com a diminuição decorrente do corte de verbas do programa IsF, o movimento que se fazia em direção à internacionalização do Ensino superior foi grandemente afetado. Sem contar com a pandemia mundial do COVID 19 que atingiu todas as instituições no ano seguinte, alterando totalmente o foco institucional naquele

momento. Forças foram unidas em prol do atendimento da urgência referente às questões mais pertinentes ao problema sanitário grave que mudou a vida de milhares de brasileiros, naquele momento, mais do que justo, questões sobre política linguística foram adiadas.

Nesta seção da análise, podemos perceber que a exigência de uma política linguística das IES por parte de programa IsF não era uma exigência pronta e definida. Pelo contrário, ela foi construída a partir das necessidades do próprio programa e das necessidades que sobrevinham das ações de internacionalização de cada IES. Ao analisar o histórico-documental da política linguística por meio da análise de conteúdo, verifico que era a exigência do programa nos levava a pensar que este documento era inerente às instituições de Ensino superior. O que observo pela análise agora constituída é que o documento não era inerente, mas sim necessário decorrente das demandas de internacionalização. A PL se revela ter sido um registro burocrático e necessário das instituições públicas (WEBER, 2016) para que a demanda da internacionalização desempenhasse suas ações respeitando as práticas culturais, linguísticas e específicas de cada instituição (ABREU-E-LIMA et al., 2017; DAVIS; PHYAK, 2015; CHAGAS, 2020; CALVET; 2015; HUDZIK, 2011), contudo, para que tal movimento transcorresse, ela precisava, primeiramente ser estudada, discutida, analisada e promulgada (BALL, 2016; SOUZA, 2003) pelos decisores de modo a perpassar os eixos transversais da universidade. Isso exigia tempo.

Na última seção do capítulo da análise de dados, trago uma discussão a respeito de dois grupos de agentes da internacionalização. Os agentes da internacionalização são compostos por um time amplo que gestores, professores, decisores, coordenadores, estudantes, técnicos-administrativos e outros cargos mais dentro da instituição. Para esta tese, traremos um recorte deste grupo e agentes, na próxima seção, se referem aos estudantes que usufruíram de ações do programa e a equipe IsF-UEL de professores e coordenadores envolvidos nas ações de divulgação do programa. A internacionalização não faz parte de toda a comunidade acadêmica (KNIGHT, 2003), mas deve estar presente transversalmente em propostas de ensino, pesquisa e extensão para que aqueles interessados neste processo possam encontrar os caminhos que os levem à concretização e direção do processo, por isso, a divulgação se torna um elemento importante na consolidação de um programa em uma IES. Questões relacionadas a quem compunha os participantes do programa, quais cursos/departamentos/centros estavam engajados a essas ações, assim como

a definição de estratégias para levar as ações aos que buscavam a internacionalização serão abordadas a seguir.

4.3 Os Agentes da Internacionalização

Na última seção da análise dos dados desta tese, proponho uma divisão em duas subseções para analisar dois grupos que compõem os agentes da internacionalização. O primeiro grupo se refere ao perfil dos participantes do IsF, o segundo grupo se refere à divulgação proposta pela equipe do IsF. Analiso como este segundo grupo de agentes se aproximava da comunidade acadêmica da UEL a partir da análise da divulgação do programa na UEL que impactava nas inscrições que este NuLi recebeu durante seus 20 meses de atuação. A concepção que apresento de agentes de internacionalização para esta tese é a de Hudzik (2011) e Davis e Phyak (2015) que concebem como agentes todo o sujeito envolvido no processo de internacionalização de uma IES, moldando os valores institucionais e que seja abraçada pela liderança institucional, governança, centros de estudos, estudantes e todo o serviço acadêmico e unidades apoiadoras a partir do conceito de política engajada. É indispensável institucionalmente, e não uma possibilidade desejável” (HUDZIK, 2011, p.6) Nesta concepção, reconhece-se estudantes, professores e comunidade acadêmica como parte de um processo não linear e diversificado. Contudo, no recorte para a seção a seguir, muitas vezes, atribuirei o termo alunos, tendo em vista que os alunos do IsF eram compostos por docentes, discentes e corpo técnico administrativo da universidade em questão.

4.3.1 Perfil dos alunos

Para estabelecer o recorte desses agentes, nesta parte da análise, analisaremos os estudantes que se submeteram ao exame TOEFL ITP pela universidade pelo menos duas vezes através do IsF-UEL e cruzamos esses dados com as planilhas dos cursos presenciais do IsF na UEL. Esses agentes poderiam ser estudantes, professores ou técnico-administrativo da UEL.

A partir da divisão dos dados apresentada da Figura 13 no capítulo de metodologia desta tese, registro que me utilizei das planilhas e diários de classe para compor este perfil dos agentes da internacionalização na UEL. Para este recorte foram

analisadas quatorze planilhas de oferta de cursos, oito planilhas de aplicação de TOEFL ITP, cinco planilhas de carga de dados e dos 122 diários de classe do NuLi-IsF UEL que compuseram o universo de 177 participantes do programa vinculados à UEL.

Essa amostra é relevante porque contempla somente os participantes que retornaram ao programa IsF para prestar seu exame de TOEFL ITP pelo menos duas vezes. Quando o aluno se submete ao teste mais de uma vez em um curto período de tempo significa que ele tem em mente um objetivo veiculado ao resultado do exame. Este objetivo, muitas vezes se concretiza na participação de um edital que exige uma determinada pontuação para sua inscrição. Logo, esse aluno pode estar diretamente envolvido em um processo de internacionalização na universidade.

Um outro ponto importante desta parte da análise é a possibilidade de delinear um perfil do aluno que buscava a internacionalização no ensino superior, além de medir sua evolução ou não no programa de acordo com o QECR concomitante à aplicação do exame internacional TOEFL ITP na universidade.

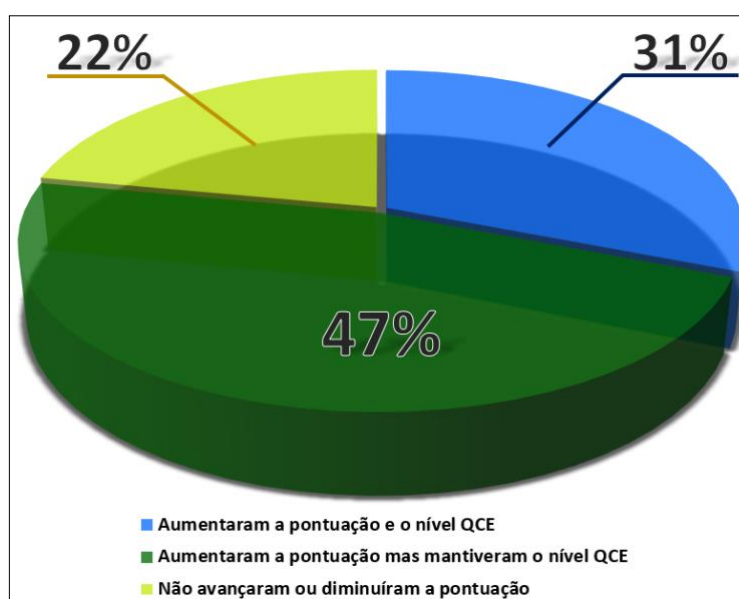
Como uma das motivações deste estudo tem suas origens nas falhas detectadas na implementação do IsF na UEL, delinear um perfil do estudante que procurava o programa poderia ser um fator importante nas tomadas de decisões do NuLi UEL. Mesmo com toda a divulgação feita pelas mídias, no final das 12 ofertas de 2017 a 2019, o IsF da UEL conseguiu proporcionar a conclusão de cursos de internacionalização para somente 431 alunos da sua comunidade acadêmica. Este número, constatado nos 20 meses de atuação do NuLi UEL, está abaixo da capacidade mensal que o programa IsF poderia atender 450 alunos. Isso nos fez repensar nossas ações e partir para uma investigação a fim de compreender as razões pelas quais o programa não preenchia suas vagas e também, trabalhar em um perfil de alunos para este tipo de política que visa à internacionalização do ES. Saber o perfil do aluno, com relação ao centro de estudos da universidade, curso e nível acadêmico era primordial para as ações do programa a fim de cumprir com seus objetivos não somente como programa de fomento à internacionalização, mas também como uma ação de internacionalização no campus.

4.3.1.1 O Perfil e a Performance Linguística dos Alunos no TOEFL ITP

Após a análise das planilhas de aplicação de TOEFL ITP, os números revelam um montante de 1.945 aplicações de testes, sendo que deste número, 177 alunos fizeram o exame pelos menos duas vezes. É importante dizer que há um fator relevante que se configura como limitador da pesquisa: o número de testes TOEFL ITP disponibilizados a partir de 2017 foi menor que o número disponibilizado antes deste período. Por outro lado, o número 177 ainda é relevante nesta análise porque se aproxima de uma amostra de 10% do total de testes corrigidos. Com relação à internacionalização, para Knight (1994), 10% representam a porcentagem que muitas instituições educacionais almejam ter de estudantes participando em algum tipo de programa no exterior ou de alguma experiência intercultural no Canadá. 10% também é a porcentagem pretendida por programas como ERASMUS em países da Europa. Ainda com relação ao Canadá, a porcentagem de alunos envolvidos em algum tipo programa no exterior é de 2,7%. O número de 177 desta pesquisa se aproxima da porcentagem apresentada por Knight (1994) quando nos referimos aos alunos da pós-graduação, parcela de alunos que aparecerá nos nossos dados como os mais envolvidos em ações de internacionalização na UEL.

Ao buscar uma análise comparativa desses candidatos que fizeram o teste TOEFL ITP pelo menos duas vezes, analisei as pontuações dos testes aplicados e cheguei à informação apresentada no gráfico 2, a seguir.

Gráfico 2 - Porcentagem dos alunos que fizeram o TOEFL ITP duas vezes

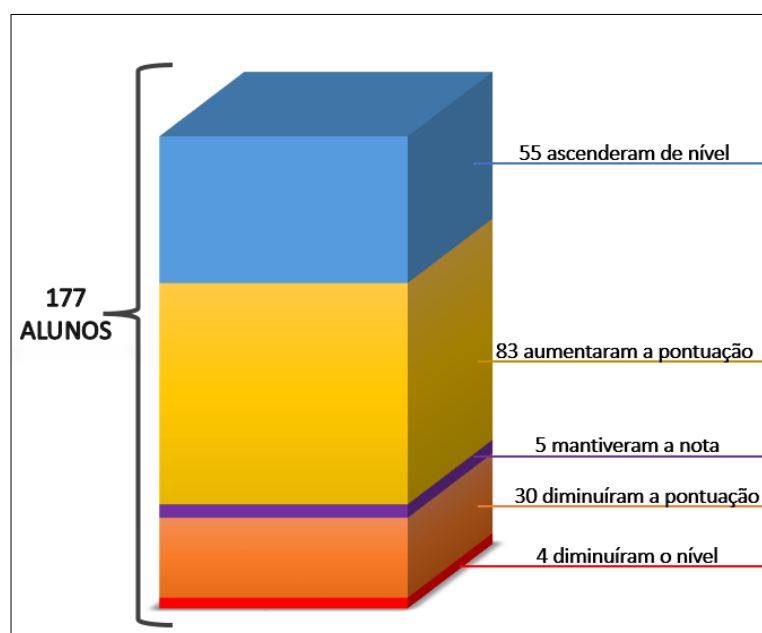


Fonte: A própria autora.

Do grupo de alunos que fizeram o TOEFL ITP duas vezes, cerca de 1/3 (31%) deles aumentou seu nível linguístico durante o período de análise e 47% desses alunos aumentaram sua pontuação, isto é, ambos os grupos estavam em um processo de ascensão linguística. Por outro lado, a minoria, 22% dos alunos investigados, diminuíram sua pontuação. Esses dados nos revelam que aplicação do exame por si mostra um aumento positivo na nota dos alunos que buscavam no exame TOEFL ITP, a régua escolhida para medirem sua performance linguística do inglês, segundo o Quadro Europeu Comum de Referência para Línguas (QECR).

No gráfico 3, a seguir, vemos uma divisão mais significativa dos candidatos que melhoraram seu score e estavam em processo de ascensão na língua inglesa com base no QECR.

Gráfico 3 - O Programa IsF na Ascensão do Nível QECR



Fonte: A própria autora.

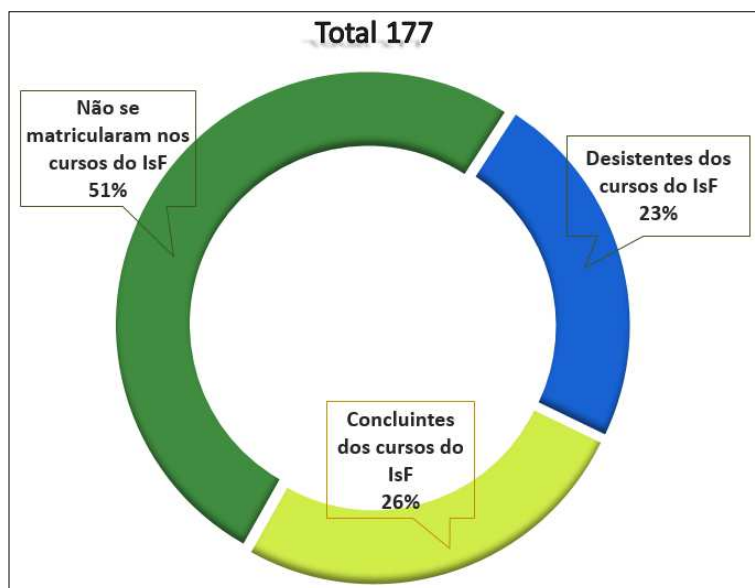
O gráfico 3 constata que a maioria dos alunos analisados, obteve uma melhora ou de nota ou de nível durante o período de aplicação de TOEFL ITP no IsF da UEL. Assim, nos faltava verificar a relação entre o aumento de nível QECR ou melhora da nota no teste quando comparados à frequência e conclusão nos cursos do IsF ofertados pela UEL.

Esses dados isolados trazem um aspecto positivo do programa IsF, o aumento da pontuação a partir da aplicação dos testes. Havia uma notável melhora

na pontuação dos candidatos que se submeteram ao teste internacional, mas esta parte do programa não havia relação quanto ao ensino de inglês, somente com a certificação do idioma. Havia necessidade de investigar qual era a relação entre esse aumento de pontuação e os cursos de internacionalização propostos pelo IsF da UEL, ainda, se esses 138 alunos que estavam em um processo de ascensão linguística, estavam usufruindo do programa IsF e, mais especificamente, se participavam do processo de internacionalização proposto pelo programa pelos cursos presenciais.

O gráfico 4 tem como objetivo apresentar esta relação: o aumento do QECR e a participação nos cursos do IsF. Esses dados foram viabilizados a partir da análise dos 122 diários de classe dos professores do programa. Como podemos verificar no gráfico 4, dos 177 alunos investigados nesta pesquisa, 23% deles se matricularam em algum curso do IsF, mas não o concluíram, deste modo, não se atribui mérito de aumento de nota aos cursos do IsF. Já, 26% desses alunos foram concluintes de cursos do IsF, e 51% dos alunos que fizeram TOEFL ITP na UEL não se inscreveram no programa, ou seja, seu plano de internacionalização acadêmica não tinha como pressuposto uma preparação por meio dos cursos do Idiomas sem Fronteiras na UEL.

Gráfico 4 - Aplicação do TOEFL ITP: relação com cursos presenciais -IsF



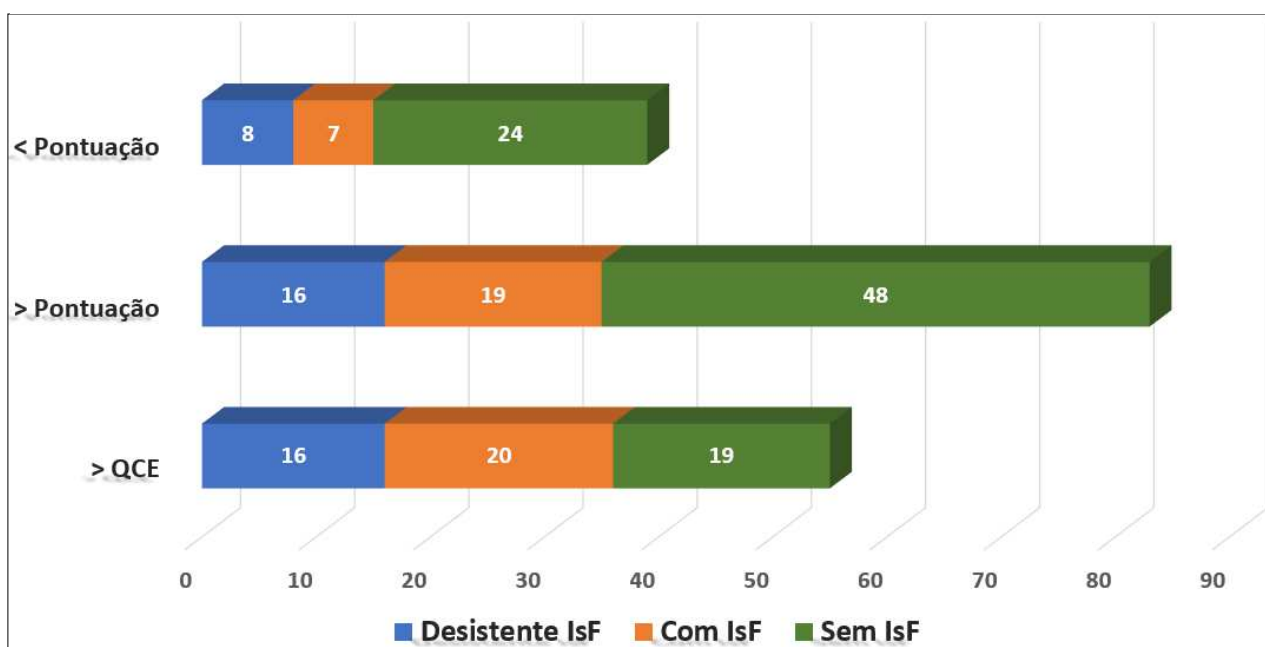
Fonte: A própria autora.

Os dados do gráfico 4 revelam que havia um interesse da comunidade acadêmica pelos testes, mas este interesse ainda não se convertia à busca por cursos de internacionalização através do IsF como forma de aprimorar o idioma ou se

preparar para a prova. Podemos observar, que a junção do grupo de concluintes com o grupo de desistentes poderia demonstrar um equilíbrio no dados, mas seria importante investigar a razão da desistência desse ¼ de alunos que procuravam o programa, mas não concluíam seu curso.

O próximo passo desta análise é verificar a relação de cada um dos três grupos do gráfico 4 referentes os alunos que desistiram, concluíram ou não se matricularam no IsF: a) ou com o aumento de nível QECR no teste; b) ou com o aumento da pontuação, somente; c) ou o não aumento da nota e ou declínio da pontuação.

Gráfico 5 - Performance dos estudantes no TOEFL ITP



Fonte: A própria autora.

No gráfico 5, podemos observar que na coluna Aumento de QECR (>QECR) há uma vantagem para quem frequentou os cursos do IsF, 20 deles (em laranja) aumentaram seu nível linguístico. No entanto, se levamos em conta a proximidade de margem de erro, os alunos que não participaram dos cursos presenciais, 19 deles (em verde), representam quase o mesmo resultado, e, mesmo assim, aumentaram seu QECR.

Os 20 estudantes que aparecem com um aumento de nível linguístico representam 37% desse grupo. Essa amostra apresenta um resultado superior à mesma análise feita por Brick e Alves ([2022], no prelo) a partir de testes TOEFL ITP

aplicados pelo programa em universidades federais. A amostra de Brick e Alves era de 14.533 indivíduos que fizeram o TOEFL ITP e participaram de cursos oferecidos pelos NuLis IsF nas universidades federais do Brasil. Os autores constataram que 27% da amostra, equivalente a 3,931 alunos aumentaram seu nível linguístico após a realização de cursos presenciais de língua inglesa no Programa IsF. O universo e a amostra de ambas as pesquisas são diferentes, mas há uma congruência em ambas no que se refere aos números aqui discutidos sobre o aumento de nível QEER. A coluna (>QEER) já demonstra um trabalho positivo desenvolvido pelo NuLi IsF na UEL de preparação para exames internacionais. Embora os 37% de aumento de QEER possa parecer modesto, ele é superior à média de aumento da amostra apresentada pela análise de âmbito nacional.

Já para os alunos que aumentaram sua pontuação sem mudar de nível QEER (>Pontuação), há uma grande vantagem para os alunos que não se matricularam nos cursos do IsF. Mais da metade dos alunos aumentaram sua pontuação sem frequentarem os cursos do IsF. Já os desistentes ou os alunos que frequentaram os cursos do IsF mantiveram quase a mesma margem do grupo anterior, com 16 alunos para os desistentes e 19 para os que fizeram cursos presenciais do IsF. Neste sentido, há um aspecto relevante da implementação do programa IsF na UEL. A aplicação de testes já vinha sendo divulgada desde 2015 na universidade, já o NuLi IsF, com os cursos com vistas à internacionalização, estava em processo de divulgação e implementação. Aquela visão inicial da coordenação do NuLi UEL de que haveria uma disputa pelas vagas não se consolidou. A divulgação e o reconhecimento do novo espaço de internacionalização na universidade era algo que deveria ser conquistado pelo NuLi juntamente com instâncias ligadas à internacionalização na universidade, e isso se revelava um processo árduo e vagaroso.

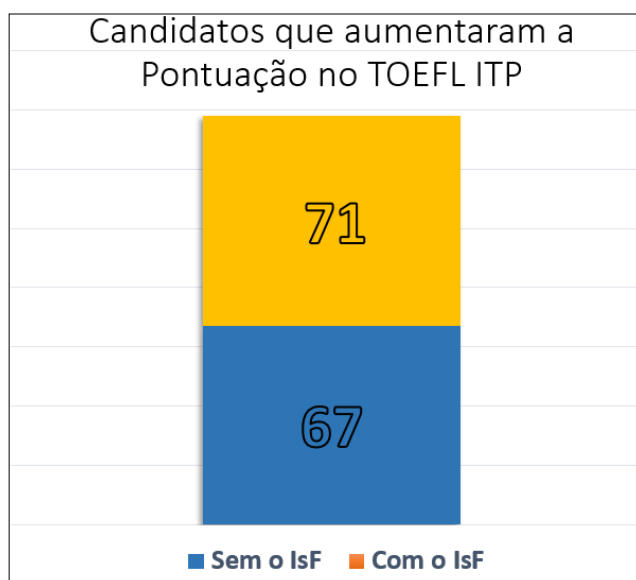
Para os alunos que diminuíram ou mantiveram sua pontuação, há uma grande vantagem para os que não se matricularam no curso. A maioria deste grupo não frequentou os cursos e diminuiu sua pontuação, isso reflete a lógica do processo.

Ainda temos sete estudantes que frequentaram os cursos e diminuíram a pontuação, fatia que demonstra uma clara inversão do que se espera quando o aluno estuda para um teste. Nesse caso, vale a pena trazer os aspectos sobre os efeitos psicológicos de se fazer um teste pela segunda vez. A pressão de ter

que melhorar a pontuação gerada pelos prazos de inscrição em programas de mobilidade podem influenciar negativamente no resultado dos testes. Ademais, há dois agravantes significativos para serem ponderados neste aspecto, o primeiro é o custo que se paga ao ter que fazer um novo exame, o segundo é a possibilidade de perder a inscrição de um programa de mobilidade por não ter à disposição a possibilidade de refazer os testes no momento em que se precisa. A fatia dos desistentes, com oito alunos, também é menor em relação aos outros grupos.

No gráfico 6, a seguir, excluimos o grupo que diminuiu a pontuação, e analisamos somente os candidatos que, de alguma forma, aumentaram sua pontuação com o teste. Do gráfico 6, juntamos as colunas (>QECR) e (>Pontuação).

Gráfico 6 - Aumento da Pontuação no TOEFL e cursos IsF



Fonte: A própria autora.

Neste novo gráfico, analisando esses alunos que aumentaram a pontuação, e tendo em vista que a avaliação do programa é formativa, no sentido de somar dados e resultados para que estes sirvam de direcionamento para ações futuras de internacionalização, identificando os “sucessos e falhas que permitam a correção de rumos e processos de um projeto ou programa, tornando-o mais eficiente e mais apto para alcançar os resultados desejados”, (RAUPP; REICHLE, 2003, p. 17) voltamos o olhar para esses alunos que de alguma maneira, buscaram ou tentaram buscar o IsF para o seu aprimoramento linguístico. No universo de 138 alunos que prestaram o exame TOEFL ITP pelo menos duas vezes durante o programa IsF e

obtiveram um aumento no seu score, verificamos que 71 deles (em amarelo) concluíram ou, pelo menos, se inscreveram em um curso do IsF em detrimento de 67 alunos que também obtiveram aumento do score, mas não usufruíram dos cursos do IsF. Este número é um resultado favorável ao trabalho que vinha sendo feito pelo IsF, apesar de que ambos os grupos se revelam muito próximos, e apontam um resultado mais positivo para aqueles que estavam vinculados de alguma forma aos cursos do IsF.

4.3.1.2 O Perfil dos Alunos nos Centros de Estudos e Cursos

O último item desta parte da nossa análise, era delinear um perfil dos alunos que buscaram fazer os testes TOEFL ITP pelo programa. Ao fazermos as equivalências nas planilhas de perfis de alunos do IsF com as planilhas da UEL, percebe-se uma tendência dos alunos de pós-graduação buscando o programa para sua formação. Esta tendência pode ser verificada na Figura 18 a seguir a qual posteriormente será apresentada em dois gráficos para uma melhor compreensão desses dados:

Figura 18 - Cursos atendidos pelo IsF na aplicação de TOEFL ITP

	PÓS-GRADUAÇÃO	Núm. de Alunos	CENTRO		GRADUAÇÃO	Núm. de Alunos	CENTRO
1	AGRONOMIA	8	CCA	1	ADMINISTRAÇÃO	4	CESA
2	ANÁLISE DO COMPORTAMENTO	1	CCB	2	AGRONOMIA	1	CCA
3	BIOMEDICINA	1	CCB	3	ARQUITETURA E URBANISMO	2	CTU
4	BIOTECNOLOGIA	3	CCE	4	ARTES CÊNICAS	2	CECA
5	CIÊNCIA ANIMAL	13	CCA	5	BIOMEDICINA	3	CCB
6	CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO	8	CCE	6	CIÊNCIA DA COMP.	3	CCE
7	CIÊNCIA DE ALIMENTOS	2	CCA	7	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	1	CCB
8	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	7	CCB	8	DIREITO	2	CESA
9	CIÊNCIAS DA REABILITAÇÃO	3	CEFE	9	EDUCAÇÃO FÍSICA	1	CEFE
10	CIÊNCIAS DA SAÚDE	2	CCS	10	ENGENHARIA	7	CTU
11	CIÊNCIAS SOCIAIS	2	CCH	11	FILOSOFIA	2	CCH
12	DIREITO NEGOCIAL	1	CESA	12	FÍSICA	1	CCE
13	DOCÊNCIA DA ED. SUPERIOR	1	CECA	13	JORNALISMO	1	CECA
14	ECONOMIA REGIONAL	1	CESA	14	LETRAS INGLÊS	17	CCH
15	EDUCAÇÃO	1	CECA	15	MEDICINA	1	CCS
16	EDUCAÇÃO FÍSICA	5	CEFE	16	MEDICINA VETERINÁRIA	2	CCA
17	ENFERMAGEM	2	CCS	17	QUÍMICA	4	CCE
18	ENGENHARIA	2	CCE	18	SEC. EXECUTIVO	2	CESA
19	ENGENHARIA CIVIL	3	CTU		TOTAL	56	
20	ENGENHARIA DE EDIFICAÇÕES E SANEAMENTO	3	CTU				
21	ENGENHARIA ELÉTRICA	8	CTU				
22	ENSINO DE CIÊNCIA E ED MATEMÁTICA	1	CCE				
23	ESTATÍSTICA	1	CCE				
24	ESTUDOS DA LINGUAGEM	1	CCH				
25	ESTUDOS LITERÁRIOS	1					
26	FINANÇAS CORPORATIVAS	1	CESA				
27	FÍSICA	3	CCE				
28	GENÉTICA E BIOLOGIA MOLECULAR	5	CCB				
29	GEOGRAFIA	1	CCE				
30	LETRAS	1	CCH				
31	LÍNGUA PORTUGUESA	1	CCH				
32	MEDICINA VETERINÁRIA ÁREA DE MOLÉSTIAS INFECCIOSAS	1	CCA				
33	MICROBIOLOGIA	5	CCB				
34	ODONTOLOGIA	1	CCS				
35	PATOLOGIA EXPERIMENTAL	5	CCB				
36	PROJETO ARQUITETÔNICO COMP E TEC. DE AMB. CONST.	1	CTU				
37	PSICOLOGIA	1	CCB				
38	QUÍMICA	3	CCE				
39	RELAÇÕES PÚBLICAS	1	CECA				
40	SAÚDE COLETIVA	1	CCS				
41	SERVIÇO SOCIAL E POLÍTICA SOCIAL	1	CESA				
42	SOCIOLOGIA	1	CEFE				
	TOTAL	114					

Proporção Alunos IsF

■ Estudantes de Pós-Graduação
■ Estudantes de Graduação
■ Docentes
■ Técnicos

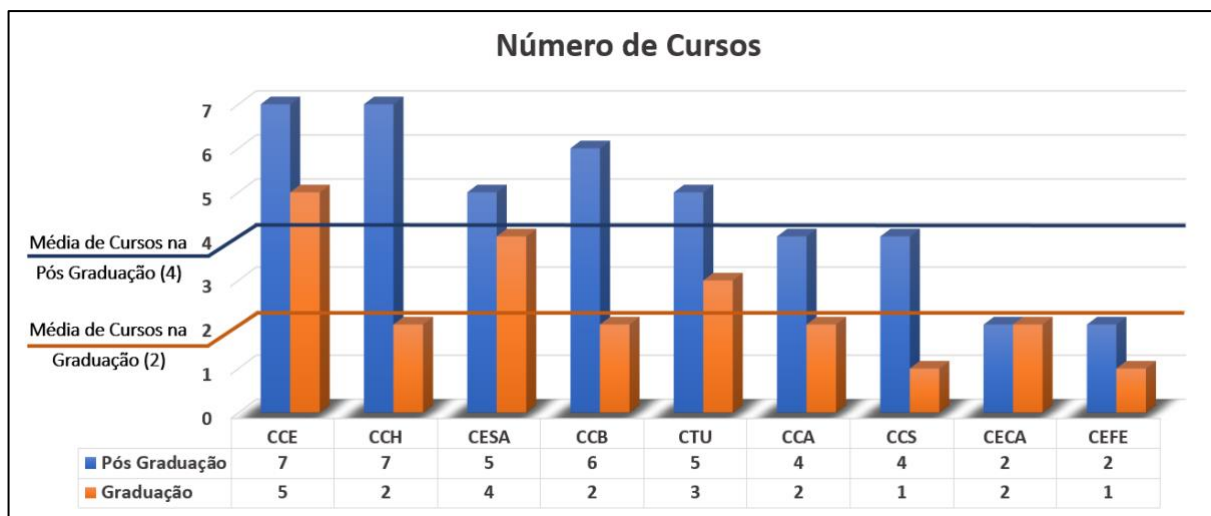
Fonte: A própria autora.

A partir da figura 18, observamos que o programa IsF na UEL já perpassava por todos os nove centros da UEL e era objeto de interesse de cerca de 42 cursos dos 209 cursos de pós-graduação. Na graduação, estudantes de 18 cursos, dos 53 cursos de graduação também já participavam do programa ou para a aprimoramento do seu currículo ou para seu processo de internacionalização. Embora o Programa IsF estivesse em todos os nove centros, ele não estava em todos os cursos. Esses números demonstram como é lento o processo e os passos (LINDBLUM, 1980) de implementação de uma política na universidade, diferentemente do que esperávamos que fosse.

Por outro lado, uma vez que a estrutura vai ganhando espaço na universidade, o processo se consolida e é absorvido como uma engrenagem no campus. Este era o momento que o programa desfrutava na universidade. A participação de todos os centros no programa revelava uma atuação orgânica e promissora.

No entanto, mais grave que a dificuldade de implementação de um programa é a sua interrupção abrupta. A instituição de novos hábitos dentro do espaço acadêmico exige conhecimento (HUDZIK, 2011), burocracia (WEBER, 2016) e articulações (BALL, 2016, ABREU-E-LIMA et al., 2017) para que o movimento aconteça. Esse é um dos problemas das políticas públicas governamentais. Elas são promovidas, ganham espaço, mas sua continuidade depende de ações governamentais que a promovem ou a interrompem (EASTON, 1957). Por isso, no caso do IsF, uma política linguística consolidada pela instituição faria toda a diferença para sustentar suas ações.

No gráfico 7, apresentamos esses dados divididos por centro, dentro do recorte proposto para esta análise.

Gráfico 7 - Relação dos cursos envolvidos no IsF por centro de estudos da UEL

Fonte: A própria autora.

Durante a atuação do IsF, esforços foram feitos a fim de divulgar o programa a toda a comunidade acadêmica na UEL, e a partir do gráfico 7, podemos afirmar que uma proposta de internacionalização estava sendo disseminada em todo o campus, organicamente. Um outro dado relevante dessas informações é que não há uma discrepância entre os centros, mas sim uma leve linha que demonstra uma participação dos cursos do maior para o menor. Esta linha não leva em consideração a quantidade de cursos que cada centro oferece, mas sim, os cursos que mais aparecem no programa IsF. Ela é liderada pelo Centro Ciências Exatas (CCE), o qual reflete neste recorte, uma maior participação pela proposta de internacionalização se comparado aos outros centros, apresentando um maior número de cursos com alunos interessados nos testes.

Considerando a pós-graduação na internacionalização, os dados demonstram que quatro é uma média de cursos por centro, já para a graduação, percebemos uma média de dois cursos por centro. Os dados trabalhados nesta tese são reais, porém não ideias. Eles refletem o perfil do estudante que busca um programa de internacionalização na universidade, a partir do seu objetivo proposto no estudo. Por conseguinte, é a partir desses dados que a universidade conseguirá estabelecer metas e ações para expandir a internacionalização no campus. Há de se entender o engajamento acadêmico para que a universidade possa desempenhar seu papel como unidade apoiadora no processo da internacionalização (HUDZIK, 2011; 2012).

Os três centros que ajudaram a aumentar a média de cursos de pós-graduação foram o Centro de Ciências Exatas (CCE), Centro de Letras e Ciências Humanas (CLCH), Centro de Ciências Biológicas (CCB). É muito interessante ver o engajamento de dois centros com maior envolvimento de cursos (CCE e CLCH). Um já era de se esperar por ter no seu leque de cursos perfis historicamente mais engajados em pesquisas científicas como física, química e computação, o caso do CCE. Já o CLCH, desponta como centro de grande interesse na internacionalização e revela uma área promissora em pesquisas com engajamento no exterior, passando a frente do CCB, um centro que tradicionalmente lidera as publicações na área de medicina segundo o número de publicações da UEL indexados na base Scopus, no período de 2014 a 2017 (UEL, 2021a).

Há, contudo, uma outra forma de observar esses dados. Os centros de estudos diferem entre si na quantidade de cursos de pós-graduação ofertados, assim, podemos também analisar esses dados sob este outro prisma, o da quantidade de cursos de pós-graduação ofertados por centro de estudos.

Quadro 42 - Número de cursos de pós-graduação ofertados pelos centros de estudos.

	<i>DOCTORADO</i>	<i>MESTRADO</i>	TOTAL
CCB	7	8	15
CCE	6	8	14
CCS	5	6	11
CLCH	4	5	9
CESA	2	4	6
CCA	3	3	6
CTU	3	3	6
CECA	2	3	5
CEFE	1	1	2

Fonte: A própria autora.

Embora o CEFE apareça na ponta menor no número de cursos detectados pelo IsF-UEL, esse centro reflete uma participação plena de seus cursos

no IsF, uma vez que oferta 2 cursos de pós-graduação e ambos aparecem na amostra selecionada. Isso significa que há representatividade total do IsF neste centro.

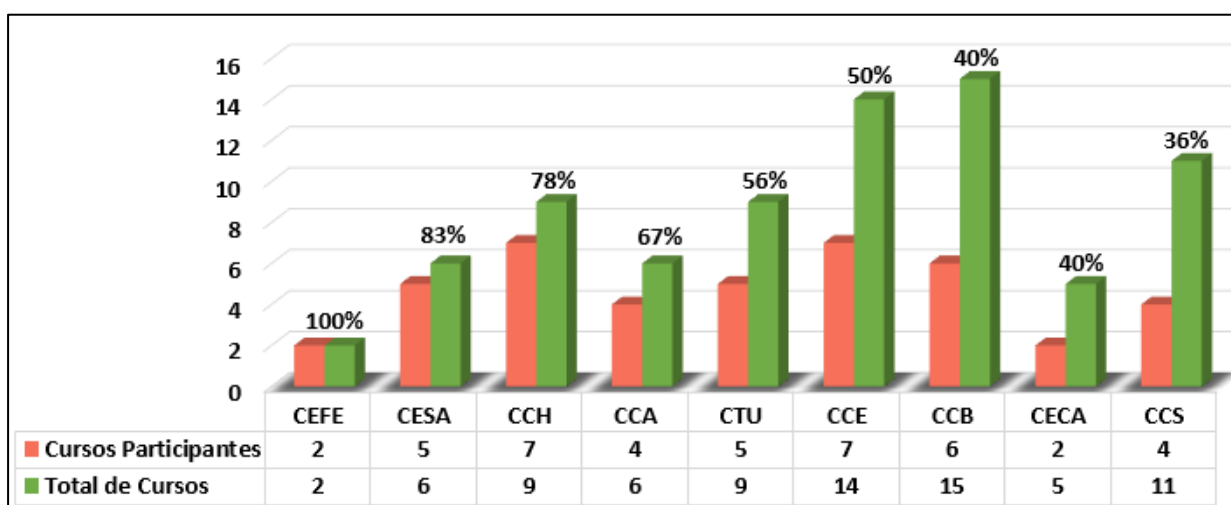
O Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CESA) e o Centro de Tecnologia e Urbanismo (CTU) juntamente com a Centro de Ciências Agrárias (CCA) e o Centro de Ciências da Saúde (CCS) mantiveram a média de quatro/cinco cursos por centro na pós-graduação. Com exceção do CCS, que oferece 11 cursos de pós-graduação, mas é constatado a participação de 4 deles nos cursos de internacionalização, os demais centros (CESA, CTU e CCA) apresentam uma alta taxa de participação de seus cursos no programa de internacionalização, dos 6 cursos ofertados por esses centros, 4 deles procuraram o IsF.

Por outro lado, o Centro de Educação, Comunicação e Artes (CECA) foi o centro que menos diversificou o interesse de seus cursos para fins de internacionalização e se mostram abaixo da média definida pelos dados apresentados. A propósito, este é um ponto que merece ser investigado com mais profundidade, uma vez que a relação entre o interesse e a efetiva participação não podem ser analisados a partir dos dados gerados para esta tese. Seriam necessários outros instrumentos e momentos de geração de dados, o que deixo como questões a serem investigadas por estudos futuros.

Contudo, se considerarmos a graduação, o Centro de Ciências Exatas (CCE) continua se destacando na procura de testes por curso seguido pelo Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CESA). O Centro de Tecnologia e Urbanismo (CTU) é o único centro que se destaca da média aparecendo com três cursos em uma média de dois cursos de graduação por centro. O Centro de Letras e Ciências Humanas (CLCH), o Centro de Ciências Biológicas (CCB) e o Ciências Agrárias (CCA) se equilibram com dois cursos por centro e revelam um desencontro com a internacionalização se comparados a atuação desses centros com a pós-graduação. Esse desencontro se revela uma oportunidade tanto para os decisores da política pública na universidade quanto para o coordenador do programa se considerarem dois pontos: da parte da PL, centros com baixa procura na graduação e boa procura na pós-graduação são centros que já demonstram onde a PL, por meio de uma liderança clara, deva atuar. Da parte do programa de internacionalização, é justamente nos cursos consolidados com perfil de internacionalização que a divulgação e a captação de alunos devem ocorrer de modo mais intensivo, tendo em mente que já há uma conscientização da importância desse processo.

Quando visualizamos a ocupação dos cursos de pós-graduação nos exames do IsF, verificamos que mais uma vez os dados se alteram. O CEFE que aparecia como um centro com menos cursos detectados pelo programa, se revela um centro com grande participação se levarmos em conta o número de cursos e sua ocupação no programa.

Gráfico 8 - Ocupação dos cursos do programa IsF



Fonte: A própria autora

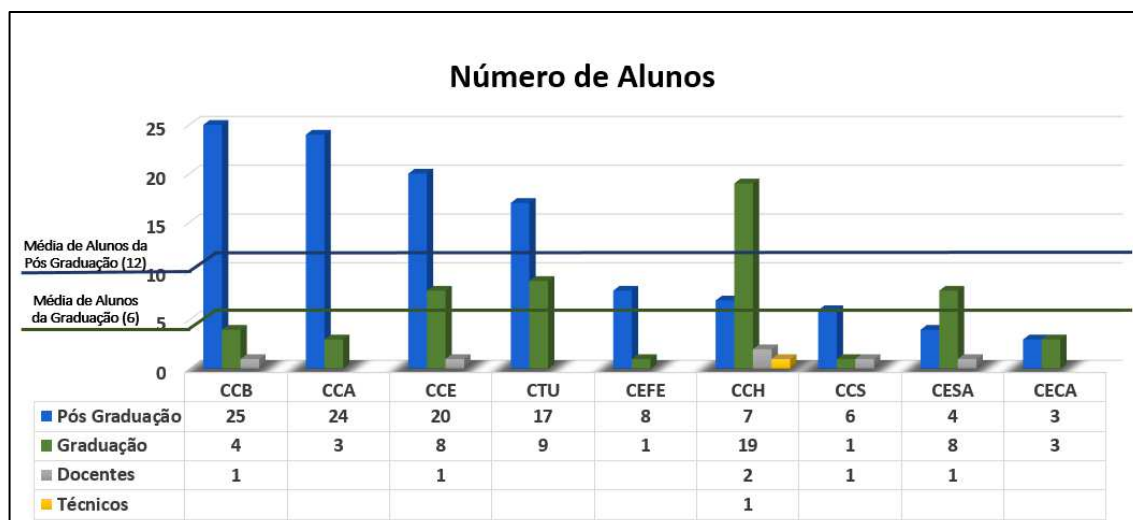
Já o CCE, que aparecia com o maior número de curso detectados pelo programa, no gráfico 8, mostra-se abaixo da média, com apenas 50% dos cursos envolvidos nos exames aplicados pelo IsF.

O CECA, por sua vez, não se destaca nem na pós-graduação nem na graduação na análise desses dados, tal resultado poderia ser um impeditivo para o programa, mas não para os atores das políticas. Williamson (2015) afirma que para promover mudanças genuínas, há pontos cruciais a serem levados em conta. Primeiramente, a aceitação e a conscientização de que uma reforma seja necessária a partir da constatação dos fatos apresentados. Então busca-se tempo e adaptação ao novo aprendizado, seguidos de capacidade de reforma e de implementação de novas ações. Para este autor, os primeiros passos se dão a partir de um problema e uma oportunidade e não uma solução que dê conta de tudo. Centros de estudos com baixo envolvimento no programa são campos de oportunidade para políticas institucionais.

Mais investigações são necessárias para entender o baixo índice de participação demonstrado pela amostra nesses centros pelo exame TOEFL ITP. A propósito, este é um ponto que enfraquece a pesquisa e torna esta análise vulnerável: a internacionalização no ES não ocorre somente pela língua inglesa. Há de se investigar se esses centros promovem internacionalização por meio de outras línguas que não seja o inglês.

Da mesma forma, o CLCH, o CCB e o CCS demonstram uma queda mais brusca para os cursos de graduação se comparados com os cursos de pós-graduação. Há uma procura maior nesses centros quando esses estudantes atingem a pós-graduação. Tal percepção vai ao encontro do que a própria universidade pensa a internacionalização quando recebe fomento e incentivo maior para cursos de pós-graduação em detrimento de cursos de graduação. Ações de incentivo e um esclarecimento maior a esses centros sobre a internacionalização se faz necessário para que esses estudantes, ao chegarem na pós-graduação, estejam com um nível linguístico adequado para participarem de programas de mobilidade, já que a cultura de internacionalização por parte da pós-graduação parece mais consolidada (UEL, 2021a).

No gráfico 9 a seguir, desmembraremos a número de alunos distribuídos nos 56 cursos de pós-graduação e nos 18 cursos de graduação, tendo em mente que a internacionalização ocorre por indivíduos e não por curso, embora ambos sejam correlatos. Este gráfico difere do anterior que trazia o número de cursos cujos alunos se interessavam no IsF. Este interesse poderia advir de um interesse natural e pessoal de cada estudante ou de uma motivação gerada pelo próprio contexto dos cursos. Quanto aos contextos, a sempre de considerar a quantidade de acordos internacionais que cada área tem com instituições no exterior, a qual não foi foco de análise desta pesquisa. No gráfico a seguir, apresentaremos o número de alunos interessados na internacionalização dentro desses cursos.

Gráfico 9 - Relação do número alunos nos centros interessados no IsF

Fonte: A própria autora.

É importante esclarecer, mais uma vez, que os dados apresentados até então servem sempre dois lados, um lado é o do programa de internacionalização, que precisa saber onde estão seus alunos para servi-los da melhor forma segundo seus interesses linguísticos. O outro lado é o da universidade, que por meio de uma política linguística deve saber onde os processos de internacionalização estão sendo desenvolvidos e onde devam ser incrementados de modo que a universidade, de um modo geral, usufrua dos benefícios da internacionalização. Assim, o gráfico 8, referente aos cursos, serve mais à universidade, já os gráficos 7 e 9, com relação ao número de cursos envolvidos no programa e o número de alunos, servem mais aos programas. Essa divisão de visão proposta deve ser clara para os gestores e decisores das políticas linguísticas dentro das universidades.

Ao observarmos o gráfico 9, percebe-se que o CCB, centro que já mencionamos como aquele que lidera as publicações científicas na UEL, também lidera em número de alunos envolvidos na aplicação de testes TOEFL ITP pelo IsF da UEL, apesar de ter somente seis dos seus quinze cursos de pós-graduação detectados na amostragem. Mesmo assim, essa informação se torna relevante porque os alunos selecionados para a amostra, aqueles que fizeram o TOEFL pelo menos duas vezes no IsF, tinham em mente o objetivo de aumentar a sua pontuação dentro de um curto período de tempo, e não somente fazer o teste TOEFL. A busca por uma boa pontuação tem a ver com um processo de internacionalização já despertado/consolidado em mente desses alunos e conseqüentemente advindos de

oportunidades e cultura apresentadas pelos seus cursos. Muito embora a quantidade de alunos da graduação do CCB seja bem inferior à da pós-graduação, ela vai ao encontro da pouca procura pelos cursos de graduação do CCB projetada no gráfico 9. Nesse sentido, percebe-se que a graduação precisa de mais incentivo a fim de melhorar a projeção da pós-graduação no CCB.

Outro centro que se destaca em números de alunos é o CCA, cujo índice de publicação pela UEL está logo atrás do CCB, segundo a base Scopus de 2014 a 2017 (UEL, 2021a), apesar de ter um número de cursos de pós-graduação abaixo da média dos outros centros de estudos da UEL. Com um número de alunos muito próximo do CCB, o CCA parece estar bem consolidado a respeito dos benefícios da internacionalização. Os outros dois centros de destaque em número de alunos de pós-graduação no IsF são CCE e CTU. Embora o CCE ofereça um alto número de cursos de pós-graduação (14) e o CTU, abaixo da média com seis cursos de pós-graduação, ambos apresentaram um número de alunos significativo envolvidos do programa IsF. Segundo o relatório da PROPPG, as áreas temáticas da UEL mais contempladas com publicações com autoria de pesquisadores estrangeiros são: 1) Profissões da saúde, 2) Medicina, 3) Neurociências, 4) Bio/Genética/Biologia Molecular, 5) Farmacologia/ Toxicologia/ Farmacêutica, e 6) Imunologia/Microbiologia. Essas publicações em coautoria internacional advêm, principalmente de convênios com instituições localizadas nos Estados Unidos da América, Austrália, França, Espanha e Reino Unido. As áreas em destaque podem justificar um número maior de alunos no CCB e no CCA.

Ainda com relação à pós-graduação, há um dado relevante a ser considerado. O CEFÉ ocupa do último lugar do ranking de número de cursos ligados a internacionalização no gráfico 7, mas salta para o quinto lugar em alunos que buscam a internacionalização no gráfico 9. Essa alteração demonstra que seus dois cursos de graduação apresentam áreas de conhecimento mais relacionadas a estudos em cooperação com instituições estrangeiras. Os números de alunos do CEFÉ que aparecem na amostra, apesar de colocarem o centro em uma posição mais promissora dentro do contexto analisado, ainda apresentam números discretos se comparados aos quatro centros à frente, o CCB, o CCA, o CCE e o CTU. Uma referência positiva de alunos para o CEFÉ é oito, enquanto nesses outros centros a média de alunos é a de 21,5.

Um aspecto a ser analisado é o papel do CLCH na amostra. O centro é o único que apresenta uma diversidade de agentes da internacionalização encontrados nesta análise. O CLCH tem estudantes de graduação, de pós-graduação, professores e técnicos. Isso pode ser justificado de duas maneiras, a primeira é a de que o Departamento de Letras Estrangeiras Modernas pertence a este centro, além do Laboratório de Línguas. Isso somado, pode criar um ambiente favorável a discussões multiculturais que podem motivar os agentes do centro a se aproximarem do nosso objeto de análise. A segunda é que no gráfico 7, o CLCH é o segundo no ranking de cursos da pós-graduação no IsF. Assim, é possível de se afirmar que para cada um dos sete cursos de pós-graduação detectados nos nossos dados, há um aluno interessado na internacionalização. Diante de centros cujos cursos nem aparecem na pesquisa, a visão de internacionalização disseminada nesse centro (CLCH) é pulverizada e não centralizada. Já na graduação há um hiato considerável nos dados: o CLCH dispara na quantidade de alunos enquanto isso não acontece em nenhum outro centro. Os únicos centros com maior quantidade de alunos são o CCE e o CESA com oito alunos cada, mas o CLCH traz dezenove alunos de graduação na amostra. Isso se justifica porque alunos do curso de Letras-Ingês identificaram na aplicação gratuita do teste TOEFL ITP na universidade uma oportunidade de aferirem seu nível de inglês, algo importante para sua profissão.

Os centros de CCS e CESA mantêm-se bem discretos no número de alunos envolvidos, mas trazem professores fazendo o teste, um ponto positivo no processo de internacionalização como afirmam Serpa et al. (2020) e Hudzik (2011) ao apontarem o engajamento de centros e de pessoal como fatores que contribuem para o sucesso da internacionalização no campus. No entanto, um outro fator importante a ser considerado nesses centros: o número de estudantes que circulam neles. O CESA é o maior centro da universidade com 3.262 alunos e o CCS é o terceiro maior centro com 1.634 perdendo em quantidade de alunos somente para o CECA, com 1.902 alunos. Se comparado com o CCE, centro de destaque nesta pesquisa, o CESA tem quase três vezes o número de alunos como se constata na Figura19 referente aos alunos ativos na UEL.

Figura 19 - Estudantes Ativos na UEL – Graduação 2020

ESTUDANTES ATIVOS												
	CENTRO DE ESTUDOS									OUTROS		TOTAL
	CCA	CCB	CCE	CCS	CECA	CEFE	CESA	CLCH	CTU	CEN	CIIA	
Presencial	1.021	738	1.295	1.634	1.902	869	3.262	1.566	874	57	8	13.226
Distância			88									88
Total	1.021	738	1.383	1.634	1.902	869	3.262	1.566	874	57	8	13.314

AGDAC97(12/08/2020)

Fonte: UEL em Dados

Devido às proporções que o CESA representa na universidade, apresentando a maior comunidade acadêmica no campus, seu papel na internacionalização parece pequeno, principalmente com relação aos alunos da pós-graduação, cujo engajamento é sempre maior nos outros centros, com exceção do CECA. Mesmo aparecendo com envolvimento de quatro dos cinco cursos de pós-graduação oferecidos, o que representa 80% de envolvimento com o programa, o número de alunos envolvidos do CESA é baixo. Se buscamos por meio da internacionalização e de uma Política Linguística o envolvimento de nossos estudantes a fim de promoverem troca de saberes com outras culturas, o CESA é um centro que merece atenção e mais conscientização dentre esse processo com base na análise de dados dos teste internacional proposto por esta tese. Certamente não devemos desconsiderar o objeto de estudos desses cursos que podem estar mais ou menos afinados com estudos internacionais. Para uma análise mais completa desses centros de estudos, outros instrumentos de análise se fazem necessário, esses, porém, não contemplado no recorte de dados para esta tese.

Por fim, mas não menos importante o CECA é o centro que menos se se projeta nos nossos dados quando o assunto é as estratégias de internacionalização promovidas pelo programa IsF. Tanto no gráfico 7 dos cursos, como no gráfico 8 de ocupação dos cursos do programa IsF ou no gráfico 9 de número de alunos, o CECA figura em penúltimo e último lugar nos números quando o assunto é exame internacional TOEFL ITP. Este centro apresenta o mesmo parâmetro do CESA, já que é o segundo maior centro em números na UEL. Importante dizer que a área de estudos desses centros pode convergir mais à produção nacional, o que pode justificar um olhar para estudos locais. Todavia, como este estudo tem como objeto de estudos a implementação de um programa de internacionalização, a análise desses números

deve ser pontuada. A propósito, quando visualizamos os centros (Figura 20) por ordem decrescente de número de alunos, analisamos algo interessante apontado pelos nossos dados.

Figura 20 - Quantidade de alunos Graduação UEL em ordem decrescente

CENTRO	NÚMERO DE ALUNOS
CESA	3.262
CECA	1.902
CCS	1.634
CLCH	1.566
CCE	1.295
CCA	1.021
CTU	874
CEFE	869
CCB	738

Fonte: Adaptado da tabela UEL em dados

O CESA e o CECA embora apresentem o maior número de alunos no campus, não seguem com um número de alunos à altura desses centros nos dados do programa IsF. Já o CCB, com o menor número de alunos, demonstra um bom envolvimento nas ações de internacionalização promovidas pelo programa IsF, se comparado aos outros centros. Este centro lidera o número de alunos nesta pesquisa, além de trazer um envolvimento de participantes de cursos de pós-graduação diversificados, embora menos da metade de seus cursos de pós-graduação participaram da amostra de dados do programa IsF. Neste ponto, é importante mencionar que a quantidade de cursos de pós-graduação ofertados pelo CCB foi determinante para seu desempenho nos dados apresentados (Gráficos 7, 8 e 9). Os agentes da internacionalização desse centro se dividem em alunos de pós-graduação, graduação e professores. Já por curso, o CCB fica atrás do CCE, o líder em cursos envolvidos, em apenas um curso. Esses dados vão ao encontro do que Sowell (2019) afirma na sua teoria dos pré-requisitos.

Para Sowell (2019), por mais que se escolham pessoas simetricamente dentro de um padrão, e o IsF foi ofertado a todos os alunos da UEL, elas não terão o mesmo desempenho por diferenciarem na quantidade de pré-requisitos que as levariam ao sucesso de uma determinada atividade. Os centros têm

suas características próprias e objetivos próprios segundo suas escolhas que conduzem a uma atuação e formação profissional própria. Isso não quer dizer que o CCB seja melhor, mais engajado em pesquisas acadêmicas que o CECA por se interessar mais pelo processo de internacionalização na universidade. Sobre isso, Sowell afirma:

Muitas evidências empíricas sugerem que os seres humanos não interagem aleatoriamente – nem tão frequente ou intensamente – com todos os outros seres humanos, mas sim com subconjuntos selecionados de pessoas parecidas com eles mesmos. Em resumo, as pessoas classificam a si mesmas, em termos tanto de onde escolhem viver quanto de com quem escolhem interagir mais frequente e aproximadamente (SOWEL, 2019, p. 65).

O IsF era uma solução trazida pelo governo federal em forma de política pública para solucionar as disparidades econômicas e sociais apresentadas nas universidades com relação à aquisição de idiomas, mas nossos dados demonstram que há setores mais engajados e setores menos engajados na internacionalização. Assim, esta tese apontará sempre dois caminhos a serem seguidos neste contexto: o caminho da Política Linguística e o caminho do programa com vistas à internacionalização.

O caminho da Política Linguística institucional é o de disseminar a todos os centros a sua concepção de língua de modo que ela perpassasse transversalmente por todos os eixos da universidade.

Já o caminho do programa com vistas à internacionalização é o de detectar o seu público-alvo para fomentar e atuar na formação desses grupos para que seus objetivos acadêmicos se cumpram concomitantemente com o objetivo do programa. Inclusive esse era um dos pontos claros no programa a constar nas disposições gerais do Edital 59/2017 (MEC, 2017b) da chamada pública para as universidades estaduais:

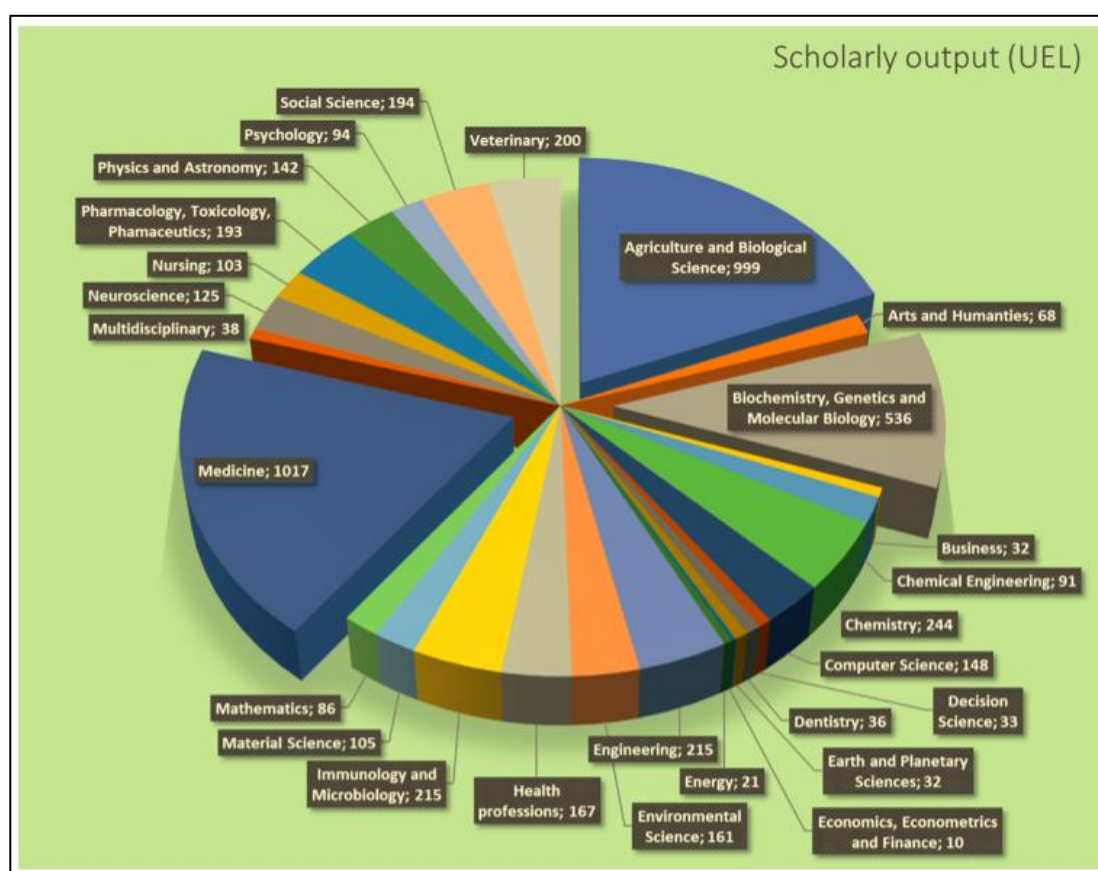
II. Desenvolvimento linguístico dos participantes com foco na internacionalização, sejam eles comunidade interna ou professores de idiomas da Rede Básica; (BRASIL, 2017b, p. 2)

O desenvolvimento linguístico do programa tinha como objetivo os participantes com foco na internacionalização. Centros como o CESA ou o CECA, com bases nos nossos dados e reforçados pelo número de alunos matriculados

nesses centros e o número de cursos de pós-graduação que ofertam não apresentaram um equilíbrio nos dados apresentados (Número de cursos de pós-graduação X Ocupação dos cursos no programa X Número de alunos participando do programa). Um melhor uso das atividades do programa poderia ter sido a implementação em atividades com foco nos centros como CCE e CCB, já que revelam um número maior de participantes engajados na internacionalização, do ponto de vista do programa IsF.

Outro ponto a ser observado quando se trata de internacionalização é que além da mobilidade, a produção de artigos científicos em outra língua e com autores de outros países são pontos importantes no processo, e sobre isso, o CCB continua em destaque quando observamos duas figuras. A primeira figura (21) ilustra as áreas de publicação dos alunos da PROPPG-UEL, a figura 22 apresenta a quantidade de citações da UEL indexadas pela base Scopus no período de 2014 a 2017.

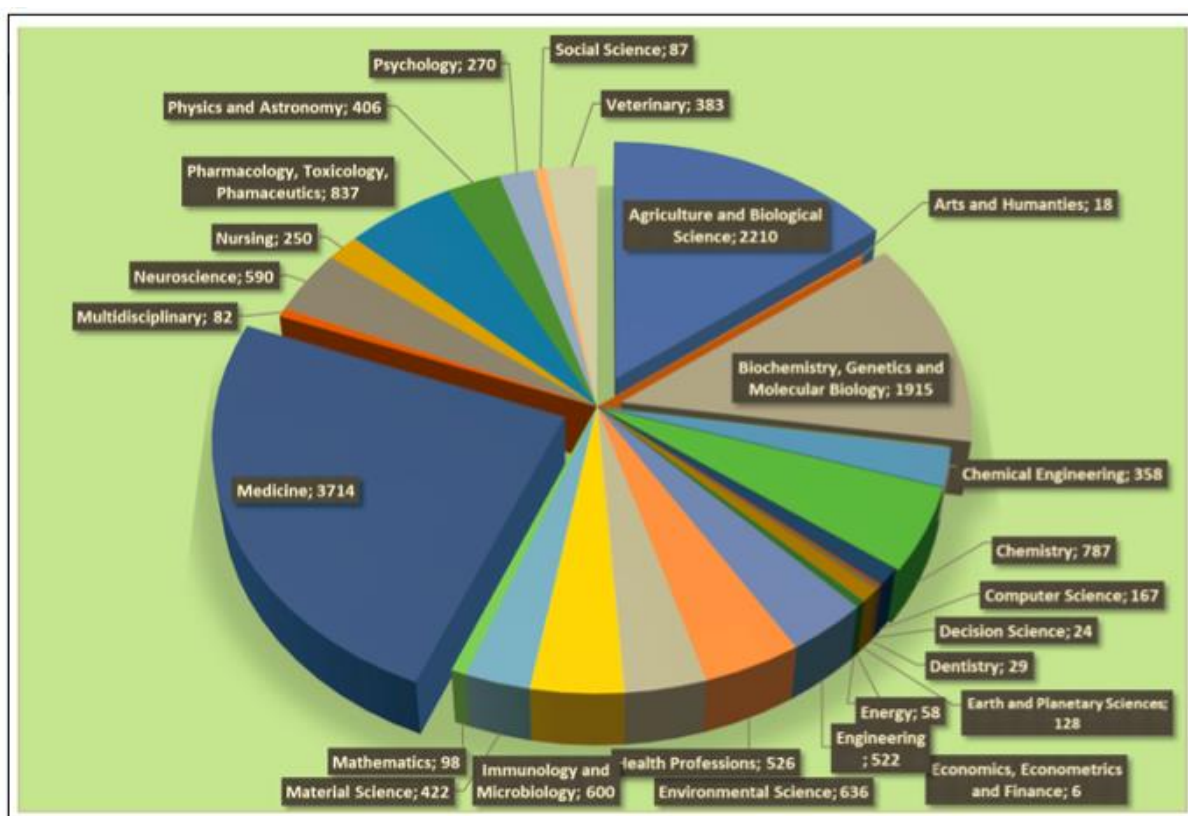
Figura 21 - Número de publicações da UEL



Fonte: PROPPG, UEL, 2018, p. 6

As áreas temáticas que lideram as publicações da universidade são Medicina, Agricultura e Ciências Biológicas e Biologia Genética e Molecular. Essas áreas são representadas pelos centros CCB, CCA e CCE, assim como o maior número de citações também são provenientes dessas áreas, como verificamos na figura 22.

Figura 22 - Número de citações da UEL



Fonte: PROPPG, UEL, 2018, p. 7

Esses dados somados apresentam um panorama da universidade e poderiam servir a análise para que, não somente os centros, mas também propostas de internacionalização do ES elaborassem estratégias, ou para atender aos alunos que já estão interessados no processo ou ainda, ou para disseminar novas propostas e ideias àqueles centros que não demonstram envolvimento significativo da sua comunidade acadêmica com a internacionalização.

É pertinente ter em mente o estudo de Sowell (2017) sobre a aplicação de ações afirmativas que considere os pré-requisitos dos grupos nos quais as políticas públicas serão implementadas. A arte e os estudos sociais, representados

aqui pelo CECA e CESA não perdem prestígio por não atuarem mais veemente na internacionalização. Seus objetos de análise podem ter fins mais práticos do que teóricos os quais os conduzem a uma participação menor no meio científico formal para essas áreas. Já áreas com estudos mais conduzidos por teorias científicas tradicionalmente reconhecidas, como CCB e CCE refletem um uso de métodos científicos mais tradicionais. Não há melhor ou pior, há áreas distintas com objetivos distintos e que encontram na internacionalização um caminho de aprimoramento de seus estudos com resultados distintos.

Um ponto relevante desta amostragem de dados é a de que os docentes e os técnicos aparecem muito discretamente nos dados e se revelam público não relevante espontâneo para a internacionalização na UEL, já que aparecem pouco nesta amostragem. A maioria dos indivíduos que fizeram o teste TOEFL ITP pelo menos duas vezes nesta amostragem são estudantes ou de pós-graduação ou de graduação. Se a universidade busca um processo de internacionalização transversal, como sugerido no seu PDI, necessita-se de um engajamento de toda a sua comunidade acadêmica, e não somente liderada por estudantes (HUDZIK, 2011; 2012; AMORIM, 2020; KNIGHT, 2004).

Esta seção da análise teve como objetivo delinear um perfil dos agentes da internacionalização a partir daqueles estudantes que buscaram tanto no exame internacional TOEFL ITP e nos cursos presenciais uma forma de agir e expandir seus conhecimentos por meio da internacionalização. Entender de onde vem esses participantes, seus cursos, centros de estudos e enquadramento profissional dentro do campus, colabora com um afinamento na atuação de programas como o IsF. No mais, compreender em que setores da universidade as ações de internacionalização não estão sendo vivenciadas, ajuda os decisores de programas e de políticas linguística a elaborarem ações que conversem com esses setores e busquem entender a razão desse afastamento. Um mapeamento de dados é sempre base para que um planejamento institucional ocorra com mais direcionamento e eficácia de modo a atender o que Raupp e Reichle (2003) denominam de audiência no planejamento da avaliação de programas institucionais.

Na próxima seção trabalharei com os dados referentes à divulgação do programa IsF na UEL. Não há na literatura apresentada nesta tese um estudo específico relacionado à divulgação de programas nas instituições. No entanto, isso era uma demanda do NG além de uma prática muito comum nos NuLis que tinham

uma demanda de alunos satisfatória à oferta pelo programa (SANTOS, GOMES, [2022], no prelo). Para a equipe IsF-UEL, o grupo de agentes mais próximos da internacionalização no campus, a divulgação foi uma novidade da área da docência e a compilação de dados a seguir servirá de orientação e experiência a outros programas de internacionalização que atuarem no campus.

4.3.2 A frequência da Divulgação

Os últimos dados selecionados para colaborar no estudo sobre as etapas de implementação do IsF de forma a auxiliar futuros gestores de programas no suporte à internacionalização do Ensino superior nas IES brasileiras, referem-se à divulgação. É por meio da divulgação que os atores envolvidos no processo informarão a comunidade acadêmica das ações de internacionalização desenvolvidas no campus. Hudzik (2011) ao discorrer sobre internacionalização bem-sucedida aponta liderança clara e consistente proveniente de diversas instâncias da universidade como um passo crucial para se obter êxito no processo. O engajamento acadêmico juntamente com a persistência e a adaptabilidade também são pontos elencados pelo autor como fundamentais para o sucesso da internacionalização, já que este é um projeto sem data estabelecida para acabar. A avaliação da implementação juntamente com a ciência de que a internacionalização é um processo customizado e contínuo dentro da universidade também devem ser considerados (SOUSA, 2005; RAUPP; REICHLE, 2003).

Uma vez estabelecida dentro do campus, a internacionalização entregará um vasto conteúdo nos cursos, nos currículos e nas pesquisas. Contudo, o comprometimento institucional deve ser amplo transversal, e não dirigido a pequenos grupos ou centros. Sem o apoio institucional, o desenvolvimento e a sustentabilidade da internacionalização são colocados em dúvida (HUDZIK, 2011).

Esta análise já tem mostrado que a discussão e implementação de uma política linguística institucional se mostra necessária para direcionar os objetivos e os propósitos da universidade com relação à internacionalização. Também observamos que os agentes envolvidos na internacionalização, como foi proposta pelo programa IsF, diferem na universidade e refletem diferentes interesses provenientes à cultura departamental e dos cursos. No entanto, ações de internacionalização serão sustentadas se essas fizerem parte do plano estratégico da universidade como eixo

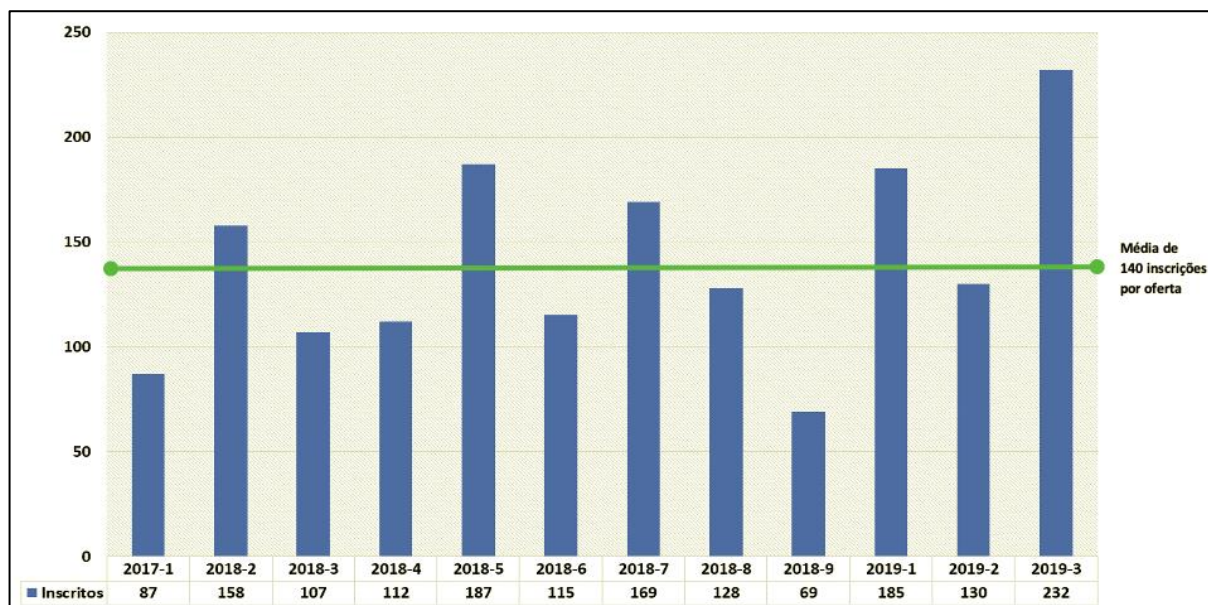
transversal. Essa transversalidade não implica somente em registros e políticas aprovadas, mas de engajamento de muitos atores que veem no processo de internacionalização do ensino superior um movimento intercultural e internacional nos processos de aprendizagem e de aprimoramento do currículo a partir de uma visão plural e inclusiva das línguas (DAVES, PHYAK, 2015; ABREU-E-LIMA et al., 2017).

No início desta tese, descrevemos que uma das preocupações da equipe IsF UEL era o fato do número vagas ofertadas pelo programa IsF ser menor do que a demanda esperada, essa preocupação não se confirmou quando a equipe de deparou com uma procura menor se comparada ao número de vagas ofertadas. Esse fato levou a uma nova visão de implementação de uma ação no campus, era preciso falar, explicar, divulgar o programa para que a comunidade acadêmica pudesse decidir se participaria ou não das ações de internacionalização. Incentivados pelo Núcleo Gestor e por outros NuCLis mais experientes, a equipe IsF UEL iniciou, sem conhecimento específico da área, um processo de divulgação das ações do programa.

A divulgação do programa não foi algo fácil de fazer, uma vez que dentro do ambiente público, não se costuma divulgar ações que dependam de resultados para seu funcionamento. No caso do IsF, havia a necessidade de cumprir com as metas propostas pelos órgãos de fomento e a divulgação foi feita sem um critério prévio ou seguindo um determinado plano prévio. Ainda assim, entendemos que a divulgação foi um elemento basilar na constituição de programas de internacionalização como o IsF, como veremos a seguir.

Para esta tese, compilamos as peças de divulgação feitas pelas redes sociais Facebook e Instagram de modo a compreender como a divulgação impactou ou não o desenvolvimento do programa. É interessante observar que na literatura sobre o programa IsF, essa é a primeira vez que a divulgação é vista como parte basilar do processo. Encontram-se discussões sobre a política linguística, sobre formação de professores, sobre os centros de línguas, mas não se trata explicitamente da relação divulgação como estratégia para a consolidação do programa.

Para a análise dessa fatia de dados, selecionamos a quantidade de matriculados de cada oferta, o número de peças publicitárias elaboradas para cada uma das ofertas e analisamos com os cursos abertos e a carga horária de cada curso. Assim, no gráfico 10, observamos as doze ofertas que o IsF-UEL participou bem como a média de inscritos nessas ofertas.

Gráfico 10 - Média de inscritos por oferta

Fonte: A própria autora.

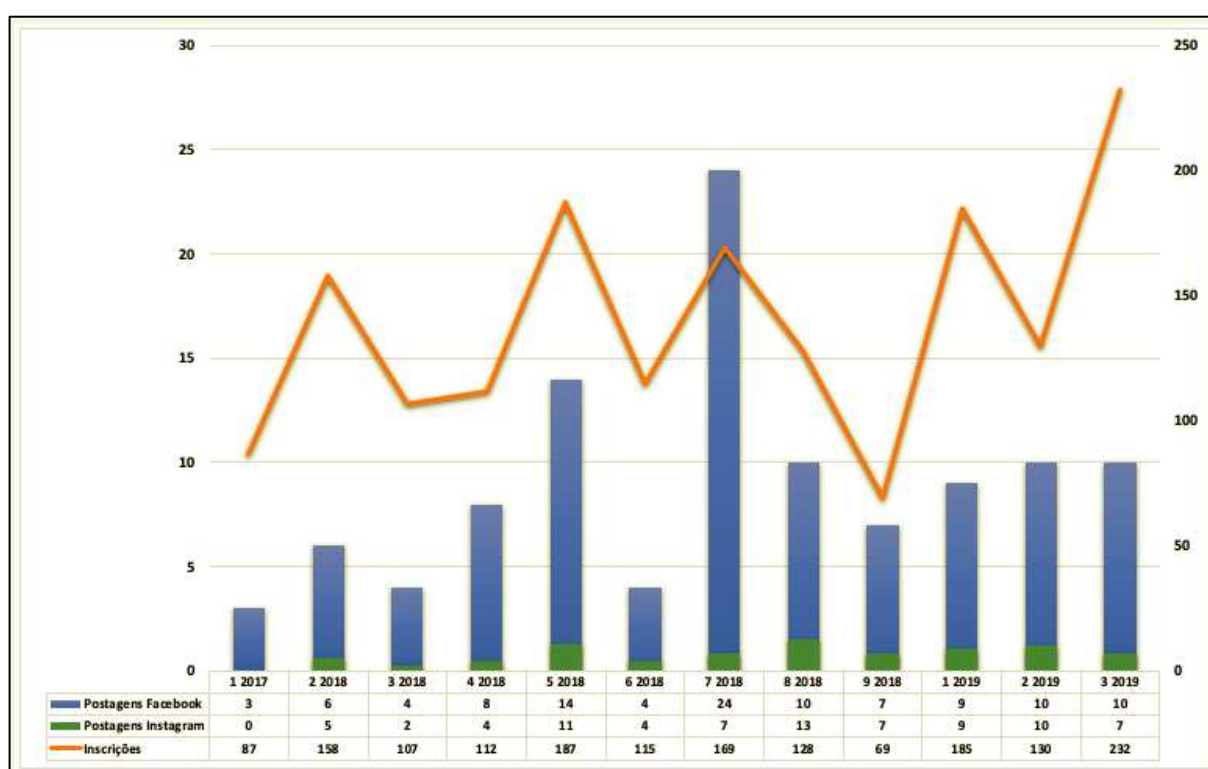
A média apresentada pelos dados analisados é de 140 estudantes por oferta, sendo a menor oferta com sessenta e nove estudantes no final do ano de 2018 e a maior oferta com duzentos e trinta e dois estudantes na última oferta de 2019. Apesar do engajamento da comunidade acadêmica não estar a contento da equipe IsF-UEL e do que era proposto pelos órgãos de fomento, os dados demonstram, com exceção da oferta 2018-9, uma visível ascensão do NuLi e suas atividades. As barras mais altas refletem um crescimento do NuLi que só pode ser observado agora, uma vez compilado e analisado.

À época, e devido a cobrança e exigências do Núcleo Gestor do programa, a equipe IsF-UEL enxergava somente um não cumprimento de metas que fazia com que a coordenação do programa na UEL pensasse em inúmeras formas de divulgar o trabalho do programa na universidade. O gráfico 10, no entanto, demonstra que ações de internacionalização estavam sendo implementadas e seguiam para uma consolidação institucional, naturalmente, como ocorre durante a implementação de políticas. Easton (1957) afirma que entender uma política é perceber que ela nasce pelos esforços de seus membros do sistema em cooperar na mudança do ambiente. Assim, a partir de uma demanda do programa, a instituição por meio dos agentes que conduziam o processo de internacionalização, estava promovendo e interagindo seus

estudantes a experiências internacionais *on campus* como deve ser a responsabilidade da instituição (KNIGHT, 2012). O gráfico 10 ainda mostra um declínio de algumas ofertas em detrimento ao aumento de outras, tal oscilação deve ser explicada se comparamos as ofertas com o número de postagens/peças publicitárias por meio da divulgação feita nas redes sociais do programa.

No gráfico 11 a seguir, apresento os dados referentes à constância da divulgação comparada ao números de inscrições obtidas nas ofertas.

Gráfico 11 - Redes Sociais e Número de Inscrições



Fonte: A própria autora.

O gráfico 11 compara o número de peças de divulgação com o número de estudantes que se inscreveram nos cursos do IsF-UJEL. Neste gráfico, as barras azuis representam a quantidade de posts divulgados na rede social do Facebook, as barras verdes representam as postagens na rede social Instagram. A linha laranja representa o número de inscrições (estudantes) ajustadas exatamente à oferta proposta.

É interessante observar que na primeira oferta o NuLi divulgou o programa por meio de três posts. Realmente, a divulgação foi um elemento a ser

aprendido com a equipe. Era um desafio para esses atores de implementação de política converter a modalidade primária, textual, para a secundária, a prática (BOWE, BALL; GOLD, 1992). Em meio a uma comunidade acadêmica de cerca de vinte mil pessoas, a inexperiência do NuLi em achar que três cartazes seriam o suficiente para divulgar as ações do programa foi registrada como inócua. Após o baixo número de inscrições obtido na oferta 2017.1, o NuLi dobrou a quantidade de posts de divulgação e obtém muito próximo do dobro de inscritos da primeira oferta já na oferta 2 de 2018. Contudo, na oferta três, 2018.3, o NuLi baixa a incidência de divulgação e automaticamente as inscrições baixam também.

Os dados apresentados no gráfico 11, na prática, não foram organizados pelo NuLi sistematicamente ou seguiram um planejamento estratégico de divulgação, o que se fazia eram buscar alternativas para cada oferta que se apresentava em desacordo com a estrutura ociosa do NuLi.

Dando prosseguimento a leitura do gráfico 11, percebe-se que a oferta quatro, 2018.4, também apresenta um pequeno aumento da inscrições se comparado a um pequeno aumento do número de postagens divulgadas. Dobra-se o número de abordagem da divulgação para doze postagens e obtêm-se um leve aumento de 5% nas inscrições. No entanto, a partir dessa oferta, parece-me que o NuLi começa a entender que a divulgação das ações do programa, seguindo um planejamento estratégico pode incidir em uma procura maior pelas ações do IsF. Williamson (2015), a respeito da implementação de reformas em instituições públicas, propõe aprendizado e adaptabilidade para não se perder no processo. Reformar, implementar novas ações implica aprender da experiência, identificar problemas e então, adaptar-se e redefinir soluções. A busca de estratégias para tornar o programa conhecido na universidade se tornava um desafio constante para o grupo da UEL.

Ao fechamento de cada oferta, os números chegavam e novas estratégias delimitadas. Assim, na oferta cinco, 2015.5, percebe-se um aumento significativo do número de inscritos se comparados ao máximo número de posts divulgados até então. Somando as duas redes sociais que serviam de canal de comunicação com a comunidade acadêmica, o NuLi elaborou vinte e cinco posts de divulgação do programa e obtém o maior número de inscritos até então, cento e oitenta e sete inscritos.

Já na oferta 6, 2018.6, o NuLi parece menosprezar a etapa da divulgação para a oferta 6. Neste momento, talvez a equipe comece a pensar que as

ações do NuLi já estariam consolidadas e o programa atrairia participantes por si próprio, assim, divulga somente oito postagens para a oferta 6. A linha de inscrições da oferta 6 cai significativamente se comparada a queda da barra referente à publicação dos posts.

A queda no número de inscrições parece suscitar para o retorno na estratégia de divulgação com mais força na oferta 7, 2018.7, pelo NuLi-UEL. Nesse período, o NuLi faz o maior registro de número de posts de divulgação durante a sua atuação na UEL atingindo um total de trinta e uma publicações, sendo vinte e quatro postagens no Facebook e sete no Instagram. O resultado é uma recuperação positiva de inscritos saltando de 115 participantes da oferta anterior para 169, um aumento de 54 alunos.

A oferta 7 demarca o início da segunda metade do caminho que o NuLi-IsF percorreu na UEL. Dessa oferta em diante, conseguimos verificar que em seis meses o programa havia crescido 20%, totalizando 931 inscritos se comparados aos números do primeiro semestre de inscritos (776).

No segundo semestre de atuação do programa, percebemos uma padronização na quantidade de posts pela equipe IsF-UEL. Parece-me que o NuLi concebe uma média de vinte postagens por oferta como uma estratégia a ser seguida. É interessante notar ainda que a única oferta que o NuLi opta por um número menor de postagens, quatorze, na oferta 2018.9, é, coincidentemente, a oferta que menos registra inscritos.

Não podemos afirmar com certeza que a divulgação feita por meio das postagens influenciou direta ou unicamente no número de inscritos do NuLi, dado a outros fatores como divulgação por e-mail, divulgação entre os próprios alunos etc. É notável, porém, que quando o NuLi aumentou a incidência de divulgação, há uma relação com o aumento de inscritos nos cursos.

Ainda no gráfico 11 podemos analisar uma característica inerente do ano acadêmico, o início do semestre. É de se esperar que no começo do ano letivo, ou do semestre, os alunos busquem por novos projetos para incrementar seu currículo acadêmico. O início do novo ano letivo poderia ter computado mais alunos inscritos, mas isso não teve destaque nos nossos dados. Ao compararmos os dados do gráfico 11 com as informações da figura 23, que ilustra uma parte do calendário de ofertas do programa IsF, vemos que foi justamente no início do semestre, refletido na oferta 6, com início das aulas em 13 de agosto, que registramos o menor número de inscritos,

seguido pelo menor número de postagens pela divulgação. Já a oferta 7, que revela o maior número de postagens, mantém o número de inscritos na média alta do gráfico, mesmo com inscrições de 27 de agosto a 5 de setembro e início das aulas em 17 de setembro.

De certo modo, o raciocínio do ano letivo pode ser aplicado à oferta 9 de 2018, já que o início das aulas desta oferta seria de 26 de novembro (Figura 23). Esse é um período em que os discentes estão mais preocupados em concluir seus trabalhos e avaliações e poucos teriam como meta o início de um novo projeto. Parece que nem o NuLi, nem os estudantes pareciam apostar nesta oferta, já que essa oferta apresenta o menor número de postagens, seguido do menor número de inscritos no segundo semestre de atuação do programa.

Já a última oferta autorizada pelo programa, 2019.3, revela um recorde de inscrições, obtendo 232 estudantes inscritos. Talvez essa seria a primeira oferta a colaborar para o início de uma consolidação das ações do programa na UEL. Já com um ano de trabalho executado, o NuLi IsF-Uel parecia estar conquistando um espaço nas atividades referentes à internacionalização na universidade. Cabe aqui uma retomada do pensamento de Easton (1957) quando afirma que as políticas são movidas por dois tipos de input: demanda e apoio. Engajamo-nos em políticas pelo resultado da existência de demandas de grupos que não estão satisfeitos com seu ambiente. Contudo, só demandas não são suficientes para manter o sistema político operando. Para esse autor, nenhuma política pública pode apresentar resultados importantes somente baseadas em demandas, é preciso que o apoio exerça sua função no processo. Infelizmente essa oferta não se consolidou devido o corte do fomento e da falta de apoio por meio das bolsas advindo do governo federal e da não continuidade dos decisores e gestores locais.

Figura 23 - Parte do calendário de ofertas do Programa IsF - 2018

Oferta 4			Oferta 5			Oferta 6		
Ações	Data início	Fim	Ações	Data início	Fim	Ações	Data início	Fim
Confirmar planejamento	26/abr/18 (qui)	27/abr/18 (sex)	Confirmar planejamento	05/jun/18 (ter)	06/jun/18 (qua)	Confirmar planejamento	10/jul/18 (ter)	11/jul/18 (qua)
Oferta	07/mai/18 (seg)	09/mai/18 (qua)	Oferta	12/jun/18 (ter)	14/jun/18 (qui)	Oferta	17/jul/18 (ter)	19/jul/18 (qui)
Ajustes/homol	10/mai/18 (qui)	11/mai/18 (sex)	Ajustes/homol	15/jun/18 (sex)	18/jun/18 (seg)	Ajustes/homol	20/jul/18 (sex)	23/jul/18 (seg)
Inscrição	14/mai/18 (seg)	22/mai/18 (ter)	Inscrição	19/jun/18 (ter)	28/jun/18 (qui)	Inscrição	24/jul/18 (ter)	02/ago/18 (qui)
Ensalamento	23/mai/18 (qua)	24/mai/18 (qui)	Ensalamento	29/jun/18 (sex)	02/jul/18 (seg)	Ensalamento	03/ago/18 (sex)	06/ago/18 (seg)
Resultado	25/mai/18 (sex)	25/mai/18 (sex)	Resultado	03/jul/18 (ter)	03/jul/18 (ter)	Resultado	07/ago/18 (ter)	07/ago/18 (ter)
Duplicação	28/mai/18 (seg)	04/jun/18 (seg)	Duplicação	04/jul/18 (qua)	09/jul/18 (seg)	Duplicação	08/ago/18 (qua)	13/ago/18 (seg)
Remanejamento	28/mai/18 (seg)	11/jun/18 (seg)	Remanejamento	04/jul/18 (qua)	16/jul/18 (seg)	Remanejamento	08/ago/18 (qua)	20/ago/18 (seg)
Data início	04/jun/18 (seg)		Data início	09/jul/18 (seg)		Data início	13/ago/18 (seg)	
	FIM Oferta 4	Diário de classe		FIM Oferta 5	Diário de classe		FIM Oferta 6	Diário de classe
Fim - 16h	30/jun/18 (sáb)	07/jul/18 (sáb)	Fim - 16h	04/ago/18 (sáb)	11/ago/18 (sáb)	Fim - 16h	08/set/18 (sáb)	15/set/18 (sáb)
Fim - 32h	28/jul/18 (sáb)	04/ago/18 (sáb)	Fim - 32h	01/set/18 (sáb)	08/set/18 (sáb)	Fim - 32h	06/out/18 (sáb)	13/out/18 (sáb)
Fim - 48h	25/ago/18 (sáb)	01/set/18 (sáb)	Fim - 48h	29/set/18 (sáb)	06/out/18 (sáb)	Fim - 48h	03/nov/18 (sáb)	10/nov/18 (sáb)
Fim - 64h	22/set/18 (sáb)	29/set/18 (sáb)	Fim - 64h	27/out/18 (sáb)	03/nov/18 (sáb)	Fim - 64h	01/dez/18 (sáb)	08/dez/18 (sáb)

Oferta 7			Oferta 8			Oferta 9		
Ações	Data início	Fim	Ações	Data início	Fim	Ações	Data início	Fim
Confirmar planejamento	13/ago/18 (seg)	14/ago/18 (ter)	Confirmar planejamento	17/set/18 (seg)	18/set/18 (ter)	Confirmar planejamento	19/out/18 (sex)	22/out/18 (seg)
Oferta	20/ago/18 (seg)	22/ago/18 (qua)	Oferta	24/set/18 (seg)	26/set/18 (qua)	Oferta	26/out/18 (sex)	30/out/18 (ter)
Ajustes/homol	23/ago/18 (qui)	24/ago/18 (sex)	Ajustes/homol	27/set/18 (qui)	28/set/18 (sex)	Ajustes/homol	31/out/18 (qua)	01/nov/18 (qui)
Inscrição	27/ago/18 (seg)	05/set/18 (qua)	Inscrição	01/out/18 (seg)	10/out/18 (qua)	Inscrição	05/nov/18 (seg)	13/nov/18 (ter)
Ensalamento	06/set/18 (qui)	10/set/18 (seg)	Ensalamento	11/out/18 (qui)	15/out/18 (seg)	Ensalamento	14/nov/18 (qua)	19/nov/18 (seg)
Resultado	11/set/18 (ter)	11/set/18 (ter)	Resultado	16/out/18 (ter)	16/out/18 (ter)	Resultado	20/nov/18 (ter)	20/nov/18 (ter)
Duplicação	12/set/18 (qua)	17/set/18 (seg)	Duplicação	17/out/18 (qua)	22/out/18 (seg)	Duplicação	21/nov/18 (qua)	26/nov/18 (seg)
Remanejamento	12/set/18 (qua)	24/set/18 (seg)	Remanejamento	17/out/18 (qua)	29/out/18 (seg)	Remanejamento	21/nov/18 (qua)	03/dez/18 (seg)
Data início	17/set/18 (seg)		Data início	22/out/18 (seg)		Data início	26/nov/18 (seg)	
	FIM Oferta 7	Diário de classe		FIM Oferta 8	Diário de classe		FIM Oferta 9	Diário de classe
Fim - 16h	13/out/18 (sáb)	20/out/18 (sáb)	Fim - 16h	17/nov/18 (sáb)	24/nov/18 (sáb)	Fim - 16h	22/dez/18 (sáb)	29/dez/18 (sáb)
Fim - 32h	10/nov/18 (sáb)	17/nov/18 (sáb)	Fim - 32h	15/dez/18 (sáb)	22/dez/18 (sáb)	Fim - 32h	Não há	
Fim - 48h	08/dez/18 (sáb)	15/dez/18 (sáb)	Fim - 48h	Não há		Fim - 48h	Não há	
Fim - 64h	Não há		Fim - 64h	Não há		Fim - 64h	Não há	

Fonte: Núcleo Gestor do programa IsF.

Há um elemento importante a ser considerado quando analisamos o número de inscritos no programa IsF. Como os cursos poderiam ser de 16h, 32h, 48h e 64h, a oferta de um determinado curso poderia influenciar no número de inscritos da oferta seguinte. Na figura 24, podemos observar essa variante. Ao observarmos a oferta 2018.5, verificamos que o NuLi-UEL consolida quatorze turmas, sendo cinco delas de 32h e nove de 16h. As cinco turmas de 32h mantem suas atividades no mês seguinte, isso significa que o NuLi ofertaria cinco turmas a menos, já que professores já estariam ocupados com essas turmas. Dito isso, a oferta subsequente, de 2018.6, abre menos opções de horários e turmas aos participantes, fato que pode diminuir o interesse dos candidatos devido a outros fatores como menor diversidade no nível do curso, nos horários, nos dias das aulas e nos tipos de cursos ofertados.

Figura 24 - A variável da carga horária dos cursos

OFERTA	Período de Inscrição		Postagens durante o período de inscrições		Número de inscrições	16H	32H	TURMAS
			Facebook	Instagram				
1 2017	02/out	23/out	3	0	87	5	0	5
2 2018	06/mar	15/mar	6	5	158	6	2	8
3 2018	10/abr	19/abr	4	2	107	7	1	8
4 2018	14/mai	22/mai	8	4	112	9	0	9
5 2018	19/jun	28/jun	14	11	187	9	5	14
6 2018	24/jul	02/ago	4	4	115	9	0	9
7 2018	27/ago	05/set	24	7	169	9	0	9
8 2018	01/out	10/out	10	13	128	7	3	10
9 2018	05/nov	13/nov	7	7	69	5	0	5
1 2019	21/jan	06/fev	9	9	185	7	5	12
2 2019	18/fev	14/mar	10	10	130	7	0	7
3 2019	01/abr	17/abr	10	7	232	9	4	13
Totais:			109	79	1679	89	20	109

Fonte: A própria autora.

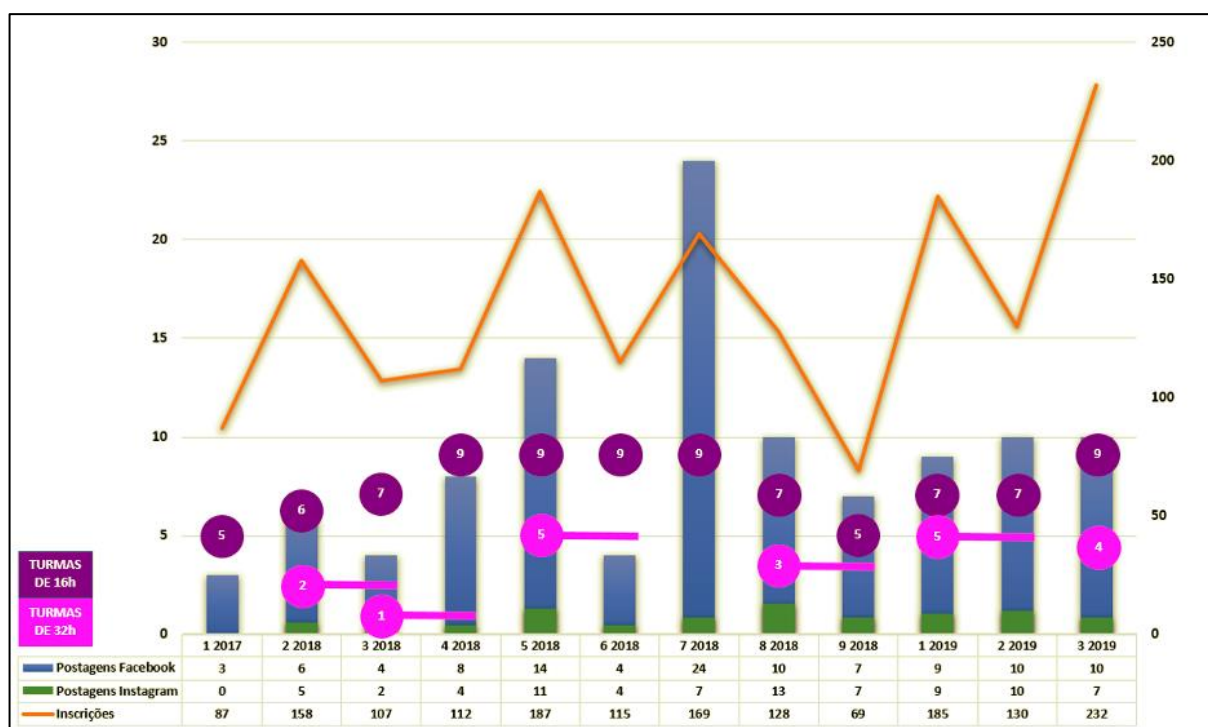
Nos nossos dados, a variante da oferta dos cursos de 32h pode ser vista sempre como um fator impeditivo para o aumento das inscrições. Sempre que o NuLi-UEL ofertou turmas de 32h em uma determinada oferta, a maioria das ofertas subsequentes revelou um número inferior de inscritos. Essa diminuição pode ser detectada nas ofertas, 2 de 2018, que registra 158 inscritos e uma queda na oferta 3 para 107 inscritos; na oferta 5 de 2018, com 187 inscritos e uma queda para 115 inscritos na oferta 6 de 2018; na oferta 8 de 2018, com um número de inscritos de 128 estudantes e uma queda para 69 inscritos na oferta 7 de 2018, e na oferta 1 de 2019, que registra 185 inscritos, mas cai para 130 inscritos na oferta 2 do mesmo ano.

Tal movimento pode ser justificado pelo alunos então chamados fidelizados⁴³ (SANTOS; GOMES [2022], no prelo). Quando um aluno entendia o processo do IsF, no qual ele teria que fazer várias inscrições durante o ano se quisesse usufruir de vários cursos, ele se tornava um aluno fidelizado e já se atentava para as inscrições das próximas ofertas sem mesmo concluir o curso atual. Tal discernimento do funcionamento do programa era crucial para a compreensão de como as ações aconteciam, já que muitos alunos estavam acostumados com inscrições no início do ano ou do semestre, como ocorre em cursos de idiomas ou no Laboratório de Línguas. Era uma nova forma de conceber os cursos de língua para fins específicos na universidade.

⁴³ Alunos fidelizados era o termo utilizado pelos NuLis para se referir àqueles alunos que se matriculavam em uma oferta atrás da outra aproveitando o programa na sua plenitude.

O gráfico 12 ilustra a questão da oferta dos cursos de 32h e a oferta subsequente a ela. Apesar dos cursos de 32h se estenderem ao mês seguinte, como podemos visualizar em quase todas as ofertas no círculo rosa claro, a diminuição de estudantes pode não representar uma falha no processo, já que muitos desses alunos estavam estudando, mas não precisavam fazer nova inscrição. De certo modo, mesmo analisando todos os dados referentes à inscrição propostos nesta tese, fica claro que o trabalho de divulgação das ações do programa teve um impacto positivo na captação do estudante interessado em se inteirar das atividades de internacionalização propostas pela universidade pelo IsF da UEL.

Gráfico 12 - Os cursos de 32h e o número de alunos



Fonte: A própria autora.

Encerro essa última parte da análise com o gráfico 12 que revela uma pequena parte da complexidade que resultou a implementação de um programa que promovia política linguística com vistas à internacionalização no ensino superior. Ball (2017), por outro lado, rejeita o termos implementação para políticas. Ele afirma que há um envolvimento de atuação e prática que se origina no texto, mas que se traduz em outra modalidade, é a ação de fazer as coisas. Uma modalidade é o texto, outra modalidade é a prática. O processo de tornar as ações do programa IsF conhecidas

no campus por meio da prática da divulgação foi para o NuLi certamente a atividade mais desafiadora se comparada a todas que o programa IsF nos propôs a executar, como preparar aulas, aplicar testes, elaborar materiais, escrever artigos, formação de professores, dentre outros. Como professores, não temos escola de gestores, não somos ensinados a divulgar nosso trabalho, nossos cursos, nossas aulas. Culturalmente, a educação bem como as vagas disponíveis no setor público, são sempre disputadas e cabe à universidade fazer a seleção dos candidatos ajustando-os nas vagas disponíveis.

O programa IsF nos mostrou o contrário. Todos os envolvidos do NuLi-UEL tinham a internacionalização como um elemento partícipe da formação do estudante do ensino superior, mas esta tese mostra que inúmeras barreiras se levantaram no decorrer da implementação ou da prática (BALL, 2006) e o processo da internacionalização é um caminho a ser desbravado se a universidade quiser oferecer aos seus estudantes a expansão de pesquisas, culturas e saberes em âmbito internacional.

Após a apresentação e análise dos dados, proponho a discussão final dos resultados que acarretará o fechamento e alinhamento de modo a identificar as etapas necessárias para a implementação e a gestão de programas que promovam política linguística para a internacionalização do Ensino Superior nas IES brasileiras.

4.4 Discussão dos Resultados

Quando estabeleci como o primeiro dos objetivos secundários analisar a implementação do programa IsF em uma universidade brasileira à luz dos documentos oficiais da IES e do programa IsF, revelaram-se como eixos basilares do programa IsF: 1. a articulação de um programa com fomento externo com o centro de línguas local, 2. a relação da política linguística nacional, que o IsF promovia, com a política linguística institucional e 3. o papel dos agentes da internacionalização dentro da IES.

Com base na análise de conteúdo proposta por Bardin (2006) e após concluída a análise documental referente à articulação com o laboratório concluo que o formato que o Laboratório de Línguas da UEL se encontra projetado pelo seu Regulamento Interno atualmente não colaborou na implementação de programas que promovem política linguística com vistas à internacionalização, como o IsF. A falta de

articulação do laboratório com as questões de internacionalização propostas pelo programa não se pauta em um impedimento de cunho particular ou definido por um decisor, mas, principalmente, na forma como o laboratório foi concebido desde 2012, à época, quando foi criado para atuar mediante as necessidades linguísticas do departamento de Letras Estrangeiras Modernas. Aquele departamento concebido e regulamentado desde 2012 já não existe mais, o corpo docente é outro, o curso de Letras tem novo currículo, as demandas atuais seguem o fluxo e a velocidade digital.

Constato, durante a análise, que o Regulamento Interno do Laboratório de Línguas tem uma forte relação em atender ao departamento de Letras Estrangeiras Modernas, já documentos mais recentes analisados como o Plano Internacional de Pesquisa e da Pós-Graduação e a Minuta de Política Linguística para a UEL, concebem o laboratório como órgão que atende à universidade como um todo. Não tenho a intenção de menosprezar a atuação desse órgão, uma vez que tem executado suas atividades, segundo o regulamento, muito satisfatoriamente. Contudo, quando trazemos as implicações da implementação de um programa com vistas à internacionalização, notamos nos editais, que é o laboratório de línguas/centro de línguas que surge como referência no processo. Esses documentos oficiais não só ressaltam a importância de um acolhimento pelo laboratório/centro de línguas no gerenciamento das ações pertinentes à internacionalização pelo programa, mas também a carga de referência institucional que tradicionalmente é atribuído a esse órgão pela comunidade acadêmica em geral, exigindo dele o papel transversal na universidade e não um órgão de apoio ao departamento como se observa no seu regimento atual, na realidade.

Um ponto que destaco na análise documental foi a possibilidade de perceber a cronologia pela qual os fatos e as tomadas de decisões ocorrem em uma instituição pública, exemplificada neste estudo pela Universidade Estadual de Londrina e o Programa IsF. O regulamento interno do laboratório data-se de 2012 e questões sobre internacionalização ganharam força no Brasil a partir de julho de 2011 com a criação do programa Ciência sem Fronteiras. Muitas das implicações que moldaram os conceitos de internacionalização no país vieram após esse período e foram construídas a partir das necessidades nas quais o programa se deparava. Muito próximo a esse período, ocorreu a promulgação do regulamento de laboratório de línguas da UEL, em 2012, exato período quando os decisores do laboratório haviam acabado de concluir e definir o papel do laboratório na instituição. Conclui-se que este

regulamento ainda não traz aspectos referentes à internacionalização, uma vez que a onda iniciada pelo Ciência sem Fronteiras em 2012, data do documento, estava apenas no seu início, dessa forma, sem grandes impactos.

Esse movimento cronológico também é percebido após as análises dos documentos propostos e o papel do laboratório na instituição. O PDI (2016-2021), por exemplo, concebe um laboratório de línguas muito mais próximo dos propósitos do regulamento do laboratório, enquanto o Plano de Internacionalização proposto pela PROPPG em 2019 percebe o laboratório mais atuante à internacionalização, como proposto nos moldes dos editais do IsF. No documento da PROPPG, a internacionalização e a mobilidade estão descritas com mais relevância para a instituição, e o laboratório é visto como um polo protagonista para esse tipo de ação. Já em 2017, quando o programa IsF chega na UEL por meio de Edital 59/2017, questões sobre internacionalização e o papel dos centros de língua no processo exigiam do laboratório direções distintas das propostas em 2012 pelo seu regulamento interno.

Hodiernamente, após a atuação de um programa que promove política linguística com vistas à internacionalização como o IsF, percebe-se que o papel do laboratório poderia ser atualizado. Sem atrever-me a dizer quais direções o laboratório deve tomar, esta é mais uma decisão para os especialistas e decisores institucionais avançarem, cabe a mim apontar o que a análise documental nos permite concluir. Todavia, levando em consideração que as novas demandas do ensino superior precisam ter documentos claros e atuais para que seus gestores possam decidir e desempenhar suas funções de acordo com o que é proposto pelo documento (WEBER, 2016), o regulamento de 2012 não condiz com as expectativas propostas nos documentos mais atuais da UEL em relação ao Laboratório de Línguas. As ideias e as necessidades propostas pelo regulamento de 2012 talvez não sejam mais as mesmas ideias e necessidades da universidade projetada atualmente. O laboratório projetado em 2012 não contempla os documentos propostos pelo mais recente programa com vistas à internacionalização como os do IsF. O Departamento de Letras Estrangeiras Modernas, ao desempenhar suas funções na atualidade, deveria rever e analisar se o modelo vigente de laboratório de línguas é aquele que melhor atende o departamento e também o campus, como os documentos do programa sugerem. Essa última sugestão, no entanto, deve ser objeto de discussão do departamento a fim de que seus decisores considerem ou não que o laboratório deva atender ao campus na

sua plenitude. Essas e outras questões são resultado de uma análise documental criteriosa a partir da implementação de um programa que promove política linguística com vistas à internacionalização e que revela, por parte do laboratório, uma possibilidade de mudança, atualização e ampliação em prol da IES investigada. Na análise proposta, o laboratório de línguas deveria ser protagonista nas ações de internacionalização. Ele deveria concentrar mais, senão, todas as atividades referentes à política linguística institucional que sirvam os anseios da universidade e não direcionar suas ações aos anseios do departamento ao qual ele foi concebido, a ampliação do laboratório gera conseqüentemente uma ampliação do departamento. Tal mudança já pode ser constatada na Ação 25 do PDI (2016-2021): Aumentar a abrangência do Laboratório de Línguas, permitindo aos estudantes carga horária em disciplinas de línguas ou proficiência para programas de mobilidade. Ou na Meta 15 do Plano de Internacionalização da PROPPG, na Ação 49: Definir estratégia de oferta de cursos de línguas estrangeiras no âmbito dos programas Paraná fala Inglês, Idiomas sem Fronteiras e Laboratório de Línguas em consonância com a política de internacionalização da UEL. Esses documentos mais atuais já constatarem que essa nova proposta faz mais sentido nos dias de hoje. Limitar ou condicionar as ações do laboratório prioritariamente ao departamento do curso de Letras Estrangeiras Modernas é diminuir sua abrangência e restringir o acesso de recursos móveis (FINARDI, 2016), como a língua estrangeira, a uma comunidade que deseja expandir pesquisas e conhecimentos por meio da internacionalização (UEL, 2021a; UEL, 2021b).

Quanto à atuação e o papel do Laboratório de Línguas da UEL, sugiro fortemente, com base nesta análise documental, que se esta universidade pretende continuar a ocupar um lugar de vanguarda na internacionalização, novas discussões que levem a uma atualização do regulamento do laboratório sejam feitas. Tais atualizações devem analisar, rever e propor um novo papel desse órgão na atualidade e na universidade. Essa decisão deve ser tomada principalmente pelo Departamento de Letras Estrangeiras Modernas, órgão que detém o conhecimento técnico, linguístico e pedagógico que regem as ações do Laboratório de Línguas na UEL juntamente com instâncias envolvidas no processo de internacionalização e já analisadas nesta tese.

O segundo eixo basilar referente ao primeiro objetivo secundário proposto nesta tese refere-se à relação da política linguística nacional que o IsF

promovia com a política linguística institucional. A busca e a redação repentina desse documento levavam a entender que esse era um documento ordinário nas IES, e que o fato de não o possuir, revelava uma universidade não atenta a uma condução séria dos aspectos linguísticos da instituição. A partir da análise documental, percebe-se que não foi isso que aconteceu. A política linguística não era um documento recorrente nas IES. Os próprios primeiros editais do IsF sequer mencionavam a existência de um documento denominado política linguística como elemento norteador para a implementação do programa de internacionalização nas IES. Encontramos na Portaria nº 973 de 14 de novembro de 2014 a primeira descrição do que mais tarde se tornaria uma política linguística. No Art.11 de responsabilidade das IES participantes do programa, no último inciso, lê-se: implementar uma política de ensino de idiomas no âmbito de sua instituição, valorizando as ações do Programa (BRASIL, 2014). A política de ensino de idiomas se tornaria a política linguística três anos depois. Somente em 2017, nos Editais nº 29/2017, de recadastramento das universidades federais, e nº 59/2017 do cadastramento das universidades estaduais, é que o termo política linguística surge pela primeira vez nos documentos do programa IsF.

A análise documental da política linguística revela um caminho a ser percorrido pelas IES participantes muito parecido com o percurso que os decisores do programa em âmbito nacional percorreram desde a criação do programa IsF. A política linguística institucional foi uma necessidade que se originou da prática do programa (BALL, 2006). De certo, tal busca pelo documento não teria sido às pressas se o Núcleo Gestor tivesse explicado que esse era um documento novo nas IES e que exigiria discussões amplas e longevas nas universidades de modo que tal política linguística revelasse os interesses da instituição. Por outro lado, entendemos também, por parte do Núcleo Gestor, a urgência do programa em alinhar e sustentar o programa burocraticamente nas universidades por meio de uma PL que nortearia as ações de internacionalização nas IES brasileiras respaldando o programa e fortalecendo suas atividades. Ocorre que o conhecimento do NG com relação à política linguística era macro, e vinha sendo construído desde a Portaria n. 105 na qual o Grupo de Trabalho Inglês sem Fronteiras foi instituído (BRASIL, 2012). Já o conhecimento das IES era micro, e se desenvolvia à medida que o programa amadurecia nas instituições, no caso das universidades estaduais, a partir de 2017 (BRASIL, 2017).

Tivéssemos sabido do percurso trilhado referente à criação do programa até a ideia da concepção de uma política linguística, o subtítulo desta tese no capítulo quatro teria sido outro e não – A Ausência de uma Política Linguística na Instituição – como se a ausência do documento fosse uma culpa ou ineficiência da instituição em questão. A análise da política linguística remete-me ao Ciclo de Políticas de Bowe, Ball e Gold (1992), nela, não se vê o processo político como estático e planejado com expectativas bem delineadas. “Pelo contrário, busca novos princípios explicativos, rejeita a separação entre formulação e implementação de políticas, focalizando as ações das práticas cotidianas, a heterogeneidade e a articulação entre macro e micro contextos” (DORIGON, 2015).

Com relação à formulação de políticas, Lasswell (1950) ainda destaca o papel da formulação e concretização das políticas de forma normativa que apoie o papel dos decisores a fim de aumentar a racionalidade da tomada de decisão. Para esse autor, o decisor é um mediador no campo das políticas e age como interlocutor entre os especialistas e os cidadãos. O Núcleo Gestor do programa IsF detinha a racionalidade das decisões, a visão desse grupo a partir da vivência e da prática entre os especialistas e as universidades, em âmbito nacional, a considerar um país como o Brasil, com proporções continentais, exigia que decisões fossem tomadas para que o programa desempenhasse suas funções de acordo com os propósitos de internacionalização. Um documento como uma política linguística institucional foi, sabiamente, uma delas.

Não discuto a exigência de uma política linguística, muito menos as ações em prol de um documento desse porte pelo Núcleo Gestor, mas tivéssemos tido mais discussões a respeito de como elaboraríamos esse documento, talvez o percurso trilhado na elaboração da proposta de política linguística da UEL teria enveredado caminhos mais transversalmente institucionais.

Por outro lado, a ausência de uma política linguística institucional revela um desconhecimento basilar de seus decisores somado a uma falta de reconhecimento do papel das línguas estrangeiras como fundamento no contato com outras culturas por meio da interlocução de ideias e pesquisas acadêmicas (MARCELINO, LAUXEN, 2018). A elaboração de uma política linguística institucional para a universidade é o reconhecimento de que pesquisas e discussões acadêmicas são feitas levando em consideração os anseios de buscar ainda mais respostas por

meio do contato com outras culturas e, ainda, respeitando a autonomia na decisão das línguas que farão parte de cada realidade (ABREU-E-LIMA et al., 2017).

O terceiro e último eixo basilar proposto no primeiro objetivo secundário desta tese são os agentes da internacionalização. Quando o NuLi UEL iniciou suas atividades na universidade não havia um conhecimento de quem seriam os participantes (estudantes, professores, centros de estudos, cursos, departamentos, funcionários) do programa, quais seriam seus anseios e expectativas dentro do programa. A partir da análise dos dados da aplicação de TOEFL ITP e do cruzamento desses dados com os estudantes dos cursos presenciais do NuLi-UEL pudemos delinear um perfil desses agentes no processo de internacionalização.

As primeiras articulações do programa foram feitas com a graduação, e os dados mostram que os interessados no programa estavam na pós-graduação. A atuação dos centros de estudos da universidade mostrou que há diferenças significativas entre o envolvimento de um certo centro em comparação a outros.

Uma vez demarcados esses interesses pela internacionalização em uma IES, a atuação do programa pode estabelecer ações mais específicas para um determinado público da universidade, investindo suas ações mais pontualmente. Da mesma forma, ao observar que um determinado centro não tem uma projeção notável pelas ações de internacionalização propostas pela IES, cabe, então, que ações propositivas da política linguística institucional sejam disseminadas e discutidas para que novas propostas sejam delineadas. Não podemos afirmar que se um Centro de Estudo não aparece nos dados do IsF, não esteja engajado nas ações de internacionalização propostas nesta tese; contudo, podemos afirmar que há centros com projeções mais significativas às ações de internacionalização promovidas pelo programa IsF na UEL, como o TOEFL ITP, teste que promove o acesso ao maior número de convênios e bolsas para o exterior, segundo do documento da PROPPG da UEL, revelando uma ação muito mais propositiva de internacionalização (UEL, 2021a).

Ainda sobre a disseminação das ações para os agentes da internacionalização, observamos que a divulgação fez toda a diferença na captação de estudantes interessados no processo de internacionalização da UEL. Essa divulgação, entretanto, não é de caráter institucional, como as divulgações que são disseminadas na universidade nas quais um folder, um cartaz ou um e-mail é enviado divulgando um determinado evento. Essa divulgação demonstrou ser mais atuante e

intensa, de modo a divulgar chamadas quase que diariamente para que o programa fosse visto e adotado pelos agentes da universidade.

Essa constância na divulgação levou tempo até que a equipe do NuLi-Uel percebesse que esse era um recurso importante que deveriam seguir se quisessem fazer do IsF uma ação de internacionalização recorrente na UEL. Os dados de divulgação cruzados com as matrículas nos cursos demonstram que pela divulgação, no dia a dia da vida acadêmica desses agentes, a internacionalização estava tomando forma, por meio dos cursos e das ações do IsF e do estudo de língua estrangeira.

Colocamos a divulgação como importante engrenagem que levou o IsF na UEL a cerca de quarenta e dois cursos de pós-graduação e nove cursos de graduação em vinte meses de atuação. A análise comparativa dos dados de oferta de cursos e intensidade de postagens revelam uma relação de causa e consequência muito clara que deve ser levada em consideração na implementação de programas de internacionalização, juntamente com uma política linguística consolidada e agentes interessados em promover pesquisa no exterior.

Por fim, a fim de cumprir o segundo dos dois objetivos secundários desta tese, apresento as etapas necessárias para a implementação do IsF de formas a auxiliar futuros gestores de programas que objetivem dar suporte à internacionalização do ensino superior nas IES brasileiras com base nos dados analisados:

Etapas 1

Proposição de uma Política Linguística que perpassasse por todos os setores da universidade, por meio de seus representantes, e que considere:

- a) As línguas adotadas no processo de internacionalização dos diferentes centros de estudos/ faculdades;
- b) A transversalidade de uma política linguística que considere discussões, apoio e ação do conselho universitário e demais conselhos, da reitoria e suas assessorias, das nove pró-reitorias, dos nove centros de estudo assim como dos órgãos suplementares e de apoio, no caso da UEL.
- c) A importância do português como língua estrangeira no processo de internacionalização ;

- d) A conscientização sobre o papel dos exames internacionais na internacionalização;
- e) A definição das dimensões do uso das línguas estrangeiras na instituição (admissões em programas, elevação de nível, línguas como meio de instrução);
- f) A definição de um polo/centro de línguas estrangeiras para o recebimento de programas com fomento externo;
- g) A definição do papel do Laboratório de Línguas da UEL no processo de internacionalização da universidade;
- h) Um mapeamento das línguas estrangeiras adotadas no processo de internacionalização de cada centro, departamento e curso;
- i) Concomitante a essas ações, a divulgação à comunidade acadêmica sobre a proposição de uma PL na universidade em todos os canais oficiais da universidade como forma de envolver a comunidade acadêmica.

Etapas 2

Articulação de programas que promovam PL com o Laboratório de Línguas da UEL ou centros de línguas das IES, no caso da UEL:

- a) Atualização do Regulamento Interno do Laboratório de Línguas do Departamento de Letras Estrangeiras Modernas da UEL no que diz respeito à:
 1. Discussão de novos objetivos levando em consideração os anseios e necessidades da universidade de modo abrangente e não especificamente os anseios do Departamento de Letras Estrangeiras Modernas;
 2. Definição de articulação do Laboratório de Línguas com programas externos como incremento às atividades do laboratório e não como ações concorrentes, visando à ampliação de atividades das línguas estrangeiras no campus;
 3. Ao seu papel no processo de internacionalização e mobilidade da universidade;

4. Adoção de um papel ativo na internacionalização como eixo transversal das ações de ensino, pesquisa e extensão, deixando claro este papel nos documentos oficiais da universidade, principalmente no PDI (FAUBAI, 2017);
5. Participação ativa e irrestrita nas decisões sobre Política Linguística da instituição.
6. Considerar o Laboratório de Línguas como polo aplicador de exames internacionais como TOEFL ITP, dentre outros.

Etapas 3

Quanto à acolhida a um programa que promova política linguística na UEL ou às ações de internacionalização promovidas pela própria instituição:

- a) Acolhida do programa e encaminhamento do mesmo ao órgão definido pela universidade.
 - i. Se este órgão não está definido, definir. Criar um clima institucional à internacionalização requer a integração de órgãos institucionais e programas externos (HUDZIK, 2012).
- b) Durante o início das ações e atividades do programa externo na universidade:
 - i. Estabelecer as informações pelas quais a comunidade acadêmica fará contato com os gestores do programa. Os contatos devem contemplar meios de comunicação convencionais, como telefone e e-mail e todas as mídias sociais atuais.
 - ii. Apresentar o programa na reunião do Conselho de Administração aos diretores de centro amplamente divulgando os dados de cada centro de estudo em relação a sua participação nas ações do IsF levantadas nesta tese;
 - iii. Concomitantemente às ações das atividades executadas pelo programa no campus:
 1. Participação da equipe do programa em pelo menos uma reunião departamental dos 59 departamentos da UEL para apresentar as ações, propostas e atividades do programa,

- deixando claro onde será a sede do programa bem como informações de contatos e mídias sociais;
2. Investigar a língua estrangeira predominante em cada departamento compilando um mapa linguístico institucional da internacionalização bem como de seus agentes;
 3. Propor um teste de nivelamento (no caso da língua inglesa) em cada departamento para compor um panorama e mapeamento do nível linguístico de cada setor;
 4. Organizar palestras aos estudantes, professores e técnicos administrativos sobre o programa e a importância da internacionalização no campus, incrementando também, a internacionalização em casa;
 5. Adequar a oferta de cursos e ações do programa mediante à necessidade da comunidade acadêmica conforme o resultado do mapeamento linguístico e a demanda da comunidade acadêmica;
 6. Visitar todos os cursos/estudantes de pós-graduação apresentando o programa e mapeando os interesses de cada curso, obtendo assim, um perfil desse grupo de agentes da internacionalização .

As etapas propostas visam à auxiliar futuros gestores de programas no suporte à internacionalização do Ensino superior nas IES brasileiras. Contudo, já discuti neste estudo que programas externos surgem e se vão a depender de administrações públicas. Já o processo de internacionalização de uma instituição pública de ensino superior não deve depender de uma administração pública, mas de estratégias e ações que reflitam os seus próprios interesses, respeite seus interesses locais e a sua missão institucional (HUDZIK, 2012; KNIGHT, 2012)

O desenvolvimento e aplicação das etapas propostas não dependem da existência de um programa, por isso, o papel do Laboratório de Línguas na internacionalização pode ser muito importante nesse processo já que atua como

referência no ensino de línguas estrangeiras na instituição e poderia ser um polo de referência no processo de internacionalização institucional.

Desse modo, as etapas propostas poderiam ser executadas como ações institucionais em prol do desenvolvimento da internacionalização na UEL, já que suas aplicações demandam tempo e constância na atualização desses dados, independentemente da existência de um programa externo com vistas a internacionalização.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Longe de abordar questões filosóficas ou sociológicas com discussões complexas e densas pertinentes ao estudo da linguística, esta tese propõe apresentar aspectos práticos da área da linguagem que servirão para aplicações pertinentes à implementação de programas que promovam política linguística com vistas à internacionalização em IES com base no estudo de caso do IsF na UEL.

Ao se depararem com a implementação do programa IsF por meio do NuLi IsF, a equipe de coordenadores e professores da UEL decididamente não sabia o que iria encontrar. A ideia simples da abertura de turmas para o ensino de inglês para a internacionalização e aplicação de TOEFL ITP para a comunidade acadêmica da UEL foi se desdobrando em uma sucessão de tomada de decisões complexas (EASTON, 1957; BALL, 2006; LASSWELL, 1950) que implicavam muito além do ato da docência propriamente dita.

Como já dito na introdução deste trabalho, a motivação desta tese surgiu das dificuldades oriundas da implementação de um programa de âmbito nacional, que propunha estratégias de fortalecimento da internacionalização nas IES brasileiras (BRASIL, 2017), além da implementação de uma política linguística institucional a todas as universidades brasileiras participantes.

No início da atuação do referido programa, questões referentes ao papel do Laboratório de Línguas e a elaboração de uma política linguística pareciam ser elementos coadjuvantes do processo de implementação do NuLi na UEL. Contudo, já no início da primeira oferta, quando a equipe se deparou com a busca por salas e por apoio do laboratório somado à falta de interessados para fechar as turmas, desencadeou-se um processo de reflexão por parte da equipe a respeito do papel dos agentes da internacionalização (ABREU-E-LIMA, 2016; ALTBACH; KNIGHT, 2007; CALVET, 2007; FAUBAI; 2017; FINARDI, 2016ro; GIMENEZ, 2013; HUDZIK, 2011) nesta universidade. O programa seguiu por vinte meses na UEL até ter grande parte das suas ações encerradas pelo governo federal ao ser cortado o fomento das bolsas de professores e coordenadores. Neste momento, a coordenadora do programa, diante de um hiato inesperado e de muitas questões não respondidas, torna-se pesquisadora e, ao refletir a respeito de tudo o que havia sido feito e, também, tudo que deixou de ser feito, se depara com questionamentos que acabam por nortear este estudo de caso com relação às etapas necessárias para a implementação e a gestão

de programas que promovam política linguística em uma instituição pública de ensino superior com vistas à internacionalização. Por fim, discorro a seguir sobre as contribuições desta pesquisa bem como das limitações deste estudo, de modo a finalizar com sugestões para encaminhamentos futuros.

As etapas propostas na seção de discussão dos resultados apontam primeiramente à elaboração de uma política linguística institucional que reflita uma posição estratégica e transversal, considerando as relações entre o local e o global (ABREU-E-LIMA, *et al.*, 2017). Para que um documento dessas proporções se concretize, faz-se necessário um trabalho que seja ao mesmo tempo amplo e minucioso. Tal trabalho deve ouvir e analisar todos os setores da universidade, este não é um assunto de ARI, reitoria ou um centro de estudos, as ações devem ser feitas de modo a acomodar todas as dimensões possíveis de atuação dessa PL adotando um eixo transversal na instituição que percorra todos os currículos (HUDZIK, 2012). A política linguística institucional deve ser de base sólida para que todas as outras políticas possam ser implementadas de forma definitiva e sustentável dentro de uma instituição. A ausência de uma política linguística faz de um programa de internacionalização como o IsF, uma mera escola de cursos de línguas, sem que interesses acadêmicos e institucionais pautados nos programas das universidades se concretizem.

Na segunda proposta estão as etapas referentes à necessidade de uma definição de um espaço físico que sirva de referência das ações de internacionalização dentro da IES. Indicado pelo programa em análise, os centros de línguas das instituições reúnem as características necessárias para se tornarem polos de referência nas questões de ensino das línguas estrangeiras, a saber: divulgação de ações como palestras e eventos de outras culturas, auxílio da tradução de documentos institucionais e artigos acadêmicos, convívio com estudantes estrangeiros, clubes de leitura e escrita em língua estrangeira, apoio para o autor-pesquisador na tradução de papers e, acima de tudo, o ponto de referência institucional quando o assunto for línguas estrangeiras e internacionalização. É difícil criar um outro ambiente com tantas referências à internacionalização que não sejam os laboratórios/centros de línguas. O NG do IsF tem razão em propor essa articulação próxima com os centros/laboratórios existentes. No caso da UEL, isso se torna ainda mais viável devido à popularidade que o Laboratório de Línguas desenvolveu ao longo

de décadas com relação à confiabilidade e tradição no ensino das línguas estrangeiras.

A terceira e última etapa se refere à implementação do programa que promove política linguística com vistas à internacionalização na universidade. Essas ações dizem respeito desde a discussão, as ações, o apoio e a divulgação do programas partindo dos conselhos superiores da universidade, passando pelas reitorias, centros de estudos, departamentos, órgãos suplementares e de apoio a fim de delinear um perfil dos agentes de internacionalização. É nesta etapa que todo o processo se concretiza na prática, a teoria sai de cena para dar lugar a atuação de um grupo de atores (BALL, 2006) com funções distintas e que juntos farão o processo da internacionalização ter vida no campos.

Faz-se importante delinear o perfil dos estudantes, centros de estudos, cursos e técnicos administrativos interessados pela internacionalização de modo que o programa atue mais pontualmente com suas ações. Importante detectar também os espaços não envolvidos com a internacionalização de modo que decisores por meio da PL desenvolvam ações em prol da promoção de discussões nesses setores. Todas essas ações devem vir registradas e consolidadas pelas estratégias de divulgação do programa. Se por um lado, o perfil dos estudantes deve ter indicadores que mapeiem os interesses de grupos no que diz respeito à língua estrangeira de uso nas pesquisas, à inscrição em convênios, à necessidade de testes internacionais, ao nível linguístico dos estudantes e interesse em publicações no exterior, por outro lado, a divulgação, deve ser ampla e significativa de modo que todo e qualquer estudante/professor/técnico administrativo possa ser informado da possibilidade de expandir suas pesquisas em âmbito internacional.

As limitações do estudo recaem primordialmente no número de participantes que utilizei para delinear o perfil dos agentes da internacionalização, a diminuição da oferta de testes TOEFL nos últimos anos do programa não permitiu que mais alunos pudessem ter sua proficiência aferida pelo programa. Um outro ponto limitador é que utilizamos somente o teste TOEFL ITP fornecido pelo programa desconsiderando outros testes de língua inglesa ou de outros idiomas que poderiam ter sido utilizados pelos estudantes da UEL e que comporiam o perfil de agentes da internacionalização na IES.

No que diz respeito aos documentos oficiais, poderia considerar um estudo diacrônico dos documentos do Laboratório de Línguas e não somente o

sincrônico como o apresentado neste estudo. Isso se estende à análise de PDIs anteriores. Ainda devo considerar a interrupção das bolsas CAPES do programa IsF diminuindo sobremaneira as ações do programa na UEL e em muitas outras IES, como fator impeditivo para que mais ações de implementação de um programa que promove política linguística em uma IES fossem analisadas.

O corte de verbas pelo governo federal enfraqueceu sobremaneira o programa IsF, fato que confirma mais uma vez a instabilidade dos programas devido aos interesses governamentais e não como política de estado (ARAÚJO; RODRIGUES, 2017). No entanto, gostaria de que este estudo fosse interpretado por meio da análise de que políticas públicas são interrompidas, mas não se findam. Elas partem de um problema, viram uma ideia, promovem mudança, discussões, aprendizados, mudam concepções e deixam sementes que germinarão e direcionarão novos rumos às IES (WILLIAMSON, 2015).

As mudanças promovidas pelo programa IsF na UEL, e nas diversas universidades que o programa atuou Brasil afora, foram tantas que dificilmente as universidades serão as mesmas depois de passarem pelo programa.

O programa IsF trouxe novos campos de atuação para a UEL, cabe a nós, decisores do processo, conduzirmos este caminho e consolidarmos a internacionalização nesta IES para que esta universidade continue a formar cidadãos e profissionais com competência técnica e humanística, orientada por valores éticos de liberdade, igualdade e justiça social nos âmbito do ensino, da pesquisa, da extensão e por que não de um quarto setor, o da internacionalização.

RERÊNCIAS

ABREU-E-LIMA, Denise Martins. **Sistemas de gestão e ações do núcleo gestor: a experiência do Programa Idiomas sem Fronteiras**. [S.l.: s.n., 2022?]. No prelo.

ABREU-E-LIMA, Denise Martins; MORAES FILHO, Waldenor Barros; BARBOSA, Wagner José Corradi; BLUM, Avram Stanley. O programa idiomas sem fronteiras e a Política de incentivo à internacionalização do Ensino superior brasileiro. In: SARMENTO Simone; ABREU-E-LIMA, Denise Martins; MORAES FILHO, Waldenor Barros (org.). **Do inglês sem fronteiras ao idiomas sem fronteiras**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016. p. 19-46.

ABREU-E-LIMA, Denise Martins; MORAES FILHO, Waldenor Barros. O programa Idiomas sem Fronteiras. In: SARMENTO Simone; ABREU-E-LIMA, Denise Martins; MORAES FILHO, Waldenor Barros (org.). **Do inglês sem fronteiras ao idiomas sem fronteiras**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016. p. 293-308.

ABREU-E-LIMA, Denise Martins; MORAES FILHO, Waldenor Barros; MONTENEGRO, Ana Raquel Aires. Perfil da área da língua inglesa nas universidades federais brasileiras. In: SARMENTO Simone; ABREU-E-LIMA, Denise Martins; MORAES FILHO, Waldenor Barros (org.). **Do inglês sem fronteiras ao idiomas sem fronteiras**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016. p. 47-76.

ABREU-E-LIMA, Denise Martins; RIOS-REGISTRO, Eliane Segati; DELGADO, Heloísa; MORAIS, Katia; FINARDI, Kyria; TRAVERSO, Pilar; ARCHANJO, Renata; SARMENTO, Simone; BIERBRAUER, Sonia; GIMENEZ, Telma. **Política linguística para internacionalização do ensino superior**. [S. l.]: FAUBAI, 2017. Documento do GT de políticas linguísticas para internacionalização. Disponível em: <https://faubai.org.br/pt-br/wp-content/uploads/2019/01/Documento-do-GT-de-Pol%C3%ADticas-Lingu%C3%ADsticas-da-FAUBAI.pdf>. Acesso em: 22 de nov. 2021

ALTBACH, Philip G.; KNIGHT, Jane. The Internationalization in Higher Education: Motivations and Realities. **Journal of Studies in International Education**, Thousand Oaks, v. 11, n. 3/4, p. 290-305, 2007.

AMORIM, Gabriel Brito. **A internacionalização do ensino superior no Brasil: uma proposta de matriz multidimensional de (Auto)avaliação**. 2020. Tese (Doutorado em Linguística) - Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2020.

AMORIM, Gabriel Brito; FINARDI, Kyria Rebeca. Uma Matriz de (Auto) Avaliação da Internacionalização do Ensino superior no Brasil. **Estudo em Avaliação Educacional**, São Paulo, v. 13, n. 78, p. 699-722, set./dez. 2020.

ANDIFES – ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR. **Resolução do Conselho Pleno da Andifes Nº 01/2019**. Cria na estrutura da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES) a Rede ANDIFES Nacional de Especialistas em Língua Estrangeira – Idiomas sem Fronteiras, denominada Rede Andifes IsF. Brasília: Andifes, 2019. Disponível em: <https://www.andifes.org.br/wp->

content/uploads/2021/05/Resolucao-Conselho-Pleno-01_2019.pdf. Acesso em: 16 jan. 2021.

ANDRÉ, Marli Eliza de. **A etnografia da prática escolar**. Campinas: Papyrus, 1995.

ANDREOTTI, Vanessa de Oliveira; Stein, Sharon; AHENAKEW, Cash; HUNT, Dallas. Mapping interpretations of decolonization in the context of higher education. **Decolonization: Indigeneity, Education & Society**, Toronto, v. 4, n. 1, p. 21-40.

ARAÚJO, Luísa, RODRIGUES, Maria de Lurdes. Modelos de análise das políticas públicas. **Mundos Sociais: Sociologia, Problemas e Práticas**, n. 83, 2017. P. 11-35. Disponível em <https://journals.openedition.org/spp/2662>. Acesso em 23 fev 2022.

ARROW, Kenneth. **Social choice and individual values**. New Haven: Yale University Press, 1951. Disponível em: <https://cowles.yale.edu/sites/default/files/files/pub/mon/m12-all.pdf>. Acesso em: 10 out. 2020.

ARUM, Stephen; WATER, Jack Van de. The need for a definition of international education in U.S. Universities. In: KLASEK, C. B. et al. **Bridges for the future: strategies for internationalizing higher education**. Carbondale: Association of International Education, 1992. p. 191-203.

ATHAYDE, André Luiz Mendes. **Uma avaliação dos impactos do Programa Ciência sem Fronteiras na perspectiva de beneficiários das instituições federais de ensino superior de Montes Claros – MG**. 2016. Tese (Doutorado em Administração Pública em Rede Nacional) – Universidade Federal de Viçosa, Montes Claros, 2016.

BALL, Stephen J. **Education policy and social class: the selected works of Stephen J. Ball**. Oxon: Routledge, 2006.

BALL, Stephen J. **The education debate**. Bristol: Police Press, 2017. 257p.

BALL, Stephen J. **Understanding PLC: understanding private sector participation in public sector education**. London: Routledge, 2007. 231p.

BARDIN, Lawrence. **Análise de conteúdo**. 4. ed. Lisboa: Edições 70, 2006. 223 p.

BAUER, Adriana; SOUSA, Sandra Zákia. Indicadores para avaliação de programas educacionais: desafios metodológicos. **Ensaio: Avaliação de Políticas Públicas Educacionais**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 86, p. 259-284, jan./mar. 2015.

BEELEN, Jos; ELSPEETH, Jones. Internationalisation at home. **Encyclopedia of International Higher Education Systems and Institutions**. Springer International, 2018. P. 1-4

BEZERRA, Alexandre Silva; COSTA, Priscilla Thuanny Fernandes da; MOREIRA, Ana Gêrda Magalhães Ávila Paz. Implicações pedagógicas do programa idiomas sem fronteiras no desenvolvimento profissional de professores em formação no NuLi-UFPB. **Revista do GELNE**, [s. l.], v. 21, n. 2, p. 18-30, 2019.

BOWE, Richard; BALL, Stephen J.; GOLD, Anne. **Reforming education & changing schools**: case studies in policy sociology. London: Routledge, 1992.

BRAGA, Junia de Carvalho F.; SOUZA, Valeska Virgínia Soares; DELLAGNELO, Adriana de C. Kuersten. **Catálogo de Cursos do IsF**: unidade nacional. . [S.l.: s.n., 2022?]. No prelo.

BRASIL. **Decreto n 7.642, de 13 de dezembro de 2011**. Institui o programa Ciência sem Fronteiras. Brasília, DF: Presidência da República, 2011. Disponível em: <http://cienciasemfronteiras.gov.br/documents/214072/5058435/Decreto7642-Csf.pdf>. Acesso em: 21 de jun. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Ciência sem Fronteiras: O que é? **Portal do CsF.**, 2012. Disponível em: <http://cienciasemfronteiras.gov.br/web/csf/o-programa>. Acesso em: 23 fev.2022

BRASIL. Ministério da Educação. **Edital N. 29/2017**. Edital de chamada pública para credenciamento de universidades federais para atuação como núcleo de línguas (NuLi-IsF) no âmbito do programa idiomas sem fronteiras. Brasília: MEC, 2017a. Disponível em: isf.mec.gov.br. Acesso em: 16 nov.2020

BRASIL. Ministério da Educação. **Edital N. 59/2017**. Edital de chamada pública para credenciamento de universidades estaduais e municipais para atuação como núcleo de línguas (NuLi-IsF) no âmbito do programa idiomas sem fronteiras. Brasília: MEC, 2017b. Disponível em: isf.mec.gov.br. Acesso em: 16 nov.2020

BRASIL. Ministério da Educação. **Edital n. 100/2017**. Edital de chamada pública para Instituições da Rede Federal de Educação, Profissional, Científica e Tecnológica a participarem do credenciamento de NuLi-IsF no âmbito do programa Idiomas sem Fronteiras. Brasília: MEC, 2017c. Disponível em: http://isf.mec.gov.br/images/2017/Edital_100_2017.pdf. Acesso em: 23 jun. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria n. 25, de 25 de novembro de 2013. Institui o Sistema de Gestão do Programa Inglês sem Fronteiras (IsF Gestão). **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, n. 101, p. 25, 26 novembro 2013. Disponível em: http://isf.mec.gov.br/images/pdf/portaria_normativa_25_2013.pdf

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria n. 105, de 24 de maio de 2012. Institui o Grupo de Trabalho Inglês sem Fronteiras. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, n. 101, p. 15, 25 maio 2012a. Disponível em: http://isf.mec.gov.br/images/2015/janeiro/DOU_Portaria_2012.pdf. Acesso em: 19 jun. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria n. 973 de 14 de novembro de 2014. Institui o Programa Idiomas sem Fronteiras e dá outras Providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, n. 222, p. 11, 17 nov. 2014. Disponível em: <http://www.cienciasemfronteiras.gov.br/documents/214072/fce17e07-48b5-4b96-88e3-d9ca6dbb8186>. Acesso em: 19 jun. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria no 1.466, de 18 de dezembro de 2012. Institui o programa Inglês sem Fronteiras. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, n. 244, p. 28-29, 19 dez. 2012b. Disponível em:

http://isf.mec.gov.br/images/pdf/portaria_normativa_1466_2012.pdf. Acesso em: 19 jun. 2021

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Superior. **Edital nº 3, de 8 Janeiro de 2015**. Processo seletivo para realização do teste TOEFL ITP Level 1 do Programa Idiomas sem Fronteiras: Inglês. Brasília: MEC: SES, 2015.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução N. 510, de 07 de Abril de 2016**. Dispõe sobre as competências regimentais da ética na pesquisa. Brasília: MS: CNS, 2016.

BRASIL. Portaria n. 30 de 26 de janeiro de 2016. Amplia o Programa Idiomas sem Fronteiras e dá outras Providências. **Diário Oficial da União**, seção1, Brasília, DF, n. 19, p. 18-19, 28 jan. 2016.

BRICK, Tatiana Vasconcelos. **O desenvolvimento de competências de professores pré-serviço de letras: língua inglesa no contexto do Programa Idiomas sem Fronteiras**. 2019. Dissertação (Mestrado Acadêmico em estudos Linguísticos) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2019.

BRICK, Tatiana Vasconcelos; ALVES, Mario Nunes. O teste TOEFL ITP no contexto do Programa Idiomas sem Fronteiras e o desenvolvimento de proficiência em Língua Inglesa. In: ABREU-E-LIMA, Denise Martins. **Sistemas de gestão e ações do núcleo gestor: a experiência do Programa Idiomas sem Fronteiras**. [S.l.: s.n., 2022?].No prelo.

BRITO, Cristiane Carvalho de Paula; SILVEIRA, Pedro Henrique. Ensino e autoria: sobre a elaboração de material didático para um curso de produção oral do programa IsF. **Olhares e Trilhas**, Uberlândia, v. 20, n. 3, 2018. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/olharesetrilhas/article/view/45981> Acesso em: 31 maio 2021.

CALAIS, Sandra Leal. Delineamento de levantamento ou survey. In: BAPTISTA, M. N.; CAMPOS, D. C. de. **Metodologia de pesquisa em ciências: análises quantitativa e qualitativa**. Rio de Janeiro: LTC, 2007. p. 81 – 89.

CALDEIRA, P. Ação afirmativa: afirmativa na perspectiva de quem? In: XAVIER, D. G. **Thomas Sowell e a aniquilação de falácias ideológicas: breves lições**. São Paulo: LVM, 2019. p. 231-256.

CALVET, Louis-Jean. **As políticas linguísticas**. São Paulo: Parábola, 2007. 165p.

CALVINO, Ítalo. **Seis propostas para o próximo milênio**. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. 141p.

CALVO, Luciana Cabrini Simões; EL KADRI, Michele Salles; PASSONI, Taisa Pinetti. **Language Policies and Internationalization of Higher Education Institutions in Brazil: Contributions from Applied Linguists**. Campinas: Pontes Editores, 2020 ,130p.

CAMPOS, Dinael Corrêa de. Um olhar qualitativo sobre a contemporaneidade. In: BAPTISTA, Makilim Nunes; CAMPOS, Dinael Corrêa de. **Metodologia de pesquisa**

em ciências: análises quantitativa e qualitativa. Rio de Janeiro: LTC, 2007, p. 185–195.

CARAMORI, Alessandra Paola; COELHO, Maria do Socorro Cecim. Abrindo espaços de ensino de italiano no norte do Brasil: a experiência pioneira do IsF-italiano da UPBA. **Revista Italiano**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, 2019.

CHAGAS, Lucas Araújo. **Perspectivas de internacionalização e cenários políticos de professores de idiomas no contexto de uma Universidade Federal Brasileira**. 2021. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2021.

CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à teoria geral da administração**. 6. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000. 698 p.

COHEN, Louis; MANION, Lawrence; MORRISON, Keith. **Research methods in education**. 8. ed. New York: Routledge, 2018. 945 p.

COOPER, Robert L. **La planificación lingüística y el cambio social**. Traduzido por José M. Perazzo. Croydon: Cambridge University Press, 1997. 227 p.

CROSS, Michael; MHLANGA, Ephraim; OJO, Emmanuel. Emerging concept of Internationalisation in South African Higher Education: Conversation on Local and Global Exposure at the University of the Witwatersrand (Wits). **Journal of Studies in International Education**, Parktown, Aug. 2013, p. 75 – 92.

CRYSTAL, David. **English as a global language**. 2. ed. Croydon: Cambridge University Press, 2003.

DALRYMPLE, Theodore. **Podres de mimados: as consequências do sentimentalismo tóxico**. São Paulo: É Realizações, 2015. 204 p.

DAMACENA, Mariana Marcelli Ribeiro; ARAÚJO, Yasmin Gomes de. O uso de materiais autênticos para cursos de nível básico de inglês para fins específicos. **Olhares e Trilhas**, Uberlândia, v. 20, n. 3, p. 71-80, 2018.

DAVIS, Kathryn A.; PHYAK, Prem. In the face of neoliberal adversity: engaging language education policy and practices. **L2 Journal**, Califórnia, v. 7, n. 3, p. 146-166, 2015. Disponível em: <https://escholarship.org/uc/item/23b8g99d>. Acesso em: 22 nov. 2021.

DE WIT, Hans. Changing rationales for the internationalization of higher education. In: BARROWS, Leland C. **Internationalization of higher education: an institutional perspective**. Bucharest: UNESCO, 2000. p. 9-22.

DE WIT, Hans. Internationalization of higher education: nine misconceptions. Chestnut Hills, Massachusetts: **Center for International Higher Education**, (64), 2011.

DEL-MASSO, Maria Cândida Soares; COTTA, Maria Amélia de Castro; SANTOS, Marisa Aparecida Pereira. **Ética em pesquisa científica: conceitos de finalidades**. São Paulo: Unesp, 2014. Acervo digital Unesp. Disponível em:

https://acervodigital.unesp.br/bitstream/unesp/155306/1/unesp-nead_reei1_ei_d04_texto2.pdf. Acesso em: 21 mar. 2020.

DELLAGNELO, Adriana de Carvalho Kuerten; BRAGA, Junia de Carvalho Fidelis; SOUZA, Valeska Virgínia Soares de. O Programa Idiomas sem Fronteiras em sua Proposta pedagógica. In: ABREU-E-LIMA, Denise Martins. **Sistemas de gestão e ações do núcleo gestor**: a experiência do Programa Idiomas sem Fronteiras. . [S.l.: s.n., 2022?]. No prelo

DILTHEY, Wilhelm. O surgimento da hermenêutica. **Numen**: Revista de estudos e pesquisas da religião, Juiz de Fora, 1900, v. 2, n. 1, p. 11-32.

EASTON, David. An approach to the analysis of political systems. **World politics**, Baltimore, v. 9, n. 3, p. 283-400, abr. 1957.

EASTON, David. **The political system**: an inquiry into the state of political science. New York: Knopf, 1953. 320p.

EL KADRI, Michele Salles. Inglês como Língua Franca: Atitudes de Formadores de Professores. In: GIMENEZ, Telma Nunes, CALVO, Luciana Cabrini Simões; EL KADRI, Michele Salles. Inglês como Língua Franca: Ensino-aprendizagem e Formação de professores. **Coleção: Novas Perspectivas em Linguística Aplicada**, V. 14, Campinas: Pontes, 2011, 311p.

FERNANDES, Domingos. Avaliação de programas e projetos educacionais: das questões teóricas às questões das práticas. In: FERNANDES, Domingos (org.). **Avaliação em educação**: olhares sobre uma prática social incontornável. Pinhais: Editora Melo, 2011. p. 185-204.

FINARDI, Kyria Rebeca. **English in Brazil**: views, policies, and programs. Londrina: Eduel, 2016. 230 p.

FINARDI, Kyria Rebeca; GUIMARÃES, Felipe Furtado. Internacionalização, rankings e publicações em inglês: a situação do Brasil na atualidade. **Est. Aval. Educ.**, São Paulo, v. 28, n. 68, p. 600-626, maio/ago. 2017.

FINARDI, Kyria Rebeca; PORCINO, Maria Carolina. O papel do inglês da formação e na internacionalização da educação no Brasil. **Revista Horizontes de Linguagem Aplicada**, Brasília, v. 14, n. 1, p. 109-134, 2015. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/horizontesla/article/view/1391>. Acesso em: 31 maio 2021.

FINARDI, Kyria Rebeca; ARCHANJO, Renata. Washback Effects of the Science without borders, English without borders and Language without Borders Programs in Brazilian Language Policies and Rights. In: **Language Policy and Language Acquisition Planning**. Springer Nature Customer Se. 2018. p. 173-185

FLESHLER, David. Difference between globalization and Internationalization. [S. l.: s. n.], 2016. 1 vídeo (6min18). Publicado pelo canal Dan Hanson. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=9wQL8RLfAzg>. Acesso em: 12 dez. 2019.

FRANCISCO, Denis Leandro. Português língua estrangeira/ adicional (PLE/PLA) e o programa Idiomas sem fronteiras. **RELACult**, Itaipu, v. 6, n. 1803, mar. 2020.

FRAZATTO, Bruna Elisa. Português como língua adicional no programa idiomas sem fronteiras na Unicamp: Internacionalização e Políticas Linguísticas em foco. **Revista X**, Curitiba, v. 15, n. 5, p. 288-310, 2020.

FURTOSO, Viviane Aparecida Bagio. **Português para falantes de outras línguas: aspectos da formação do professor**. 2001. 162f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2001.

FURTOSO, Viviane Bagio. Idiomas sem fronteiras. In: BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Panorama da contribuição do Brasil para a difusão do português**. Brasília: FUNAG, 2021. p. 151-163.

FURTOSO, Viviane Bagio; EL KADRI, Michele Salles; ZORZO-VELOSO, Valdirene Filomena. **Investimento na troca linguístico-cultural: o papel do laboratório de línguas na internacionalização da UEL**. [S.l.: s.n., 2022?]. No prelo.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: Ed UFRGS, 2009. 120p.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008. 200p.ciasn

GIMENEZ, Telma Nunes, CALVO, Luciana Cabrini Simões; EL KADRI, Michele Salles. Inglês como Língua Franca: Ensino-aprendizagem e Formação de professores. **Coleção: Novas Perspectivas em Linguística Aplicada**, V. 14, Campinas: Pontes, 2011, 311p.

GIMENEZ, Telma Nunes. A ausência de políticas para o ensino de língua inglesa nos anos iniciais de escolarização no Brasil. In: NICOLAIDES, C. S. et al. (org.). **Política e políticas linguísticas**. Campinas: Pontes Editores, 2013. p. 199–218.

GIMENEZ, Telma Nunes; PASSONI, Taisa Pinetti. Políticas linguísticas e suas consequências não planejadas: o programa “Inglês sem Fronteiras” e suas repercussões nos cursos de Letras. **Caleidoscópio**, São Leopoldo, v. 14, n. 1, p. 115-1326, jan./abr. 2016. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/calidoscopio/article/view/cld.2016.141.10>. Acesso em: 31 maio 2021.

GIVEN, Lisa M. **The SAGE encyclopedia of qualitative research method**. California: Sage, 2008. 2 v.

GOLDBERG, Maria Amélia Azevedo; SOUZA, Clarilza Prado. **A Prática da avaliação**. São Paulo: Editora Cortez, 1979. 168p. (Coleção Educação Universitária).

GUERRIERO, Iara Coelho Zito; MINAYO, Maria Cecília. A aprovação da Resolução CNS nº 510/2016 é um avanço para a ciência brasileira. **Saúde soc.**, São Paulo, v. 28, n. 4, p. 299-310, 2019. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902019000400299&lng=en&nrm=iso. Access em: 19 mar. 2021.

GUIMARÃES, Felipe Furtado. **Internacionalização e multilinguismo**: uma proposta de política linguística para universidades federais. 2020. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2020.

HILLMAN, Richard S. A contribuição da análise científica ao estudo da administração: a teoria das decisões. **Revista da Administração de Empresas**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p.141-156, abr./jun. 1970.

HUDZIK, John K. **Comprehensive internationalization from concept to action**. Washington CD: NAFSA, 2011. 44p.

HUDZIK, John K. MCMARTHY, JoAnn S. **Leading Comprehensive Internationalization: Strategy and Tactics for Action**. NAFSA, 2012. 32p.

KIRSCH, William. Processos de internacionalização e seus legados involuntários: o caso da formação de professores de inglês como língua adicional dos centros de língua inglesa do programa idiomas sem fronteiras. **Organon**, Porto Alegre, v. 34, n. 34, p. 1-16, 2019.

KIRSCH, William; SARMENTO, Simone. Stories of professional development in Brazilian Languages without borders program. **BELT**, Porto Alegre, v. 9, n. 1, p. 115-132, jan./jun. 2018.

KLASEK, Charles B. et al. **Bridges for the future**: strategies for internationalizing higher education. Carbondale: Association of International Education, 1992.

KNIGHT, Jane. Internationalization: Elements and checkpoints. Ottawa: **Canadian Bureau for International Education**, 1994. P. 1-15.

KNIGHT, Jane. Updating definition of internationalization. **International higher education**, Chestnut Hill, .n. 33, p. 2-3, 2003.

KNIGHT, Jane. Internationalization remodeled: definition, approaches, and rationales. **Journal of Studies in International Education**, Thousand Oaks, v. 8, n. 1. p. 5-31, 2004.

KNIGHT, Jane. Internationalization: a decade of changes and challenges. **International Higher Education**, Chestnut Hill, n. 50, p. 6-7, 2008.

KNIGHT, Jane. Education Hubs: A fad, a Brand, an Innovation? **Journal of Studies of International Education**. Nuffic: Sage. Jul 2011. p. 221-240

KNIGHT, Jane. Student Mobility and Internationalization: Trends and tribulations. **Research in Comparative and International Education**, Ontario: Jan, 2012a, v. 7, n. 1. p. 20-33.

KNIGHT, Jane. Five truths about internationalization. **International Higher Education**, n 69, Fall, 2012b. p.1-4

KNIGHT, Jane. International Universities: Misunderstandings and Emerging Models. **Journal of Studies in International Education**, Toronto, V. 19(2), 2015, p. 107-121. Disponível em:

http://crossmark.crossref.org/dialog/?doi=10.1177%2F1028315315572899&domain=pdf&date_stamp=2015-02-23. Acesso em 23 fev, 2022

KNIGHT, Jane. DE WIT, Hans. Internationalization of Higher Education: Past and Future. **International Higher Education**. N. 95: Fall, 2018

KNIGHT, Jane. The internationalization of higher education scrutinized: international program and provider mobility. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 22, n. 54, p. 176-199, maio/ago. 2020.

KOBAYASHI, Eliana. **Efeito retroativo de um exame de proficiência em língua inglesa em um núcleo de línguas do professor programa idiomas sem fronteiras**. 2016. Tese (Doutorado em Linguagem e Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2016. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.uel.br/document/results.php?words=%22Renata+Katsuko+Takayama+Kobayashi%22>. Acesso em: 31 maio 2021.

KRIPKA, Rosana Maria Luvezute; SCHELLER, Morgana; BONOTTO, Danusa de Lara. Pesquisa documental: considerações sobre conceitos e características na pesquisa qualitativa. In: CONGRESSO IBERO-AMERICANO EM INVESTIGAÇÃO QUALITATIVA, 4., 2015, Aracajú. **Anais [...]**. Aracajú: CIAIQ, 2015. v. 2, p. 243-247. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/280924900_Pesquisa_Documental_consideracoes_sobre_conceitos_e_caracteristicas_na_Pesquisa_Qualitativa_Documentary_Research_consideration_of_concepts_and_features_on_Qualitative_Research. Acesso em: 20 jun. 2021.

LAMBERTS, Denise von der Heyde. **O livro didático de língua inglesa em uso: análise de pesquisas e observações de aula no Programa Idiomas sem Fronteiras - Inglês**. 2015. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

LASSWELL, Harold D. **Politics: who gets what, when how**. New York: Peter Smith, 1950.

LEFFA, Vilson J. Criação de bodes, carnavalização e cumplicidade: Considerações sobre o fracasso da LE na escola pública. In: Diógenes Cândido de Lima (org.). **Inglês em escolas públicas não funciona? uma questão, múltiplos olhares**. São Paulo: Parábola Editorial, 2011. p. 15-32.

LEFFA, Vilson; IRALA, Valesca B. O ensino de outras(s) língua(s) na contemporaneidade: questões conceituais e metodológicas. 2014. Disponível em: https://www.leffa.pro.br/textos/trabalhos/03_Leffa_Valesca.pdf. Acesso em 23 fev, 2022.

LIMA, Manolita Correia; MARANHÃO, Carolina Machado Saraiva de Albuquerque. Políticas curriculares da internacionalização do ensino superior: multiculturalismo ou semiformação? **Educ**. Rio de Janeiro, v. 9, n. 72, p. 575-598, jul./set. 2011.

LIMA, Manolita Correia; MARANHÃO, Carolina Machado Saraiva de Albuquerque. O sistema de educação superior mundial: entre a internacionalização ativa e passiva. **Avaliação**, Campinas, v. 14, n. 3, 2009, p. 583-610.

LINDBLOM, Charles E. Still muddling, not yet through. **Public Administration Review**, Washington, v. 39, p. 517-526, 1979. Disponível em: https://perguntasaopo.files.wordpress.com/2012/02/lindblom_1959_1979_portuguc3aas.pdf. Acesso em: 19 out. 2020.

LINDBLOM, Charles E. **The policy-making process**. 2nd ed. New Jersey: Prentice Hall: Englewood Cliffs, 1980. 125 p.

LIVORATI, Pedro. UEL prepara plano de Internacionalização. **Jornal Notícia**, Londrina, 25 out. 2017. Disponível em: <http://www.uel.br/com/agenciaueldenoticias/fotos/13>. Acesso em: 30 jun. 2018.

LOWI, Theodore J. Four systems of policy, politics, and choice. **Public Administration Review**, Washington, v. 32, n. 4, p. 298-310, jul./aug. 1972. Disponível em: <http://links.jstor.org/sici?sici=00333352%28197207%2F08%2932%3A4%3C298%3AFSOPPA%3E2.0.CO%3B2-X>. Acesso em: 12 maio 2020.

MACDONALD, Barry. Uma classificação política dos estudos avaliativos. In: GOLDBERG, Maria Amélia Azevedo; SOUSA, Clarilza Prado de (org.). **Avaliação de programas educacionais: vicissitudes, controvérsias, desafios**. São Paulo: EPU, 1982. p. 16-17.

MAINARDES, Jefferson; MARCONDES, Maria Inês. Entrevista com Stephen J. Ball: um diálogo sobre justiça social, pesquisa e política educacional. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 30, n. 106, p. 303-318, jan./abr. 2009.

MANÇOS, Guilherme de Rosso; COELHO, Fernando de Souza. Internacionalização da Ciência Brasileira: subsídios para avaliação do programa Ciência sem Fronteiras. **Revista Brasileira de Política Públicas e Internacionais**, João Pessoa, v. 2, n. 2, p. 52-82, dez. 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/rppi/article/view/37056/18848>. Acesso em: 31 maio 2021.

MARCELINO, Jocélia Martins; LAUXEN, Sirlei de Lourdes. O papel da IoC na internacionalização em casa. In: CONGRESSO IBERO-AMERICANO DE DOCÊNCIA UNIVERSITÁRIA, 10., 2018. Porto Alegre. Anais [...]. Porto Alegre: PUCRS, 2018. p. 1-7. Disponível em: <https://ebooks.pucrs.br/edipucrs/acessolivre/anais/cidu/assets/edicoes/2018/arquivos/24.pdf>. Acesso em: 19 jun.2021.

MARGINSON, Simon. High fee market for Australian universities? **International Higher Education**, Chestnut Hill, n. 33, p. 19-20, 2003.

MARQUES, Sandra Mari Kaneko; BONVINO, Melissa Alves Baffi. O processo de internacionalização e o ensino e aprendizagem de língua inglesa no contexto de uma universidade estadual. **Estudos Linguísticos**, São Paulo, v. 49, n. 1, p. 501-527, abr. 2020.

MARSON, Marilice Zavagli. **Ensino de Inglês e a internacionalização do Ensino superior**: percepções sobre o Programa “Paraná Fala Inglês” na UEL. 2017. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2017.

MARTINS, Elisa, CORREA, Suzana. Cresce em 40% número de brasileiros que estudam no exterior. **Revista Época**. Fev, 2020. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/epoca/sociedade/cresce-em-40-numero-de-brasileiros-que-estudam-no-exterior-24234800>. Acesso em 23 fev, 2022.

MEDEIROS, João Bosco. **Redação científica**. 11.ed. São Paulo: Atlas, 2012.

MELLO, Diene Eire de; RAMOS, Samantha; CARLOS, Raquel; MOLLERO, Giovanna. Os impactos da gamificação e a utilização de jogos educacionais nas aulas de língua inglesa: TOEFL iBT produção oral. **Texto Livro Linguagem e Tecnologia**, Belo Horizonte, v. 13, n. 3, p. 316-333, set./dez, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/textolivre/article/view/24946> Acesso em: 31 maio 2021.

MENDES, Geisa do Socorro Cavalcanti Vaz; DE SORDI, Mara Regina Lemes. Metodologia de avaliação de implementação de programas e políticas públicas. **ECCOS Revista Científica**, São Paulo, n. 30, p. 93-111, jan./abr. 2013.

MIRANDA, Ana Karla Pereira de; GOMES, Álvaro José dos Santos; KANASHIRO, Daniela Sayuri Kawamoto. Creador y criatura: percepción de profesores de español sobre la producción de material didáctico. **Revista do GEL**, Araraquara, v. 17, n. 3, p. 164-187, 2020.

MOLINARI, Andressa Cristina. **Aprendizagem e desenvolvimento de professores de formação inicial no âmbito do programa idiomas sem fronteiras**: articulações entre o materialismo histórico e dialético e a teoria da atividade. 2020. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina 2020.

MOLINARI, Andressa Cristina; FRANCO, Sandra Aparecida Pires; PASSONI, Taisa Pinetti. Formação de professores de línguas em contexto de internacionalização. **Revista NUPEM**, Campo Mourão, v. 12, n. 26, p. 62-80, maio/ago. 2020. Disponível em: https://www.academia.edu/43339267/Formação_de_professores_de_l%C3%ADnguas_em_contexto_de_internacionaliza%C3%A7%C3%A3o. Acesso em: 31 maio 2021.

MONTINI, Gabriela Rossetti; ABREU-E-LIMA, Denise. **O uso de ambientes e ferramentas virtuais para a criação da rede de especialistas do programa Idiomas sem Fronteiras**. [S.l.: s.n., 2022?]. No prelo.

MOROSINI, Marília Costa. Estado do conhecimento sobre internacionalização da educação superior: conceitos e práticas. Curitiba: **Educar**: UTFPR, Curitiba, n. 28, p.107-174, 2006.

NASCIMENTO, Ana Karina de Oliveira; MELLO, Talyta Freitas de. A implantação do NuLi UFS e a formação inicial de professores: realidades e possibilidades. **The Specialist**, São Paulo, v. 41, n. 2, p. 1-12, 2020.

OLIVEIRA, Gilvan Muller de. O lugar das línguas: a América do Sul e os mercados linguísticos na nova economia. **Synergies Brésil**, Florianópolis, n. 1, p. 21-30, 2010. Disponível em: <http://gerflint.fr/Base/BresilSPECIAL1/bresilSP1.html>. Acesso em: 10 fev. 2021.

PAIVA, Marluce Fagotti. Políticas públicas de internacionalização em universidades públicas: o caso do idiomas sem fronteiras na UEL. In: SANTOS, R. C. **Desigualdades sociais e os desafios das políticas públicas**. Maringá: Ed. Uniedusul, 2020. p. 29-41.

PAIVA, Marluce Fagotti; ALVES, Rosangela Aparecida. A Internacionalização e o programa Idiomas sem Fronteiras nas Universidades Estaduais: desafios e transformações. **Revista Transmutare**, Curitiba, v. 5, p. 1-18, 2020.

PASSONI, Taisa Pinetti. Language without borders (English) program: a study on English language ideologies. **Revista Brasileira de Linguística Aplicada**, Petrópolis, v. 19, n. 2, p. 329-360, abr./jun. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbla/a/4nrZxL5BZWBnypfLQZMtbJt/?lang=en>. Acesso em: 31 maio 2021.

PASSONI, Taisa Pinetti. **O Programa Inglês sem fronteiras como política linguística**: um estudo sobre as ideologias da língua inglesa no âmbito da internacionalização do ensino superior brasileiro. 2018. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2018.

PEREIRA, Fernanda. Ensino de inglês no PROFICI e no NuLi UFBA (Programa Idiomas sem Fronteiras) em tempos de pós-método e internacionalização: convergências e especificidades. **Revista leitura**, Maceió, v. 2, n. 61, p. 59-75, 2018.

PEREZ, Mariana; FURTOSO, Viviane Bagio; ABREU-E-LIMA, Denise. **O projeto letras sem fronteiras piloto**: impactos para a formação docente em língua estrangeira. [S.l.: s.n., 2022?]. No prelo.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar. **Metodologia do trabalho científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. Novo Hamburgo: Feevale, 2013. Disponível em: <http://www.feevale.br/Comum/midias/8807f05a-14d0-4d5b-b1ad-1538f3aef538/E-book%20Metodologia%20do%20Trabalho%20Cientifico.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2017.

QUILES, S. **Pesquisa de estudo de caso**: metodologia de pesquisa. 2019. Disponível em: <https://www.metodologiacycientifica.org/tipos-de-pesquisa/pesquisa-estudo-de-caso/>. Acesso em: 2 set. 2020.

RAUPP, Magdala; REICHLE, Adriana. **Avaliação**: ferramentas para melhores projetos. EDUNISC: Santa Cruz do Sul, 2003. 251p.

RIBEIRO, Ivan Marcos; BRITO, Cristiane Carvalho de Paula. Programa Idiomas sem Fronteiras: internacionalização e formação docente. **Olhares e Trilhas**, Uberlândia, v. 20, n. 3, p. 1-12, 2018.

RIBEIRO, Ivan Marcos; BRITO, Cristiane Carvalho de Paula. Programa Idiomas sem Fronteiras: internacionalização e formação docente. **Olhares e Trilhas**, Uberlândia, v. 21, n. 2, 2019.

ROCHA, Luana Franco. Políticas linguísticas para o ensino de língua estrangeira em Niterói: um olhar crítico. **Cadernos de Letras da UFF Dossiê: línguas e culturas em contato**, Niterói, n. 53, p. 301-321, 2016.

RODRIGUES, Jamila Viegas. A formação docente no âmbito do NuLi IsF/ UFLA à luz da Teoria do Caos/Complexidade. **Olhares e Trilhas**, Uberlândia, v. 21, n. 2, p. 240-251, maio/ago. 2019. Disponível em: <http://repositorio.ufla.br/handle/1/40376>. Acesso em: 31 maio 2021

SANTOS, Aline Veiga dos.; GUIMARÃES-IOSIF, Ranilde Mascarenhas. The Internationalization of higher education in Brazil: a marketing policy. **Journal of Contemporary Issues in Education**, Canadá, v. 8, n. 1, p. 15-27, 2013.

SANTOS, Elaine Maria; GOMES, Rodrigo Belfort. O IsF-UFS e a formação de professores crítico-reflexivos. **Revista Leitura**, Maceió, v. 2, n. 61, p. 25-42, jul./dez. 2018.

SANTOS, Elaine Maria; GOMES, Rodrigo Belfort. Formação de professores e o IsF – UFS: formando professores críticos. **Revista Letras Raras**, Campina Grande, v. 6, n. 1, 2017. Disponível em: <http://revistas.ufcg.edu.br/ch/index.php/RLR/article/view/795>. Acesso em: 31 maio 2021.

SANTOS, Elaine Maria; GOMES, Rodrigo Belfort. **O impacto do IsF-Inglês da formação de especialistas e professores de Inglês na gestão pedagógica do programa**. [S.l.: s.n., 2022?]. No prelo.

SARMENTO, Simone; ABREU-E-LIMA, Denise Martins de; MORAES FILHO, Waldenor Barros (org.). **Do inglês sem fronteiras ao idiomas sem fronteiras**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016. 315 p.

SARMENTO, Simone; KIRSCH, William. Inglês sem Fronteiras: uma mirada ao contexto de prática pelo prisma da formação de professores a partir do trabalho docente. **Ilha do Desterro**, Florianópolis, v. 68, n. 1, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/desterro/article/view/2175-8026.2015v68n1p47>. Acesso em: 31 maio 2021.

SCARAMUCCI, Matilde Virgínia Ricardi. Proficiência em LE: considerações terminológicas e conceituais. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, Campinas, v. 36, p. 11-22, jul./dez. 2000.

SERPA, Sandro; CALDEIRA, Suzana Nunes; SERPA, Margarida S. Damião; GONÇALVES, Rolando Lalanda; MONTENEGRO, Helena Mateus; REGO, Isabel Estrela. Mobility in the Internationalization of Higher Education Institutions. **International Journal of Higher Education**, Richmond Hill, v. 9, n. 4, 2020. Disponível em: <https://www.sciedu.ca/journal/index.php/ijhe/article/view/17822>

SILVA, Edna Lucia; MENEZES, Estela Muszkat. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 4.ed. Florianópolis: UFSC, 2005.

SILVA, Suellen Cordovil da; SILVA, Maria Auxiliadora da. Um estudo de caso sobre o ensino de inglês por meio da abordagem (ESP). **Revista Letras Escreve**, Macapá, v. 9, n. 3, p. 93, 105, 2019.

SIMON, Herbert A. **Administrative Behavior**. New York: Macmillan, 1976. 364p.

SOUSA, Sandra Zákia. 40 anos de contribuição à avaliação educacional. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, v. 16, n. 31, p. 7-36, jan./jun. 2005.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: questões temáticas e de pesquisa. **Caderno CRH**, Salvador, n. 39, jul./dez. 2003.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, n. 16, p.20-45, jul./dez. 2006.

SOWELL, Thomas. **Ação afirmativa ao redor do mundo**: um estudo empírico sobre cotas e grupos preferenciais. São Paulo: É Realizações, 2017. 272p.

SOWELL, Thomas. **Discriminação e disparidades**. São Paulo: Record, 2019. 196p.

UEL – UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA. Departamento de Letras Estrangeiras Modernas. **Regulamento interno do laboratório de línguas do Departamento de Letras Estrangeiras Modernas**. Londrina: UEL, 2012. Disponível em:

http://www.uel.br/pessoal/sreis/pages/arquivos/EXPERIENCIA%20COLEGIADA/REGULAMENTO_INTERNO_LAB_APROVADO_31out12_alterado_em_26set2013_vigente.pdf. Acesso em: 20 jun. 2021.

UEL – UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA. Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação. **Plano de Internacionalização da pesquisa e pós-graduação**: estratégia 2018-2022. Londrina: UEL, 2021a. Disponível em:

<http://www.uel.br/proppg/portalnovo/pages/arquivos/08-02%20Plano%20internacionalização%20da%20Pesquisa%20e%20Pós-graduação.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2021.

UEL – UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA. Pró-Reitoria de Planejamento. **Plano de desenvolvimento institucional 2010-2015**. Londrina: UEL, 2015.

Disponível em:

http://www.uel.br/proplan/novo/pages/arquivos/planos/pdi/PDI_2016_2021_ATUALIZACAO.pdf. Acesso em 19 jun.2021.

UEL – UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA. Pró-Reitoria de Planejamento. **Plano de desenvolvimento institucional 2016-2021**. Londrina: UEL, 2021b.

Disponível em:

http://www.uel.br/proplan/novo/pages/arquivos/planos/pdi/PDI_2016_2021_ATUALIZACAO.pdf. Acesso em: 19 jun.2021.

VIANNA, Heraldo Marelim. Avaliação de programas educacionais: duas questões. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, v. 16, n. 32, p. 43-56, jul./dez. 2005.

WEBER, Max. **Ensaio de sociologia**. 5. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2016. 325p.

WEBER, Max. **Metodologia das Ciências Sociais**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2016. 686p.

WILLIAMSON, Tim. **Change in challenging contexts**. London: Overseas Development Institute, 2015.

XAVIER, Denny Garcia. **Thomas Sowell e a aniquilação de falácias ideológicas**. São Paulo: LVM, 2019. 368p.

ANEXOS

Anexo 2

Matriz Multidimensional de (Auto) Avaliação da Internacionalização

(AMORIM, 2020, p. 95)

CATEGORIA: POLÍTICA LINGUÍSTICA

Nº	INDICADORES	SIM	NÃO	NÃO SEI
1	A IES possui uma política linguística institucional aprovada que contempla os três pilares da universidade (ensino, pesquisa e extensão).			
2	O papel das línguas estrangeiras nos três pilares da universidade (ensino, pesquisa e extensão) é bem definido no plano de internacionalização da IES.			
3	A IES adota diferentes línguas para diferentes finalidades (admissão, ensino, instrução, pesquisa e comunicação) e possui diretrizes específicas para cada dimensão de uso das línguas (admissão, ensino, instrução, pesquisa e comunicação) em seu documento de política linguística institucional.			
4	A IES, através de sua política linguística institucional, promove a pluralidade das línguas nos campi da IES.			
5	O(s) teste(s) de proficiência, bem como os scores exigidos para admissão tanto na graduação quanto na pós-graduação da IES, está/estão descrito(s) na política linguística da IES e é/são chancelado(s) pela comunidade acadêmica internacional, dialoga(m) com outros exames internacionalmente conhecidos e tem/têm pontuação padronizada em toda a IES.			
6	A IES possui curso(s) de Letras.			
6.1	A IES possui curso(s) de Letras com licenciatura dupla.			
6.2	A IES possui um curso de Letras com licenciatura única.			
6.3	O departamento de Letras da IES oferta disciplinas eletivas e optativas para outros cursos em línguas estrangeiras.			
7	A IES oferta cursos de línguas estrangeiras a seu quadro de funcionários via Departamento de Desenvolvimento Pessoal (DDP).			
7.1	A IES incentiva seus docentes e técnico-administrativos (por meio de cursos de capacitação e/ou contagem de pontos para progressão, etc.) a participarem de cursos de línguas estrangeiras no NuLi-IsF.			
7.2	A IES incentiva seus docentes e técnico-administrativos (por meio de cursos de capacitação e/ou contagem de pontos para progressão, etc.) a participarem de cursos de línguas estrangeiras no Núcleo/Centro/Curso de Línguas.			
7.3	A IES oferta ações de capacitação de seus gestores e servidores para lidar com documentos estrangeiros em diferentes línguas estrangeiras.			
8	A IES possui um Núcleo/Centro/Curso de Línguas Extracurricular para a comunidade acadêmica.			
8.1	Há oferta de diferentes cursos de línguas estrangeiras no Núcleo de Línguas da IES para a comunidade acadêmica e externa.			
8.2	Há distribuição de bolsas tanto para a comunidade acadêmica quanto para a comunidade externa para estudar línguas estrangeiras no Núcleo/Centro/Curso de Línguas da IES.			
9	A IES é/já foi credenciada ao Programa Idiomas sem Fronteiras (IsF).			
9.1	A IES possui um NuLi-IsF.			
9.2	A IES oferta cursos presenciais e online via IsF em línguas estrangeiras para sua comunidade acadêmica.			
9.3	O NuLi-IsF e o Núcleo de Línguas oferecem cursos de línguas de forma integrada.			
10	A IES incentiva e prepara seus docentes para ofertar disciplinas específicas em nível de graduação e pós-graduação de variadas áreas em línguas estrangeiras periodicamente por meio de cursos de capacitação, progressão funcional, etc.			
11	Há oferta de ações de extensão e pesquisa em línguas estrangeiras periodicamente para toda a comunidade acadêmica.			
12	A IES incentiva seus discentes para participarem de disciplinas específicas em línguas estrangeiras na graduação por meio de horas complementares, disciplinas eletivas/optativas, etc.			

Nº	INDICADORES	SIM	NÃO	NÃO SEI
13	A IES incentiva seus discentes para participarem de disciplinas específicas em línguas estrangeiras na pós-graduação por meio de horas complementares, disciplinas eletivas/optativas, etc.			
14	A IES possui um setor responsável por receber e encaminhar documentos em língua estrangeira.			
15	A IES possui servidores capacitados ou serviços para traduzir documentos oficiais em línguas estrangeiras.			